INTRODUÇÃO GERAL E ESPECIAL AOS LIVROS DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO

ANO SANTO 1950

EXPLICAÇÃO DAS ABREVIATURAS E SINAIS USADOS NESTA EDIÇÃO DA BÍBLIA

Livros do Antigo Testamento

Gênesis	Gên
Êxodo	Êx
Levítico	Lev
Números	Núm
Deuteronômio	Dt
Josué	Jos
Juízes	Jz
Rute	Rut
Samuel	Sam
Reis	Rs
Paralipômenos (ou Crônicas)	Par (Crôn)
Esdras	Esdr
Neemias	Ne
Tobias	Tob
Judite	Jdt
Ester	Est
Jó	Jó
Salmos	Sl
Provérbios	Prov
Eclesiastes	Ecl
Sabedoria	Sab
Cântico dos Cânticos	Cânt
Eclesiástico	Eclo
Isaías	Is
Jeremias	Jer
Lamentações	Lam
Baruc	Bar
Ezequiel	Ez
Daniel	Dan
Oséias	Os
Joel	Jl
Amós	Am
Abdias	Abd
Jonas	Jon
Miquéias	Miq
Naum	Na
Habacuc	Hab
Sofonias	Sof
Ageu	Ag
Zacarias	Zac
Malaquias	Mal
Macabeus	Mac

Livros do Novo Testamento

Mateus	Mt
Marcos	Mc
Lucas	Lc
João	Jo
Atos	At
Romanos	Rom
Coríntios	Cor
Gálatas	Gál
Efésios	Ef
Filipenses	Flp
Colossenses	Col
Tessalonicenses	Tes
Timóteo	Tim
Tito	Ti
Filemon	Flm
Hebreus	Hebr
Tiago	Tg
Pedro	Pdr
João	1, 2, 3. Jo
Judas	Jud
Apocalipse	Apc

c. = capítulo
cc. = capítulos
v. = versículo
vv. = versículos

A vírgula separa capítulos de versículos: Gên 3, 5 = Gênesis, c. 3, v. 5.

O ponto e vírgula separa capítulos: Dan 4, 8; 7, 3 = Daniel, c. 4, v. 8 e c. 7, v. 3.

O ponto separa versículos: Is 7, 14. 20 = Isaías, c. 7, vv. 14 e 20.

O hífen separa tanto versículos como capítulos, incluindo na citação os versículos e capítulos intermédios.

Est 10, 4-16, 24 = Ester, do v. 4 do c. 10 até ao v. 24 do c. 16.

Um s após um número indica o versículo imediatamente seguinte: Jo 4 5s = João, c. 4, vv. 5 e 6.

Dois ss após um número indicam os dois versículos imediatamente seguintes: Núm 27, 9ss = Números, c. 27, 9, 10 e 11.

Um número colocado antes de uma abreviatura significa um primeiro, segundo, terceiro, quarto livro, ou então uma primeira, segunda ou terceira epístola: 1 Rs 9, 6 = primeiro livro dos Reis, c. 9, v. 6; 2 Cor = segunda aos Coríntios.

INTRODUÇÃO GERAL E ESPECIAL AOS LIVROS DO ANTIGO E DO NOVO TESTAMENTO

com estudos bíblicos adicionais

Colaboração de professores de Exegese do Brasil
sócios da Liga de Estudos Bíblicos (L.E.B.)

sob a supervisão do

P. Antônio Charbel S. D. B.

Volume I

Introdução geral e Introdução especial
aos livros históricos do Velho Testamento

EDITÔRA DAS AMÉRICAS
Rua General Osório, 90 — Tel. 34-6701
Caixa Postal 4468
SÃO PAULO

NIHIL OBSTAT

São Paulo, 14 de Dezembro de 1951

P. Vicente Pedroso

IMPRIMATUR

São Paulo, 14 de Dezembro de 1951

† *Paulo*, Bispo Auxiliar

COLABORADORES DO PRESENTE VOLUME:

1. *P. José Sebastião Saba,* Laureado em Teologia e em Sagrada Escritura, professor de Exegese na Faculdade de Teologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e no Seminário Central do Ipiranga (São Paulo), presidente da Liga de Estudos Bíblicos (L.E.B.):

INTRODUÇÃO GERAL

2. *Gôn. Heládio Correa Laurini,* Licenciado em Teologia e em Sagrada Escritura, professor de Exegese no Seminário Central do Ipiranga (São Paulo), da Diretoria da L.E.B.:

INTRODUÇÃO AO PENTATEUCO

3. *P. José Alberto de Castro Pinto,* Licenciado em Teologia e em Sagrada Escritura, professor de Exegese no Seminário Maior do Rio de Janeiro:

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE JOSUÉ, JUÍZES, RUTE

4. *P. Frederico Dattler,* S. V. D., Licenciado em Teologia, professor de Exegese no Seminário do Espírito Santo (Santo Amaro-São Paulo), da Diretoria da L.E.B.:

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE SAMUEL, REIS E PARALIPÔMENOS (CRÔNICAS)

5. *Côn. Otto Skrzypczak,* Licenciado em Teologia e em Sagrada Escritura, professor na Pontifícia Universidade Católica de Pôrto Alegre, do Conselho de delegados da L.E.B.:

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE ESDRAS E NEEMIAS

6. *Dom Estêvão Bettencourt,* O.S.B., Licenciado em Teologia, professor de Exegese no Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, do Conselho de delegados da L.E.B.:

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE TOBIAS, JUDITE E ESTER E AOS DOIS DOS MACABEUS

APRESENTAÇÃO

A benemérita *Editôra das Américas*, firma individual do sr. Saverio Fittipaldi; após ter publicado a Bíblia Sagrada na versão clássica do P. Antonio Pereira de Figueiredo, em doze volumes, suplementados pelo Dicionário Bíblico de Fr. Francisco de Jesus Maria Sarmento, inicia agora a edição dos volumes de introdução bíblica atualizada.

Êstes volumes de introdução geral e especial representam, ao que sabemos, o primeiro trabalho no gênero, em língua portuguêsa, de certa amplitude e profundidade.

Destinam-se a todos os estudiosos da Bíblia que pelos estudos isagógicos se introduzem nos conhecimentos escriturísticos indispensáveis à compreensão da Palavra divina. É uma obra em que colaboram competentes professores de Escritura que lecionam em Seminários, Institutos e Faculdades do Brasil.

De há muito se fazia sentir em nosso meio a falta de um texto de introdução bíblica. Ei-lo agora, escrito por uma equipe de mestres das Divinas Letras, cuja experiência no magistério bíblico já é uma garantia da doutrina sólida aí exposta.

Como supervisor dêstes volumes, e sòmente dêstes, tenho a agradecer a preciosa e solícita colaboração dos ativos sócios da Liga de Estudos Bíblicos (L.E.B.), a quem se deve êste trabalho que o público certamente acolherá com agrado e proveito.

Esta iniciativa, que poderá ser estendida a outros campos da cultura eclesiástica, demonstra ser muito indicada para o nosso meio, onde os múltiplos encargos do apostolado e do magistério não deixam margem a uma produção literária de grande mole. Daí a vantagem do trabalho em colaboração, dentro de um plano orgânico.

Naturalmente em estudos dêste teor nem sempre é possível alcançar uma distribuição harmônica no desenvolvimento da matéria. Mas nem por isto deixa de haver uma variedade de estilo, um testemunho bíblico que revelam valores autênticos no quadro de uma colaboração de mestres abalizados.

Eis aqui, portanto, um texto que sem dúvida poderá servir para os cursos superiores, onde as disciplinas bíblicas são cultivadas com particular esmêro.

Com êste quase-prefácio quero agradecer a iniciativa da Editôra das Américas, cuja atividade editorial, dirigida para o ideal da alta cultura, bem merece o apoio e os aplausos sinceros dos intelectuais de todo o Brasil.

São Paulo, 8 de dezembro de 1951

P. Antônio Charbel, S. D. B.

NOTA DA EDITÔRA

Com a publicação dêstes estudos modernos e introduções atualizadas da Sagrada Escritura, pela primeira vez escritos e publicados no Brasil, contamos estar prestando um valioso subsídio ao estudo dos textos sagrados.

Idealizador e supervisor geral dêste valioso trabalho, o P. Antônio Charbel, S.D.B., assim dividiu a matéria:

I — ANTIGO TESTAMENTO

1. Introdução geral à Sagrada Escritura.
2. Pentateuco.
3. Josué, Juizes, Rute.
4. Samuel, Reis, Paralipômenos.
5. Esdras e Neemias.
6. Judite, Tobias, Ester.
7. Macabeus.
8. Poesia hebraica — Livros didáticos ou sapienciais (Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Sabedoria, Cântico dos Cânticos, Eclesiástico).
9. Profetas maiores e menores.

II — NOVO TESTAMENTO

1. Introdução aos Evangelhos — Parábolas — Milagres — Cronologia. — São Mateus, São Marcos, São Lucas — Questão sinótica.
2. São João.
3. Atos dos Apóstolos.
4. Introdução a São Paulo. — Introdução às Epístolas aos Romanos, aos Coríntios e aos Gálatas.

5. Introdução às Epístolas do Cativeiro (Filipenses, Colossenses, Efésios e Filemon).
6. Introdução às Epístolas Pastorais de São Paulo.
7. Introdução à Epístola aos Hebreus.
8. Introdução às Epístolas Católicas.
9. Apocalipse.

III — ESTUDOS BÍBLICOS ADICIONAIS

Estudos modernos sôbre os grandes problemas bíblicos.

Cada uma dessas partes foi entregue a um especialista, professor da matéria, cujo nome consta do quadro de colaboradores, colocado no início de cada volume.

Encarecer a oportunidade da publicação dêste trabalho é tarefa quase desnecessária. Nos doze primeiros volumes desta coleção, que contêm a íntegra dos textos bíblicos, apareceram, colocados ao pé de cada página, os comentários de consagrados exegetas como Vigouroux, Lesêtre, Poels, Bossuet e outros. Êsses comentários, no entanto, em virtude da evolução sempre crescente dos estudos exegéticos, necessitavam um complemento moderno, que puzesse o leitor em contacto com os mais recentes estudos, investigações e descobertas científicas.

Daí a idéia da elaboração dêste trabalho, partida do Padre Antônio Charbel, S.D.B., que chamou a si a responsabilidade de organizar o quadro esquemático, distribuir a matéria aos colaboradores e, posteriormente, dar feição orgânica à obra.

Êste serviço notável de difusão dos conhecimentos bíblicos em nosso país, deverá contar, por certo, com a boa acolhida do povo brasileiro, que pela primeira vez tomará contacto com matéria de tal natureza em livros elaborados por professores do Brasil; e não serão esquecidos por Deus, que premiará com o prêmio dos justos, aquêles que dêle participaram.

INTRODUÇÃO GERAL À SAGRADA ESCRITURA

INTRODUÇÃO GERAL À SAGRADA ESCRITURA

PROLEGÔMENOS

PRIMEIRO TRATADO: NOÇÕES DE INSPIRAÇÃO

SEGUNDO TRATADO: CÂNON DOS LIVROS SAGRADOS

TERCEIRO TRATADO: INTEGRIDADE DA SAGRADA ESCRITURA

QUARTO TRATADO: HERMENEUTICA

INTRODUÇÃO GERAL À SAGRADA ESCRITURA

PROLEGÔMENOS

Bíblia ou Sagrada Escritura é a coleção dos livros que, escritos por inspiração do Divino "Espírito Santo, têm a Deus por autor, e como tais foram entregues à Santa Igreja (1). Essa coleção é constituida por setenta e três livros, escritos por vários Hagiógrafos através de dezesseis séculos, parte em hebraico e aramaico, e parte em "Koine", grego decadente.

Sua tradução latina, chamada Vulgata, foi declarada autêntica pela Santa Igreja.

A constituição interna da Sagrada Escritura consiste na inspiração divina, e sua entrega à Igreja indica a formalidade pela qual se tornam fonte da Revelação. Qualquer livro que não se enquadra nestas normas, não faz parte da Sagrada Escritura.

NOMES COLETIVOS DA SAGRADA ESCRITURA

Há três nomes mais comumente usados desde os Hagiógrafos:

---

(1) Conc. Vaticano, Const. de Fide Catholica, c. 2: Denz. 1787.

1. *Escritura,* no plural Escrituras, empregado já pelo Divino Mestre e pelos apóstolos que mais frequentemente lhe ajuntavam adjetivos, Sagrada ou Santa (1)

2. *Bíblia* significa livro, ou livros, porque a Sagrada Escritura é o livro dos livros por antonomásia.

3. *Antigo e Novo Testamento* lembrando o argumento dos livros Sagrados, isto é, promessa, preparação, instituição e história das duas alianças de Deus com os homens.

Embora a palavra "Testamento" se aplique mais ao "Novo Testamento", porque Jesus Cristo antes de morrer lançou seu testamento legando seus bens aos homens, contudo num sentido mais amplo, merecidamente podem chamar-se pelo mesmo nome também os livros do Antigo Testamento, em significando aliança ou pacto de Deus com os homens. Assim usaram os Santos Padres.

Deixamos de lado os nomes que cairam em desuso, como "Divina Literatura", "Divina Biblioteca" e outros mais.

DIVISÃO DA SAGRADA ESCRITURA

Por si mesma a Sagrada Escritura se apresenta em duas partes bem distintas: Antigo e Novo Testamento.

Outras distinções surgiram no correr dos séculos, quer pela necessidade de dividir-se a matéria em divisão lógica, quer pelo costume das leituras que se faziam na Sinagoga e na Igreja, quer ainda pela exigência didática dos estudos, como a divisão em capítulos e versículos.

---

(1) S. Tomás de Aquino, In Epistulam ad Romanos 1, 2.

A. — *Divisão Lógica*:

Segundo o Sacrossanto Concílio Tridentino, divide-se o Antigo Testamento em quarenta e quatro livros, sendo que as Lamentações e a Profecia de Baruc se juntam ao livro de Jeremias. Caso se separem êsses dois livros de Jeremias e também se ponha à parte a carta de Jeremias, é certo que se devem contar quarenta e sete livros exarados no Antigo Testamento.

Por outro critério condizente com a matéria, divide-se o Antigo Testamento em livros históricos, didáticos e proféticos.

Perfazem o número de vinte e um os livros históricos, a saber: O Pentateuco ou (Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio) Josué, Juizes, Rute, 4 dos Reis, 2 dos Paralipômenos, 2 de Esdras, Tobias, Judite, Ester, 2 dos Macabeus.

Os livros didáticos somam sete, a saber: Jó, Salmos, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Sabedoria e Eclesiástico.

Os livros chamados proféticos são dezesseis: 4 profetas maiores: Isaias, Jeremias (com as Lamentações, Profecia de Baruc, Epístola de Jeremias) Ezequiel, Daniel, e os 12 menores: Oséias, Joel, Amós, Abdias, Jonas, Miquéias, Naum, Habacuc, Sofonias, Ageu, Zacarias e Malaquias.

Os hebreus, é necessário notar, em sua divisão usam outro critério.

Pelo mesmo Concílio Tridentino foi dividido o Novo Testamento logicamente em vinte e sete livros, que antigamente se dividiam apenas em duas grandes partes: Evangelho e *Escritos dos apóstolos*.

Segundo a matéria e a exemplo do Antigo Testamento se dividem ainda em livros históricos, didáticos e proféticos.

Os históricos são cinco: Os quatro Evangelhos e os Atos dos Apóstolos.

São chamados livros didáticos os vinte e um livros seguintes: catorze epistolas de S. Paulo, a saber: aos Romanos, 2 aos Coríntios, aos Gálatas, aos Efésios, aos Filipenses, aos Colossenses, 2 aos Tessalonicenses, 2 a Timóteo, a Tito, a Filemon, aos Hebreus; e sete epístolas católicas: de Tiago, 2 de S. Pedro, 3 de S. João, e uma de Judas.

O livro profético, único, vem a ser o Apocalipse de S. João Evangelista.

B. — *Divisão Litúrgica*:

E' simplesmente a escolha de tal ou tal texto conforme as festas litúrgicas. Os hebreus também tinham sua divisão litúrgica, mas seguindo outro critério.

C. — *Divisão Didático-Prática*:

Pelo ano de 1214, pelo Cardeal Estêvão Langton, Arcebispo de Cantuária, foi introduzida na Vulgata Latina a divisão em capítulos da Sagrada Escritura, para facilitar os estudos da Universidade de Paris. E' a mesma que vigora ainda hoje.

A subdivisão em versículos se deveu ao dominicano Santos Pagnino no ano 1528, em parte, e em parte também a Roberto Estêvão, que nos anos de 1551 a 1555 editou os Livros Sagrados consignando a numeração dos versículos. Embora utilíssima, essa divisão é simplesmente histórica e consta não ser feita pela autoridade da Santa Igreja; por isso, se necessário, essa divisão pode ser negligenciada.

A LEITURA DA SAGRADA ESCRITURA

1. *Excelência*: — A excelência de um livro depende do autor, da finalidade, do modo por que é feito. Por êstes três motivos a Sagrada Escritura supera todos os livros que se escreveram na antiguidade ou que jamais se poderão escrever: — seu autor é Deus; seu assunto é nobilíssimo e tem o fim mais nobre que se possa imaginar — nossa felicidade sobrenatural; sua forma é variada e agradavel devido à variedade dos homens e das formas literárias de que Deus se serviu para fazer-nos sua relevação.

2. *Utilidade*: — Já foi dito que um dos motivos da supremacia dos Livros Sagrados é sua finalidade. Entretanto já para esta vida a Bíblia é mestra dos que lhe são amigos: "Tôda Escritura divinamente inspirada é útil para repreender, corrigir, e instruir na justiça" (1).

Muitos fazem da Sagrada Escritura mera ocasião de curiosidade científica, sem buscar-lhe a medula, o amor de Cristo, que segundo Bento XV "é o principal e mais suave fruto da ciência escriturística". (2).

3. *Motivos* — Só a leitura nos poderá fazer utilizar os tesouros que Deus encerrou para nós, na Sagrada Escritura. Daí o conselho de S. Paulo a seu discípulo e amigo: "Aplica-te à leitura" (das Sagradas Letras) (3), e a

---

(1) 2 Tim. 3, 16.

(2) Bento XV (1914-1922), Encíclica "Spiritus Paraclitus", 15 de Set. de 1920.

(3) 1 Tim 4, 13.

insistência de S. Jerônimo: "Lê frequentemente a Sagrada Escritura, mais ainda, nunca se afaste de tuas mãos" (1).

4. *Métodos* — Há quem distribua as leituras conforme a liturgia. Entretanto, apesar do proveito litúrgico, parece melhor a leitura corrente, conforme a distribuição da Vulgata, sem interrupções ante possíveis dificuldades. Mais proveitoso será ainda o conhecimento prévio do assunto e da divisão geral do livro. Quem deseje aproveitar ao máximo deve ainda anotar as partes que lhe parecem mais importantes e após a leitura, numa pausa de segundos, rememora-las meditando.

5. *Predisposição* de ânimo — Quem busca penetrar um livro, mesmo profano, antes de manuseá-lo dispõe-se convenientemente para isso. Que se dirá então dos Livros sagrados? E' preciso amá-los e colocar-se num ambiente religioso para lê-los proveitosamente. Porque "tôda sabedoria vem de Deus" (2) "para entender a Sagrada Escritura é sumamente necessária a oração piedosa" (3).

6. *Precauções* — Embora utilíssima não é absolutamente necessária para todos esta leitura. Acrescente-se: pode ser até prejudicial conforme as circunstâncias e pessoas. E' pois muito justo que a Igreja apresente restrições a respeito das versões e dos lugares que se podem ler. As versões devem ter a aprovação dos Srs. Bispos bem como notas elucidativas

---

(1) S. Jerônimo (342-419), Epist. ad Nepotianum 52; P. L. 22, 533.

(2) Eclo 1, 1.

(3) Origenes (185-6 — 254-5) Ep. ad Gregorium Neocaes, 3; M. G. 11, 92.

das dificuldades que se costumam fazer, a certas passagens. (1).

NOÇÕES DE INSPIRAÇÃO

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRICO DA DOUTRINA SÔBRE A INSPIRAÇÃO

§ 1. — *Santos Padres*

Os SS. PP. sempre distinguiram entre os livros, os de origem humana e os de origem divina. A êstes atribuiam autoridade infalível com relação à verdade. Esta persuasão se manifesta nas qualidades e propriedades dos livros que chamavam sagrados: — "os profetas escreveram o que lhes foi revelado pelo Espírito Santo" (2). Tais livros são "inspirados", foram escritos sob uma inspiração divina (3). Deus é autor de tais livros (4) ou ainda os homens que os escreveram são apenas instrumentos nas mãos do Espírito Santo (5).

---

(1) Cod. Jur. Can. c. 1391-1399 — 1, 2 1.400.

(2) S. Hipolito (sec. II-III) in Danielem (200-204) 4, 2; Corpus Berolinense I; 1, 198;

(3) Tertuliano (160-222/223), De Cultu Feminarum 1, 3; ML. 1, 1422.

(4) S. Agostinho (354-430) Contra Faustum 15, 1; ML. 42, 301-303.

(5) S. Justino (100-10 — 163-7), Apologia Prima (150-155), 36; MG. 6, 386 — Atenágoras, Legatio pro Christianis, 7, MG. 6, 904.

Limites da Ideia de Instrumentalidade

Os SS. Padres e os Escritores Eclesiásticos afirmam que o Hagiógrafo se comporta como causa instrumental no que diz respeito à Inspiração. Esta, não é tal que faça com que o Hagiógrafo se torne objeto meramente *mecânico*, isto é, sob o influxo da Inspiração, perca o pleno uso das suas faculdades. Êste falso conceito proclamado pelos Montanistas foi rebatido pelos SS. Padres e escritores eclesiásticos, os quais, teoricamente, nenhum sistema nos apresentam quanto ao fato da Inspiração. Entretanto, podemos encontrar o germe da futura explicação teórica, embora vago e indeterminado, junto dos SS. Padres, germe êsse que já contém e encerra os elementos fundamentais. Assim por exemplo:

Orígenes (165-6 — 254-6) traça nìtidamente a obra do Espírito Santo e o papel do Hagiógrafo.

"O *Espírito Santo* habita nos Hagiógrafos; investe-os, sobremaneira, impele-os a escrever e fala pela bôca deles. Por sua vez, os Hagiógrafos, ainda que *instrumentos* nas mãos do Espírito Santo, conservam *o pleno uso das faculdades* tão manifesta e claramente iluminadas, que os induz a escrever aquilo que compreenderam.

A consciência de si mesmos neste ato (escrevendo) é o critério da verdadeira Inspiração".

Santo Agostinho (354-430), falando, de passagem, sôbre a questão da cooperação entre Deus, autor principal e o Hagiógrafo, autor secundário, diz: — "Deus usa do Hagiógrafo como seu membro ou como seu instrumento, sem excluir, porém, a sua *atividade pessoal*". (1).

---

(1) Enchir. Patrist. — 1609 e 1612.

S. Jerônimo adverte sempre, sobretudo nas observações preliminares dos Livros Sacros, o *trabalho individual e pessoal* dos Hagiógrafos na confecção do livro.

§ 2. — *Doutrina dos Doutores Escolásticos sôbre a Inspiração*

Duas são as escolas: Franciscana antiga e Dominicana ou Tomista.

Escola Franciscana (S. Boaventura) (1). Quanto ao conceito de Inspiração afirma: — Deus é o autor da Sagrada Escritura, dotando-a de uma certeza infalível. Quanto à natureza, a Inspiração é uma instigação e uma orientação divinas, feitas a modo de carismas especiais. Deus age como causa imperante nessas pessoas. Por conseguinte o Hagiógrafo, orientado e ajudado por Deus, é a causa exeqüente do Livro Sagrado.

Escola Dominicana (S. Tomás). Não tratou, S. Tomás *ex-professo* do problema da Inspiração. Sòmente, quando fala da Profecia é que êle toca nessa questão. Com efeito, na Suma Teológica IIa IIae, Questão 171, podemos ler o seguinte, sôbre a *Essência da Profecia*:

A profecia pertence ao conhecimento, isto é, ilustra a inteligência. Não é um hábito, mas sim moção transitória. E' um conhecimento obtido pela *luz divina* e que se pode estender a tudo o que está sob essa mesma luz.

Esta luz divina é essencial no conhecimento profético; todavia o conhecimento do Hagiógrafo permanece imperfeito quanto ao âmbito, isto é, o Hagiógrafo conhece perfeitamente

---

(1) S. Bonaventura, Opera ed. Ad. Claras Aquas V (1891) 201 sq.

tais verdades que Deus se dignou revelar, porém, não tôdas as verdades que em Deus existem.

Quanto à certeza dessas verdades, devemos considerar aquelas que por *expressa revelação* são conhecidas e aquelas que são conhecidas por certo *instinto ocultíssimo*. No primeiro caso há sempre a *certeza* da origem do conhecimento, isto é, se é de origem divina ou humana. No segundo caso, pode não haver esta certeza, mas então, o êrro é evitado pela assistência do Espírito Santo.

Portanto, as verdades que profèticamente são conhecidas não podem ser falsas.

Na Questão 172, S. Tomás, falando das causas da Profecia, diz: — "O conhecimento profético não é natural, não exige faculdades ou qualidades naturais e morais, mas sòmente requer a *revelação divina*.

No problema da Inspiração (Questão 173) o principal é a *luz divina*, a qual é necessária para que o homem não só ajuize segundo a divina verdade, das coisas que naturalmente aprende, mas também daquelas que Deus imediatamente revela. Portanto, é preciso distinguir, entre a concepção das coisas e o juizo acerca das coisas concebidas que é o principal na Profecia. Dêste modo a visão profética não tira o *uso dos sentidos*.

Deus age, como causa principal; o Hagiógrafo, porém, como *causa instrumental* (Questão 174).

Inspiração Verbal

S. Tomás não tratou de questões que pertencem ao papel da vontade. Eis a razão por que, formalmente, nada disse acêrca das relações entre a Inspiração e essa faculdade.

Tôdas as interrogações e dúvidas que, ainda hoje, se agitam neste assunto, são precisamente aquelas sôbre as quais S. Tomás não se pronunciou explicitamente.

Depois de S. Tomás merece especial menção Henrique Gandavense que patenteia o influxo do Hagiógrafo no Livro Sagrado. Êste influxo não é meramente mecânico, mas instrumental. E', por assim dizer, o efeito daquelas verdades que lhe foram infundidas, as quais deve escrever.

São autores secundários que cooperaram com a própria habilidade literária.

§ 3. — *Doutrinas Protestantes sôbre a Inspiração.*

Os Protestantes não têm sistema propriamente doutrinário. Na verdade, os princípios que hoje aceitam, amanhã, se fôr preciso e sobretudo se fôr *conveniente*, desprezam e rejeitam.

Trataremos das divisões mais importantes, deixando ficar aquelas que negam a Inspiração.

I. — *Ortodoxos* — Identificam a revelação com a Inspiração: Tôda a revelação está contida nos Livros Sagrados, sua única fonte.

A Sagrada Escritura é "*ditada*", pelo Espírito Santo. Tal ditado estende-se até às pontuações dos massoretas. Sabe-se que o livro é inspirado, pelo testemunho do Espírito Santo (durante a leitura) na Sagrada Escritura mesma.

II — *Pietistas e Racionalistas* — O papel do Hagiógrafo não é meramente passivo. São inspirados os livros que suscitam elevàção e ajudam os bons costumes. (O elemento divino é sempre o mesmo e útil). O elemento humano, que ùni-

camente excita pios sentimentos deve ser eliminado. Numa palavra: não é Deus que fala nos livros, mas são os livros que falam de Deus. Portanto, é a razão humana o árbitro da Fé.

III — *Deístas* — Negam qualquer influxo providencial de Deus, sôbre os homens. Assim a revelação não passa de um fenômeno *simplesmente natural.* Tal ideologia influi sobremaneira na doutrina dos racionalistas.

IV — *Semi-racionalistas* v. g. Schleiermacher, nega a idéia de Inspiração e inverte o sentido das palavras, dizendo: — Espírito Santo é apenas o "sentir da comunidade cristã", fonte de tôda a idéia religiosa. Portanto, todo o livro que exprime tal sentir pode ser considerado "inspirado". Para R. Rothe a autoridade da Escritura reside na sua relação com o sentimento religioso.

V — *Protestantismo hodierno* — Abandonando quase tôda a teoria ortodoxa, os protestantes consideram mais importante a revelação, de tal sorte que esta toma o lugar da Inspiração. Inspirados são os livros que atestam o fato da revelação divina. Muitos negam a influência de Deus nestes livros.

Isto não ofende a "autoridade" da Bíblia porque a "fé" não é coisa intelectual e sim modo prático de viver moral e religiosamente. Porém, tal modo de viver é auxiliado pelo uso das Escrituras. Outros ainda proclamam que a Inspiração é mero entusiasmo semelhante ao que impele o poeta que verseja. Alguns mais recentes chegam ao descalabro de afirmar que, nas Escrituras, a Inspiração é a voz de Deus, que não desperta a fé, mas aumenta-a naqueles que têm em maior estima as Sagradas Letras; a Escritura inspira no leitor o Espírito de Deus.

VI — *Modernismo* — Baseando-se nos princípios protestantes, os modernistas confirmam: — A Inspiração é uma agitação, um fervor como o da poesia. Usando do termo católico adulteram-no afirmando a impossibilidade da verdadeira Inspiração. Foram condenados no decreto "Lamentabili" (3-7-1907). (1).

§ 4. — *Doutrina Católica desde o Concílio Tridentino até ao Concílio do Vaticano.*

I — Tridentino (Ecumênico XIX — 1545-1563). Tanto os Livros Sagrados como a tradição oral contêm verdades "ditadas" no senso lato por Deus. Usam o termo "*autor*" no sentido técnico, falando de quem compôs um livro.

A natureza da Inspiração resume-se nesta frase:

Deus é o autor dos Livros Sagrados.

II — Início da Controvérsia sôbre o "*ditado verbal*". Tal modo de falar do Concílio Tridentino marca o início da divisão dos católicos: uns querem estender a inspiração até às palavras, outros, apenas, às coisas e conceitos.

1) *DOUTRINA que afirma o "ditado verbal".*

Domingos Bañez, O. P., distingue três modos de Inspiração divina:

1.º revelação das coisas desconhecidas;

2.º moção especial e assistência do Espírito Santo quanto às coisas conhecidas;

---

(1) Enchir, Symb. — Denz. 2009-2012.

3.º Sugestão e um como ditado para tôdas as palavras. (1).

Afirma que sem essa sentença não se distingue bem a profunda diferença entre a Sagrada Escritura e as definições dos Concílios.

DEFENSORES dessa doutrina são todos os doutores da Ordem dos Pregadores (Dominicanos) e ainda: Cornélio Ians. Gand.; Gilberto Genegrando, O.S.B.; Franc. Titelmans. O. M. Cap., Guilherme Estio; Basilio Pôncio, O.S. Aug., e depois dêste os Salmanticenses; Greg. de Valentia, S. J. Maldonato, S. J.

2) Doutrina que nega o "*ditado verbal*".

Sentença de Leonardo Lessio S. J., (1587)

História: Leonardo Lessio S. J., professor de Teologia desde 1585, em Lovaina, viu condenadas, por influência de Baio, 34 teses suas, entre as quais, estas:

1.º Não é necessário que cada uma das palavras da Sagrada Escritura seja inspirada pelo Espírito Santo.

2.º Não é necessário que cada uma das verdades e sentenças sejam imediatamente inspiradas pelo Espírito Santo ao Hagiógrafo.

3.º Um livro escrito de modo humano, sem assistência do Espírito Santo, pode tornar-se Escritura Sagrada, caso o Espírito Santo ateste depois que nêle não há êrro.

Lessio não contestava Bañez, mas entendia combater a dictação mecânica das palavras, defendida pelos protestantes.

---

(1) Scholastica commentaria in Iam. partem, q. 1, art. 8. (1584).

A 1.ª e 2.ª tese êle as explica na sua "Resposta": a palavra "inspirar" é usada como sinônimo de "revelar".

Lessio, pois, sustenta que é necessário um PARTICULAR IMPULSO do Espírito Santo sôbre o Hagiógrafo para que escreva as VERDADES QUE DEVEM SER ESCRITAS; mas que basta uma "ASSISTÊNCIA" no que respeita à escolha das palavras.

Defensores da Doutrina que nega o "ditado verbal":

a) Cardeal S. Roberto Bellarmino

b) Francisco Suarez († 1671).

III — Sentenças que atenuam a natureza da Inspiração

1) *Sistema da "direção divina"* (I. Bonfrerius S. J. (1573-1642) e R. Simon (1638-1712).

O Espírito Santo pode agir no Hagiógrafo:

a) de modo antecedente;

b) de modo concomitante: como que vigiando para não errar;

c) de modo conseqüente: atestando que é verdadeiro o que está escrito (1).

2) *Sistema da "aprovação subseqüente"* (H. Holden, H. Haneberg).

---

(1) In totam Scripturam Sacram praeloquia, c. VIII, s. 1 et 7, in Migne Scripturae Sacrae Cursus completus I. pp. 134. 141.

Holden (1) limita o influxo divino aos assuntos doutrinais; para Haneberg basta a aprovação subseqüente da Igreja quanto aos livros "empírico-históricos". (2).

3) *Sistema da "mera assistência"*. (Dupin († 1719), Calmet († 1757), Chrismann († 1792, Jahn († 1816).

A ação divina seria apenas negativa: uma vigilância que impede os erros.

§ 5 — *Doutrina da Inspiração, desde o Concílio Vaticano.*

I — Doutrina do Concílio e dos Sumos Pontífices.

A) — *Concílio Vaticano* (1869-1870), XX.º *Ecumênico, sôbre a Fé e a Igreja.*

Na Sessão 3, cap. 2, "Da Revelação", rejeita, primeiro, que um LIVRO POSSA SER INSPIRADO só pela aprovação subseqüente da Igreja ou pela mera assistência divina que o faça conter a Revelação sem erros.

Depois, explica positivamente a ESSÊNCIA da Inspiração: os livros se dizem inspirados "por isso que, escritos por inspiração do Divino Espírito Santo, têm a Deus por autor e como tais foram entregues à Igreja". (3).

Exarado por P. J. B. Franzelin, S. J., o esquema desta definição nos dá o sentido do Decreto:

---

(1) Henricus Holden († 1662), Divinae fidei analysis 1, I, cc. 4s. Paris 1652.

(2) Daniel Haneberg († 1876), Versuch einer Geschichte der Bibl. Offenbarung Regensburg 1850, p. 714.

(3) Denzinger, 1787.

a) O Concílio afirma, diretamente, que Deus é o autor principal da escritura do livro, enquanto que o homem que o escreveu é seu instrumento.

b) Essa operação exige uma ação sobrenatural divina na inteligência e vontade do Hagiógrafo.

c) Quanto à inspiração "verbal" o Concílio nada afirma.

B) — *Encíclica* "PROVIDENTISSIMUS DEUS" sôbre o Estudo da Sagrada Escritura (18 de Nov. de 1893):

A razão da inerrância da Sagrada Escritura está nisso, que o Hagiógrafo escreve tudo e só o que Deus quer. E isto se prova pela natureza da ação de Deus, autor primário, sôbre o Hagiógrafo, a quem toma como instrumento para escrever. Esta ação é uma fôrça sobrenatural que excita, que move, que assiste, a fim de que os Hagiógrafos bem concebam na mente o que Deus quer revelar e fielmente o queiram escrever. (1).

C) — *Encíclica* "SPIRITUS PARACLITUS", sôbre a inerrância da Sagrada Escritura (15 de Set. 1920).

Afirma que S. Jerônimo reteve a doutrina comum católica sôbre a Inspiração: Deus, pela graça que confere:

1) ILUMINA a mente do Hagiógrafo a fim de que ensine aos homens a verdade divina;

2) MOVE-lhe a vontade, impelindo-a a escrever;

3) por fim, ESTÁ PRESENTE de modo peculiar e constante até que o livro esteja feito. (2).

---

(1) Denzinger 1952.

(2) Denzinger 2186 seq.

Portanto, confirma o tríplice influxo da "Providentissimus Deus", precisando algo a mais sôbre cada faculdade.

II — Sentenças dos Teólogos Recentes Sôbre a Natureza da Inspiração

A) — *Elementos comuns a tôdas as Escolas*:

a) Deus é o inspirador e o autor da Sagrada Escritura (De fé definida).

b) Deus se faz autor dos Livros Sagrados por um influxo sobrenatural e interno (De fé, pelo Concílio Vaticano) (1).

c) O influxo de Deus se refere às faculdades racionais (inteligência e vontade) e às faculdades executivas (sentença comum e certa quanto ao fato).

d) Deus é o autor principal; o Hagiógrafo é o instrumento.

e) Na Inspiração, nem sempre se requer revelação, mas apenas o juízo sobrenatural sôbre as coisas conhecidas.

f) Não é necessário que o Hagiógrafo tenha consciência de sua inspiração.

g) O Hagiógrafo goza de plena liberdade ao escrever.

B) — *Controvérsias mais recentes*:

I — Fundamento da argumentação: a questão está em que o Cardeal Franzelin inicia a análise do conceito de inspiração pelo conceito de "autor", considerado não de modo especulativo, mas concreto, qual o propõe a Tradição. (2).

---

(1) Denzinger 1785-1787; 1809.

(2) I. B. Franzelin, De Traditione et Scriptura, ed. 4., Thes. 3, p. 342 ss.

Contra êsse modo de proceder, alguns objetaram que o conceito de Inspiração é muito mais claro que o de autor e porisso não se deve começar por êle. (1).

Ao menos o uso da palavra "autor" não se pode rejeitar depois da encíclica "Providentissimus" e do Concílio Vaticano.

II — Aplicação do Conceito de "Instrumentalidade":

1.º Os autores da Escola Tomista querem aplicar a premoção física à vontade do Hagiógrafo. Outros contestam tal aplicação, bastando que a moção divina dobre de modo inelutável a vontade, segundo o modo ou modos explicados na questão da graça eficaz.

2.º Sentença contra a inspiração verbal: O Cardeal Franzelin estabelece que, para Deus poder chamar-se em sentido verdadeiro e próprio, "autor" da Sagrada Escritura, basta-lhe um positivo influxo quanto à parte formal: conteúdo e sentenças; sendo suficiente, para a parte material (palavras, estilo, elocução), uma assistência negativa, que preserve de erros o autor.

Seguem esta sentença: Fr. Schid, Crets, Mazella, Herter, Brucker, Cornely, Knabenbauer, De Sant, Van Kasteren, Dorsh, etc. (2).

3.º Sentença pela Inspiração verbal: Os tomistas argumentam que o conceito de causa instrumental exige que o efeito seja todo de Deus, portanto também as palavras. O Hagiógrafo só age enquanto movido por Deus.

E mais. Se se puserem as palavras fora da moção instrumental, o livro como tal já não será mais inspirado. Redarguem que a sentença anterior confunde "inspiração" e "re-

---

(1) Lagrange in Revue Biblique 5 (1896) 206 sq.

(2) H. Dutoquet, La psychologie de l'inspiration, em Études 85 (1909-IV) 158-171.

velação" e não aplica correntemente o conceito de causa instrumental. —

Não poucos autores, fora da escola tomista, propõem sentença media: sustentam firmemente que a determinação das palavras não está na essência da Inspiração; admitem contudo um positivo influxo de Deus também quanto às palavras, não pelo princípio de instrumentalidade, e sim por razões antes psicológicas (assim a dificuldade de separar-se a coisa e a expressão).

SEGUNDA PARTE

QUESTÕES DOGMÁTICAS SÔBRE A INSPIRAÇÃO

Três questões sôbre a Inspiração: I. Existência; II. Natureza; III. Critério.

PRIMEIRA SECÇÃO

Secção I — EXISTÊNCIA DA INSPIRAÇÃO, SEGUNDO AS FONTES DOGMÁTICAS.

MÉTODO:

1) *Fontes*: A Inspiração, com ser um fato de origem sobrenatural e porisso mesmo envolto em mistério, só se pode conhecer por Revelação divina, a qual por sua vez chega até nós pelo Magistério da Santa Igreja e pela Tradição Católica.

A Sagrada Escritura só pode ser fonte "quase-dogmatica" para provar a inspiração, isto é, só enquanto é livro histórico fidedigno que nos narra a doutrina de Cristo. Só assim não se cai em "círculo vicioso".

2) *Estado da questão*: Importa demonstrar a existência da Inspiração tal como a expõem os teólogos e a defendem os documentos da Igreja:

a) Deus Nosso Senhor é o verdadeiro e legítimo autor literário;

b) Usou porém do Hagiógrafo como de um instrumento para escrever;

c) E o fez por uma ação sobrenatural sôbre as faculdades para que escrevesse só aquilo que Deus queria.

Tudo isto se há de encontrar nas Fontes Teológicas, ainda que nem sempre de modo formal e explícito. E as mesmas expressões usadas se devem entender não abstratamente ou dentro de algum sistema, mas no sentido que lhes dá a Tradição.

ARGUMENTO EXTRAÍDO DOS DOCUMENTOS ECLESIÁSTICOS

Os principais documentos são êstes, em ordem cronológica:

1) "ANTIQUA REGULA FIDEI" Denz. Enchir. Bibl. 21.

2) "STATUTA ECCLESIAE ANTIQUA" dos séculos V e VI: Enchir. Bibl. 23.

3) Carta 101.ª de São Leão IX, Papa (1049-1054) *ad Petrum*, Bispo de Antioquia, em 13 de abril de 1053: Denz. 348; Enchir. Bibl. 26.

4) Profissão de fé proposta aos Valdenses pelo Papa Inocencio III (1198-1216) em carta ao arcebispo de Tarracona, a 18 de dezembro de 1208: Denz. 421; Enchir. Bibl. 27.

5) Profissão de Fé proposta, em 1267, pelo Papa Clemente IV (1265-1268) ao imperador dos gregos, Miguel Paleólogo: Denz. 464; Enchir. Bibl. 28.

6) Decreto sôbre os Jacobitas, promulgado pelo Concílio Florentino, XVII Ecumênico (1438-1445), na Bula "Cantate Domino" de 4 de fevereiro de 1442 pelo Papa Eugênio IV (1431-1447): Denz. 706; Enchir. Bibl. 32.

7) Decreto sôbre as Escrituras Canônicas, promulgado pelo Concílio Tridentino, XIX Ecumênico, na Sessão IV, dia 8 de abril de 1546, sob o Pontificado de Paulo III (1534-1548): Denz. 783; Enchir. Bibl. 42.

8) Constituição dogmática "Dei Filius" sôbre a Fé católica, no Capítulo 2 "Da Revelação", definida pelo Concílio Vaticano, XX Ecumênico (1869-1870), na Sessão III, realizada a 24 de abril de 1870, sob o Pontificado de Pio IX (1846-1878): Denz. 1785-88 e 1809: Canon 4; Enchir. Bibl. 62.

9) Encíclica "Providentissimus Deus" sôbre os estudos da Sagrada Escritura, de 18 de nov. de 1893, pelo Papa Leão XIII (1878-1903): Denz. 1941-53; Enchir. Bibl. 66; 109; 110.

10) Encíclica "Spiritus Paraclitus" sôbre a inerrância da Sagrada Escritura, de 15 de set. de 1920, pelo Papa Bento XV (1914-1922): Denz. 2186-87; Enchir. Bibl. 561.

Os elementos necessários para provar dogmàticamente a existência da Inspiração, não se encontram todos em cada um dêsses documentos, e sim no seu conjunto, tomado coletivamente.

BREVE COMENTÁRIO DOS DOCUMENTOS SÔBRE A QUESTÃO BÍBLICA

a) O sentido da palavra "autor" nesses documentos fica bem determinado pela oposição à doutrina dos Maniqueus contra os quais teve a Igreja de lutar nos séculos V e VI. Pois diziam que o Antigo Testamento tinha ao demônio por autor, o qual teria dito umas poucas verdades, a fim de fazer acreditar as suas muitas mentiras. Ora, no combate que fizeram a êstes erros, os Santos Padres deixam claro o conceito de "autor", atribuído a Deus tanto para o Novo como para o Antigo Testamento. Assim Hegemônio (1), Santo Agostinho (2), Fócio (3), Eutímio Zigabeno (4). A palavra autor, pois, tanto no uso clássico como eclesiástico, quer dizer "escritor". (5).

b) A palavra "dictare" (ditar), empregada pelo Concílio Tridentino, significa não só "pronunciar lentamente o que um outro vai ouvindo e escrevendo", mas também: mandar dizer, compor, prescrever, ensinar, aconselhar, sugerir, pronunciar". (6).

Pelo contexto se vê que o Concílio Tridentino usou da palavra "ditar" bem como nós hoje usamos "inspirar".

---

(1) Mg. 10, 1451 ss. (cap. XIII); ed. Beeson (PP. Grae. ed. Berol. 16) c. XV p. 24 sg.

(2) S. Augustinus (354-430), Contra Faustum Manichaeum (a. 400) 15, 1; ML. 42, 301-3.

(3) Photius (-891), Contra Manichaeos, 1, 8; MG. 102, 26-7.

(4) Euthymius Zigabenus (circiter 1118), Panoplia dogmatis 24; MG. 139-1225.

(5) Contra F. Prat. in Etudes 85 (1903-II 556-570.

(6) Cf. Forcellini, Totius Latinitatis Lexicon sub voce "dictare".

c) *No juízo da faculdade intelectiva artística*: A escolha da veste literária não se faz por uma faculdade executiva, mas é trabalho da inteligência prática, através da faculdade artística da inteligência (1), sob o império da vontade. E para isto a luz divina deve atingir profundamente a inteligência do Hagiógrafo, pois dessa apresentação externa depende a comunicação das idéias. Mas quando essa comunicação pode ser feita de vários modos, cabe ao Hagiógrafo usar o que lhe apraz. E assim, distinguidos os aspectos, pode-se afirmar que o efeito é todo de Deus e todo do Hagiógrafo.

COROLÁRIO: Pelo tríplice influxo melhor se explica a *inerrância* e a *excelência* dos Livros Santos, bem como sua *profundidade* inexausta, pelas quais nenhum outro livro se lhes pode comparar em tôda a Literatura mundial:

a) *Inerrância*: é a imunidade de êrro. Os Hagiógrafos, de fato, soem usar também de fontes humanas e porisso mesmo passíveis de êrro. Mas, antes de subscreverem as sentenças dessas fontes com o nome e a autoridade de Deus, a luz divina da Inspiração tanto os eleva e os robora que os impede, de direito e de fato, de afirmar o êrro. Assim Deus jamais será autor de inverdades. (2).

b) A *excelência* da S. Escritura, embora de si não baste para provar-lhe a Inspiração, contudo a confirma e duplamente:

---

(1) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica, 1a IIae, q. 27, a 3.

(2) Leão XIII (1878-1903), Encíclica "Providentissimus Deus" sôbre o Estudo da S. Escritura, 18 de novembro de 1893: Denz. 1951; Ench. Bibl. 111.

— Pelo *conteúdo*: descrições históricas, sóbrias e fiéis, comprovadas pelas hodiernas escavações; doutrina santa e sublime, acomodada a tôdas as inteligências. (1).

— Pela *origem*: o povo de Israel não era dos mais cultos do tempo e alguns dos Hagiógrafos tinham medíocre cultura intelectual (Amós era pastor: Am 7, 14 ss.).

3.º *Profundidade*, plenitude de idéias tal que o próprio Hagiógrafo nem sempre lhes percebe todo o alcance e conteúdo.

TESTEMUNHO DOS SANTOS PADRES SÔBRE A EXISTÊNCIA DA INSPIRAÇÃO

Do que já dissemos ficou bem assente qual tinha sido a doutrina dos Santos Padres com respeito à Inspiração. Para provar que tal doutrina haja sido não apenas sentença particular, senão que proposição comum eclesiástica dos mesmos Padres, trazemos por agora os testemunhos.

Já pelo ano de 230, impugnando S. Hipólito aos gnósticos hereges, que se diziam corretores da Sagrada Escritura, assim os exprobrava: "Ou não crêem ser a Escritura Sagrada inspirada pelo Espírito Santo, por onde são de fato infiéis; ou então, julgando-se mais sabios que o próprio Espírito Santo, não passam de verdadeiros demônios" (2). Orígenes afirma com segurança que a existência da Inspiração é doutrina aber-

---

(1) S. Augustinho (354-430), Epistulo 137, 3 e 18: ML 33, 516 e 524.

(2) Eusebio De Cesaréia (265-340), História Ecclesiástica (311-325) 5, 28; MG. 20, 516; Enchirdion Patristicum 400.

tamente pregada na Igreja" (1). Ha testemunhos de S. Atanasio (2), de S. Cirilo de Jerusalém (3), de S. Agostinho (4), e de muitos outros.

Que era êsse o comum sentir dos Santos Padres melhor e mais pràticamente o prova o mesmo fato de buscarem êles cuidadosamente o genuino sentido da Palavra de Deus contida nas Escrituras Sagradas e o esforço por ensiná-la reta e claramente ao povo cristão.

As objeções comumente aduzidas contra êsse unânime testemunho patrístico não lhes destroem o valor, e nem sequer o enfraquecem. Antes, ao contrário, bem examinados, por si mesmos fàcilmente se resolvem.

DOUTRINA DA SAGRADA ESCRITURA SÔBRE A EXISTÊNCIA DA INSPIRAÇÃO

Citando certos livros bem determinados a Sagrada Escritura os acumula de apelativos tão honoríficos que resulta daí possuirem êles uma particular e eminente dignidade. Fala de "Livros Santos" (5), de "Escrituras Santas" (6), de "Sagradas Letras" (7). Muitas vêzes aparecem os livros todos do

---

(1) Origenes (185-6-254-5), De principiis 1 praefatio 4; MG. 11, 118; Kirch 237.

(2) S. Atanásio (295-373), Epistula Festalis 39a. (anno 367); MG. 26, 1435; Enchir. Patr. 791.

(3) S. Cirilo de Jerusalem (313-386), Catecheses (348), 4, 3; MG. 33, 458, 497.

(4) S. Agostinho (354-430), Contra Faustum Manichaeum (400) 33, 9, ML. 42, 517.

(5) 2 Mac 12, 9.

(6) Rom 1, 2.

(7) 2 Tim 3, 15.

Antigo Testamento como escritos pelos "Profetas" (1). Por amor da lógica, vejamos primeiramente a doutrina da Sagrada Escritura sôbre a existência da Inspiração Profética, considerando-a depois com referência à Inspiração Escriturística.

Ensinam os livros todos do Antigo Testamento, que, para exercer alguém em nome e autoridade de Deus qualquer função pública entre o povo israelita, mister se fazia a infusão carismática do Espírito Santo.

Assim os setenta varões, companheiros de Moisés, na chefia do povo de Israel pelo deserto, deveriam receber a participação do espírito profético, antes de se iniciarem no ministério (2). Ao depois, os juizes, os reis de Israel, e até mesmo os escolhidos para fabricarem a Arca da Aliança e o Tabernáculo, todos foram investidos do Espírito de Deus. De modo muitissimo especial aos Profetas, que pregavam em nome de Deus, era concedida a efusão do Espírito Santo. Ao Messias, profeta supremo, assistiria particular plenitude de Deus, segundo o testemunho de Isaias (3).

Por conseqüência dessa infusão sobrenatural, falam os Profetas como se foram instrumento de Deus: "a boca de Deus", segundo Isaias e Jeremias (4). São quase coagidos a pregar, salva sempre a liberdade jamais tolhida.

Recebendo na inteligência a luz das idéias divinas, e na vontade o confôrto e a fôrça para prega-las, o Profeta é sempre o instrumento de Deus.

---

(1) Cfr. Mt 26, 56; Lc 18, 31; 24, 25; Rom 16, 26.
(2) Núm 11, 24-30; 27, 18-23.
(3) Is 11, 2; 42, 1; 61, 1; Lc 4, 16 ss.; Mt 3, 16.
(4) Is 30, 2; Jer 15, 19.

A Inspiração Escriturística é testemunhada pela mesma Escritura Sagrada. Não sòmente nos Profetas, mas também naqueles homens divinamente escolhidos para escrever Livros Santos verifica-se a infusão do Espírito Santo. Em favor da Inspiração dos Livros do Antigo Testamento há testemunhos implícitos e explícitos. Vejamo-los por ordem.

A) — *Testemunhos implícitos.*

Da múltipla e admirável concórdia entre a afirmação de Flávio Josefo, de Filon de Alexandria e dos Talmudistas, resulta certo que no tempo de Jesus Cristo e da Primitiva Igreja todos os hebreus acreditavam com firmeza na Inspiração divina e universal da Escritura Sagrada recebida dos antepassados. É o que se colige dos escritores rabínicos. (1).

Às idéias que os Judeus sustentavam sôbre a Inspiração da Escritura acomodou-se Jesus Cristo, confirmando-as a cada passo. O mesmo fizeram os Apóstolos, seus discípulos, reconhecendo autoridade absoluta nas Sagradas Escrituras, autoridade que decorria de sua Inspiração divina. Muitas vêzes argumentou Jesus Cristo com a Escritura Sagrada, tomando-a como fonte de suprema e irrefragável verdade.

Donde é justo se conclua que a doutrina da Inspiração Divina do Antigo Testamento era cousa aceita não apenas dos Judeus, senão que igualmente de Jesus Cristo e dos Apóstolos.

B) — ***Por testemunho explícito*** da Inspiração dos livros do Antigo Testamento aduzem-se as palavras evidentes de S. Paulo em sua carta a Timóteo: "Tôda Escritura, divinamente

---

(1) Sanhedrin 10, 1; 99a.

inspirada, é útil para ensinar, para repreender, para corrigir, para instruir na justiça"· (1).

Estudando acuradamente o versículo no original grego, mediante análise das partes na compreensão do contexto, desde logo se patenteia o perfeito sentido da sentença. Atribui S. Paulo, no passo citado, utilidade universal a tôda palavra que constitua Escritura inspirada pelo Espírito de *Deus*. Portanto é lógica nossa conclusão: Tinha S. Paulo, por doutrina certa e provada, a existência da Inspiração, pelo menos com respeito aos livros inseridos no Cânon, então vigente, das Sagradas Escrituras.

Não menos explìcitamente atesta S. Pedro a doutrina da Inspiração das Escrituras Sagradas: "Porque em nenhum tempo foi dada a Profecia pela vontade dos homens: mas os homens santos de Deus é que falaram, inspirados pelo Espírito Santo" (2).

Dêsse texto estudado no original e do contexto, que o circunda, aparece bem elucidado o sentido da afirmação de S. Pedro.

Sempre falam os Profetas movidos do Espírito de Deus. Por conseqüência, sua palavra já falada, já escrita, é sempre de origem divina. Deus fala ao povo por boca dêsses homens escolhidos.

Concluindo, dêsses testemunhos explícitos podemos asseverar que ambos se completam perfeitamente. Mais claramente atesta S. Paulo o fato da Inspiração em todos os Livros Santos, pouco insistindo sôbre a natureza desse fato. Por seu

---

(1) 2 Tim 3, 16.
(2) 2 Pdr 1, 21.

turno descreve S. Pedro a natureza da Inspiração sem referi-la a todos os Livros Santos. Traduzem pois, os dois textos, a verdade da Inspiração das Escrituras, doutrina que aliás invade todos os escritos dos dois Apóstolos.

Porisso é que o argumento procede com evidência, mesmo independentemente da tradição. E atenta a missão divina do Príncipe dos Apóstolos e do Apóstolo das Gentes, ainda maior é a força que colhe sua doutrina.

SEGUNDA SECÇÃO

Natureza do carisma da Inspiração Bíblica.

A Inspiração professada pela Fé Católica pertence primeiro e principalmente aos Sagrados Livros, cuja excelência e dignidade daí procede. Esta perfeição resulta da disposição do Hagiógrafo trabalhado pela ação de Deus, fonte última da Inspiração.

Portanto sob três aspectos se pode estudar mais clara e profundamente a essência da Inspiração:

Cap. I. Ativamente, em Deus;
II. Passivamente, no Hagiógrafo;
III. Terminativamente, nos Livros Sagrados.

CAPÍTULO I

Ação inspirativa de Deus, ativamente considerada.

E' uma ação externa de Deus, comumente atribuida ao Espírito Santo, por se tratar de uma graça. Não é concurso

geral, mas um influxo carismático *transeunte* que dispõe o Hagiógrafo a escrever um livro. Consequentemente não é uma graça para a santificação individual do Escritor Sagrado, e sim um bem dirigido ao povo de Deus (1).

A Inspiração, sendo um concurso tão eficaz que torna a criatura instrumento idôneo e dócil nas mãos de Deus para execução duma obra, difere das outras graças:

1) da "graça salutar" na qual o homem usa do auxílio divino quando e como quiser.

2) da graça "gratis dada", quando o ato da criatura é informado pela graça que o torna meritório.

3) do "dom das línguas" que abrange o conhecimento das palavras humanas mostrando-se com isso a Sabedoria de Deus. Na Inspiração patenteiam-se as próprias idéias que formam a sabedoria divina.

4) do "milagre", poder de "operar" sobrenaturalmente; e a Inspiração para "conhecer" sobrenaturalmente. (2).

O elemento comum à Inspiração e às outras graças é a cooperação entre Deus e o homem. De próprio entretanto na Inspiração é a cooperação acêrca da expressão das idéias divinas por meio dos Livros Sagrados.

CAPÍTULO II

Ação inspirativa no homem, isto é, passivamente.

Mais fàcilmente se entende a questão considerando os efeitos da cooperação divina e humana no Hagiógrafo. Deus

(1) S. Thomas Summa Theol. II 2, 9. 171; 2.
(2) S. Thomas Summa Theologica, II. II. g. 172 a. 2 ad 3.

será o autor do Livro Sagrado e o homem o seu instrumento. Assim pois não basta a preservação do êrro, ou a aprovação subseqüente da Igreja (1), ou a Inspiração segundo os Protestantes, ou ainda mera causalidade moral. Os dois conceitos "autor" e "instrumento", para se realizarem, requerem o influxo positivo, imediato e físico no Hagiógrafo, pelo qual Deus eleva e aplica sobrenaturalmente as faculdades que entram na composição de um livro.

Estudando a Inspiração justamente na maneira pela qual Deus usa dessas faculdades: inteligência, vontade e faculdades executivas, estabelece-se a questão: qual é a essência dessa Inspiração? Antes porém de se responder à questão é mister conhecer o método que se deve seguir na análise do conceito de Inspiração.

A. — *Sentenças.*

Alguns autores como Franzelin, F. Schimid, Dorsch e Pesch (2), considerando por um lado a individualidade e os traços pessoais do Hagiógrafo na elaboração dos livros Sagrados, (por exemplo: o estilo) e de outra parte não se esquecendo a Revelação que diz ser Deus o autor dêsses mesmos livros, concluiram que deve haver uma determinação e limitação suficientes da atividade humana, a fim de se atribuir a Deus a autoria dos Livros Sagrados.

---

(1) Concilio Vaticano (1869-1870) Ecumenico II, sessão III, cap. II "De Revelatione"; Denz. 1787; Enchir. Bibl. 62.

(2) Pesch, De Inspiratione Sacrae Scripturae, Friburgi 1906, nn. 402-404, 471; H. Dotougnet, La psychologie de l'Inspiration, in Etudes 85 (1900-IV, 158-171.

Outros Autores tomam como princípio o fato de ser Deus o autor principal do Livro Sagrado e o Hagiógrafo seu instrumento. Aqui aplicam os princípios filosóficos da causalidade instrumental.

Portanto, tudo no Hagiógrafo que está em função da elaboração do livro, é aplicado e elevado por Deus de tal forma que o Hagiógrafo trabalhe em virtude do agente principal, Deus mesmo. Assim o Livro Sagrado é todo de Deus e todo da criatura, mas segundo formalidades diversas (1). A Escola Tomista defende também consequentemente que essa moção instrumental é a premoção física.

B. — *Observações sôbre ambos os métodos.*

I — O Método de causalidade instrumental da Escola Tomista. Deve-se notar primeiro que na aplicação dêsse método está em jogo uma Teoria filosófica, sólida aliás, mas sempre teoria provável de uma Escola. Impugná-lo na aplicação ao conceito da Inspiração não seria pecar contra a tradição.

Pois que a tradição e os Documentos Pontifícios empregam os termos "causa principal" e "instrumento" no sentido comum, prescindindo das Escolas.

Ademais é preciso levar em consideração a índole do Hagiógrafo como instrumento, pois é chamado também autor do Livro Sagrado. Assim o faz S. Agostinho nas disputas com

---

(1) S. Tomás de Aquino, Contra Gentiles III, c. 70; Vosté I. L.; De Divina Inspiratione et Veritate S. Scripturae, 2 ed., Romae, 1932, pp. 66-71; Hugon E., La causalité instrumental, 2 ed., Paris 1924, pp. 49-59.

S. Jerônimo (1), S. Tomás de Aquino (2), e Henrique Gandavense (3). O mesmo se encontra nos Documentos Pontifícios:

A Encíclica "Providentissimus Deus" de Leão XIII, de 18 de Novembro de 1893, usa vários termos como "escritor sagrado", "autor sagrado" (4). Diversos decretos da "Pon-
ia Comissão dos Estudos Bíblicos" falam de autores hu-
da Sagrada Escritura (5).

licação dos princípios deve ser feita segundo essas
nsiderando no instrumento, não só a moção instru-
s também sua virtude própria. Assim o machado
, quando utilizado (6).

maneira se explicam facilmente os vestígios huma-
vros Sagrados, pois o Hagiógrafo põe à disposição
as suas faculdades, sendo os efeitos atribuidos total-
ao Agente principal e também ao instrumento (7).
uda-se portanto mais profundamente o conceito de Inspiração empregando os dados da Revelação, da experiência huma-

---

(1) S. Augustinus (354-430); Epistula 82, ad S. Hieronymum (post 405) 1. 3; ML. 33, 277; Enchir. Patr. 1421.

(2) S. Thomas de Aquino, Quodlibeta VII, quaestio 6, art. 14 ad 5.: "O autor principal da S. Scriptura é o Espírito Santo; o homem que foi autor instrumental da S. Scriptura"...

(3) Henricus Gandavensis, Summa, A. q. questio 2.

(4) Enchiridion Symbolorum: 1947. 1952.

(5) Enchiridion Symbolorum: 1997, 1998, 2000, 2110-2111; 2115; 2129-2136; 2155-2165; 2166-2171. Enchir. Bibl. 174-175-177; 100-181; 287-292; 240-246.

(6) S. Thomas de Aquino, Summa Theologica III, q. 62, art. 1, ad 2.

(7) S. Thomas de Aquino, Summa Contra Gentiles III, q. 70.

na e das investigações científicas, não se esquecendo porém o mistério do auxílio da graça divina, isto é, a cooperação entre Deus e o homem.

Finalmente é preciso evitar na análise do conceito de Inspiração a aplicação de princípios, como a premoção física dos tomistas, que, deixando em pé muitas dificuldades, ainda transportam a questão para o campo do Tratado Teológico da Graça.

II — O método de análise do conceito de Inspiração pela noção de "*autor*".

Torna-se possível pela experiência comum analisar profundamente a noção de "autor". Esta noção pode ser aplicada depois na análise mais completa do conceito da Inspiração, determinando-se o que se requer a fim de que Deus seja suficientemente constituido "autor" dos Livros Sagrados.

Entretanto devem ser evitados três *obstáculos* neste método, isto é: não é só abstratamente que se faz o exame da noção de "autor", mas na realidade concreta da Tradição. E' preciso salvar a individualidade pessoal do Hagiógrafo nas palavras e nas idéias. São Paulo, por exemplo, difere de S. João. O nexo psicológico das idéias e sua manifestação exterior, operada na psicologia do autor, também devem ficar ressalvados.

C) — *Conclusão Geral* referente aos métodos.

Seria conveniente a aplicação conjunta de ambos os métodos na análise do conceito de Inspiração. Procedendo-se pois da noção de "autor", entendido na tradição, atribuir-se-iam a Deus as operações necessárias que daríamos a um indivíduo

para que fôsse chamado, de direito, autor de um livro. Pràticamente pode-se estabelecer o seguinte:

Deus tem em Sua Inteligência Divina tôdas as idéias organizadas para a elaboração do Livro Sagrado. Na Divina Vontade determina-se que essas idéias sejam comunicadas fielmente, pelos escritos do Hagiógrafo já informado por elas. Assim o efeito pertence ao Hagiógrafo, purificado e elevado à ordem sobrenatural, mas cuja obra entretanto se faz em conseqüência e dependentemente daqueles atos divinos.

A virtude própria do Hagiógrafo, empregada aqui de maneira elevada e perfeita por Deus, entende-se a personalidade do escritor sagrado nas suas operações espirituais (1).

Não olvidando pois o princípio de justiça "a cada um o seu" e a cooperação condescendente ao Hagiógrafo, explica-se mais fàcilmente a certeza infalível e a autoridade irrefutável das SS. Escrituras, e ao mesmo tempo, a índole humana do estilo e forma literária, própria de cada Escritor Sagrado.

UTILIDADE DO PRINCÍPIO DA CONDESCENDÊNCIA

Êsses traços pessoais dos Hagiógrafos, e mesmo suas imperfeições, são muito bem compreendidos dentro do princípio da "condescendência".

É certo que Deus usa dos homens naquilo que êles próprios podem fazer sem a intervenção do milagre.

A sua Paternidade divina adaptou-se à debilidade humana pela Revelação no Antigo Testamento, feito aos Patriarcas

(1) Billot L., De Inspiratione S. Scripturae Theologica disquisitio, 4 ed., Romae 1929, pp. 65-67; Vosté I. M., De Divina Inspiratione et veritate S. Scripturae, 2 ed., Romae 1932, pp. 66-71.

e Profetas, culminando na Lei Nova com a presença e pregação de seu próprio Divino Filho Jesus (1).

Sòmente na Caridade Divina (2) encontraremos a razão última da condescendência. E' lícito fazer a analogia entre o mistério da Encarnação e a Inspiração aos Hagiógrafos. Deus Filho aceitou tôdas as imperfeições humanas, com exclusão absoluta do pecado (3).

Na Inspiração, a Palavra de Deus, imune de qualquer êrro mental ou moral, revestiu-se das imperfeições próprias ou derivadas dos Hagiógrafos. Esta verdade é proclamada na Encíclica "Divino afflante Spiritu" (4).

Tese da "synkatábasis" ou condescendência segundo S. João Crisóstomo (344-407)

Tese insubstituível na edificação da Teologia Bíblica, a "synkatábasis" é das colunas principais no solidíssimo edifício da Teologia Bíblica de S. João Crisóstomo.

Etimològicamente o verbo grego "synkatabáino" quer dizer *condescender, acomodar-se* e o substantivo "syinkatabasis" significa *condescendência, acomodação,* quando, por exemplo, um superior mais forte e mais robusto se acomoda, atempera-se aos costumes e à capacidade do inferior e do mais fraco. (5).

---

(1) Hebr I, 1. — Núm 12, 6-8; Jl 2, 28; 2 Pdr 1, 20-21.

(2) 1 Jo 4, 7-16; 2 Cor 13, 1-13.

(3) Hebr 4, 15.

(4) Encíclica "Divino afflante Spiritu", de Pio XII, setembro de 1943; Acta Apostolicae Sedis 35 (1943) 316.

(5) Suicerus I. C., Thesaurus Ecclesiasticus ex Patribus Graecis. Amstelodami 1682, II pp. 1067-1074.

Antes de S. João Crisóstomo foram defensores da tese da "synkatabasis", embora apenas transeuntemente, São Justino (cêrca 100/10 — 103/67) que usa o termo "armonisamenos" com o mesmo sentido de "acomodar-se". (1).

Santo Irineu (cêrca 140-202) escreveu: "Deus... deveu fazer-se criança com o povo ainda menino". (2).

São Clemente Alexandrino (cêrca 150-211-13) tinha dito: "Para dizer em poucas palavras: de tal modo se portou o Senhor conosco, como nós com os nossos filhos". (3).

Além dêstes, Tertuliano, Orígenes, Eusébio Cesariense, Sto. Atanásio, Sto. Epifânio, outras tantas sumidades escriturísticas têm palavras similares e de igual autoridade.

A exposição da tese da "synkatabasis" ou condescendência em São João Crisóstomo é o que de mais belo existe na "boca de ouro" do grande doutor.

São João Crisóstomo, por direito e mérito, tem o título de "doutor da condescendência", maxime após a encíclica "Divino afflante Spiritu", porque tôda a obra exegética crisostomiana é iluminada pela luz da "condescendência divina". Tudo no Doutor Antioqueno é penetrado pela doçura da misericórdia sem detrimento da justiça divina.

"Ademais esta tese diz relação a tôda a economia da redenção do gênero humano" diz o mesmo Crisóstomo (4).

---

(1) S. Justino, Dialogus com Gryphone Judaeo MG. 6, 518.

(2) S. Irineu. Adversus Haereses IV. 14. 3 MG. 7, 1011-12. IV. 38, 2; MG. 7, 1107.

(3) S. Clemente Alexandrino, Paedagogus 1, 9. MG. 8, 339.

(4) S. João Crisostomo, In Genesim homiliae (388) 17, 1; MG. 53, 134-35.

Ao que toca a Inspiração dos Livros Sagrados, mais apuradamente Crisóstomo diz: "Deus pelo ato de escrever as Sagradas Letras, dignou-se descer até os homens e para ùnicamente se acomodar à debilidade e enfermidade deles (1), condescendeu, acomodou-se também à linguagem e às palavras dêles (2).

A razão por que assim agiu Deus encontra-se na "filantropia" de Deus (3). O fim portanto da Sagrada Escritura é a manifestação da vontade de Deus para erudição dos homens, segundo S. Paulo: "Tudo aquilo que foi escrito, para doutrinação nossa o foi escrito". Rom 15, 4.

A divina condescendência profundìssimamente conhece e pondera a razão dos tempos e a utilidade da misericordia. (4).

Assim, pensando quais seriam aquêles que ouviram as leis de Moisés, *como* estariam afeitos, e *quando* teriam recebido estas leis, muito seria de louvar o legislador (Deus) pela Sabedoria. Dir-se-à que é um e o mesmo que estatuiu isto ou aquilo, muito útil e congruente ao tempo (5).

Acomodou-se ao homem também quanto ao afeto e à psicologia (6).

A condescendência de Deus aparece na Sagrada Escritura, aqui e ali com maior intensidade, já quanto à Verdade reve-

---

(1) Ibidem 15, 2; MG. 53, 121.
(2) Ibidem 3, 3 MG. 53-334-36.
(3) S. João Crisostomo. In Joannem 15, 2 MG. 59, 100.
(4) Ibidem 37, 1. MG. 59, 207.
(5) São João Crisostomo, In Matthaeum 18, 1 MG. 57, 265.
(6) S. João Crisostomo, In Epistulam ad Philipenses homiliae (393-97) MG. 62, 248.

lada, já no que respeita ao período histórico da humanidade. O maximum da "synkatabasis" aparece no Gênesis 1, 1 quando Deus deve falar aos hebreus, pejados do limo das coisas materiais, incapazes portanto de se levantarem para as coisas celestiais.

O Santo Doutor explica pela "condescendência" o uso dos antropomorfismos, as teofanias, as figuras retóricas, o modo de descrever os fenômenos da natureza, as razões das idéias do homem que se encontram nos "Livros Inspirados".

Por outra parte na Sagrada Escritura observa-se a divina *"acribeia", exatidão* pela qual se resguarda a perfeição da Sagrada Escritura, imune de todo êrro, acuram-se as expressões das idéias. É ainda João Crisóstomo que a isso se refere muito frequentemente.

A "synkatábasis" mais a "acribeia" da Sagrada Escritura são qualidades jamais encontradas em outro livro.

Mais: a índole social da Revelação e seu modo eficaz postulando da parte do homem a suficiente inteligência do que Deus fala, é uma graça universal, geral para a humanidade. Porque a comunicação "mística" na qual Deus se revela "como é, "sicut est", é graça especialíssima reservada aos eleitos e preparados (2 Cor 12, 4).

A conclusão se impõe: a idéia de Inspiração egregiamente concorda com a razão de Deus quando trata com os homens, e as imperfeições da Sagrada Escritura tão pouco são milagres de Deus; antes demonstram sua sabedoria e bondade.

Por esta paterna acomodação Deus fala ao homem mais fàcilmente, mais suavemente, mais perceptìvelmente que se comunicasse sua infinita sabedoria na sua própria forma. (1).

---

(1) S. Agostinho (354-430), Tratado sobre o Evangelho de São João 1, 1; ML 35, 1379.

Assim Deus quase desceu à debilidade e à enfermidade da nossa inteligência e, é para se notar porque nisto esplende esta divina condescendência: quanto mais rudes eram os homens, mais difícil ensinar-lhes os divinos Livros, e tanto mais condescendente era Deus. Prova disso: a diferença entre os livros antiquíssimos e os mais recentes da Sagrada Escritura.

TESE DA ILUSTRAÇÃO OU ILUMINAÇÃO DA INTELIGÊNCIA DO HAGIÓGRAFO

Um escritor deve escrever duas vezes o seu livro: primeiramente o concebe na inteligência; trabalho eminentemente intelectual. Depois, o escritor redige em todos os sentidos materiais o seu livro. É o elemento secundário na composição de um livro. Na primeira vez o autor é, por assim dizer, um cálamo obedientíssimo a si mesmo.

Na segunda vez o autor deve escrever usando instrumentos materiais, que expõem material e externamente o livro predelineado formal e internamente. Estas as duas fases necessárias ao se escrever qualquer livro.

Tratando-se contudo dos Livros Sagrados, o homem inspirado não pode ser considerado autor principal, mas secundário.

Conseqüentemente aquelas duas operações na elaboração do livro devem variar segundo as exigências da ação divina. Dependendo o Hagiógrafo do Espírito Santo como instrumento, os graus da elaboração mental do livro deverão variar, pois que o Livro Inspirado primeiro existirá completo na Inteligência Divina.

Nesta questão investiga-se a maneira pela qual se forma na inteligência do Hagiógrafo, por moção do Espírito Santo, o mesmo livro concebido na Inteligência Divina. Entretanto é preciso estudar a dupla operação do conhecimento intelectual segundo São Tomás de Aquino (1): a recepção das cousas na mente e o juizo acêrca dessas mesmas cousas.

I. — *a da "recepção das coisas" por parte da inteligência do Hagiógrafo sob a luz da Inspiração;*

II. — *a "formação do juizo das coisas recebidas".*

I. — Questão: Recepção das coisas por parte do intelecto do Hagiógrafo. S. Tomás de Aquino estatui: a recepção das coisas (2) por parte do intelecto do Hagiógrafo nem sempre, nem de modo necessário, deve estar sob a luz e deve ter a luz da graça da Inspiração. E' preciso distinguir acuradamente entre profetas no sentido estrito, que tiveram "visões por Deus", e o Hagiógrafo, nos quais se requer a fé suficiente e a luz da graça da Inspiração para julgar segundo a certeza da verdade divina aquilo que pode ser conhecido segundo a razão humana.

Esta luz da Inspiração pode servir ou para julgar aquilo que foi visto por outros testemunhos, não porém pelo Hagiógrafo, ou também para julgar segundo a divina verdade aquilo que o homem aprende no curso natural da vida.

Esta doutrina do Doutor Angélico, confirmada pela Sagrada Escritura (3), não é dêle: é da Sagrada Escritura, dos

---

(1) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica II, II, q. 173, a 2.

(2) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica II. 2 Quaestio 174 art 2 ad 3um.

(3) Lc 1, 1; 2 Mac 2, 19, Prov 1; 31, 1; 1 Par; 1 Jo 1, 1-3; At 16, 10.

SS. Padres, dos Escritores Eclesiásticos, dos Teólogos que afirmam todos, sem dúvida alguma, que a Revelação não pode ser considerada da essência da Inspiração. De direito e de fato a "recepção das coisas" é feita pelas forças naturais da inteligência do Hagiógrafo.

O que há portanto é a assistência especial de Deus ou pelo menos da Providência, no escrever o Livro Sagrado. Com efeito, encontra-se na Sagrada Escritura muita notícia, da qual o Hagiógrafo poderia ter conhecimento intelectual, naturalmente. E isto por três vias:

1. ou pela própria consciência, reflexões e afetos próprios;

2. ou pelos fatos que se conservaram na sua memória, dos quais havia outros testemunhos.

3. ou finalmente pelos meios comuns e humanos: Fontes orais ou escritos.

Daí uma conclusão geral: a Inspiração bíblica *de fato* pode, mas de direito não deve estar ligada nem com a Revelação sobrenatural das verdades novas, nem com a ciência infusa por novas espécies, nem com a visão. (1)

Duas conclusões nascem dessa questão: ***a recepção das coisas não pertence formalmente à Inspiração.***

São elas: I — Como o Hagiógrafo usa das Fontes.

II — Distinção e relação entre Revelação e Inspiração. Quanto à primeira é suficiente dizer: o Hagiógrafo pode usar

---

(1) Clemente Alexandrino (150/211/15) Stromata MG. 8, 1141-44.

de Fontes e portanto é oficio dos Doutores católicos inquirir sobre estas Fontes, como o decretou a Pontifícia Comissão de Estudos bíblicos (1), e que nem por isso as Fontes, enquanto tais, adquirem valor de Inspiração embora usadas pelo Hagiógrafo inspirado; e que finalmente não repugna ao Hagiógrafo usar de fontes pagãs.

Quanto à segunda: distinção e relação entre Revelação e Inspiração em longos traços, é dizer-se que a Revelação não é a essência da Inspiração.

A Revelação: 1. — *quanto a nós*: tudo na Sagrada Escritura é Revelação, logo de fé divina.

2. — *quanto ao Hagiógrafo*: *a Revelação antecedente* pode tèr-se *de direito* e *de fato* se tem tratando-se de matéria estritamente sobrenatural; a *Revelação concomitante* ou *consequente*, isto é, se o Hagiógrafo sabe que escreveu inspiradamente.

3. — Quanto ao fato da Inspiração de um livro, só se conhece por Revelação que é o critério último da Inspiração, sendo a Tradição o critério próximo.

2.ª Questão — *O Hagiógrafo, pela luz da Inspiração, julga o material adquirido.*

1 — *Juízos feitos para compor o livro.*

Na sentença do Doutor Angélico, (2) aliás solidíssima,

---

(1) Decreto da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos 26 Junho 1912. Denz. 2162. Enchir. Bibl. 415 .

(2) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica, II.a II.ae, q. 173, a. 2.

o elemento principal, na Inspiração, é o *juízo de certeza divina*. Sem êle, ainda que se tivessem revelações de Deus, não se teria nem profeta, nem Hagiógrafo.

Êsse juízo é triplo:

a) *juízo teorético*: Recolhido e selecionado o material, deve o autor conceber o livro: emitir juizos sôbre o todo e sôbre as partes e relacioná-los entre si pela Lógica, pela História, pela Psicologia e também ajuizar de sua verdade e certeza.

b) *juízo prático*: E' o propósito eficaz de comunicar aos homens aquelas suas idéias, escrevendo um livro.

c) *juízo da faculdade intelectiva artística*: E' a faculdade artística da inteligência a escolher a forma externa: gênero literário, estilo, palavras, enfim, a veste literária do livro.

2 — *Influxo de Deus nesses juízos*:

a) *Nos juízos teoréticos*: Deus, autor principal, já concebeu e ordenou em sua inteligência divina, tudo quanto quer comunicar aos homens. O Hagiógrafo, agora, deve receber em sua mente essas mesmas idéias, e ter certeza divina a respeito delas. Isto se faz pela graça da Inspiração que eleva, purifica e torna a faculdade do Hagiógrafo apta a conhecer as verdades de Deus e julgá-las com certeza divina. (1)

b) *No juízo prático*: O homem só pode mover a vontade de outrem por modos mediatos: uma ordem, um conse-

---

(1) S. Thomas de Aquino, Summa Theologica, IIa. IIae. q. 171, a. 1 ad. 4. Quaestiones disputatae de Veritate, q. 12, a. 7.

lho, um aliciamento. Mas Deus pode mover a vontade humana a querer inelutàvelmente o que Deus quer, sem deixar de ser livre. Assim faz com o Hagiógrafo. De maneira que o querer escrever pertence a Deus como autor principal, e ao Hagiógrafo, como autor instrumental.

S. Tomás dá a razão: "A inteligência do profeta é movida pelo Espírito Santo como um instrumento deficiente em relação ao agente principal." (1) Essa plenitude de sentido, também inculcada pela Encíclica "Providentissimus Deus" (2), triplamente se justifica:

— O Espírito Santo anuncia mistérios altíssimos, cuja inteligência os homens só a têm aos poucos, com o correr dos séculos e o realizar-se das profecias.

— A revelação no Antigo Testamento é progressiva; aumenta pouco a pouco, segundo a paternal "condescendência" de Deus.

— As profecias só se podem plenamente entender depois de sua realização.

Note-se que para alcançar e compreender essa "plenitude" de sentido a Hermenêutica deve ajudar-se da Tradição da Igreja. (3).

---

(1) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica, II.a II.ae, q. 173, a 4.

(2) Leão XIII (1878-1903), Enciclica "Providentissimus Deus", 18 de novembro de 1893, Denz. Ench. Bibl.

(3) Pesch, De Inspiratione S. Scripturae, Friburgi, 1906, n.º 499-501.

QUESTÃO DA INSPIRAÇÃO VERBAL

Como se Deve Explicar o Influxo de Deus na Faculdade Intelectiva Artística Quanto à Escolha das Palavras

A) *Estado da questão.*

O influxo de Deus, pela graça da Inspiração, na faculdade intelectiva artística atinge também a escolha das palavras, pois os princípios de causalidade instrumental aplicam-se também a cada ação da faculdade intelectiva do Hagiógrafo, pelas quais o livro Inspirado é concebido, formado e composto. (1)

Até aqui são unânimes os autores. Para a frente, divergem. A divergência está em saber se o influxo divino chega "até às palavras", à escolha dêste ou daquêle vocábulo.

Os autores que propugnam essa Inspiração verbal, de nenhum modo chegam a defender o "ditado mecânico das palavras", nem negam a atividade própria do Hagiógrafo. Apenas afirmam que o seu trabalho próprio e pessoal, em escolhendo as palavras, não lhe pertence como a instrumento vivo e inteligente e porisso estão sob a moção prévia de Deus pelo influxo divino inspirativo.

Os autores que impugnam a Inspiração verbal não vão a afirmar que tudo, até os vocábulos, procedem das faculdades do Hagiógrafo, mesmo elevadas e roboradas. Distinguem-se dos adversários por defenderem esta sentença: "as palavras a escolher não são determinadas por Deus."

---

(1) Mortori G., La nozione di causa instrumentale e le sue aplicazioni alla quaestione del'inspirazione verbale, Verons 1928; Hugon E., La causalité instrumentale, 2 ed., Paris, 1924.

A divergência parece que está mais no modo de considerar, de exprimir e de provar uma única e mesma verdade admitida pacìficamente por todos. Não se discute a "extensão da Inspiração", mas sua "natureza."

B) *Provas:*

I — *Argumento geral.*

Tôda a Tradição e os documentos do Magistério eclesiástico, desde o início até os nossos tempos, vêm afirmando que os Hagiógrafos escrevem os Livros Inspirados como instrumentos de Deus, autor principal. Ora, êste conceito de instrumentalidade, aplicado não só no campo ideal, mas nas condições concretas, leva a concluir que também na escolha das palavras os Hagiógrafos são instrumentos de Deus. Porque "escrever um livro", segundo o modo comum de falar, não diz apenas comunicar idéias, mas expô-las concretamente em veste literária própria e individual.

Por conseguinte, sendo Deus o autor principal e primário dos Livros Inspirados, parece que também a escolha dos vocábulos deve pertencer ao seu influxo divino.

II. — *Argumento positivo:*

A. — *A Psicologia* nos ensina que há uma íntima correlação entre as nossas idéias e as nossas palavras, de tal forma que ambas nos ocorrem simultâneamente. Aplicando-se êste fenômeno natural à Inspiração, conclui-se que o Hagiógrafo, ao ter na mente as idéias já bem definidas, deve também possuir as palavras que lhes correspondem. Mas se é assim, dificilmente se poderia admitir que a veste externa e literária

da Escritura não pertença tôda a Deus que inspira as idéias, mas só e totalmente ao Hagiógrafo.

B. — *A Teologia* nos leva primeiro a examinar os escritos dos SS. Padres, especialmente os que cultivaram a ciência bíblica mesmo que diretamente não tenham falado da Inspiração verbal. Entre êles citamos assim Orígenes (185/6 — 254/5). Comentando os Salmos, temos que a Inspiração divina atingiu até as menores letras da Sagrada Escritura (En. Patr. 483). Uma segunda prova é o modo de agir dos Santos Padres e Exegetas: êles se firmam nas palavras, a fim de tirar argumentos para as doutrinas teológicas, morais, ascéticas e místicas. Certamente isso não fariam se as palavras fossem empregadas ùnicamente pela escolha do Hagiógrafo, sem a iluminação divina.

Dessas razões se pode concluir que o Hagiógrafo é instrumento nas mãos de Deus, não só para o sentido das sentenças escriturísticas, mas também quanto à sua apresentação externa.

Contudo o Hagiógrafo não padece uma determinação rígida na escolha de sua elocução, o que seria um ditado mecânico. Daí se explica fàcilmente como na parte literária possa haver imperfeição, a qual pertence ao instrumento. Deduzem-se também as consequências dessas verdades: diversidade de índole e de estilo dos Hagiógrafos, variedade na maneira de escrever as mesmas palavras de Nosso Senhor; a possibilidade de terem empregado secretários na redação, e, por fim, a "Inspiração equivalente" nas traduções da Sagrada Escritura.

Influxo de Deus na Vontade do Hagiógrafo pela Graça da Inspiração

Três são as questões:

1.º) *Necessidade*: Esta moção da vontade do Hagiógrafo pertence à essência da Inspiração. Prova-se pelas Encíclicas "Providentissimus Deus" de Leão XIII (1878-1903), e "Spiritus Paraclitus" de Bento XV (1914-1922), onde se diz que o Espírito Santo *excita* e *move* o Hagiógrafo a escrever. O mesmo se deduz do conceito de autor e de livro. Para ser autor de um livro é necessário não só conceber e coordenar as idéias na mente, mas também expô-las por escrito. Assim é preciso que Deus, após ter inspirado as idéias ao Hagiógrafo, lhe mova a vontade a fim de as exteriorizar por escrito. Caso contrário, não seria Deus, de direito, o autor do livro.

2.º) *Natureza*. O Hagiógrafo deve seguir perfeitamente o decreto da vontade divina, por isso o influxo inspirativo deve ser eficaz e proceder da vontade absoluta de Deus, deve ser físico e imediato. Sem essa moção divina o Hagiógrafo seria o autor principal seguindo uma inclinação meramente natural.

Entretanto o divino não exclui outros influxos morais e eficazes que venham dos homens. São Clemente Alexandrino refere que os Cristãos pediram a São Marcos e S. João que escrevessem os seus Evangelhos (1).

Mas sem o influxo de Deus o humano seria absolutamente insuficiente.

---

(1) Clemente Alexandrino († 150 — 211/215) citado por Eusébio de Cesaréia (cêrca de 265-340) na História Eclesiástica (311-325) 6, 14; MG; 9, 749 e 20, 552; Enchir. Patris. 439, 268.

3.º) *Liberdade* do Hagiógrafo, mesmo sob a moção divina. Essa moção imediata e física deve ser tal que o homem a siga infalìvelmente sem perder sua liberdade. O conceito de inspiração "mântica", que tolhe a liberdade humana, foi rejeitado pelos Santos Padres. Essa liberdade se prova pela convicção que tinham os Sagrados Autores de não agir coagidos, pelo modo de proceder e pelo modo de atribuir a si os Livros Inspirados (1).

A moção divina sôbre a vontade do Hagiógrafo embora não seja necessàriamente prévia, é eficaz; faz escrever as sentenças de Deus que estão na mente do Escritor Sagrado. E' isto, diz Billot, segundo o modo ou os modos que costumam ser expostos na matéria da graça eficaz" (2).

A escritura material necessàriamente pode não pertencer ao Autor, isto é, êle pode confiá-la a um Secretário ou Amanuense. Exige-se sòmente a assistência do Hagiógrafo a êsse cooperador mecânico. São Paulo assim usou de Tércio; S. Pedro de Silvano e Jeremias de Baruc (3).

Outro seria o caso de um auxiliar que cooperasse não só mecânica, mas também intelectualmente, isto é, dando uma forma literária às idéias manifestadas pelo Hagiógrafo ou completando um livro Inspirado já composto pelo Hagiógrafo. A êsses se estende também o influxo inspirativo acima descrito (4).

---

(1) Lc 1, 1; Rom 15, 15-17. 2 Cor ss. 13, 10.

(2) Billot L., De Inspiratione Sacrae Scripturae theologica disquisitio, 4 ed. Romae 1929, pág. 58.

(3) Rom. 16, 22, 1 Pdr 5, 12; Jer 36.

(4) Decretum Pontificiae Commissionis de Re Biblica: "De Mosaica authentica Pentateuchi" d. d. 27 Junii 1906; Dubium IV, Denz. 2000.

Conclusão Geral

A definição descritiva de Inspiração baseada nos pontos tratados: "A graça da Inspiração bíblica é o influxo sobrenatural carismático, para o bem da Igreja, do Antigo e do Novo Testamento, pelo qual Deus, autor principal de tôda a Sagrada Escritura, submete a si de modo perfeito as faculdades psíquicas do Hagiógrafo, elevando-as admiràvelmente e aplicando-as sem interrupção, de tal forma que o Hagiógrafo seja autor verdadeiro e secundário de todo o Livro Inspirado.

CAPÍTULO III

A inspiração "Terminativamente" considerada, isto é, tal qual se manifesta nos próprios Livros Sagrados

Depois de examinadas as propriedades da ação inspirativa em Deus e o seu influxo na mente receptiva do Hagiógrafo, impõe-se um terceiro problema: como se nos apresenta hoje o fato da Inspiração nas páginas do Livro Inspirado?

A esta interrogação respondemos analisando três pontos:

1.º — A extensão da ação inspirativa nos Livros Santos.

2.º — O seu efeito próprio e formal ou, em outros termos: os Livros Inspirados são "Palavra de Deus".

Enchir. Bibl. 180.

Decretum Pontificiae Commissionis Biblicae; "De auctoribus et de tempore compositionis Psalmorum", d. d. 1 maii 1910; Dubium VI. Denz. 2134; Enc. Bibl. 345.

3.º — O efeito precípuo da Inspiração: a inerrância bíblica.

ARTIGO I

A Extensão da Inspiração nos Livros Sagrados

TESE: A Inspiração divina estende-se a todos os assertos da Sagrada Escritura.

Estado da questão. Não se trata de saber quantos e quais os livros que devem ser inseridos entre os de Inspiração divina. Mas, é nosso intento apenas demonstrar que naqueles livros tidos por Inspirados e canônicos, a ação inspirativa "terminativamente" considerada é de direito e, portanto, deve aplicar-se a todos e a cada um dos assertos e não simplesmente a uma categoria deles.

Breve histórico da questão. Alguns Escritores desde a antiguidade patrística, aventuraram delimitar o alcance do influxo inspirativo de Deus nas SS. Escrituras a uma determinada classe de sentenças. Assim, os Anômacos, como atesta Santo Epifânio (1), e Henrique Holden (2), laureado pela Universidade de Paris.

O Concílio Vaticano rebateu-lhes a opinião, afirmando decisivamente: —

---

(1) S. Epiphanius (315-403), Adverses haereses Panarium (374-77) Haereses 76; MG; 42, 638.

(2) Holden Henr. († 1662), Divinae Fidei Analysis, Paris 1652; I 5, 1.

"Se alguém não receber como sacros e canônicos os Livros da Sagrada Escritura, *íntegros, com tôdas as suas partes..., seja anátema*" (1).

Levados por motivos polêmicos, contra objeções nascidas por ocasião de descobertas arqueológicas e históricas, alguns autores encabeçados pelo Cardeal Newman (2) negaram o fato da extensão do influxo inspirativo às cláusulas, sentenças ou frases "ditas de passagem".

Julgando interpretar a decisão da Igreja, Rohling (3) circunscreveu a Inspiração divina às verdades sobrenaturais contidas nas Sagradas Páginas. Fez escola, com numerosos seguidores: Lennormant, De Bartolo, Semeria, Savi e outros (4).

Argumentos:

1) — *A voz do magistério infalível da Igreja.*

a) *Diretamente*, através dos Concílios Tridentino e Vaticano e da Encíclica "Providentissimus Deus" do Santo Padre Leão XIII, sôbre os Estudos das SS. Escrituras.

---

(1) Concilio Vaticano (1869-1870), XX.º Ecumenico: "De Fide et Ecclesia", celebrado no pontificado do Papa Pio IX (1846-1878); Sessão III (24 de abril de 1870): "Constitutio de Fide catholica; De Revelatione Canon 4", Denz. 1809: Enchir. Bibl. 64.

(2) Card. Newman († 1890), no artigo "On the Inspiration of Scripture", em "The Nineteenth Century Divine 84 (1884), 185-199.

Também no opúsculo: "What is of obligation for a Catholic to believe concerning the Inspiration of the Canonicals Scriptures", London, 1884.

(3) Rohling A., no artigo: "Die Inspiration der Bibel und ihre Bedeutung für die freie Forschung", em Natur und Offenbarung 18 (1872), 97-108.

(4) Cfr. Van Jaak H., De S. Scripturae Inspiratione, Romae 1910, pág. 180.

b) *Indiretamente,* mediante o Decreto "Lamentabili" do Sto. Oficio, condenando os erros dos Modernistas e a Encíclica do Santo Padre Bento XV, "Spiritus Paraclitus", a respeito da inerrância bíblica.

2) — *A doutrina e o uso dos SS. Padres.*

Inúmeros os testemunhos extraidos da Tradição Patrística que se poderiam aduzir em abono de nossa tese. S. João Crisóstomo, entre outros, ponderava que as mesmas genealogias apresentadas por S. Mateus e S. Marcos em seus Evangelhos guardam em suas linhas um sentido profundo (1).

3) — *A razão teológica.*

O Hagiógrafo, como vimos acima, é o instrumento nas mãos de Deus na redação dos Livros Santos. Como causa principal, a ação de Deus não pode restringir-se a um determinado campo, mas deve atingir as menores particularidades na elaboração das Sagradas Páginas. Ademais, como nas Escrituras há ausência absoluta de êrro, explicável tão sòmente pelo fato da Inspiração, segue-se que tudo na Bíblia é fruto da intervenção inspirativa de Deus.

4) — Confirma-se a tese se considerarmos o modo de proceder de N. S. Jesus Cristo e dos Apóstolos, os quais, argumentando com as Santas Escrituras, não diferençavam o elemento religioso do puramente profano. "Está escrito": nisto se resumia tôda a autoridade da Palavra Inspirada. (2)

---

(1) S. João Crisóstomo (344-407), "In Genesin Homiliae" (388) 15, 1. MG. 53, 119.

(2) Van Laak H. em "De S. Scripturae Inspiratione", Roma 1910, págs. 236-243, cita vários exemplos dessa argumentação.

ARTIGO II

O Efeito Formal e Próprio da Inspiração. Os livros Inspirados são "Palavras de Deus"

N. Senhor, falando aos Escribas-Fariseus, disse: "Moisés mandou:

Honra teu pai e tua mãe.... vós porém ensinais.....; destarte desfazeis a *Palavra de Deus* com a vossa tradição... (1).

Não apenas N. Senhor mas também os Apóstolos falam das Escrituras como "Palavras de Deus": cf. Atos 7, 38; Rom 3, 1. 2.

Os Santos Padres consideram-nas como ditadas, pronunciadas, sugeridas ou exaradas por Deus. São a carta de Deus aos homens. A boca que nos fala da parte de Deus.

Convém distinguir na proposição: "As SS. Escrituras são Palavras de Deus", dois aspectos bem distintos: "fato de consignação" e "conteúdo de verdade". Quanto à "consignação", todos os assertos da Bíblia são, em sentido pleno, "Palavra de Deus". Em razão porém do "conteúdo", diversamente se lhes aplica essa denominação. Daí várias categorias de sentenças quanto a chamar-se "Palavra de Deus":

(1) *Sentenças proferidas imediatamente por Deus*: Em suas aparições e teofanias ou pela bôca dos Profetas e pela pregação de Jesus, Filho Unigênito de Deus. Estas, em vista

---

(1) Mc 7, 10-13.

da consignação e da matéria, são consideradas *de maneira absoluta* "Palavra de Deus".

2) — *As sentenças pronunciadas diretamente pelo Hagiógrafo* as quais se formam em seu intelecto totalmente pela luz divina.

São *intrinsecamente* "Palavra de Deus".

3) — *Os enunciados procedentes de fonte divina,* através da fala de anjos e de delegados divinos, são *indiretamente* "Verbo de Deus", em vista da missão jurídica ou do carisma confiado por Deus a êles.

4) — *As asserções nascidas de fonte humana* não são em sua matéria "Palavra de Deus".

COROLÁRIO. — Como se explica a existência de *imprecação* nas SS. Escrituras?

E' um fato de difícil explicação, uma vez que parece contrariar a perfeição e santidade devidas aos Livros Sagrados. Temos um exemplo frisante nos Salmos 6-19.

Diversas explicações são propostas. Tôdas, porém, insuficientes e imperfeitas.

Referem-se uns aos costumes demasiadamente rudes e grosseiros dos povos antigos, maxime orientais (1).

Apelam outros para a existência de casos semelhantes entre povos orientais com os quais Israel mantinha relações. (2).

---

(1) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica, II.a II.ae, q. 25, a. 6, ad 3.

(2) Steinmetzer F., Babylonische Parallelen zu den Fluchpsalmen in Biblische Zeitschrift 10 (1912) 133-42; 363-369.

Querem terceiros ver neste fato apenas a imperfeição moral do Antigo Testamento. Entretanto, para solucionar esta dificuldade é preciso ter diante dos olhos vários pontos. Primeiro, convém não esquecer a personalidade vicária do Hagiógrafo. Depois, muitas vezes, há apenas predição profética de eventos futuros, que não raro é feita de modo optativo ou jussivo. Considere-se também o emprego mui frequente de expressões assim assustadoras em ocasiões bélicas ou em causas judiciárias. Ademais, é palpável em muitos passos escriturísticos o bafejo poético. De mais a mais, a Igreja implora a vitória sôbre seus inimigos e a salvação, rezando nas ladainhas Maiores: "Ut inimicos Sanctae Ecclesiae humiliare digneris, te rogamus, audi nos" — "Para que se digne humilhar os inimigos da Igreja rogamo-vos, ouvi-nos".

Artigo III

Efeito Principal da Inspiração. Inerrância da Sagrada Escritura

O principal efeito da Inspiração é a inerrância da Sagrada Escritura. Esta questão tem sido atualmente objeto de maiores estudos, devido em parte às novas invenções, escavações arqueológicas e conhecimento mais claro da história dos povos antigos.

A) Compreensão e provação sólida do fato da inerrância.

B) Juizo sôbre as teorias estabelecidas para defesa da inerrância e solução das dificuldades.

NOÇÕES DE INSPIRAÇÃO

I — *Compreensão reta do fato da inerrância*

1) Inerrância, de direito. A Sagrada Escritura não contém erros (inerrância de direito), pois o Espírito Santo não pode inspirar o êrro.

2) A inerrância pertence primeiramente aos livros originais. Fundamentada, com efeito, na origem divina dos livros inspirados, é evidente que em primeiro plano a inerrância se atribua aos livros tais quais sairam das mãos dos Hagiógrafos, sob a Inspiração divina.

3) Os textos hodiernos da Bíblia, que todos podem ter em mãos, gozam da inerrância, não por si, mas só enquanto concordam com o texto original.

4) Entretanto a fôrça da Inspiração não impede corrupções acidentais e de pouca importância na transmissão literária do texto sagrado; isto se prova:

a) pelas inúmeras lições variantes das edições da Sagrada Escritura;

b) pela diversidade das "recensões" de um mesmo livro;

c) pelas diferenças entre o texto original e as Versões antigas.

As Versões gozam da inerrância enquanto reproduzem a obra original com fidelidade e integridade substancial. A integridade e a fidelidade da "Vulgata" latina em questões de Fé e Costumes, foi solenemente atestada pela Igreja; (1) não foi porém definida.

---

(1) Concilio Tridentino (1545-1563), Ecumênico sob os Papas Paulo III (1534-49), Julio III (1550-55), e Pio II (1559-65). Sessão IV: Denz. 735, Ench. Bibl. 46.

5) O objeto da inerrância é apenas o sentido literal, isto é, o sentido certo e determinado que o Hagiógrafo quis exprimir e que de fato exprimiu.

II — *Prova da inerrância Bíblica*

1) A inerrância é uma consequência necessária do dogma da Inspiração. Segue-se-lhe como um corolário natural e necessário. O Hagiógrafo de fato é um instrumento nas mãos de Deus. Deus porém não usa de seu instrumento para o êrro, pois que não pode errar, nem nos induzir ao êrro. O mesmo ensina claramente Leão XIII e o prova com razão muito sólida (1).

2) O dogma da inerrância Bíblica embora não formalmente definido, é tão abertamente professado pelo Magistério da Igreja, que se lhe deve dizer "De Fide", sem que precise de definição solene. (2).

a) João XXII ensina que não pode conter erros a Sagrada Escritura, pois que por ela se provam os Dogmas da fé (3).

b) O Beato Pio X, pela condenação da teoria bíblica Modernista, inculca novamente a inerrância da Sagrada Escritura (4).

---

(1) Leão XIII, Encíclica "Providentissimus Deus"; Denz. 1951.

(2) Merk A., Institutiones Biblicae I: De Inspiratione, 4 ed., Roma, 1935, pág. 68.

(3) João XXII, Constitutio "Cum inter nonnullos", Denz. 494.

(4) Beato Pio X, Decreto "Lamentabili"; Denz. 2011.

c) Pio XII condena os que restringem a verdade da Sagrada Escritura só às cousas de Fé (1).

3) Os Santos Padres tanto em teoria, como em palavras claras, como na prática, sempre confessaram a doutrina da inerrância.

Citamos alguns, dentre os muitos que trataram da questão.

a) *S. Clemente Romano*: "A S. Escritura é verdadeira porque é dada pelo Espírito Santo" (2).

b) *S. Irineu*: "As Escrituras são perfeitas, porque ditadas pelo Verbo de Deus e pelo seu Espírito" (3).

c) *S. Justino* diz que nunca ousará nem pensar nem dizer que as Escrituras se contradizem.

d) *Sto. Epifânio*: "Jamais ousarei pensar ou dizer que possa haver contradições nas Escrituras" (4).

O fundamento desta unanimidade se encontra na própria Escritura, v. g.: Jo 10, 35, Atos 1, 16.

A doutrina da inerrância bíblica, com razão e de direito se chama "Dogma" pois é proposta pelo "Magistério ordinário e universal" e o Concílio Vaticano o ensina: "Deve-se crer com fé divina e católica tudo quanto se contém na Palavra de Deus seja da Escritura seja da tradição e que

---

(1) Pio XII., Enciclica "Divino afflante Spiritu" A. A. S. 35 (1943) 208.

(2) S. Clemente Romano, Epistula ad Corinthios, MG. 1, 300.

(3) S. Irineu (140-202), Adversus Haereses 2, 28, 2: MG. 7, 804; Enchir. Patr. 203.

(4) S. Justino (100-163), Dialogus cum Triphone Judaeo; MG. 6, 625; Enchir. Patr. 138.

ou por definição solene ou pelo magistério universal ordinário a Igreja propôs como divinamente revelado" (1). Pelo exposto, a inerrância bíblica se diz "De Fide".

III) Juízo sôbre as teorias estabelecidas para defesa da inerrância e solução das dificuldades.

E' a tese dos Autores Católicos. Depois de tantas e tão explícitas declarações do Magistério Eclesiástico, ninguém se encontra hoje entre os católicos que negue diretamente esta verdade católica. Si alguma cousa, na Sagrada Escritura, parece contradizer a verdade, procura-se resolver a dificuldade, não negando a inerrância, mas mostrando no texto, que o que o Hagiógrafo quis exprimir e exprimiu não está errado. Porisso são várias as teorias surgidas para conciliar a inerrância bíblica com as exigências científicas hodiernas.

Vamos tratar das:

I) Dificuldades contra a inerrância bíblica.

II) Teorias dos autores católicos para defender a inerrância Bíblica.

III) Decisões da Autoridade e do Magistério Eclesiástico.

IV) Estado hodierno da questão.

I. — *Dificuldades contra a Inerrância Bíblica.*

São de várias procedências:

---

(1) Concilio Vaticano (ut supra): sessão III "De Fide": Denz. 1792.

a) *Ciências Naturais.* Entre outras, surgem dificuldades quanto ao Gênesis, cc. 1-11; Josué 10, 11-13, etc.;

b) *História e Arqueologia.* Alguns duvidaram de muitos assertos históricos e também da historicidade de alguns livros (Ester, Tobias, Judite, Jonas) por causa de documentos históricos recentemente descobertos e de escavações feitas no Oriente.

c) *Literatura do Antigo Oriente.* Um mais extenso e mais profundo conhecimento da Literatura Oriental, dos gêneros literários, levou certos autores a comparar narrações bíblicas, salmos, vaticínios messiânicos, com textos egípcios semelhantes. Ora, tais comparações resultaram às vezes desfavoráveis à inerrância bíblica.

d) *Crítica Literária.* Depois de A. Ruenen (1869) e F. Wellhausen (1876-77), a crítica literária obteve grandes triunfos e parecia demonstrar que os autores de certos livros da Sagrada Escritura não eram os afirmados pela Tradição.

II. — *Teorias de autores católicos para defesa da Inerrância Bíblica*

1) *Teorias radicais e exageradas,* eivadas dos próprios princípios falsos dos adversários (1)

2) *Teorias que se afastam da Tradição,* isto é, que ultrapassam certos fins e termos estabelecidos pelos Santos Padres" (2).

---

(1) Papa Bento XV (1914-1922), Encíclica "Spiritus Paraclitus" sôbre a Inerrância da Sagrada Escritura de 15 de setembro de 1920; Enchir. Bibl. 474.

(2) Encíclica "Spiritus Paraclitus" (ut supra); Enchir. Bibl. 467.

3) *Teorias que desconhecem as Razões Teológicas*, ou as excluem das inquisições críticas e históricas.

Uma dessas teorias foi o Modernismo: A. Loisy (1857-1940) e sequazes da Escola Modernista estabeleceram o sistema da: "Verdade apenas religiosa" e "Verdade econômica":

A Sagrada Escritura só tem verdades na parte religiosa; as partes profanas são "vestes" com valor apenas relativo ao tempo dos primeiros leitores. A doutrina católica não é absoluta mas "econômica", isto é, adaptada à capacidade dos tempos e dos homens, sendo portanto mutável e transitória. E' evidente que os princípios do Modernismo destróem a própria verdade da Revelação sobrenatural, sendo porisso heresia.

Alguns autores católicos mais moderados querem, por alguns dêstes modos, resolver as dificuldades provenientes das Ciências Naturais e da História:

a) Distinguindo na Sagrada Escritura o que é ensinado (elemento primário, religioso) e o que são apenas afirmações (elemento secundário, profano).

b) Aplicando em questões históricas os princípios da "Verdade aparente" aos sentidos que Leão XIII permite aplicar às questões naturais (1).

c) Estabelecendo vários "gêneros literários" que tenham "verdade própria em "si", não absoluta.

d) Recorrendo para dificuldades históricas, às "citações implícitas" em que o Hagiógrafo não assumiria responsabilidades.

---

(1) Leão XIII, Encíclica "Providentissimus Deus" sôbre o Estudo da S. Escritura; Enchir. Bibl. 106.

Os autores e defensores de todas essas teorias encontraram muitas e fortes sentenças tradicionais (1).

III — *Decisões da Autoridade e do Magistério Eclesiástico.*

O Magistério da Igreja a quem Jesus Cristo confiou a guarda da revelação não podia silenciar em tal questão. Decisões importantíssimas foram emanadas ou pelos Papas ou pela Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos.

1) *Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos.*

a) instituição, direitos, atividades, autoridade: — Instituida a Comissão por Leão XIII em 30 de Outubro de 1902, foi revigorada pelo Beato Pio X que lhe deu o direito de conferir todos os Graus Acadêmicos em "Re Biblica". A atividade da Comissão foi colossal. De 1905 a 1915 emitiram-se 14 decretos a respeito de muitas questões gravíssimas, disputadas. A autoridade dêstes Decretos no que toca à fôrça de obrigar em consciência, o B. Pio X a equiparou aos Decretos das Sagradas Congregações que tratam da doutrina, aprovada pelo Pontífice (2). Não é lícito silenciar êstes decretos ou retorcê-los a bem da opinião própria. (3)

b) Natureza dos Decretos. Dez Decretos tratam da origem e autenticidade dos Sagrados Livros. Outros julgam

---

(1) Juizos sôbre as várias sentenças podem-se encontrar em Lagrange M. I., La Méthode Historique, ed. 2, 1904; Prat. F., La Bible et l'Histoire, 1908; Bonaccorsi G., Questioni Bibliche, 1904.

(2) Enchir. Bibl. 279.

(3) Enchir. Bibl. 487.

e proibem certas aplicações da inerrância bíblica feitas por alguns autores católicos.

2) *Decisões do Magistério Eclesiástico.*

O Beato Pio X expediu dois documentos importantes a respeito da inerrância bíblica: Decreto "Lamentabili" (3 de ...o 1907) e Encíclica "Pascendi Dominici Gregis" (8 se- ... de 1907).

...ncíclica "Pascendi" condena os erros sôbre a natu- ...xtensão da Inspiração, condena a teoria da "dupla ...los Sagrados Livros, e a impugnação da autentici- ... bem como, a teoria que afirma haver erros cien- ...stóricos nas Sagradas Escrituras.

... *XV.* Publicou a Encíclica "Spiritus Paraclitus" ...nbro 1920).

...firma a existência e indica a prova da inerrância. Dá ...nterpretação autêntica da Encíclica "Providentissimus Deus" de Leão XIII, afirmando não poder concordar com:

a) a distinção entre verdades religiosas (elemento primário) e verdades profanas (elemento secundário);

b) a teoria da verdade relativa da Sagrada Escritura em cousas históricas como se as narrações fossem feitas segundo a opinião vulgar e não segundo a verdade objetiva da cousa;

c) o abuso de princípios em si retos, aplicados contudo além do justo limite, v. g. citações implícitas, gêneros literários, crítica literária, etc.;

d) a sentença a respeito da "compenetração da narração histórica" e da contemplação subjetiva do Hagiógrafo no Evangelho de S. João.

Expõe Bento XV finalmente a doutrina de Nosso Senhor Jesus Cristo sôbre a inerrância Bíblica, proposta teórica e pràticamente pelo Senhor.

IV — *Estado hodierno da questão.*

A pouco e pouco os problemas se esclareceram pelas controvérsias católicas e pelas grandes decisões que a par delas se foram promulgando.

Primeiro fruto foi uma salutar purificação: eliminar-se das teorias mais laxas tudo quanto não harmonizava de pleno com os princípios católicos.

Segundo fruto foi a distensão das sentenças por demais rígidas de certos tradicionalistas.

Enfim, terceiro fruto foi o acurado exame do valor e consequências das descobertas e investigações, principalmente históricas e arqueológicas, feitas no decurso de muitos anos.

Nasceu, assim, entre os autores católicos, concordância de princípios, embora se depare não pequena diferença na aplicação dêles.

PRINCÍPIOS TEOLÓGICOS PARA SE AJUIZAR SÔBRE EXPLICAÇÃO E APLICAÇÃO DA INERRÂNCIA NAS TEORIAS MODERNAS

Dada a certeza plena da inerrância Bíblica para os católicos, tôda e qualquer dificuldade tem que se resolver investigando o sentido legítimo que o Hagiógrafo quis exprimir e que de fato exprimiu.

Dentro dêste âmbito, as teorias se dividem. Algumas limitam a intenção do Hagiógrafo à doutrina que êle quis "ensinar", isto é, às verdades religiosas, omitindo as que fazem de mero invólucro.

Outros sistemas ("aparência histórica", "gêneros literários", "citações implícitas") antes consideram certas classes de verdades que a própria intenção do Hagiógrafo.

I — *Sistema de distinção entre o elemento religioso e o elemento profano.*

Prenoções: Não tratamos, aqui, do sistema da "evolução doutrinal" ou da "verdade econômica" (Loisy) que, aplicadas aos Sagrados Livros, redundam na doutrina da "Verdade relativa" manifestamente herética. (1)

1) *Exposição do sistema*: A intenção do Hagiógrafo, ao escrever o Livro Sagrado, foi ensinar apenas o que diz respeito à salvação, coisas portanto quase sempre religiosas.

Portanto, só a elas, primàriamente, se refere a inerrância. Atinge as questões de ordem natural apenas enquanto servem para expor aquelas, quase como se tudo fosse uma grande parábola religiosa.

Os propugnadores principais dêste sistema são Holzhey (2), e Gunkel H. (3).

---

(1) Decreto "Lamentabili", proposição 58; Enchir. Bibl. 242; Denz. 2058.

(2) Holzhey K. Schopfung, Bibel und Inspiration, 1902.

(3) Gunkel H.; Die Biblische Urgeschichte, Bonn 1932.

2). *Crítica do Sistema*:

a) *Exagêro de um princípio certo*: Muitas vêzes, de fato, a Sagrada Escritura nos depara narrações forjadas pelo Hagiógrafo com o fito de, através delas, expor uma verdade religiosa (vg. as parábolas).

Mas são casos determinados: não se podem considerar como tais tôdas as narrações Bíblicas — seria destruir a credibilidade histórica da Sagrada Escritura.

Daí o ter a Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos determinado por "*princípio de reta exegese*" que o sentido histórico deve ser considerado como tal enquanto "se não provar, com sólidos argumentos, que o Hagiógrafo quis transmitir não uma história verdadeira e pròpriamente dita, mas, sob a aparência e forma de história, propor uma parábola, alegoria ou um sentido diverso da significação realmente literal e histórica das palavras" (1).

Nem se há de fàcilmente admitir tal caso, dado o direito que a Igreja se reserva do último juizo.

A Autoridade Eclesiástica, com tais decisões, protegeu eficazmente a índole histórica dos Livros Históricos da Sagrada Escritura.

"O sentir da Igreja", sôbre que fala a Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos, exige ainda que se tenha em conta a "tradição", de maneira a não se afastar, sem verdadeira ne-

---

(1) Decreto de 23 de Julho de 1905; Enchir. Bibl. 154; Denz. 1980.

cessidade, das sentenças dos Santos Padres e dos exímios intérpretes da Bíblia (1).

E' princípio de exegese dado pela Encíclica "Providentissimus Deus", segundo a mente de Santo Agostinho: "De nenhum modo se há de afastar da letra, ou do sentido claro, a não ser que a razão impeça sustentá-lo, ou a necessidade obrigue a abandoná-lo (2).

b) *Também falso o argumento*: a Inerrância Bíblica se refere apenas ao que o Hagiógrafo quis "ensinar". A Inerrância da Sagrada Escritura não deriva do fim proposto pelo Escritor Sagrado, mas da própria natureza da Inspiração, do influxo que Deus exerce sôbre a mente do Hagiógrafo, qual o declara a Encíclica "Providentissimus Deus". (3).

Êste influxo inspirativo faz com que "tudo quanto o Hagiógrafo afirma, enuncia, insinua deve ser considerado afirmação enunciada, insinuação do Espírito Santo" (4).

c) A Teoria por fim não concorda com a maneira de agir dos Santos Padres e Teólogos, que nunca admitiram, nem seguiram seus princípios.

II — *Sistema da "aparência histórica"*.

1) *Origem e histórico do sistema* — Leão XIII referindo-se às crenças naturais, ensina que os Hagiógrafos, sem se

(1) Decreto da Pont. Comissão de Estudos Bíblicos: "De charactere histórico priorum capitum Geneseos", de 30 de Junho de 1909; Dubium IV, Denz. 2124.

(2) Enciclica "Providentissimus Deus": "Sôbre os estudos da Sagrada Escritura" — 18 de Nov. 1893 — Leão XIII (1878-1903) — Enchir. Bibl. 97.

(3) Ibidem, Idem, Enchir. Bibl. 109.

(4) Resposta da Pontifícia Comissão de Estudos Biblicos: "De Parousia seu de secundo adventu Domini nostri Jesu Christi in epistulis santi Pauli Apostoli"; 18, junho, 1915.

aplicarem a observar a natureza, às vêzes, descrevem e tratam as coisas à maneira de metáfora, ou segundo a linguagem corrente na época" (1). Ora, certos autores católicos quiseram aplicar êste princípio também às narrações históricas da Sagrada Escritura, formando o sistema das "Aparências Históricas".

Entre os fundadores, temos: J. M. Lagrange, O. P. (2), F. von Hummelauer (3), entre os propugnadores: H. A. Poels (4), N. Peters. (5).

Contra o sistema insurgiram-se, desde o início, muitos Autores Católicos. Dos termos à controversia a declaração autêntica de Bento XV, na Encíclica "Spiritus Paraclitus" (6).

2) *Argumentos em favor do sistema*:

a) *As fontes históricas são aparências dos fatos*: Para F. von Hummelauer, as Fontes são para a história o que são para os sentidos as aparências das causas naturais: "As Fontes são as aparências dos fatos". Os Hagiógrafos pois que

---

(1) Enciclica "Providentissimus Deus" — "Sôbre os estudos da Sagrada Escritura"; 18 Nov. 1893; Enchir. Bibl. 106; Denz. 1947.

(2) Lagrange J. M. (1855-1938) — La méthode historique, Paris, 1904.

(3) Hummelauer F. von, († 1914), Exegetisches zur Inspirationsfrage (Biblische Studien IX/4), Freiburg in Br. 1904, págs. 58-73.

(4) Poels H. A., History and Inspiration, artigo in: Catholic University Bulletin II (1905) 19-67; 152-194.

(5) Peters N., Die grundsatzliche Stellung der Katholischen Kirche zur Bibelforschung, Paderborn, 1905, pg. 48-49.

(6) Enchir. Bibl. 469-475; Denz. 2186-2187.

narram os acontecimentos segundo as Fontes, não devem ser acoimadas de mais culpas que o comum dos homens, pois é como se falassem de cousas naturais de acôrdo com a aparência dos sentidos. Os erros portanto deverão ser atribuídos ou aos autores das Fontes ou ao modo mais livre com que os antigos historiavam.

b) *As palavras de Leão XIII*, na "Providentissimus Deus", posta a doutrina da Inspiração nas questões naturais, concluem: "Estas cousas convém se apliquem também às disciplinas do mesmo gênero, principalmente à história" (1).

c) Alguns dizeres dos Santos Padres, em especial de S. Jerônimo: "Algumas coisas se dizem nas Escrituras Santas segundo a opinião do tempo em que os fatos se deram" (2).

3) *Crítica sôbre o sistema*:

a) E' ilegítima a comparação à maneira comum de falar. De fato existe sempre percepção verdadeira, precedendo a todos os juizos sôbre as cousas ou fenômenos naturais realizados segundo a aparência dos sentidos: (o sol nasce!) E os homens, no seu modo ordinário de falar, só entendem afirmar essa percepção. Muito bem Leão XIII diz: "Na linguagem vulgar, designam-se primeira e pròpriamente as cousas que incidem sob os sentidos" (3).

---

(1) Enciclica "Providentissimus Deus"; Enchir. Bibl. 108, Denz. 1949.

(2) S. Jeronimo (342-420), In Jeremiam Commentarii; V, 23, 10: ML. 24, 855; Ench. Patr. 1409.

(3) Ibidem; Enchir. Bibl. 106, Denz. 1947.

Mas são assim os fatos históricos. Êles opõem-se diametralmente às narrações das cousas naturais. Tôda narração histórica, por sua mesma natureza, tende a relatar o que, com efeito, sucedeu, não o que parece. Vem a talho, aqui, o que diz Bento XV: "Esta é a principal lei da história: concordam os escritos com os fatos tais quais os fatos realmente se deram" (1).

b) Pelo contexto da Encíclica se vê claro que as palavras aduzidas pelos adversários não se referem ao método da "aparência histórica", mas apenas condenam o "sair-se dos limites da própria disciplina", como o fizeram alguns com prejuizo da verdade Escriturística. E' o que declara Bento XV (2).

c) Os dizeres dos Santos Padres, a que aludem, tratam de questões particulares, não de método histórico como tal.

OS GÊNEROS LITERÁRIOS

I — *Noção.*

Os gêneros literários são formas gerais e artísticas das idéias, com personalidade literária e leis próprias. Constituem categorias, a encerrar todos os trabalhos da inteligência humana.

Os gêneros literários nascem, difundem-se, desfazem-se, desaparecem...

---

(1) Enciclica "Spiritus Paraclitus": Sob a inerrância da Sagrada Escritura"; Enchir. Bibl. 470; Denz. 2187.

(2) Enciclica "Spiritus Paraclitus" — Enchir. Bibl. 471; Denz. 2187.

Refletem a alma própria dum povo e dum século com toda a sua língua, suas conquistas literárias, leis, crenças, provações e esperanças.

II. *História dos gêneros literários até o sistema de v. Hummelauer S. F.*:

E' princípio indubitável e indiscutivel que, na reta interpretação de qualquer texto sacro ou profano, deve tomar-se em conta o gênero literário do texto.

Julgaram alguns Autores (1) que se poderia aplicar esta norma comum para solver dificuldades históricas dos Sagrados Livros. Ora, convindo a cada gênero literário a sua verdade própria, o Hagiógrafo, com êste ou aquêle gênero literário, visaria apenas esta ou aquela verdade e nada mais.

Hummelauer (2) apresentou, depois, esta teoria sistematizada. Segundo êle, os escritos com forma narrativa podem, consoante a matéria, distinguir-se em: fábula, parábola, conto histórico, história religiosa, história antiga, tradição popular e familiar, narração livre, midras, narração profética, narração apocalíptica.

Esta teoria, que não vingara conseguir muitos sequazes entre os exegetas (3), foi colocada nos justos limites pelo

---

(1) Cfr. Lagrange M. I., L'Inspiration et les exigences de la critique, art. in Revue Biblique, 5 (1896), 510-518; Prat. F., Progress et Tradition in Exeges, art. em Etudes, 93 (1902-IV), 289-312; 610-633.

(2) Exegetisches zur Inspirationsfrage (Bibl. Stud. IX, 4) Freiburg, 1904. Note-se que propõe como simples teoria, possível de emendas ulteriores.

(3) Cfr. Lagrange M. I., art. em Revue Biblique 3 (1906), 149-150.

Magistério Eclesiástico, mediante o Decreto da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos, 23 de Junho de 1905 (1).

III. *Os gêneros literários nas literaturas antigas e na Sagrada Escritura.*

Os escritores antigos dependiam muito mais que nós do uso e tradição literária, porque os gêneros eram cultivados pelos escritores segundo leis e normas determinadas. A personalidade do Escritor aparecia muito menos que a dos hodiernos historiadores.

Encontram-se gêneros literários também na Sagrada Escritura: varios gêneros literários poéticos, formas diversas do gênero didático. Quanto ao gênero narrativo é obvio encontrar-se nos Sagrados Livros não só a história pròpriamente dita, senão também a fábula, a alegoria, a parábola e semelhantes misturas do gênero histórico com o didático.

IV. — *Os gêneros literários da Escola de Hummelauer.*

Não são como dos que acabamos de expor. Parecem antes excogitações intelectuais para explicar a Sagrada Escritura, do que fruto de pesquisa na literatura antiga; aparecendo dificuldades históricas num texto bíblico, concluem por um novo gênero literário. Mas um método assim apriorístico é perfeito "circulo vicioso".

---

(1) Enchir. Bibl. 154.

RELAÇÕES ENTRE OS GÊNEROS LITERÁRIOS E A INSPIRAÇÃO BÍBLICA

I. — *A diferente verdade dos diferentes gêneros literários.*

Os diversos gêneros exprimem diversamente a verdade: Uma é a verdade própria da Fabula (cfr. Juizes, 9, 8-15), outra é a própria do Cântico Épico (cfr. Salmos, 103, sôbre a criação), outra a do Diálogo (cfr. Diálogo de Elifaz, Baldad e Sofar, em Jó).

O critério para se determinar o gênero literário é a forma externa comumente usada para cada gênero. Quem emprega determinada forma quer evidentemente exprimir a verdade correspondente ao gênero escolhido.

II. — *Ao gênero literário narrativo compete, por sua mesma natureza, a mais estrita verdade histórica.*

A suprema lei da história é a verdade. Os antigos também tinham e aplicavam a sua Crítica histórica, embora não tão perfeita quanto a moderna. Crítica natural e obvia, que até o iletrado sabe aplicar e que conduz ao conhecimento da verdade tanto quanto a Crítica metódica. (1).

Assim sobressai a história dos Hebreus entre a dos povos Antigos, muito confirmada hoje por descobertas Arqueológi-

(1) Iousse M., Le Style orale, artigo in Archive de Philosophie II, 4, (1925) 155-190.

cas. Isto prova que também os Antigos com sua Crítica podiam escrever verdadeira história. E' preciso conhecer a forma e o método dos historiadores antigos, antes de emitir juizo sôbre êles:

a) — Os Hagiógrafos, como seus contemporâneos, ao referir palavras de outros e mesmo ao citar livros, não aduzem as palavras materiais, mas só o sentido delas.

b) — Usam dos números, não em sentido próprio e conhecido porém convencional e sagrado (1).

c) — Os Hagiógrafos não cuidam da cronologia das datas nem da etimologia das palavras. Estas são interpretadas pela assonância, não pela origem filológica.

d) — Gostam dos "circulos concêntricos crescentes": ao narrar os fatos em vez de expor logo tôda a história, explicam-na gradualmente, aos poucos: era a forma usada também pelos outros Autores do tempo, e bem conhecida e apreciada por seus leitores coevos.

Não se pode, portanto, querer provar com essas formas estilísticas, certo gênero de "história antiga", que não visasse expor a verdade tôda.

III) — *Excelência da Historiografia hebraica.*

Os Hagiógrafos ao fazer seus juizos sôbre a verdade ou falsidade das cousas, eram auxiliados pela luz da "Inspiração" (2). Decorre disto a singular e evidente superiorida-

---

(1) Cfr. Lesêtre H., Nombre, artigo in Vigouroux, Dictionnaire de la Bible IV. coll. 1677-1697.

(2) S. Tomás de Aquino, Summa Theologica II 2, q. 174, art. 2, ad 3. um.

de da Historiografia dos Hebreus sôbre a dos Babilônios e Egípcios mais cultos.

Aliás era necessária essa assistência especial de Deus aos Hagiógrafos, porisso que as narrações e fatos relatados na Sagrada Escritura se acham estreitamente ligados com a origem e a índole da Religião Revelada.

A tradição Judaica e Católica interpretou sempre em sentido histórico escrito as narrações bíblicas. Não admira pois a recusa da Igreja àquele sistema assim como o reservar-se o direito da última palavra, ainda nos casos em que se deve aplicá-lo.

A VERDADE DE ALGUNS GÊNEROS LITERÁRIOS ATINENTES À HISTORIOGRAFIA

1) — *O Gênero literário da "História Religiosa"*

Não há dúvida que muitas vêzes as narrações Bíblicas têm finalidade religiosa. Assim o Livro dos Reis quer mostrar, pela história, que a felicidade do povo eleito está ligada ao cumprimento da lei divina; e o que não aspira a essa finalidade é simplesmente omitido.

Disto porém não se pode concluir, que a história narrada seja menos verdadeira ou seja envolvida de aditamentos inventados. Pode ser incompleta, não se referindo a todos os acontecimentos; mas não falsa. Aliás, o autor, nem nega a existência de fatos além dos narrados por êle.

2) — *O Gênero literário da "Tradição popular ou familiar"*

Muitas narrações do Gênesis, e de outros livros históricos da Escritura, tiveram origem em tradições populares, existentes por muitos séculos, em cada família ou tribo e transmitidas em geral pela tradição oral. Querer que tais tradições estivessem necessàriamente misturadas com erros, seria contradizer tanto a mesma admiràvel sobriedade e simplicidade das narrações bíblicas, como a grande sinceridade que não cala nem mesmo os vícios e pecados dos próprios antepassados.

Nem é verdade que uma narração transmitida oralmente não se possa conservar pura e incontaminada. A história dos povos primitivos mostra que foram transmitidas íntegras, por muitos séculos, as suas idéias religiosas.

Ademais Deus por certo protegeu neste sentido as famílias do seu povo. Por fim as próprias escavações arqueológicas o vêm comprovar.

3) *O Gênero literário "Midrash"*

E' o gênero especial usado pelos Judeus postbíblicos, para interpretar e aplicar a Sagrada Escritura: ora seguia-se fielmente o texto sacro, ora se usava para compor exortações e exposições várias.

De nenhum modo se pode provar pela história que o gênero "midrash" (1), no sentido rabínico, seja empregado na Sagrada Escritura. Deve, pois, ser rejeitado.

---

(1) O termo de si significava "estudo", "investigação", "exegese". Ocorre duas vêzes no Antigo Testamento: 2 Par 13, 22 e 2 Par 24, 37.

Questão das Citações Explícitas e Implícitas da Sagrada Escritura

1. *Noção.*

A questão das citações busca, antes do mais, saber o que os Hagiógrafos intencionaram ao aduzir, em seus escritos, citações de outras Fontes. Tais citações poderiam ser: explícitas ou implícitas, conforme se indica ou não a Fonte original.

2. *Verdade da "citação" e verdade da "cousa citada".*

Muitos Hagiógrafos empregam citações explícitas, nas quais se deve distinguir a "Verdade da citação": o texto alegado é fiel e pertence de fato à fonte indicada; "a verdade da cousa citada": o que a citação afirma é verdade. A primeira deve sempre existir: a segunda só quando o Hagiógrafo afirma explícita ou implìcitamente como verdadeiro o que se assevera na citação.

3. *Noção e importância das citações implícitas.*

A atual anotação das Fontes é bastante diligente. Entretanto consta pela experiência que assim mesmo o escritor emprega textos de outrem, embora sem citar, expressamente. Ora, isto é o que sucedia especialmente com os antigos. No Livro de Samuel, v. g., não poucas foram as Fontes usadas. Aliás o escritor, por si só, não poderia abranger narrações que compreendessem mais de 130 anos.

O que interessa saber é se o Hagiógrafo se responsabiliza pelo que cita ou deixa à responsabilidade do autor mesmo da Fonte.

Como princípio geral (1) é critério a aprovação explícita do Hagiógrafo. Em outros casos, recorra-se à Crítica Histórica. E' o que pretendem hoje os Exegetas.

A importância da questão evidencia-se pelo fato de se empregarem em quase todos os livros históricos as Fontes (escritas ou orais) na ausência de testemunhas oculares. Se os princípios aduzidos são verdadeiros, não podemos só com a Inspiração ter certeza sôbre a maior parte dos Livros Históricos, mas é mister recorrer a investigações críticas.

4). *Os princípios a empregar.*

a) — E' princípio geral: As citações empregadas em um livro histórico devem ser tidas como aceitas pelo Hagiógrafo, caso nada conste de particular em contrário.

Quem procura escrever história é de crer que assuma a responsabilidade do que refere. E é lei da parte dos Hagiógrafos narrar cousas verdadeiras sob pena de a obra histórica não preencher seu fim. A questão portanto seria provar que em casos especiais declina a responsabilidade da Fonte.

b) — O princípio geral vale especialmente para as Sagradas Escrituras, pois de outra forma faltaria ao fim, uma vez que o Espírito Santo quer, mediante os Livros Históricos de um e outro Testamento, ensinar aos homens a via completa da Revelação.

Os Livros Históricos não são mera coleção de escritos, nem se suponha que Deus quisesse com êles ilustrar, como com exemplos vários, as formas da vida moral.

---

(1) Prat. F., em Études 86 (1901/I) 474-500; 93 (1902/IV) 289-312; 610-633; idem, La Bible de l'Histoire, Paris, 1908, pág. 46-54.

5) — *Decreto da Pontifícia Comissão de Estudos Bíblicos.*

A 13 de fevereiro de 1905 respondeu a Comissão negativamente à pergunta se era lícito ao exegeta católico solver dificuldades de textos históricos, afirmando tratar-se de citações tácitas ou implícitas de documento de autor não inspirado, cujas asserções o autor inspirado de forma alguma quer aprovar e fazer suas, as quais portanto não podem ser tidas como imunes de êrro.

Excetua-se, salvo o sentir e o julgar da Igreja, o caso em que se prove com sólidos argumentos, que o Hagiógrafo cita, mas não aprova nem faz sua a citação (1).

Não se nega que tais citações implícitas se possam encontrar, mas é quasi insuperável dificuldade conseguir argumentos comprobatórios.

A teoria é pouco útil para a solução das dificuldades contra o Dogma da Inerrância Bíblica.

TERCEIRA SECÇÃO

Critério da Inspiração Bíblica

A Inspiração Bíblica é um carisma excelente, altíssimo, de grande importância sobretudo pelo papel que deve exercer na Igreja de Cristo, mas quais os Livros Inspirados? Qual o critério para os conhecer?

---

(1) Denz. 1979; Enchir. Bibl. 153.

NOÇÕES DE INSPIRAÇÃO

1. — *Estado da Questão.*

Não se trata de saber o critério pelo qual o Hagiógrafo se certifica da Inspiração do livro que escreveu. Isto Deus mesmo lhe pode manifestar. A questão é: Podemos hoje saber com certeza, se um livro é inspirado? Que critério seguir? — Êsse critério só pode ser uma revelação divina pública. O critério imediato é o Magistério autêntico da Igreja Católica, e o critério mediato, último, a própria Revelação Divina.

Êsse critério, pois, é o meio de diferenciar um livro inspirado de um não inspirado. Além do *negativo* (tal livro não é inspirado) temos o *positivo*, que também pode ser *interno*. baseado na índole do livro ou do autor, e *externo*, que se apoia em cousas ou fatos externos ao livro. Procuramos um critério universal e último.

2) — *As propriedades do Critério inspirativo.*

Considerado em seu fim e escopo, o critério inspirativo deve apresentar as seguintes notas:

a) — *universal quanto ao fato da Inspiração Bíblica;*

b) — *Universal quanto aos livros*, isto é, aplicável a todos e a cada um dos livros estritamente inspirados;

c) — *Universal quanto aos homens*, isto é, acessível a todos;

d) — *universal quanto à certeza*, isto é, apto a produzir certeza não apenas científica, mas também de fé divina.

3) — *A Posição dos Protestantes.*

Os Protestantes, negando o valor da Tradição Católica, invocaram outros critérios. Os chamados "ortodoxos" de-

fenderam critérios sobretudo internos, deduzindo-os do próprio livro inspirado: sublimidade, eficácia, beleza, harmonia das Sagradas Letras, etc. Para êles, os Livros é que dão testemunho do fato da Inspiração. Calvino simpatizou-se com o critério psicológico do "arcano testemunho do Espírito". Lutero discernia o livro inspirado do não inspirado "pela intensidade com que falava de Cristo".

Os Protestantes hodiernos, que ainda conservam alguma idéia genuina da Inspiração, estatuem como critério o fato de os livros serem proféticos ou certamente reconhecidos por Jesus Cristo e pelos Apóstolos.

Os Protestantes liberais anularam tôda idéia da Inspiração, fixando como "regra de fé" o testemunho da consciência religiosa dos primeiros cristãos.

4) — *Refutação.*

Todos estes critérios aventados pelos Protestantes são por demais insuficientes para nos fornecer uma concepção clara do fato da Inspiração universal.

a) — O critério interno extraido da índole mesma do livro inspirado é ineficaz, porque não é pelo simples fato da excelência do conteudo e da forma de um livro que se pode deduzir a sua origem divina, embora seja êste um consectário do influxo ativo de Deus.

Além do mais, o juizo da sublimidade de uma doutrina é sempre subjetivo. Não há normas fixas que assinalem a índole interna dos livros inspirados. Êste modo de ver as coisas não resolve o problema da Inspiração tal qual existe, concretamente.

b) *O munus profético ou apostólico do Hagiógrafo* distingue-se nìtidamente do carisma da Inspiração e não pode figurar como critério. Não é simplesmente porque Profetas ou Apóstolos que os escritores sagrados receberam o dom inspirativo para escrever as verdades reveladas. Existem, além disso, livros canônicos que não são de origem apostólica. (Ex. os Evangelhos de S. Marcos e de S. Lucas, os Atos dos Apóstolos).

c) — Vários livros das SS. Escrituras não receberam uma *referência direta de N. Senhor Jesus Cristo e dos Apóstolos* (como os de Rute, Ester, Esdras, Neemias, Cântico dos Cânticos, Abdias, Sofonias). Não se pode concluir daí que êstes não são inspirados. E' certo que os alegados ou citados por Nosso Senhor e pelos Apóstolos têm a seu favor comprovado testemunho do seu caráter divino. Mas, este critério é por si só deficiente para explicar a inspiração universal dos Livros do Antigo e do Novo Testamento.

d) — Nós não podemos contar com o *testemunho interno do Espírito Santo* como meio ordinário na aquisição da verdade. Pode-se duvidar dêle tanto mais que o homem é sujeito a ilusões e fantasias subjetivas.

e) — A investigação histórico-científica acêrca da formação do Cânon dos Livros Inspirados é um critério que não está ao alcance de todos. Ademais, êle nos pode assegurar apenas o que foi feito, nunca, porém, com que direito a cousa assim se realizou.

De tudo isso se conclui que, rejeitando a autoridade da tradição eclesiástica, o protestantismo em suas diversas modalidades é incapaz de nos fornecer uma notícia certa sôbre a origem e a índole dos Sagrados Livros. E' preciso admitir

uma fonte teológica apta a ensinar, com certeza e autoridade, a natureza e os efeitos da Inspiração divina nas SS. Escrituras.

5) — *O Critério verdadeiro, suficiente e universal a respeito da Inspiração.*

O único critério eficaz não pode ser outro senão o testemunho explícito feito por Deus aos Apóstolos e confiado por Êles à Igreja, conservado na Tradição e legitimamente proposto pelo Magistério infalível. Este Magistério autêntico da Igreja é o critério verdadeiro, suficiente e universal da Inspiração.

Prova-se:

a) — ***Pela natureza mesma da Inspiração*** — Esta é essencialmente uma ação sobrenatural de Deus que pode ser considerada em seus três aspectos: *ativamente*, enquanto obra de Deus; *passivamente*, enquanto recebida pelo intelecto do Hagiógrafo e comunicada às suas faculdades operativas; *terminativamente*, em seu efeito, no próprio Livro Inspirado.

Mas esta Revelação para ser pública, notória a todos os homens e por todos reconhecida e aceita, requer seja transmitida pela Tradição ininterrupta da Igreja.

b) — ***Pela doutrina dos Stos. Padres.*** — Os Stos. Padres Orientais e Ocidentais nenhuma outra razão conheciam para explicar a inspiração e a canonicidade das Escrituras a não ser a voz da autoridade da Igreja. Sto. Agostinho (354-430) chegava a dizer que não acreditaria no Evangelho se a isso não o persuadisse a autoridade da Igreja Católica (1).

---

(1) Contra Epist. Manich. quam vocant fundamenti (397), 5, 6; ML. 42, 176; Enchir. Patr. 1581; Cf. Tertuliano — Contra Marcião (207-208), 4, 5; ML. 2, 366; Enchir. Patr. 341.

c) — *A praxe da Igreja* — A Igreja desde o princípio usou do direito de determinar os Livros, chamados "Livros da Igreja", a serem lidos nas reuniões eclesiásticas. Aos poucos, apareceram os catálogos completos. S. Cirilo propôs um Cânon (1) reproduzido por Sto. Agostinho (2). S. Dâmaso Papa (366-384) fixou um catálogo autêntico (3). O Sínodo de Hipona (383) estabelece o catálogo (4), oficialmente promulgado pelo Papa Inocêncio I (401-417).

O Concílio de Trento (sessão IV) renovou (5) o Cânon adotado por Eugênio IV (1441) no Concílio de Florença (6). Confirmou-o, finalmente, o Concílio Vaticano (sessão II., 2). (7).

COROLÁRIO — Pergunta-se: Devemos considerar fechado com o Decreto do Concílio Tridentino o Cânon do Antigo e do Novo Testamento, de tal modo que nenhum livro possa mais ser inserido nele? Respondemos afirmativamente. O Concílio particular de Toledo, celebrado em 447, e o Papa Inocêncio I, em sua Carta a Exupério, declaram-no explìcitamente (8).

Nenhum outro livro pode ser mais aceito como sacro e enumerado como canônico pela Igreja. O Cânon Tridentino é exclusivo e definitivo.

---

(1) S. Cirilo de Jerusalém (313-386), Catecheses (348), 4, 22-36; Cfr. Enchir. Patr. 819.

(2) Epist. festalis, 39.ª; MG. 26, 1427.

(3) Denz. 84.

(4) Denz. 92.

(5) Denz. 783-784.

(6) Denz. 706.

(7) Denz. 1785-1788.

(8) Denz. 96.

CÂNON DOS LIVROS SAGRADOS

INTRODUÇÃO

Cânon é o catálogo dos Livros Sagrados.

Ao homem que, inspirado por Deus, escreveu um livro sagrado, dá-se o nome de Hagiógrafo. Portanto a Sagrada Escritura, que é a palavra de Deus, tem como causa principal o próprio Deus e como causa instrumental o Hagiógrafo.

Os Livros Sagrados são apresentados pela Igreja como "*inspirados*" e propostos a todos os homens como "a fonte genuina e autêntica da Revelação". Esta proposição, feita pela Igreja, chama-se "Canonicidade", a qual não muda a Natureza intrínseca dos livros inspirados, mas formalmente distingue êstes livros dos demais, que por hipótese fôssem inspirados pelo Espírito Santo. Mas, quais são os livros Sagrados? A resposta será dada mais abaixo.

CAPÍTULO I

O NOME E O CONCEITO DE CÂNON

Cânon vem do grego e significa: vara longa e reta, caniço. O mesmo grego foi buscar esta palavra no assirio-ba-

bilônês *KANNU*, que significa o caniço vulgar, que nasce às margens dos rios e nos lugares aquosos.

Os artífices utilizavam-se do caniço para fazer a sua "régua", como hoje se emprega.

Logo mais o conceito dessa palavra passou a significar também regra de vida.

No século IV o termo Cânon já era empregado para significar a coleção dos Livros Sagrados. Canônico pois é o livro inspirado e proposto pela Igreja como tal, como regra de fé para todos os homens.

DIFERENÇA ENTRE CANONICIDADE E INSPIRAÇÃO

Um livro é inspirado se foi escrito sob a Inspiração do Espírito Santo, tendo Deus como causa principal e o Hagiógrafo como causa instrumental.

A Inspiração precede pois a canonicidade e prescinde dela. A Canonicidade nada mais é que a proposição de um livro inspirado a todos os homens, como regra infalível de fé, proposição feita pela Igreja. O livro assim proposto chama-se canônico.

A Canonicidade supõe:

1.º — O fato da Inspiração;

2.º — uma Revelação formal e verdadeira;

3.º — o testemunho da Igreja, que pode ser:

a) — explícito ou tácito;

b) — ordinário ou solene.

EVOLUÇÃO DO CÂNON

Por algum espaço de tempo, principalmente pelos meados do século V, muitos Autores duvidaram da Inspiração de algum livro tido como inspirado.

O fato é compreensível, pois a Igreja não reconheceu ao mesmo tempo todos os livros como inspirados. Assim pois, temos:

1 — HOMOLOGOU'MENOI — isto é, os livros que *todos* admitiam como inspirados.

2 — ANTILEGOU'MENOI: Isto é, os livros sôbre os quais havia ***alguma dúvida*** de sua Inspiração.

Hoje, a terminologia é outra:

1 — Protocanônicos, isto é, os livros que entraram no Cânon sem nenhuma controvérsia.

2 — Deuterocanônicos, isto é, os livros que entraram no Cânon depois de algumas controvérsias.

Livros Deuterocanônicos do Antigo Testamento: Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, I e II dos Macabeus.

E ainda os seguintes fragmentos: Ester (na Vulgata) 10, 4-16, 24. Daniel (Na Vulg.) 3, 24-90; e os capítulos 13 e 14 íntegros.

Livros Deuterocanônicos do Novo Testamento:

As epístolas: aos Hebreus, de Tiago, 2 de Pedro, 2 e 3 de João, de Judas, e o Apocalipse.

Os Livros Protocanônicos e Deuterocanônicos se opõem aos *Apócrifos*, livros êstes que têm certa semelhança com os inspirados, não sendo contudo reconhecidos pela Igreja, justamente por não serem inspirados.

CAPÍTULO II

O CRITÉRIO DA CANONICIDADE

Compete só e ùnicamente à Igreja julgar da Inspiração de um livro e referí-lo no catálogo dos Livros Sagrados.

Esta é a doutrina clara e manifesta dos Santos Padres, v. gr. Orígenes, Tertuliano e outros. Portanto, para o Católico o critério próprio e único de canonicidade é

1.º — o juizo da Igreja.

2.º — a apresentação manifesta a todos os fiéis.

O critério pelo qual se conhece a Inspiração e Canonicidade de um livro é a Tradição Apostólica.

Há autores que preferem outros critérios, os quais ou não são suficientes, ou se reduzem à Tradição Apostólica.

Vejamos alguns:

I — *A leitura de um livro* na Igreja, sob o nome das Divinas Escrituras. Esse critério não é suficiente.

II — *A origem Apostólica.*

III — *O munus Apostólico do autor.*

IV — *A excelência da doutrina.*

A insuficiência desses critérios, se tomados em separado, é evidente, pois poder-se-ia ter como Inspirado um livro que tal não fôsse.

V. — O critério dos Protestantes:

a) — Calvino exige o testemunho interno subjetivo.

b) — Lutero requer a concórdia com a sua doutrina da justificação.

PRIMEIRA PARTE

HISTÓRIA DO CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO

CAPÍTULO I

O CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO ENTRE OS JUDEUS

No início da Idade Cristã o juizo acêrca do Cânon das SS. Escrituras podia ser feito de dois modos:

1.º — Pelo "Cânon dos Palestinenses", que continha os livros que nós hoje chamamos de Protocanônicos.

2.º — Pelo "Cânon dos Alexandrinos", que continha conjuntamente os livros que hoje chamamos Protocanônicos e Deuterocanônicos.

ARTIGO I — *As coleções dos Livros Sagrados antes do Nascimento de Cristo.*

1.º) — As coleções feitas antes do exílio acham-se nos seguintes lugares da Sagrada Escritura:

a) Dt 31, 9-13; 31, 24-26

b) Jos 24, 26

c) 1 Sam 10, 25

d) 2 Rs 23, 1-3
2 Par 34, 29-32

e) Ezequias mandou coligir as Parábolas de Salomão. Prov 25, 1.

f) 2 Par 29, 30
Sl 40, 14
Sl 71, 18-20
Sl 88, 53
Sl 105, 48

Dêsses testemunhos da Sagrada Escritura podemos concluir:

1.º) — Moisés, Josué e Samuel, divinamente iluminados, escreveram livros, e mandaram que fossem observados estritamente, e guardados em lugar santo e seguro.

2.º — Êsses livros exerceram sempre grande influência na alma do povo.

3.º — As coleções dos Livros Sagrados feitas depois do Exílio.

Temos para as coleções dêsse tempo dois testemunhos de grande valor.

A) — Testemunho de 2 Mac 2, 13: Construindo Neemias uma biblioteca congregou os Livros dos Reis e dos Profetas e de Davi.

Os Livros dos Reis correspondem à secção que os hebreus chamam "Profetas menores".

O Livro de Davi indica a secção "Profetas maiores".

B) — Testemunho do Prólogo do Eclesiástico. Jesus, filho de Sirac, escreveu em língua hebraica o livro do Eclesiástico; seu neto, pelo ano de 112 A. C., no Egito, traduziu o Eclesiástico para a língua KOINE. Colocou na versão um prólogo, onde diz: "meu avô Jesus, depois de ler diligentemente o livro da Lei e dos Profetas, e outros Livros que os nossos antepassados nos legaram...".

O critério de Revelação e canonicidade entre os Hebreus era o *munus profético.*

ARTIGO II — *O Cânon do Antigo Testamento entre os Judeus no começo da Idade Cristã.*

Temos duas sentenças:

I — Flavio Josefo afirma que os Judeus só reconheciam como sagrados os Livros Protocanônicos.

II — Outra sentença baseia-se no catálogo dos Livros Sagrados, relatados pelo Talmude Babilônico. São os seguintes livros:

a) cinco livros de Moisés.

b) Josué, Juizes, Samuel, Reis.

c) Jeremias, Ezequiel, Isaias.

d) Os doze Profetas menores.

e) Rute, Salmos, Jó, Provérbios, Eclesiastes, Cântico dos Cânticos, Daniel.

f) Ester e Esdras.

ARTIGO III — *O tempo da definição do Cânon do Antigo Testamento entre os Judeus.*

O Talmude, no Tratado "Baba Batra", defende que o Cânon dos Livros Sagrados Protocanônicos, do tempo de Esdras, foi feito pelo mesmo Esdras e seus companheiros, e que era fechado e definido, isto é, o Cânon estava completo.

Temos pois duas sentenças a êste respeito:

I — A primeira afirma que mais nenhum livro inspirado foi escrito ou tido como tal depois da definição do Cânon feita por Esdras e seus auxiliares.

II — A segunda sentença é mais mitigada. Atribui a Esdras e seus companheiros e aos varões da Grande Sinagoga, a definição do Cânon do Antigo Testamento, mas ao mesmo tempo concede que mesmo depois de Esdras poderiam ser escritos novos Livros Inspirados e reconhecidos como sagrados.

Ambas as sentenças não dispõem de sólidos argumentos para provar o seu intento.

ARTIGO IV — *Os Judeus Palestinenses conheceram os livros Deuterocanônicos.*

Insustentável é a sentença daqueles que negam que os Judeus Palestinenses ignoravam todos os livros Deuterocanônicos, e a nenhum deles prestavam as honras de livro inspirado; pois encontramos nas Bíblias hebraicas palestinenses, os seguintes livros:

1) Baruc, pelo que parece, encontra-se unido ao de Jeremias; a versão feita por Teodocião, contém êste livro como também alguns fragmentos de Daniel.

2) O uso do livro I dos Macabeus e fragmentos de Ester, feito por Flávio Josefo, que só usava os inspirados, nos prova ser êle aceito no Cânon hebraico palestinense.

3) O Eclesiástico é citado nos escritos dos Rabinos Palestinenses, com fórmulas próprias dos livros sagrados (1).

4) O Livro da "Sabedoria" é citado no Novo Testamento. Êstes dois últimos, porém, são considerados por S. Epifânio, como duvidosos entre os Judeus.

5) Os Livros de Tobias e de Judite foram usados nos Midrashim.

Não afirmamos que todos os Deuterocanônicos se encontravam no Cânon palestinense; sustentamos ainda que, mesmo depois da destruição de Jerusalém, eram alguns dêstes considerados como inspirados pelos Hebreus.

Há dúvida positiva a respeito do Eclesiástico, Sabedoria, e II dos Macabeus. A certeza de que são inspirados só a temos em Jesus Cristo e nos Apóstolos.

CAPÍTULO II

O CÂNON DO ANTIGO TESTAMENTO ENTRE OS CRISTÃOS

ARTIGO I — *A aprovação apostólica do Antigo Testamento.*

Sabemos que as primeiras comunidades cristãs constavam de Pagãos e Judeus, principalmente helenistas, conhecedores da língua grega. Outra Bíblia não podiam usar, sinão

(1) Cowley A. E., and Neubauer Ad., The original Hebrew of a portion of Ecclesiasticus, Oxford 1897, págs. XXIX-XXX.

a Bíblia grega; portanto a Versão Alexandrina, que continha os livros Deuterocanônicos.

Os Apóstolos, defensores da fé, outros livros não podiam entregar aos primeiros Cristãos, senão os inspirados.

Ora, os Apóstolos citavam continuamente a Versão dos Setenta. Restava, pois, aos Cristãos aceitar como inspirados também os Deuterocanônicos contidos na versão Alexandrina.

Nem se afirme com os Protestantes, que Jesus Cristo e os Apóstolos só conheceram o Cânon Palestinense e só êste é que foi entregue à Igreja, a qual, esquecida desta tradição, introduziu também os Deuterocanônicos da versão Alexandrina; pois:

1) é gratuita a afirmação de que no Cânon palestinense não havia nenhum livro Deuterocanônico;

non aceito pela Igreja primitiva foi o Alexandrino;
2) alguns Protestantes de renome afirmam que o Câ-

3) para solucionar a questão, mister se faz descobrir quais os livros aceitos por Jesus Cristo e pelos Apóstolos, pois foram êles que os entregaram à primitiva Igreja, e não a Sinagoga.

ARTIGO II — *As controvérsias nos séculos II e V sôbre os livros Deuterocanônicos.*

A origem destas controvérsias foi a atitude, o método empregado pelos Apologetas do Cristianismo, contra os Judeus; seguindo o método de S. Justino, só se utilizavam dos livros comumente aceitos pelos Judeus. Os primeiros que fizeram suscitar dúvidas a respeito da Inspiração dos Deutero-

canônicos foram S. Melitão (que viveu entre os anos 160/80) e Orígenes, depois do ano 231, empregando o método acima explicado. Nada mais justo!

No século III aparece outra causa dessas dúvidas: os livros apócrifos. Apesar da existência delas podemos afirmar:

1) A Igreja Alexandrina nunca duvidou da Inspiração dos Deuterocanônicos;

2) A Igreja Ocidental, embora conhecesse tais dúvidas, nunca as aprovou.

Ainda que S. Jerônimo tenha duvidado da Inspiração de tais livros, e os considerasse suspeitos, permaneceu nesta sentença, sòzinho; inúmeros são os testemunhos a favor dos Deuterocanônicos.

A) — Na Igreja Romana, temos o Papa S. Clemente, que cita vários dêsses livros, reconhecendo-os como inspirados; e o uso de alguns deles por Sto. Hipólito.

B) — Na França, ou Gália Antiga, sobressai Sto. Irineu.

C) — Na África Ocidental, temos Tertuliano.

D) — Na Igreja Alexandrina, temos os testemunhos de Clemente Alexandrino e Orígenes.

No século V, se permanecem ainda algumas dúvidas a respeito dos Deuterocanônicos, são devidas à má interpretação dada a S. Jerônimo.

Outro efeito não era de se esperar dessas dúvidas senão o aparecimento de Cânones incompletos. Assim alguns livros, ainda que considerados como inspirados por muitos, não foram por todos incluidos no Catálogo (Cânon) dos Inspira-

dos, por causa dessas dúvidas. Tal aconteceu com o Catálogo feito por S. Melitão entre os anos 160 e 180. Incluiu êle, neste Catálogo, aquêles livros que eram aceitos por todos como inspirados, e não só aquêles por serem os únicos, inspirados, como afirmam os Protestantes. Outros testemunhos, dos Santos Padres e Escritores Eclesiásticos, nos séculos IV e V:

I) — No Oriente: Atanásio; S. Cirillo de Jerusalém; S. Gregório Nazianzeno; S. Jerônimo e Rufino.

II) — No Ocidente: Sto. Hilário.

Nota: todos êles reconheceram a Inspiração dos Deuterocanônicos, se bem que nem todos, em teoria, os colocassem no catálogo dos livros inspirados a exemplo de S. Melitão.

Estudo mais profundo sôbre os cânones (catálogos) incompletos apresentados pelos Santos Padres.

I) — *Os Santos Padres da Igreja Oriental.*

1) *Sto. Atanásio.* Ainda que tenha distinguido três classes de livros, considerados por alguns como inspirados, a saber: os canônicos, os que eram lidos aos catecúmenos (isto é, os deuterocanônicos) e os apócrifos, não só reconheceu os primeiros como inspirados, mas utilizou-se de algumas citações tiradas dos da segunda classe (isto é, dos deuterocanônicos), para provar os dogmas da fé. Talvez tenha também êle empregado o método de S. Melitão e Orígenes, acima exposto.

2) *S. Cirilo de Jerusalém.* Não só distinguiu os deuterocanônicos dos apócrifos, mas defendeu sobretudo e propa-

gou a versão dos Setenta, que continha também os deuterocanônicos.

3) *Sto. Epifânio.* Admitiu todos os livros aceitos pelos Judeus como inspirados e canônicos; e também os Deuterocanônicos, ainda que tenha apresentado um catálogo só dos livros considerados por todos como inspirados.

4) *S. Gregorio Nazianzeno.* Ainda que tenha utilizado do livro da Sabedoria para provar os dogmas da fé, distinguiu entre livros inspirados e livros canônicos.

II) — *Santos Padres Latinos.*

1) *Sto. Hilário.* Ao Cânon (Catálogo) feito por Orígenes, acrescenta os deuterocanônicos, Tobias e Judite, e cita como livros da Sagrada Escritura os restantes.

2) *Rufino.* Na defesa dos dogmas, contra os Judeus, não usou dos deuterocanônicos, a exemplo dos Padres Orientais, porém, defende conter a versão dos Setenta, os livros inspirados, incluindo assim os Deuterocanônicos.

3) *S. Jerônimo.* Sabia que a Igreja Ocidental aceitava os deuterocanônicos; pràticamente aceitou esta sentença, pois considerou inspirados vários deles, e traduziu outros, depois do ano 390, citando-os duzentas vêzes; duvida-se também se para provar os dogmas da fé, e não é certo que em particular lhes tenha negado a Inspiração.

Citamos aqui os Santos Padres e Escritores Eclesiásticos, considerados pelos Protestantes como testemunhos incontestáveis da sua doutrina, que nega a inspiração dos deuterocanônicos; de fato, paira dúvida sôbre alguns, porém não temos ainda a certeza.

O desaparecimento das dúvidas.

No Ocidente temos vários Concílios que definem a questão: principalmente o de Cartago, celebrado no ano 397. Santo Agostinho e Santo Inocêncio já não duvidaram mais. O Catálogo feito por êste último foi aprovado pelo Concílio Tridentino.

ARTIGO III

Testemunho da Idade Média.

Para melhor clareza dividamos: Oriente e Ocidente.

I. — *Autores da Igreja Oriental contra a Inspiração e canonicidade dos Deuterocanônicos depois do século V.*

Teodoro Mopsuesteno († 428) que negou a Inspiração dêstes livros deuterocanônicos: Tobias, Judite, Macabeus e Sabedoria.

Paulo Persa, discípulo de Teodoro, distinguiu os livros da Sagrada Escritura em livros de perfeita, de mediana e de nenhuma autoridade; os de perfeita autoridade são os que Teodoro julgava inspirados.

Leôncio Bizantino († 543), S. João Damasceno († 754) e Nicéforo contradizem só aparentemente a doutrina definida da Igreja universal; mais do que contradizer, dizem que foi dado um Cânon incompleto.

II. — *Autores da Igreja Ocidental contra a Inspiração e canonicidade dos Deuterocanônicos depois do século V.*

Junílio Africano, um dos únicos até o século X que seguiu as idéias de Teodoro de Mopsuestia.

S. Gregorio Magno († 593) fala de livros não canônicos mas editados para a edificação da Igreja.

Alcuino (730-804) movido pela autoridade de S. Jerônimo e de S. Isidoro de Sevilha põe o Eclesiástico entre os apócrifos, isto é, dúbios.

Até o século X todos os Santos Padres e Escritores Eclesiásticos referem os decretos do Concílio Cartaginense IV e dos Romanos Pontífices. Quase todos, contudo, bem conheciam as antigas dúvidas e a sentença de S. Jerônimo; mas seguiram e ensinaram que se deveria seguir a doutrina da Igreja. Depois do século X alguns poucos, leitores de S. Jerônimo, quiseram instaurar o antigo êrro.

Hugo de S. Vitor († 1141) concede que os Deuterocanônicos são úteis, mas não podem estar no Cânon.

S. Antonio († 1459) e Card. Caetano († 1532) cuja sentença é defendida depois do Concílio Florentino (1441), que reproduz o Cânon íntegro.

ARTIGO IV. — *Inspiração dos Deuterocanônicos desde a aurora do Protestantismo até os nossos tempos.*

Os pseudoreformadores rejeitam o Cânon da Igreja Católica e propõem para si outro, fundado em documentos da história eclesiástica antiga.

André Carlostádio publicou em 1520 o libelo: "os Cânones Escriturísticos" e reinstaurou, com êxito, entre os Protestantes, o Cânon dos Judeus Palestinenses.

Lutero pelo seu critério objetivo, (conformidade da sentença sôbre Cristo mediador com a justificação do homem pela fé fiducial) abriu caminho a que se excluissem do Cânon, não só os Deuterocanônicos, mas também alguns Protocanônicos (Ester, Paralipômenos, Eclesiastes) (1).

A sentença de Carlostádio, porém, exerceu grande influxo no próprio Lutero, que após uma fraca oposição, aceitou. O primeiro triunfo da sentença de Carlostádio foi a versão de tôda a Bíblia, feita por Lutero em 1534; os Deuterocanônicos são vertidos sim, mas, relegados ao fim de tôda a versão, como apêndice e, ainda mais, sob o título de "Apócrifos".

Não é pois de se admirar que os Protestantes tenham seguido a sentença de Lutero, "melhor informado".

Mas não foram fiéis nem ao próprio Lutero: desde os inícios do século XVIII, os Apócrifos, impressos no fim do volume da Sagrada Escritura, tiveram ordem de retirar-se até do Apêndice: nenhuma esperança para êles de recuperar, com os Protestantes, a antiga dignidade, ainda que diminuida de muito. (2).

Protestantes Racionalistas, que desde o fim do século XVIII negaram todo o sobrenatural: muito lógica e conse-

---

(1) As diversas sentenças de Lutero, conforme tempos diferentes, podem ser vistas em Howorth H. H., The Bible Canon of Luther and Karlstadt, em: Journal of Theolog. Stud. 8 (1907) 321-365.

(2) Howorth H. H., Biblical Canon of continental Reformes, em: Journal of Theolog. Stud., 9 (1908) 188-230.

quentemente deveram rejeitar também o conceito de Inspiração. Entre êles não há nenhum lugar para os livros canônicos: a noção do mesmo Cânon foi destruida até a medula. Como os livros do Antigo e do Novo Testamento devem ser absolutamente comparados aos outros livros humanos, a noção do Cânon do Antigo Testamento está rebaixada ao conceito ou de coleção ou de literatura nacional hebraica (1).

Sentença moderna da Igreja Grego-Ortodoxa sôbre os Deuterocanônicos.

No século 17 ainda vemos Concílios que confirmam o Cânon do Concílio Cartaginense IV, como os Concílios contrários à sentença de Cirilo Lucar e Metrifanes Critopoulos.

Mas as obras dos Pseudoreformadores levaram muitos teólogos da Igreja Grego-Ortodoxa moderna a negar os Deuterocanônicos. Tôda a Igreja Grego-Russa lentamente abraçou a sentença dos Protestantes, movida pelo Sínodo de Moscou no séc. XIX.

CAPÍTULO III

DOUTRINA DA IGREJA CATÓLICA SÔBRE A INSPIRAÇÃO E CANONICIDADE DOS DEUTEROCANÔNICOS

O Concílio Tridentino (1545-1563), XIX Ecumênico, (contra os Inovadores do século XVI) cuja Sessão (8 de Abril de 1546), assim resumimos:

---

(1) Entre os inúmeros livros cfr. Steuernagel C., Lehrbuch der Einleitung in das A. T., Tübingen 1912, pág. 97.

1) — Os Padres do Concílio não tiveram nem início de controvérsia sôbre se deviam ou não receber os Deuterocanônicos, tão comum era a fé da Igreja confirmada principalmente no Concílio Florentino (1438-1445), XVII Ecumênico.

2) — Nenhuma dificuldade pois em confirmar o Cânon do Concílio Florentino.

3) — Quanto aos livros deveras "apócrifos", conveio a maioria dos Padres, fossem silenciados no decreto.

4) — Disputa grave e acre foi esta; acrescentar-se-iam ao Decreto as razões, que provavam a excelência do Cânon, proposta contra os Protestantes? De viva voz ou por escrito se acrescentem tais razões; mas em particular e não por documentos públicos: foi a decisão.

5) — Distinguir-se-iam entre os livros canônicos os diversos graus de autoridade? A esta questão a maioria dos Padres conveio se acrescentassem as palavras: "recebemos com igual afeto de piedade".

O Concílio Vaticano (1869-1870) XX Ecumênico (sôbre a fé e a Igreja) que renovou o decreto do Concílio Tridentino, acrescentando explìcitamente o anátema ao que negasse a canonicidade ou a Inspiração dos livros íntegros com tôdas as suas partes.

Leão XIII na Encíclica "Providentissimus Deus", confirma o Decreto do Concílio Vaticano, e o explica, louvando os Padres Conciliares que foram unânimes em professar que os livros também nas suas partes, foram igualmente inspirados pelo divino Espírito Santo.

Logo, a doutrina católica, sôbre os Deuterocanônicos do Antigo Testamento professa, sem sombra de dúvida, que to-

dos os livros na íntegra, com tôdas as suas partes, como está no Decreto do Tridentino são sagrados, canônicos e igualmente por Deus inspirados.

SEGUNDA PARTE

HISTÓRIA DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

Os livros do Antigo Testamento tratam da preparação da Nova Lei e do Reino de Deus a ser fundado por Cristo, porisso foram tirados das mãos da Sinagoga infiel pelo mesmo Cristo, que doou, como preparação da futura glória, à sua Esposa, a Igreja.

Nosso Senhor Jesus Cristo nada escreveu; Êle "abrindo a sua boca, ensinava" (Jo 8, 6-8).

Enviou os seus Apóstolos dizendo: "Ide, pois, ensinai a *tôdas as nações*, batizando... *ensinando* a observar tudo o que vos mandei" (Mt 28, 19 s.).

E os Apóstolos assim entenderam, fizeram e testificaram: "Não é justo deixemos a palavra de Deus e sirvamos às mesas (Atos 6, 5); S. Paulo diz: "Não me enviou Cristo para batizar mas para evangelizar" (1 Cor 1, 17).

E os Apóstolos e discípulos do Senhor primeiro ensinaram e só depois escreveram alguma cousa; mas a "palavra escrita" era sempre considerada como puro meio auxiliar da "Palavra pregada".

Circunstância, necessidade ou condição particular levava a redigir os escritos. Desde os primeiros decênios, vivendo

ainda a geração dos discípulos e dos inimigos de Cristo, testemunhas da pregação, morte e ressurreição de Jesus, eram redigidos os livros. Esta literatura tinha esta tríplice divisão:

I) — a) *Evangelhos* — que narram a vida de Cristo.

b) *Atos dos Apóstolos* — que narram a vida dos Apóstolos.

II) — *Epístolas* — a algum cristão, a Igrejas particulares, ou à Igreja Universal.

III) — *Apocalipse* — que propõe o porvir da Igreja Universal.

Os que possuiam êsses documentos comunicavam aos que os desejavam e assim nasceram as coleções. Uma seleção acurada dos muitíssimos Livros dos Cristãos e das Igrejas foi necessária para determinar o Cânon dos livros inspirados e excluir os livros "Apócrifos".

Êste processo de "canonização" tem dois períodos:

I) — *Período de Canonização Rápida* — sem controvérsia e em breve tempo a questão terminou, com o consentimento de tôdas as Igrejas, porque a tradição apostólica sôbre a inspiração dêstes livros era claríssima e universal.

II) — *Período de Canonização Lenta* — houve controvérsias e demora porque a tradição apostólica, favoravel aos livros, não era clara. A controvérsia durou até o século IV. Então um único Cânon foi apresentado a tôda a Igreja Universal: Cânon de todos os livros do Novo Testamento (os 27 enumerados pelo Concílio Tridentino).

CAPÍTULO I

A FORMAÇÃO DO CÂNON DO NOVO TESTAMENTO

ARTIGO I — *A primeira coleção dos escritos do Novo Testamento.*

Nos primeiros tempos da Igreja, a palavra das pregações constituia a única "regra de fé". Entretanto, crescia, com a multiplicação das Igrejas, a necessidade de um Evangelho escrito, onde se encontrassem os ensinamentos dos pregadores, já que êstes nem sempre permaneciam junto aos fiéis, indo a terras longínquas, ou então desapareciam com a morte. Apareceram, pois, os escritos do Novo Testamento, os quais, sob tríplice forma, redigidos e chamados "Evangelhos Sinóticos", se dirigiam a alguma Igreja particular, ou a algum cristão, motivo por que não foram lôgo conhecidos pela Igreja Universal e nem reunidos em um Cânon. Entretanto, como psicològicamente se deduz, todos os fiéis cristãos desejaram possuir a coleção completa dos mesmos, constituida pelas epístolas dos Apóstolos e pelos outros escritos no Novo Testamento.

Da existência dessa coleção, há, inicialmente, o testemunho dado por S. Pedro sôbre uma "coleção das epístolas de S. Paulo". Deduz-se, pois, que estas eram conhecidas e espalhadas entre as Igrejas particulares. A mesma conclusão

pode ser tirada em relação aos outros livros do Novo Testamento.

Na verdade, dificilmente se nega que S. João não tivesse em mãos os Evangelhos Sinóticos e S. Lucas os de S. Marcos e S. Mateus, quando da composição de suas obras.

ARTIGO II — *A canonicidade dos livros do Novo Testamento.*

Pelo modo de agir dos Santos Padres, crê-se que o critério, para se conhecer si um livro era inspirado ou não, era sua origem apostólica, pois acreditavam que o carisma da Inspiração estava unido ao do apostolado.

Embora essa persuasão se fundasse na catequese oral dos Apóstolos, há, contudo, fundamentos nos escritos do Novo Testamento, como, por exemplo:

1) — a passagem em que S. Pedro diz que as epístolas Paulinas são difíceis de serem entendidas,... "*como as outras Escrituras*", às quais, portanto, são aquelas equiparadas.

2) — do mesmo modo, quando S. Paulo diz, em 1 Tim 5, 17: "Dicit enim Scriptura"...

3) — pelo modo de falar de S. João no Apocalipse (2, 18 ss.; 22, 18 s.), muitos deduzem o testemunho explícito da inspiração do livro.

ARTIGO III — *O Cânon do Novo Testamento nos escritores dos séculos I e II.*

Embora nenhum dos Santos Padres mais antigos tenha instituido um Cânon, dos seus escritos conclui-se que os mesmos admitiam alguns livros como inspirados. A razão e o

modo das citações dos autores dessa época são muito diferentes dos atuais, póis:

1.º) Os mesmos muitas vêzes não mencionavam o nome do autor do livro, nem as palavras tinham grande exatidão com o texto;

2.º) Algumas palavras atribuidas a Jesus Cristo não se encontram nos Evangelhos do Cânon, mas, sim, nos apócrifos, do que, porém, não se poderá concluir que os Evangelhos do nosso Cânon não fossem considerados como autênticos, nem que os apócrifos se igualassem aos canônicos.

Devemos ter em vista, portanto:

a) — que os autores não eram perfeitos na "acribéia", isto é, na exatidão, citando as passagens de memória;

b) — ou então, referindo-se a uma passagem evangélica por alguma palavra característica;

c) — chegaram alguns autores modernos, pelo estudo acurado dessas citações, à conclusão de que já naquele tempo existiam algumas coleções de sentenças evangélicas, extraidas do Novo Testamento.

Para maior clareza do estudo, dividiremos os autores em três classes:

I) — Os Padres Apostólicos;
II) — Os Apologetas;
III) — Os Hereges.

I) — *Padres Apostólicos.*

Citaremos lugares nas obras, onde há referência aos livros do Novo Testamento, tidos como inspirados.

1) — *Doutrina dos* 12 *Apóstolos*, ou Didaché: (90-100). Aí se encontram duas passagens onde se fala de "scripto Evangelio": uma:... "como manda o Senhor *no seu Evangelho"*; a outra: "como tendes no *Evangelho de Nosso Senhor"*.

2) — *S. Clemente Romano*, Papa: (92-101), na sua epístola aos Coríntios (47, 1-3), afirma que S. Paulo escreveu sua carta aos mesmos sob o influxo do Espírito Santo.

3) — *A Epístola de Barnabé* (96-98), em 4, 14, sob a fórmula "Scriptum est", cita Mateus 22, 14.

4) — *Sto. Inácio Antioqueno* († 107), na Epístola aos Filadelfios 5, 1-2, equipara a doutrina dos Profetas, do Evangelho e dos Apóstolos.

5) — *S. Policarpo*, na Epístola aos Filipenses, equipara os Evangelhos aos escritos dos profetas, unindo numa única citação o Salmo 4, 5 e Efésios 4, 26, "dictum est".

II) — *Os Apologetas*

1) — *S. Justino*, (100/110 — 163/7), equipara, na sua Apologia 1, 67, os "comentários dos Apóstolos", *que se chamam Evangelhos* aos escritos dos profetas.

2) — *S. Teófilo Antioqueno* (181-2), no "Ad Autolycum", 312, diz serem inspirados os evangelistas: "omnes uno Dei afflatu Spiritus Sancti sunt".

III) — *Os Hereges.*

1) — *Basilides e Isidoro* conhecem, segundo Clemente Alexandrino, quase todos os escritos do Novo Testamento,

usando as expressões: "sicut scriptum est", "Scriptum dicit"...

2) — *Os Valentinianos* usaram, para sua heresia, os Evangelhos autênticos, principalmente o de S. João.

3) — *Marcião* († 140) aceitava como imunes de êrro só S. Paulo e S. Lucas, êste em alguns lugares. Muitos racionalistas, como Harnach (1), disseram que o primeiro Cânon foi o de Marcião. Devemos dizer, porém, que antes dêle a Igreja tinha já o seu Cânon (4 Evangelhos, Atos dos Apóstolos, Epístolas de S. Paulo, quase tôdas, algumas epístolas dos Apóstolos e o Apocalipse).

ARTIGO IV — *Os testemunhos do fim do século II à metade do século III.*

Nessa época, mais fàcilmente se encontram os testemunhos claros da existência de Cânones dos livros Sagrados do Novo Testamento.

1) — *Em Roma,* o "Fragmento Muratoriano", que parece ser uma transcrição feita no século VI, de um documento latino, encontrado na Biblioteca Ambrosiana por Antonio Muratori, o qual continha um Cânon dos livros do Novo Testamento. Êsse Cânon distinguia quatro espécies de livros:

a) — os que são tidos como sagrados por todos, e lidos pùblicamente na Igreja: os 4 Evangelhos, os Atos, 13 Epístolas de S. Paulo (exceto a dos Hebreus); o Apocalipse, a Epístola de Judas, pelo menos a I e II de João e o livro da Sabedoria (o que é para se admirar).

---

(1) Harnach A., Marcion: Das Evangelium vom fremdem Gott 2 Aufl Leipzig, 1924.

b) — os que por alguns são aceitos, por outros negados: o Apocalipse de S. Pedro.

c) — os que privadamente são permitidos ser lidos, não pùblicamente: O Pastor de Hermas.

d) — os que não podem ser recebidos na Igreja, porque escritos pelos hereges: Livros dos Heréticos e 2 epístolas apócrifas de S. Paulo; aos laodicenses e aos alexandrinos.

2) — *Na França*: Sto. Irineu (115-140), cujo Cânon constava dos 4 Evangelhos, dos Atos dos Apóstolos, de 13 Epístolas de São Paulo, 1 de S. Pedro, de tôdas as epístolas de S. João e do Apocalipse.

3) — *Na África Ocidental*:

a) — Tertuliano (160-225) conhece todos os livros do Novo Testamento, exceto as epístolas de Tiago, II de S. Pedro e "aos Hebreus".

b) — S. Cipriano (200-258) admite o mesmo Cânon de Tertuliano.

c) — Cânon Monseniano: admite o de Tertuliano e o de S. Cipriano, incluindo a 2.ª epístola de S. Pedro e excluindo a de Judas.

Conclusão:

No Ocidente, no século III, só faltava ao Cânon a 2.ª Epístola de S. Pedro; a de Tiago figurava pelo menos em Hermas; a de Judas era utilízada pela Igreja de Roma e da África, enquanto algumas Igrejas reconheciam a dos Hebreus; os outros livros são tidos e considerados como autênticos e inspirados.

4) — *Em Alexandria:*

a) — Clemente Alexandrino (150-211/15), segundo Eusébio, faz a narração de todos os livros do Novo e Antigo Testamento.

b) — *Orígenes*: (185/6 — 254/5) considera como inspirados todos os escritos do Novo Testamento. Orígenes em sua obra "Das exposições no Evangelho de João" Livro V, disse que S. Pedro só deixou uma epístola. Essa citação, porém, não pode ser tida como a sentença "própria" dele. Em outra obra, "Na Homília de Josué", enumera todas as epístolas. Como conclusão, digamos que Orígenes reconheceu haver dúvidas contra a canonicidade de algumas epístolas, embora as reconhecesse tôdas como inspiradas.

Conclusão geral: na metade do século III, quase todos os livros do Novo Testamento estavam no Cânon. No Ocidente, não figuravam ainda as de S. Tiago e a II.ª de S. Pedro e, às vêzes, a dos Hebreus. No Oriente, alguns duvidavam das 5 Epístolas católicas menores.

ARTIGO V — *O testemunho de Eusébio Cesariense.*

Eusébio classificou em quatro os livros do Novo Testamento.

1) — os que sem contradição foram aceitos: 4 Evangelhos e os Atos;

14 epístolas de S. Paulo; I de São Pedro; Apocalipse. São os "protocanônicos";

2) — os que, embora com controvérsia, são tidos por genuinos; as Epístolas de S. Tiago, S. Judas; II de S. Pedro; a II e III de S. João. São os "Deuterocanônicos".

3) — livros dúbios e espúrios: "Si Placet", o Apocalipse.

4) — os livros dos Hereges.

CAPÍTULO II

OS LIVROS DEUTEROCANÔNICOS DO NOVO TESTAMENTO ATÉ O SÉCULO VI

São sete. Analisemos cada um de per si:

ARTIGO I. — *Epístola aos Hebreus*:

No Oriente, nenhuma dúvida houve, por exemplo: o autor da epístola de Barnabé, a versão siríaca "Peshita", os autores da Igreja Alexandrina.

No Ocidente, até a metade do século IV, era ignorada.

S. Clemente Romano a conhece; o Fragmento muratoriano não a contém, como Hermas não a usa; S. Irineu fez alusões a essa epístola, Caio Presbítero impugnou a autenticidade paulina; os novacianos admitiram a autoria paulina, os Concílios Hiponense e III Cartaginense a admitiam no Cânon; S. Agostinho sempre a admitiu.

ARTIGO II. — *O Apocalipse de S. João*:

Até o século III, tanto no Oriente como no Ocidente foi admitido: S. Justino, S. Irineu, Tertuliano, Fragmento muratoriano, S. Hipólito; S. Clemente Alexandrino e Orígenes o

admitiam; os milenaristas nêle firmaram em sua doutrina. S. Dionísio Alexandrino, lutando contra os milenaristas, negou a autoria de S. João.

Eusebio Cesariense mostra alguma hesitação, pelo mesmo motivo, mas declarou que, segundo a tradição e consenso geral, deveria ser admitido como verdadeiro; quanto às dúvidas, "si placet"...

Os autores sírios não a têm no Cânon; S. Gregório Nazianzeno e S. Cirilo de Jerusalém a omitem. Só os nestorianos a rejeitam totalmente.

ARTIGO III. — *As Epístolas Menores.*

São cinco: a de S. Tiago, a de S. Judas, a II de S. Pedro e a II e III de S. João. Nas Igrejas ocidentais, antes do século IV, a epístola de S. Tiago e a II de S. Pedro eram quase desconhecidas; em Roma e Cartago, a de S. Judas era tida por inspirada. Nas Igrejas orientais, tôdas figuravam no Cânon. Alguns negavam a II de S. Pedro e a II e III de S. João.

As Escolas Antioquena e Siríaca duvidaram dessas cinco epístolas

Na Síria, Afrates cita às vêzes essas cartas, enquanto que o catálogo siríaco as omite; a versão "Peshita" não contém a II de S. Pedro, a II e III de S. João e a de S. Judas. S. Efrém, nas obras segundo a versão grega, cita tôdas as epístolas, o mesmo não acontecendo nas de língua siríaca, onde só cita a II de S. Pedro e a I de S. João.

Entre os Antioquenos, Tito Bostrenso não cita nenhuma: S. João Crisóstomo e Teodoreto Cirense citam a I de S. Pedro, a I de S. João e a de S. Tiago; Teodoro Mopsuesteno, ne-

nhuma; Nestório admite a I de S. Pedro. Como conclusão digamos que os autores sírios e antioquenos tinham como autênticas as três epístolas da "Peshita".

As dúvidas sôbre ela desapareceram no século V e no início do VI.

Entre os sírios, o testemunho do bispo Filoxênio Malúguense. Entre os gregos, do Concílio de Trulo que aceitou o Cânon do Antigo e Novo Testamento dos Concílios Africanos.

Nas Igrejas Ocidentais, as dúvidas desapareceram no século V, depois dos Concílios Africanos e de S. Inocêncio I.

S. Jerônimo também, depois dêsses documentos, depôs suas dúvidas, muito embora já antes não fôsse contra as mesmas epístolas.

S. Jerônimo, si duvidou da Epístola "aos Hebreus", nunca, porém, pôs em dúvida o Apocalipse.

CAPÍTULO III

LIVROS DEUTEROCANÔNICOS DO NOVO TESTAMENTO DEPOIS DO SÉCULO VI ATÉ AOS NOSSOS DIAS

Dividimos êsse periodo em três partes: Idade Média, antes do Concílio Tridentino, depois do Concílio Tridentino.

ARTIGO I. — *Livros Deuterocanônicos do Novo Testamento na Idade Média.*

1) — *Nas Igrejas orientais* — Os autores se contentam com a repetição quase mecânica dos Antigos Cânones. Fócio

(820-897) e Nicéforo Calisto (século XIV) apresentam Cânon completo e São João Damasceno (cerca de 675-749) acrescenta o Cânon dos Apóstolos ao elenco dos Livros Sagrados do Novo Testamento.

2) *Nas Igrejas Ocidentais* — Influenciados pela opinião de São Jerônimo, os autores ainda tiveram algumas dúvidas, que nunca levaram algum autor a tirar um livro do Cânon do Novo Testamento. Sirva de exemplo o modo de agir de Santo Isidoro de Sevilha (560-636), que diz: "Porém crê-se que o autor daquelas Escrituras é o Espírito Santo" (1).

No século X Aélfio e no século XII João Sarisberiense (2) quiseram introduzir a epístola apócrifa de S. Paulo "ad Laodicenses" no Cânon do Novo Testamento. J. Faber Estapulense (século XVI) recebeu como canônicas tôdas aquelas epístolas que se diz ter S. Paulo enviado a Sêneca; o Cardeal Tomás de Vio (1468-1534) interpretou mal São Jerônimo, julgando ser verdadeira sentença do Santo Doutor o que era simples recensão de dúvidas.

ARTIGO II. — *Livros Deuterocanônicos do Novo Testamento nos tempos do Concílio Tridentino.*

Os fundadores do Protestantismo e seus primeiros discípulos, contradizendo-se entre si, não puderam chegar a um acôrdo a respeito do Cânon do Novo Testamento.

---

(1) Sto. Isidoro de Sevilha, Doutor da Igreja, De Ecclesiasticis Officiis I 12, 11; ML. 83, 749.

(2) João Sarisberiense († 1180), Epistola 143 ou 172 conforme outros; ML. 199, 126.

Lutero (1483-1546) tirava do Cânon do Novo Testamento o Apocalipse, as Epístolas aos Hebreus, a de S. Tiago e a de S. Judas.

Zwinglio (1484-1531), discípulo de Lutero afastava sòmente o Apocalipse.

Ecolampádio (1482-1531) porém, rejeitava todos os deuterocanônicos do Novo Testamento. Flácuo Ilírico († 1575) também excluia os deuterocanônicos do Novo Testemento. Os centuriadores Magdeburgenses (1) excluiam sòmente as epístolas aos Hebreus, a de S. Judas e de S. Tiago.

Chemnício Martinho (1467-1536), teólogo de grande autoridade entre os luteranos, sem nenhuma dúvida rejeitava todos os deuterocanônicos (2).

Os católicos começaram a duvidar da autenticidade de algumas Epístolas e perícopas dos Evangelhos. Contudo deve-se bem notar que os católicos duvidaram ùnicamente por motivos literários e não por motivos religiosos.

Desidério Erasmo (1564-1536), como gozasse de grande autoridade, foi o chefe dos que duvidaram.

Mas todos êstes não distinguiam acuradamente entre autenticidade dos livros e sua canonicidade. Ao Concílio Tridentino chegou o eco das dúvidas, pois foi proposta a dúvida sôbre a epístola aos Hebreus, a de S. Tiago, a II.ª de S. João, o livro do Apocalipse, e principalmente sôbre as perícopas dos

---

(1) Centuriadores Magdeburgenses são os doutos Protestantes que escreveram a História da Igreja dividida em "centúrias".

(2) Chemnício M. Examen Concilii Tridentini quadripartitum, Frankfurt, 1563-1573; I 6, 9.

Evangelhos, uma vez que delas não se encontrava documento expresso na Tradição Eclesiástica.

A dúvida foi fàcilmente resolvida e todos os Padres concordaram que elas deviam ser recebidas entre as Escrituras Canônicas.

Certamente, houve uma questão longa, mas fora do âmbito da canonicidade, pois os Padres discutiam se as perícopas deviam ser expressamente nomeadas no Decreto e se os que negavam essa verdade deviam ser anatematizados pelo Decreto. O resultado das discussões foi o seguinte: "Se alguém não receber como sagrados e canônicos os mesmos livros íntegros e com todas as suas partes, conforme é costume de serem lidos na Igreja Católica, e conforme se encontram na antiga edição da Vulgata Latina, seja anatematizado". (Denz. 784).

Para a inteligência desta parte do decreto tridentino julgamos suficiente o que segue:

1) — Uma vez que o Decreto se refere à questão disputada entre os Católicos e Protestantes é claro que suas palavras se referem a todos os livros e partes, a respeito das quais se discutiam.

2) — Também parece estar fora de controvérsia que as palavras do Decreto se devam estender a todas as outras partes dos livros sagrados, então indubitadas.

3) — A respeito do valor e da extensão do vocábulo "partes", nasceram algumas questões entre os católicos. E' evidente que é destituida de todo o fundamento a sentença daqueles que querem restringir o sentido da palavra "partes" para as partes maiores, ou de maior importância, ou partes

integrantes do livro, etc., pois pelos Atos do Concílio se sabe que essas perícopas são chamadas indiferentemente Partes (Acta Concilii Tridentini V 41, 26), partículas (ibidem V, 41, 24), fragmentos (ibidem V 42, 35), capítulos (ibidem V 42, 45).

4) — Claramente consta pelo Decreto e Atas do Concílio Tridentino que a edição da Vulgata Latina é tomada sòmente como medida e critério da Inspiração divina. Deve-se entender a versão em si considerada e não como existe num ou noutro Códice.

5) — Alguma perícopa da Vulgata, mas que não se encontra no texto original, não deve ser incluida pelas palavras do Decreto, por exemplo: Apc 9, 11; Lev 6, 11.

ARTIGO III. — *Os deuterocanônicos do Novo Testamento desde o Concílio de Trento até a Idade Moderna.*

Depois do Concílio Tridentino, entre os católicos desapareceram totalmente as dúvidas, seja quanto ao âmbito do Cânon do Novo Testamento, seja quanto à autenticidade dos livros.

Sixto Senense, falsamente interpretando o Decreto do Concílio Tridentino, ousou rejeitar fragmentos do livro de Ester (1).

No começo do século XIX, B. Lamy e F. Jahn, em vão, tentaram reintroduzir a distinção entre a autoridade dos livros canônicos e deuterocanônicos. No decorrer do século XIX,

(1) Sixto Senense († 1569), Bibliotheca Sancta, Venetiis 1566, I pág. 55.

A. Loisy (1), com pertinácia defende êsse êrro, mesmo depois da clara proposição do Concílio Vaticano (Denz. 1809).

Aquela distinção foi também condenada por Leão XIII na Encíclica "Providentissimus Deus" (18 Nov. 1893, Denz. 1952).

A respeito da autenticidade das partes, não houve nenhuma controvérsia entre os católicos. Os protestantes (2), que, no início de sua apostasia, queriam seguir sòmente a Sagrada Escritura como regra de fé e costumes, no decorrer dos séculos corromperam e chegaram até a perder a verdadeira noção do Cânon. Muitos, embebidos pelos princípios racionalistas, até negaram a Revelação sobrenatural, e em consequência rebaixaram os livros do Velho e Novo Testamento à classe de simples livros humanos. Os Protestantes conservadores, é verdade, admitem a Revelação sobrenatural, contudo dizem que os Livros das Sagradas Escrituras não foram inspirados pelo Espírito Santo. Assim levados pelos seus falsos princípios, os protestantes abandonaram o caminho da verdade e se transviaram miseràvelmente. A Igreja Católica, ao contrário, fiel às tradições apostólicas e iluminada pelo Espírito Santo, conservou íntegro o Cânon do Velho e Novo Testamento, defendendo sempre o seu caráter divino.

---

(1) Loisy A., Histoire du canon de l'A. T. Paris, 1890; 212-215; 235-241.

(2) As opiniões dos autores protestantes e sua sistemática destruição da Sagrada Escritura se podem encontrar em Pesch Chr., de Inspiratione S. Scripturae, Friburgi Br., 1902, pg. 202-206.

CAPÍTULO IV

OS LIVROS APÓCRIFOS

ARTIGO I — *O vocabulo "Apócrifo" e sua história*

"Apocryphon" é uma palavra grega que significa cousa oculta, escondida, subtraida do alcance dos olhos. Antigamente livro apócrifo era considerado o que se destinava à leitura dos iniciados da seita secreta.

Podemos considerar a questão entre os judeus, protestantes e católicos.

Os Judeus — distinguiam dúplice classe de livros:

a) — "sepositi", separados: eram os livros canônicos subtraidos ao uso comum, por serem já gastos pelo uso.

b) — "qui extra sunt", os que estão fora, isto é, do cânon, não são canônicos. Eram os livros simplesmente de leitura permitida, ou então unânimemente proibidos pelos rabinos.

Os Protestantes — Concordam com os católicos nesta questão; mas divergem quanto à terminologia. Esquematicamente assim podemos expor as divergencias terminológicas.

Protestantes	*Católicos*
Apócrifo do Antigo Testamento	Deuterocanônicos do Antigo Testamento
Pseudoepigráfico do Antigo Testamento	Apócrifo do Antigo Testamento
Apócrifo do Novo Testamento	Apócrifos do Novo Testamento.

Os Católicos — Para nós, apócrifos são os livros escritos por indústria humana sòmente, e não por inspiração do Espírito Santo, mesmo que em algum tempo tenham sido considerados, por alguns, como livros inspirados. Para os católicos a palavra "apócrifo" é conhecida desde a mais remota antiguidade cristã; mas inicialmente usavam em sentido pejorativo, para indicar um livro suspeito. Com esta palavra os Santos Padres podiam indicar quatro categorias de livros:

a) — os livros de origem desconhecida. Assim por exemplo, S. Agostinho (1).

b) — os livros úteis, que continham um ou outro êrro (2).

c) — os livros vedados à leitura pública na Igreja (3).

d) — os livros não canônicos (4).

---

(1) S. Agostinho, De Civ. Dei XV 23, 4; ML. 41, 470. Cfr. também S. Jerônimo, Epist. 107, Ad Laetam 12; ML. 22, 877.

(2) Cfr. Origenes, Prologus in Canticum Canticorum; MG. 13, 83, s.

(3) Cfr. Origenes, In Matthaeum 23, 37 ss.; MG. 13, 16, 36 s.

(4) Cfr. Jerônimo, Prologus Galeatus; ML. 28, 556.

ARTIGO II — *Origem dos Livros Apócrifos.*

Os Apócrifos dividem-se em duas grandes classes, conforme se relacionam com o Antigo ou com o Novo Testamento. São apócrifos do Antigo Testamento se são de origem Judaica, palestinense ou da Diáspora, ou se o argumento se refere ao Antigo Testamento.

São Apócrifos do Novo Testamento os de origem cristã, ou cujo argumento se refere ao Novo Testamento. Podem ter sido escritos ou por hereges, a fim de que suas doutrinas vingassem, ou por cristãos piedosos que desejavam preencher com a imaginação as lacunas da narração evangélica, ou mesmo o desejo de conservar tradições, fábulas e prodígios deturpados.

ARTIGO III — *O Gênero literário dos Livros Apócrifos.*

E' um gênero literário especial; o leitor sente-se como que perdido, não podendo manter o fio da leitura. Eram destinados a excitar a fantasia do leitor, ou a satisfazer sua curiosidade, ou mesmo conquistá-lo para a sua doutrina. Êstes escritores desconhecidos mostram que conheciam muito bem o Antigo Testamento, até suas particularidades.

Todos os gêneros literários encontram-se representados na literatura apócrifa, e o gênero muda conforme o escopo que o autor tinha em vista.

Os Apócrifos do Antigo Testamento se subdividem em:

a) "halachica" ou jurídicos — que giram em torno da Lei mosaica;

b) "haggadica" ou morais — os de carater parenético;

c) "Apocalítica" — que tratam da libertação messiânica ou do fim do mundo.

Os Apócrifos do Novo Testamento são numerosíssimos, e imitam os livros dos Apóstolos; Evangelhos, Epístolas e Apocalipses.

ARTIGO IV — *Influxo e perigo dos Livros Apócrifos.*

Os Livros Apócrifos do Antigo Testamento, maxime os de gênero apocalítico, exerceram grande influxo sôbre os Judeus tanto da Palestina como da Diáspora. Neles estava a história completa de Israel, aparecia sempre a misericórdia de Deus para com seu povo.

E assim, tanto o leitor judeu como o cristão, lia com avidez as páginas dos apócrifos, e alguns eram muito considerados. O Livro de Henoc chegou mesmo a ser inserido na Bíblia Etiópica. A Oração de Manassés e o III e IV de Esdras, ainda em nossos dias são apresentados em Apêndice na Vulgata Latina.

Daí o grande perigo para a integridade e pureza da fé cristã. Por isso fez a Igreja uma oposição continuada e violentíssima contra êsses livros. Papas e Concílios tudo faziam para a sua eliminação.

ARTIGO V — *A utilidade do estudo dos livros apócrifos.*

O estudo dêstes livros é utilíssimo, visto que:

1) — muitas doutrinas antigas só nos são conhecidas por meio dêles ;

2) — muitos ensinos e muitas páginas da História da Igreja primitiva estão neles contidos;

3) — a comparação dêstes livros com os livros canônicos é muito proveitosa e instrutiva;

4) — é um grande auxílio para o estudo da filologia, pois nos transmitem a língua do tempo;

5) — é a fonte de muitas narrações e monumentos da arte cristã.

Nem pode passar despercebido o grande influxo que exerceram sôbre a Liturgia Romana, dos quais esta emprestou varias passagens, entre as quais sobressai o Introito da Missa de Requiem, tirado do IV de Esdras;... "Requiem aeternitatis dabit nobis,... quia lux perpetua lucebit nobis..." (2, 34 s.).

ARTIGO VI — *Divisão dos Livros Apócrifos.*

Muitos Livros Apócrifos desapareceram ou pela ação do tempo ou por causa da condenação e eliminação feita pela Igreja.

Todavia o número de exemplares que escaparam à destruição é tal que poderíamos recompor tôda a Bíblia com os correspondentes livros apócrifos.

Assim:

A) — Livros Apócrifos do Antigo Testamento.

I) — Livros Apócrifos pseudo-históricos: em número de 10.

II) — Livros Apócrifos proféticos ou apocalípticos: são numerados 12.

III) — Livros Apócrifos didáticos ou morais: enumeram-se 6 livros.

B) — Do Novo Testamento.

I) — Evangelhos apócrifos: 10.

II) — Atos apócrifos: 8.

III) — Epístolas apócrifas: 6.

IV) — Apocalipses apócrifos: 6, um dos quais é intitu- "Apocalypses Beatae Mariae Virginis"; onde as dores SS. e na visão são narradas.

existem ainda muitos outros escritos apócrifos, o foram incluidos nos números apresentados por- is recentes, e fogem por isso ao nosso escopo.

CAPÍTULO V

OS LIVROS INSPIRADOS E PERDIDOS

Introdução

A questão tem duas faces: de jure e de fato.

De jure — Os teólogos têm como sentença comum que livros inspirados "podem" ser perdidos, ou uma parte apenas, ou todo êle. Esta perda pode ser efetuada no intervalo que medeia a composição do livro e sua entrega à Igreja, que o reconhece e propõe como inspirado. O Cardeal Franzelin chega mesmo a afirmar que um livro "possa" ser perdido depois de o ter a Igreja, mestra infalível, declarado inspirado (1).

(1) Franzelin Card. I. B., De Deo Trino, 2 ed., Roma 1874, pág. 42.

De fato — Alguns autores afirmam que não só podem, como de fato alguns livros foram perdidos; e isto plenamente entendido: livros inspirados canônicos e não canônicos (1).

ARTIGO I — *Número e Títulos.*

Quanto a êste ponto não temos documentos certos; e a isto se acresce que nem tudo que lemos na Sagrada Escritura nos textos atuais deve ser tido como inspirado. Mas muitos dêstes livros perdidos, pela santidade e dignidade de seus autores, como pelo título com o qual os honra o Hagiógrafo, parece que devem ser tidos como inspirados.

Podem ser enumerados livros tanto no Velho como no Novo Testamento.

Os do Antigo Testamento são os seguintes:

Livro de Samuel Vidente, Livro ou Palavras do Profeta Natan, Volume do Vidente Gad, Visão de Addo (o qual não consta ser inspirado), e Livro do Profeta Semeias.

Os do Novo Testamento. — Ninguém duvida da ispiração e canonicidade da brevíssima epístola de S. Paulo a Filemon; donde podemos concluir terem sido inspiradas pelo divino Espírito Santo também as epístolas perdidas (2).

Os livros mais provàvelmente inspirados do Novo Testamento, perdidos em nossos dias, são os seguintes: Evangelho de S. Paulo, Terceira Epístola aos Coríntios, Terceira Epístola aos Tessalonicenses e Epístola aos Laodicenses.

---

(1) Antonius a Matre Dei († 1679), O Carm. Disc., Praeludio isagogica ad SS. Bibliorum intelligentiam, Lugduni 1669, I 7, 2, pág. 43.

(2) Cornely R., Historica et critica Introductio in Utriusque Testamenti Libros sacros, 2 ed., Paris 1894, I pág. 248.

ARTIGO II — *Razões por que se perderam livros inspirados.*

Êste problema preocupou S. Agostinho o qual, todavia, não atinou com a verdadeira solução. As causas mais verossímeis são as seguintes:

1) — nada de novo continham a mais do que os que nos são conhecidos;

2) — os que possuimos são suficientes para o conhecimento e defesa dos dogmas da Igreja, "a coluna e fundamento da verdade";

3) — poderiam dar ocasião a heresias e erros;

4) — assim como muitas obras de Cristo pela divina Sabedoria não foram conservadas nos Livros santos, a mesma divina Sabedoria poderia ter querido destruir sua notícia entre os homens depois de terem sido escritas.

Se for encontrado um livro ou fragmento de um livro, a Igreja emitirá seu juizo; nós julgamos que os livros de origem apostólica, atualmente perdidos, são inspirados e pertencem ao deposito da fé.

CAPÍTULO VI

AS PALAVRAS DE CRISTO NÃO ESCRITAS

Introdução

Nem tudo que Jesus Cristo fez é narrado nos livros canônicos. Surge então a questão: haverá fatos verdadeiros narrados em outros livros? Quantos fatos podem ser colocados nesta categoria?

E de fato, nas obras dos Santos Padres, monumentos litúrgicos, papiros antiquíssimos etc., encontramos referências aos feitos de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Solução — Critério

Comumente se dá resposta afirmativa, exceptuando pouquíssimos autores. Porém há grandes divergências quanto ao critério a ser empregado. Resch julga que se pode reconstruir outro evangelho, diferente dos canônicos e apócrifos (1); outros dizem que esta é a via que solucionará a questão sinótica; outros ainda dão como critério o seguinte: rejeitar tudo o que não concorda com o Evangelho ou seja uma corruptela, transposição ou mesmo simples interpretação das palavras canônicas.

Podemos afirmar que podem ser consideradas narrações agráficas as que são dignas do Divino Mestre; a questão da autenticidade é resolvida depois.

O Número

Há grande divergência entre os autores.

1) — Antonio Resch julga ter encontrado 74; mas na segunda edição de sua obra (1906) reduz a 36.

2) — I. H. Ropes propõe 14 apenas.

3) — Entre os Católicos também se disputa:

Besson propõe 68 narrações agráficas autênticas; E. Laquier julga serem 13 autênticas, 26 prováveis e 15 dúbias; L. Vaganay defende serem 4 ou 5 apenas.

As passagens que são julgadas autênticas, os autores colocam no rodapé das Sinopses Evangélicas.

---

(1) Resch A., Agrapha, 2 Aufl. Ausserkanonische Schriftfragmente (T. und Untersuch., NF. XV 3. 4) Leipzig 1906.

INTEGRIDADE DA SAGRADA ESCRITURA

Introdução

Importância e divisão do tratado:

Depois de provada a existência de uma virtude sobrenatural, que move o autor Sagrado a escrever um livro, que de pleno direito, tem a Deus como autor; e vistos quais são êsses livros que por meio dos Apóstolos ou mesmo por Nosso Senhor receberam o testemunho de sua inspiração, e como tais, foram entregues à guarda da Igreja, procuraremos enquanto possível examinar, no estado de conservação chegados até nós, êsses mesmos livros sagrados.

A conservação do texto sagrado é um fato de ordem histórica que podemos examinar sob dois pontos de vista: primeiro, pela história do texto, depois pela história das versões antigas.

Nesse dúplice exame podemos dizer que a Sagrada Escritura até nós chegou quanto à substância, íntegra e incorrupta: é o que procuraremos provar por meio dêsses dois argumentos.

1) — pelos textos originais e

2) — pelas versões antigas.

CAPÍTULO I

SÔBRE OS TEXTOS ORIGINAIS.

ARTIGO I — *A língua primitiva dos Livros Sagrados.*

Em três línguas se escreveram os Livros Sagrados.

a) — Na língua *hebraica* em que foram escritos o *Eclesiástico*, o primeiro dos *Macabeus*, *Judite*, *Baruc*, partes de *Daniel* e *Ester;* quanto a *Tobias* e *S. Mateus* divergem os autores.

b) — Na *língua aramaica*, partes de *Daniel*, *Esdras*, *Jeremias* e o Ev. de *S. Mateus.*

c) — Na língua *grega*, todos os livros do Novo Testamento exceto o de *S. Mateus;* do Antigo, o da *Sabedoria* e o Segundo *dos Macabeus.*

ARTIGO II — *Sôbre a língua hebraica.*

Esta é a que consideramos desde a entrada na terra prometida até a Idade Cristã. Os gramáticos comumente dizem que ela pertence a um grupo de línguas semíticas do Antigo Oriente. Hoje, apesar do grande avanço no estudo das línguas antigas, ainda é difícil a reconstrução dessa língua semítica comum, por falta de documentos.

Já no tempo de Nosso Senhor, a língua hebraica estava morta, e o pouquinho que restava, procurava refúgio nas escolas. O próprio povo hebreu, contemporâneo de Nosso Se-

nhor, ouve aos sábados, nas sinagogas, a Sagrada Escritura, mas não a compreende, a não ser depois de traduzida em aramaico.

ARTIGO III — *Sôbre a escrita alfabética dos cananeus.*

Documentos encontrados provam que os cananeus já no século XIII usavam escritura alfabética; por êstes documentos nada obsta que os mais antigos livros do Antigo Testamento, como o Pentateuco, por exemplo, fossem escritos em língua hebraica, pois a fórmula alfabética estava em plena evolução.

ARTIGO IV — *A matéria dos livros.*

Era variada a matéria empregada para a escrita, pois não tendo sido ainda descoberta a fabricação do papel, em tudo se escrevia; assim em:

a) — Tábuas de pedra, que foram as que serviram de instrumento em que Deus escreveu o decálogo (Êx 24, 12).

b) — Outras pedras lisas sem formas determinadas serviram para guardar as leis e as palavras de Deus (Jos 8, 32).

c) — Tábuas de argila em que se escreviam e depois sendo cozidas no fogo, ficavam duras como pedras. (Êx 4, 1).

d) — Tábuas de chumbo, isto é, lâminas. (Jo 19, 23-24).

e) — Tábuas de bronze (1 Mac 8, 22 s.).

f) — Tábuas de madeira (Is 30, 8).

g) — Fragmentos de vasos quebrados.

h) — O papiro foi um dos mais antigos materiais de escrita; era pois a matéria própria para receber a escritura

dos fenícios, e de todos os povos, cuja cultura e civilização brilhavam naquele tempo (Jer 36, 23).

i) — O pergaminho; êste, sem dúvida, foi o mais importante de todos os materiais usados na escrita; era geralmente feito de peles de animais, principalmente de cabras e carneiros, bem trabalhadas e limpas para êsse fim e por isso eram também chamadas membranas (1). Mas o nome de pergaminho, vem sem dúvida de Pérgamo, o maior centro industrial dêsse produto universalmente conhecido. Seu uso sempre vigorou entre os judeus; mesmo depois da invenção do papel, êles tenazmente continuaram usando as membranas, para as Sagradas Escrituras; assim se explica a pobreza de papel nos códices hebreus.

Instrumentos de escrita:

Êstes eram muito diversos, usados de acôrdo com o material empregado para a escrita.

a) — Estilete de ferro e a

b) — cana de trigo para escrita, cuja ponta se aparava, à medida que fôsse amolecendo.

A tinta empregada era quase sempre de côr preta, e os orientais carregavam-na, quando dela precisavam, na cintura.

Formas dos Livros

Os Hebreus usavam o Volume, que era uma membrana comprida enrolada em uma peça de madeira cilíndrica e fina.

---

(1) Cfr. 2 Tim. 4, 13.

Muitas vêzes as duas extremidades da membrana eram guarnecidas de madeira, para melhor ser desenrolada e novamente enrolada. Nas membranas escrevia-se sempre do lado interno, quase nunca do lado externo. Assim uma grande obra, que dificilmente poderia ser escrita em um volume de pergaminho, escrevia-se em mais de um; por isso, em várias partes, ou tomos dividiam-se as grandes obras, e daí o nome de Pentateuco dado aos cinco volumes que o compunham.

ARTIGO V — *Sôbre as várias formas da Escrita Fenícia.*

E' certo que houve hebreus que escreveram na mais remota antiguidade com letras que muito se aproximavam da grafia fenícia. Podemos verificar nos:

1) — Monumentos antigos encontrados em Jerusalém, mais ou menos dos anos 700 A. C.

2) — Figuras e fragmentos encontrados nas escavações.

3) — A Tabela de Geser.

4) — Moedas Judaicas, e principalmente

5) — Os caracteres do Códice Samaritano.

Esta prova de escritura antiga foi usada mesmo na Sagrada Escritura; é o que podemos notar nos:

a) — Tetragramas escritos em letras hebraicas antiquíssimas.

b) — As variações que aparecem no texto hebraico, nos Setenta e mesmo no Massorético.

c) — Fato reconhecido como certo, pelos antigos hebreus e pelos Santos Padres.

Da antiga Escritura provém a chamada *Quadrada,* que outra cousa não foi senão pequeninas modificações introduzidas pelas reduções de linhas, aberturas de outras letras e curvaturas em outras.

Da Escritura Quadrada.

A mudança de alfabeto deve-se, segundo a tradição rabínica, a Esdras, mas já a encontramos em uma pequena inscrição, mais ou menos no ano 175 A. C.; assim estudando cuidadosamente vemos que os Judeus, depois do exílio de Babilônia, pouco a pouco foram introduzindo êste modo de escrita.

Pontuação.

As palavras na escritura hebraica antiga ou fenícia e mesmo entre os gregos, não tinham nenhum espaço, entre si, sinal algum de separação. Mas nas inscrições hebraicas antigas e aramaicas, cada palavra era separada por um ponto, método este usado pelos latinos. Assim a Escritura Quadrada costuma observar um pequeno espaço entre as palavras, o que se encontra nos antigos papiros.

ARTIGO VI — *História do texto hebraico manuscrito.*

No longo intervalo que nos separa da origem do texto Sagrado do Velho Testamento, separamos duas épocas distintas.

1) — A idade da divulgação da Sagrada Escritura em manuscrito, e

2) — Dêste tempo até a invenção da tipografia.

BREVE CONSPECTO DA HISTÓRIA DOS TEXTOS E VERSÕES DO ANTIGO TESTAMENTO.

	I Epoca. Das origens ao século I p. C. n.	II Epoca. do século II ao VI				III Epoca. do século VI ao X.
Textos	Variedade relativamente grande de lições e recensões.	E' escolhida uma recensão: as lições variantes são eliminadas aos poucos e o texto se torna uniforme.				São colocados os sinais das vogais; a massora é escrita; o texto se torna imutável.
Versões imediatas.	Século III - II a. C. n., a versão grega dos LXX.	II A siríaca "Peshitta". Gregas: de Áquila Símaco Teodocião 5.ª 6.ª 7.ª	III recensões LXX: de Orígenes (Hexapla), Luciano	IV 390-404 a latina de São Jerônimo.	V Foi escrito o Targum Onkelos.	Targum dos Profetas, o Pentateuco Jerosolimitano, os Hagiógrafos, as recensões gregas: são misturadas. As Jeronimianas, a latina antiga.
versões mediatas (dos LXX).			as latinas antigas; cóptica sahídica	as cópticas: ahmímica faiumica? (etiópica)	cóptica bohairica armênica; georgiana	em 508 a siríaca filoxeniana do grego não hexaplar: 516-618, a siríaca do grego hexaplar; siro-palestinense.

O único testemunho da idade do Novo Testamento é o Papiro Vasch, em escrita cursiva, pelo ano 100 da era cristã.

Escrita contínua e pontuada.

Na escrita hebraica e fenícia a escrita era contínua, sem pontuação. Usava-se muito a escrita quadrada.

ARTIGO VII — *História do texto hebraico manuscrito.*

Devemos ver a sorte dêste texto sagrado e as vicissitudes por que passara.

Dividimos em dois períodos:

1) — período em que a Sagrada Escritura era divulgada como manuscrito.

2) — período da imprensa tipográfica.

1.º *Período*:

Desde a sua origem até o século I depois de Cristo. Existiam nesta época variedades de lições e recensões. Várias foram as suas causas.

a) — O texto não se havia firmado, era muito flutuante. E' verdade que muitos autores cuidaram de suas edições, como Jeremias.

b) — Escritas estavam dispersas pelos códices.

c) — Não estando o Cânon ainda encerrado, o texto não era copiado com muito esmêro.

d) — No tempo do exílio sofreram muito os exemplares. Qual tenha sido a condição do texto sagrado deduz-se pela comparação com os paralelos. Concluimos que tôdas as variantes e corruptelas que existem nasceram nesta época.

Logo podemos dizer que:

1) — neste período houve muitas lições variantes e também recensões.

2) — Se há edições, são muito secundárias, assim também no que diz respeito à ortografia e gramática.

O trabalho dos escribas

Atribui-se aos escribas a divisão do texto em versículos; certas anotações que se liam, mas não se escreviam; colocaram certos pontos para indicar palavras duvidosas.

II.º *Período*: do Século I até o século VI depois de Cristo.

É a luta dos textos, prevalecendo finalmente um texto fixo.

III.º *Período*: do século VI até o século X depois de Cristo..

E' a fossilização dos textos sagrados. Aparece o texto Massora, que é completamente uniforme.

Texto Impresso

Começa nova idade para os textos sagrados com a invenção da imprensa.

1) — *Edições Principais* e fundamentais (1477-1525). São edições chamadas "não críticas".

2) — *Edições* em que começam as anotações críticas, ainda que rudimentares (1525).

3) — *Edições críticas sérias*: B. Kennicot, do Velho Testamento (1776-1780). R. Kittel, edição da Bíblia hebraica (1906-1909).

Texto Massorético

E' muito importante porque é o texto inspirado; foi o texto que prevaleceu entre as muitas variantes. E' o melhor e o mais fiel, o mais antigo. Devemos considerar êste texto como fundamento para a crítica textual.

CAPÍTULO II

O TEXTO GREGO DO NOVO TESTAMENTO

Assim como o Antigo Testamento foi escrito, na sua maior parte, em hebraico, o Novo Testamento foi escrito quase todo em grego; faz exceção apenas o Evangelho de S. Mateus, escrito originariamente em hebraico ou aramaico. Mas nós tivemos conhecimento apenas da sua versão grega, visto que o original foi perdido.

Justifica-se pois o título: Texto grego do Novo Testamento.

ARTIGO I — *A Paleografia — A matéria e a forma dos Livros.*

No tempo apostólico, para a escritura dos livros, se empregava o "papiro" e a "membrana"; o primeiro porém era muito mais comum, por ser mais barato.

Infelizmente o papiro é de duração muito mais reduzida que a membrana. Dão-se duzentos anos de existência para êles (1). Esta é a causa por que perdemos inúmeros monumentos literários.

A partir do século IV o uso do "pergaminho" tornou-se cada vez mais comum; dêste tempo é que possuimos muitos códices bíblicos.

O uso de escrever sôbre o "papel" e o "pano" aparece com o século X.

A forma dos livros de papiro era quase sempre a de "volumen" (o rôlo).

A forma de códice, rara com os papiros, torna-se comum com o uso dos pergaminhos, e por causa da comodidade dominou posteriormente.

---

(1) Plinio, Hist. Nat. 13, 83:

FORMA DA ESCRITURA

Nos papiros encontram-se duas formas de escritura: a cursiva e a uncial, e esta se apresenta ou com tôdas as palavras unidas, ou separadas.

A escritura uncial é a maiúscula, letras de grandes dimensões. Até o século IX nos códices escritos sôbre membranas, só se usava a forma uncial.

A escritura uncial e a cursiva antiga, comumente não separavam as palavras uma das outras, o que oferece dificuldades para se distinguir as mesmas.

O uso dos acentos gregos só foi generalizado no século VIII p. C. n.. A pontuação também não era usada.

Muitos nomes sagrados eram escritos abreviadamente; nos códices mais recentes, êsses nomes são substituidos por sinais convencionais.

ARTIGO II — *Testemunhos do Texto.*

Os testemunhos para a história e crítica do texto são de tríplice espécie:

Códices — Os códices estão contados hoje em cêrca de 4171: 188 unciais, 2350 minúsculos, 38 papiros e 1595 lecionários. — Dêstes só 53 trazem o Novo Testamento inteiro; muitos só contêm fragmentos.

Citações dos Padres — As citações dos Padres ocupam o primeiro lugar para determinar a cronologia, ou a sucessão histórica do texto.

Se porém se procura o teor do texto, as citações têm o último lugar pela frequente incerteza das lições: porque os Padres citavam de memória e porque os seus próprios textos não eram íntegros ou não eram críticos. Quanto à história das versões, há alguma luz por mútuo auxílio: os Padres indicam a idade das versões e as versões confirmam as citações dos Padres de modo a não deixar às vezes nenhuma dúvida.

Para a crítica textual há alguma cousa nos Padres Apostólicos; muita cousa, e de primeira ordem, nos escritores do II e III séculos.

Versões — Sôbre as versões, por agora só isto: as versões devem ser tidas como as testemunhas mais importantes, podendo-se geralmente conhecer qual tenha sido a lição em grego. Às vêzes se confirma a lição das versões pelas citações dos Padres e vice-versa, e assim se pode determinar até o teor do texto para determinada região e tempo. São testemunhas tanto de integridade como de corrupção parcial do texto, para o século II, as versões latina, africana e siríaca; para o século III, a latina ítala, e a cóptica saídica; para o século IV a Vulgata, a cóptica amímica e faiúmica, e a gótica; para o século V, a siríaca "Peshita", a cóptica bohairica, etiópica e armênica.

BREVE CONSPECTO DA HISTÓRIA DOS TEXTOS E DAS VERSÕES DO NOVO TESTAMENTO

Séc.	Textos	Versões			
		Siríacas	Latinas	Cópticas	Outras
II	Difunde-se um texto revisto cá e acolá harmonisticamente. Diatessaron de Taciano.	Diatessaron	africana		
III	Um texto mais puro é preparado em Alexandria (Orígenes).	Os Evangelhos separados.	romana	saídica	
IV	A recensão Antioquena. Os cânones e códices de Eusébio. A edição de Eutálio.	As Epístolas de São Paulo e os Atos dos Apóstolos.	Misturas das primeiras e nova revisão. 383 a recensão de S. Jerônimo (A Vulgata)	ahmímica faiúmica	gótica (Ulfilas).
V	E' difundido o texto "Antioqueno - Bizantino".	"Peshitta" (Rabbula).		bohairica.	etiópica e armênica.
VI	Os códices de púrpura (Asia Menor?): várias formas se misturam.	Filoxeniana			georgiana?
VII	A forma Antioqueno-Bisantina copreou já as outras.	Heraclense Palestinense			
VIII					arábica
IX					eslava

ARTIGO III — *Várias formas do texto.*

O texto dos Santos Evangelhos aparece sob quatro formas, as quais representam fielmente os três códices antigos A, B, D e T.

1) — *A forma "Alfa"* está contida nos códices AEK, e na versão "siro-Peshita".

Caracteriza-se:

a) — pela forma literária clássica;

b) — pela clareza, obtida ou pelo acréscimo de palavras, ou pela mudança textual;

c) — pela tendência harmonística;

d) — pela propensão à forma completa.

2) — *A forma "Beta"* está contida nos códigos B, X, (kh) L 33, e nas versões cópticas. Caracteriza-se:

a) — pela concisão;

b) — pela forma e ortografia vulgar;

c) — pela imunidade quase absoluta da tendência harmonística.

3) — *A forma "Delta"* está contida no códice D e nas versões siríacas; era a mais usada pelos Latinos, chama-se ainda "texto ocidental".

Caracteriza-se:

a) — pela tendência harmonística;

b) — pelo uso de paráfrase;

c) — pelo acréscimo de alguns fatos maravilhosos;

d) — pela omissão de algumas palavras.

4) — *A forma "Theta"*, chamada "cesariense", foi encontrada há pouco tempo.

Caracteriza-se:

a) — pela existência de algumas lições singulares;

b) — pela tendência harmonística, ainda que amenizada pela influência da forma "Beta".

Concordam com esta vários códices, por exemplo: a "Theta" 28, 565 e 700, juntamente com duas outras famílias escritas na Calábria e na Sicília. Finalmente aparecem também as versões armênica e georgiana.

ARTIGO IV — *História do texto manuscrito.*

No século II divulgara-se a forma que deu origem aos textos ocidental e cesariense.

No declínio do século II, Taciano compôs uma harmonia evangélica.

Seu influxo foi causa de muitas corruptelas nos códices e nas versões, como afirmam Soden e Vogels.

No século III, Orígenes fez a recensão do Antigo Testamento e também do Novo (Migne PG. 13, 1293 sq.); mas corrigiu os códices muitas vêzes. Tomou um texto que se aproximava muito da forma B, forma esta que êle divulgou, enquanto estava em Alexandria.

Passando para Cesaréia usou o texto cesariense. No comêço do século IV, Luciano fez uma recensão em Antioquia.

Dominavam no século IV as formas:
na Siria e Asia menor.
no Egito e Palestina.
no Lácio.

Esta última foi emendada por S. Jerônimo para B, mais ou menos em 385, recensão esta recebida pela Igreja Latina.

Entre os sírios fez-se a versão "Peshita".

NA IDADE MÉDIA

1) — A recensão antioquena — invadiu todos os setores e acabou por dominar tôdas as outras; século XIV.

2) — A forma B rara vêzes encontra-se nos códices; no século XI cessa o seu influxo.

3) — A forma ocidental ocupa o lugar médio entre as duas precedentes. Mais propagada que a B, sobreviveu até o século XIV.

ARTIGO V — *História do Texto Impresso.*

A recensão antioquena, como vimos, foi difundida por todo o império bizantino, e propagada em muitos códices. Aparecendo a imprensa, é lógico que foi ela, a recensão antioquena, a primeira a ser impressa.

Assim, o Novo Testamento foi publicado em língua grega, pela primeira vez, por Erasmo de Roterdam. Seguiram-se as quatro edições de Roberto Estêvão. O Card. Lachmann iniciou uma nova idade , quer quanto à crítica do Novo Testamento, quer quanto ao texto.

No século XIX Const. Tischendorf, que sobressaiu, quer pela procura de códices no Oriente, quer pela publicação dos códices encontrados.

B. F. Westcott e F. H. Hort, depois de quase 30 anos de preparação, editam em Londres o Novo Testamento. B. Weiss,

tendo seguido o conselho de muitos, escolheu para o uso das escolas o texto de Eb. Nestle.

Edições semelhantes emitiram também alguns católicos; assim, Brandscheid, Hetzenauer; mais recentemente temos F. H. Vogels.

Da mesma maneira, mas com maior aparato temos a edição de A. Merk (Roma 1932).

Finalmente temos a edição de Hermann von Soden, que deve ser usada com cautela, por causa de alguns erros.

Assim podemos resumir a história do texto impresso:

A recensão antioquena propagou-se no século XVI, no século XVII foi confirmada, no século XVIII lutou por lições melhores, no século XIX é tirada do mesmo corpo dos livros e relegada ao aparato, no século XX finalmente é sepultada.

Em seu lugar hoje é admitido o texto que mais se aproxima dos antigos códices e da Vulgata latina, do tipo B.

ARTIGO VI — *Autoridade Crítica do Texto do Novo Testamento.*

Grande é o número das lições variantes que se encontram no texto do Novo Testamento; perto de duzentas mil são enumeradas (1), e portanto, uma cifra superior à das palavras que o Novo Testamento contém, isto é, cento e cincoenta mil palavras, mais ou menos.

---

(1) Durand A., Le texte du Nouveau Testament em Études, 126 (911, 1) 289, Patt A., Der Text des N. T. Leipzig, 1919, pág. 10.

Pode-se perguntar: terá valor um texto que conte com tão grande número de variantes? Para a resposta considere-se:

1) — muitas destas variantes caem sôbre uma mesma palavra, enquanto há perfeita concórdia quanto ao restante do texto;

2) — e mesmo destas variantes muitas são apenas de ordem gramatical ou sintática, ou ainda palavras sinônimas, usadas pelos amanuenses;

3) — as que afetam o sentido da frase, são sòmente umas duzentas, das quaes apenas dezesseis ou dezessete gozam de real importância (1);

4) — e o principal é que com isto nenhuma verdade dogmática é acrescentada ou subtraida, permanecendo imutável o depósito da Revelação.

Como resposta pois, pode se dizer:

1. A própria multidão de testemunhos, donde o número das variantes, dão ao Novo Testamento tal certeza que nenhum outro livro semelhante da antiguidade goza.

2. A arte crítica reduz a pouquíssimas as dúvidas verdadeiras, visto que fàcilmente descobre a palavra genuina.

3. Portanto, o Novo Testamento chegou íntegro até nós, não só na substância mas também, em grande parte, nas cousas acidentais.

---

(1) Entre as principais contam-se: Mc 1, 1; Lc 22, 19. 20; Jo 5, 3. 4; At 16, 17.

E' certo porém, que, quanto maior fôr o número, variedade e independência dos testemunhos, tanto maior autoridade trará para aquêles pontos nos quais concordam. Westcott-Hort, editôres inglêses, julgam ser mínima a parte das variantes que afetam a substância.

A própria experiência o confirma, pois no último século diversos editôres críticos, seguindo vias diversas, acabaram por recompor textos muito semelhantes.

CAPÍTULO III

A ARTE CRÍTICA

E' a parte que trata do método de se recompor um texto. Se ela se atém ao simples texto, às palavras em si, toma o nome de crítica textual; se porém se dirigir para as pesquisas das fontes, autor, idade do livro, recebe o nome de crítica literária. Mas ambas não são completamente independentes entre si; giram em torno de um mesmo objeto e em muitos casos são conexas.

Sirvam de exemplo os seguintes tópicos: Mc 16, 19; Jo 7, 54-18; 11.

ARTIGO I — *Fontes das lições variantes nos Códices.*

Estas lições podem surgir:

I — Inconscientemente, pela confusão de letras ou vocábulos semelhantes, ou escrevendo-se uma palavra por outra, devido à identidade inicial ou final. A tôdas estas confusões estavam expostos os copistas.

Ou mesmo, no momento de se escrever uma palavra que fôra bem lida, o copista podia repetir, trocar ou inverter sílabas.

Comum também era não entender o copista o que lhe era ditado, ou mesmo, confiando na memória, quanto a certas frases, deixar escapar incorreções de ordem nas palavras, ou de escrita.

II. — Conscientemente também errava o copista, e de boa fé, ao menos na maioria dos casos, quando, julgando contribuir para a perfeição linguística, mudava ou acrescentava palavras, ou por uma suposta incorreção histórica, dogmática ou harmonística, mudava certas palavras.

ARTIGO II — *A Probabilidade Extrínseca.*

A probabilidade extrínseca da lição se estabelece:

A) — Pelo exame dos testemunhos dos códices; então se excluem os que foram jugados inúteis.

B) — Os testemunhos se dividem em famílias e classes independentes; os indícios são as lições, proêmios, capítulos, etc. A classificação, pois, é de real importância.

C) — A avaliação dos testemunhos faz-se, não tanto pelo número, mas pelo valor das famílias. Toma-se o melhor texto daquela determinada família como fundamento e êste servirá de base para o julgamento dos outros.

À probabilidade extrínseca acrescente-se a intrínseca, que se funda no contexto, mente e estilo do autor, história do texto, etc.

REGRA GERAL

Pode ser apresentada a seguinte regra para a escolha da variante, a qual regra é um resumo das demais: Deve-se preferir geralmente a lição mais difícil, mais breve, diforme do lugar paralelo, e que explique a origem das demais.

HERMENÊUTICA

Introdução

Após as considerações já feitas, iniciamos agora o estudo das regras da hermenêutica. A crítica textual propõe o texto genuino, a hermenêutica propõe as regras para bem interpretá-lo, e a exegese deve ser a reta explanação do texto.

O objeto da Hermenêutica é o sentido da Escritura. Sentido é o conceito mental que teve o autor ao usar esta determinada palavra na frase. "Sentido" distingue-se de "significado"; à mesma palavra tem muitos significados, mas ao ser empregada pelo autor, um deles é escolhido entre os demais, e então temos o "sentido" da palavra, após ser ela entrosada na frase.

"Sentido" pois, é aquela determinada expressão que a palavra adquire ao ser usada em circunstâncias particulares.

Assim o papel da hermenêutica se torna múltiplo:

a) — estabelecer quantos e quais são os sentidos da Sagrada Escritura;

b) — ensinar como deverá ser encontrado o sentido verdadeiro;

c) — e de que modo deve êle ser exposto.

SECÇÃO I

QUANTOS SÃO OS SENTIDOS NA SAGRADA ESCRITURA (1).

NOEMÁTICA

Sentido literal e típico

Os concêitos podem ser interpretados por palavras, atos e obras; Deus, o Senhor de tudo, pode utilizar-se de tôdas estas cousas para significar algo.

Assim, a Sagrada Escritura, cujo autor principal é Deus, tem dois sentidos: um nas palavras usadas, é o *sentido literal;* e outro nas cousas narradas, e é o *sentido real*, ou *típico*.

Tanto o sentido literal como o típico se subdividem em: histórico, tropológico, anagógico e alegórico, segundo o argumento que contêm.

---

(1) Cfr. S. Tom. Quodl. 7, q. 6, a. 14-16á I, a 10; in Ep. ad Gal. c. 4; Lectio 7; Hugo a S. Victore, De Scripturis c. 3-5 PL. 175. 11-15.

Quanto ao grau de certeza, os sentidos literal e real serão: certo, provável ou duvidoso. Quando à clareza: óbvio ou obscuro. Quanto à verdade: verdadeiro ou falso. Quanto ao uso das palavras: próprio ou translato.

Podem ser enumerados também o sentido "plenior", consequente e acomodado, sôbre os quais depois serão ditas algumas palavras. Nem sempre os autores são concordes quanto à terminologia.

CAPÍTULO I

SENTIDO LITERAL

E' certo que, quando os homens falam, querem significar imediatamente alguma cousa pelas palavras. Por que pois não admitir o mesmo quanto ao hagiógrafo, instrumento vivo e humano?

Haverá uma mesma frase da Escritura que tenha vários sentidos literários? Não fazemos a pergunta sôbre interpretações, mas sim sôbre a multiplicidade de sentidos literários, os quais sejam bem diversos entre si.

Tratamos do fato, e não da possibilidade:

Afirmaram: Suarez, Vasquez, Zanecchia e outros;

Negaram, e estes são a maioria: S. Boaventura, Ribera, Miguel de Medina, Pesch e Höpfl em nossos dias.

Nós, com os últimos, afirmamos: cada sentença possui apenas um sentido literal. E isto é de todo coerente com a

experiência que mostra agirem assim todos os homens sérios e ponderados.

Provamos nossa posição pelas seguintes asserções:

A pluralidade do sentido literal é afirmada com certo fundamento de pouquíssimos lugares, os quais podem ser explicados de outra maneira. Onde se pensava haver dois sentidos literais havia apenas o sentido acomodado, "plenior" ou consequente.

Dizer que à Escritura, pela sua dignidade, deve ser atribuida a multiplicidade de sentidos literários, não parece justo, visto que isto é mais um desdouro que uma glória.

Certas palavras dos Santos Padres parecem favorecer a esta multiplicidade de sentidos literários; mas estas mesmas sentenças dos Padres podem ser interpretadas como se êles se referissem aos sentidos típico, consequente ou alegórico.

CAPÍTULO II

SENTIDO TÍPICO

Índoles

O sentido típico não decorre das palavras consideradas em si mesmas, mas pela ordenação positiva de Deus, é unido às cousas expressas por aquelas palavras. Assim por exemplo, a imolação do cordeiro pascal (Êx 12, 1-14, 46).

Mas a existência dêste outro sentido, nós a conhecemos pela revelação de Deus.

A cousa ou pessoa usada por Deus, para significar algo, é chamada *tipo, exemplar;* a que é representada chama-se *antítipo* (Cfr. Rom. 5, 14; 1 Pdr 3, 21).

Os *tipos* podem ser de gêneros diversos: tipo messiânico (profético, alegórico) se se refere ao reino messiânico, tropológico, se aos costumes; e anagógico, se às cousas celestes.

Uma mesma cousa pode ser tipo dêstes três modos; por exemplo:

Jerusalém, cidade dos judeus, prefigura a Igreja (tipo messiânico), pátria celeste (anagógico), alma do varão fiel (tropológico).

O *tipo* se distingue da *ação simbólica* e da *alegoria.* A primeira não tem em si razão de existir e destina-se inteiramente a significar outra cousa. A segunda deve ser entendida, não como verdadeiro tipo, mas como mera acomodação, se por êste nome se entender uma cousa sensível, que os intérpretes transferem para outras mais altas; se porém alegoria for tomado no sentido de uma "metáfora continuada", então se terá apenas o sentido literal.

Estas palavras: símbolo, alegoria, e tipo encontram-se, às vêzes, como equivalentes, mas rigorosamente consideradas, não o são.

Existência

A existência indubitável do sentido típico aparece pela revelação apenas. Assim é que muitas passagens, que no Antigo Testamento eram tidas apenas como possuidoras do sentido literal, os Hagiógrafos do Novo Testamento dizem terem se verificado em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sirva de exemplo o cordeiro pascal (Êx 12, 46; Núm 9, 12; Jo 19, 36); o povo israelita tirado da escravidão do Egito (Os 11, 1; Mt 2, 15). Nem pode ser dito tratar-se de acomodação, pois as palavras da Escritura são de clareza meridiana ("ut Scriptura impleretur" Jo 19, 36, etc.).

Esta foi sentença dos Padres e Teólogos católicos: por isso julgam os teólogos ser uma sentença de fé (1).

Extensão

Disto tudo se conclui que o Antigo Testamento em geral é tipo do Novo. "Mas estas cousas foram feitas em *figura* de nós outros" escreve S. Paulo quando se dirige aos Coríntios (2).

Mas d'outra parte não se pode afirmar que o sentido típico se estenda a tudo, até às mínimas cousas, a tôdas as sentenças. S. Agostinho conservou meio termo neste assunto (3), o mesmo porém não pode ser dito de Orígenes (4), que ultrapassou a realidade e serviu de padrão para os protestantes do século XVII.

À questão: haverá também tipos no Novo Testamento? S. Tomás responde:

"A lei antiga é figura da nova lei e a própria lei nova é figura da glória futura" (5). Deve-se notar que os tipos são sòmente anagógicos, e não mais messiânicos.

---

(1) Denz. 712.
(2) I Cor 10, 6. Cfr. I Cor 10, 11 também.
(3) S. Agostinho, De Civ. Dei, 17, 3, 2 PL. 41, 526.
(4) Origenes, De Principiis, 4, 20-26 PG. 11, 385-400.
(5) S. Tomás, Summa I, q. 1, a. 10;

Força Probativa

Grande é a força probativa, visto que se baseia em Deus mesmo. Todavia, para que prove realmente, é necessário que conste com certeza e sob que aspeto o tipo signifique.

Convém notar porém que para a prova estritamente teológica o uso do sentido típico não é de grande entidade, pois:

a) ou é obvio o sentido típico, e então já vem declarado pelos Padres e pela Igreja;

b) ou é dúvidoso e então não pode ser usado na argumentação.

CAPÍTULO III

DOS SENTIDOS AMPLO, CONSEQÜENTE, ACOMODATÍCIO

Sentido amplo — é o sentido mais amplo, mais abundante, de maior extensão, visado por Deus, mas não entendido pelo Hagiógrafo (1).

O sentido mais amplo visado por Deus e o sentido dado pelo Hagiógrafo não são opostos entre si. Deus, pelas palavras do Escritor sagrado exprime mais do que o próprio autor entende.

(1) Sentido "plenior".

Sentido conseqüente — é o sentido que pelo raciocínio se deduz das palavras do Escritor Sagrado.

Pode ser comparado à conclusão teológica que flui de duas premissas, uma revelada, outra de razão. Logo, o sentido conseqüente não é propriamente divino ou bíblico, porque não está formalmente na Sagrada Escritura; dêle S. Paulo usou, v. gr., Dt 25, 4 "Non alligabis os bovi trituranti", "porventura Deus cuida dos bois", e conclui: logo o cuidado dos homens é maior do que dos bois.

Sentido acomodatício — quando se aplicam as palavras a coisas diversas das aplicadas pela Sagrada Escritura. Não é um sentido bíblico. Serve para ilustrá-lo. Donde:

1) — *Ótima* a acomodação que se faz por extensão, como as acomodações feitas pela Liturgia Sagrada.

Por exemplo, aos Confessores se acomoda o texto que fala de Abraão: "Non est inventus similis *illi*".

2) — *De pouco louvor* a que se faz por alusão, quando só há semelhanças nas palavras.

3) — *Reprovada*, a que se funda numa falsa interpretação.

SECÇÃO II

HEURÍSTICA

Indica a via pela qual se deve encontrar o sentido verdadeiro:

A Escritura é obra divino-humana. Devem, pois, ser estudados os critérios dogmáticos, (parte divina) e os critérios literários (parte humana).

CAPÍTULO I

OS CRITÉRIOS LITERÁRIOS

Leão XIII, na Enciclica "Providentissimus Deus" dá as seguintes normas para a interpretação dos textos difíceis:

1) — Considere-se a força nativa dos vocábulos e locuções.

2) — Conheça-se a sua significação no lugar próprio:

a) pelo contexto

b) pelos lugares paralelos.

3) — Tenha-se diante dos olhos a condição histórica, intelectual e religiosa do livro.

4) — Trate-se dos gêneros literários.

5) — Tenha-se em consideração a mente do autor em descrever os próprios atos.

ARTIGO I — *Da força nativa dos vocábulos e locuções.*

§ 1 — *Da força gramatical.*

Os Livros sagrados foram escritos em hebraico e grego; a versão autêntica, e como tal recebida pela Igreja é a Vulga-

ta Latina. Portanto, o bom intérprete deve conhecer estas línguas quanto ao léxico, gramática e índole.

Grande utilidade é conhecer também as línguas siríaca, arábica e a assírio-babilônica.

As construções do hebraico, o uso dos tempos verbais e outras peculiaridades, muitas vêzes, dão à frase especial significado, que deve ser conhecido pelo bom intérprete.

A Língua *grega* usada no Novo Testamento é a "comum" do tempo de Alexandre Magno, não a clássica; está cheia de hebraismos e de influência das línguas dos povos afins.

A Língua latina usada por S. Jerônimo é a dos homens eruditos da época; apesar disso, por motivos graves, não é a mesma língua erudita do Doutor em suas outras obras.

§ 2 — *Da força retórica.*

As palavras e sentenças, muitas vêzes, são usadas, em sentido translato. Assim:

1) — são frequentíssimas as imagens e figuras de retórica (metáfora, sinédoque, metonímia); algumas vezes não agradam a nossa índole ocidental, tão diversa da oriental:

a) por uma demasiada exageração.

b) ou por uma aparente indecência.

2) — Os autores sagrados gostam dos antropomorfismos e atribuem a Deus ações ou sentimentos humanos.

3) — Se as locuções devem ser tomadas no seu sentido próprio ou translato, deduz-se do argumento usado, como

também dos lugares paralelos. Geralmente não se deve recorrer ao sentido translato, quando a locução tem um sentido óbvio.

ARTIGO II — *A significação dos vocábulos e locuções no lugar próprio.*

§ 1. — Pelo contexto.

S. Jerônino aconselha o leitor "que considere, de si para si, de tudo o que foi escrito, o que vem antes, o texto em questão e o que se segue". (1).

Contexto é, pois, o mútuo nexo e mútua relação das partes da oração. Pode ser próximo ou remoto. Ambos se dividem em

1) — *Contexto gramatical* — mútua relação entre um vocábulo ou locução e outros vocábulos e locuções do mesmo livro ou mesmo autor, considerado quanto à construção léxica e sintática.

2) — *Contexto lógico* — mútua relação entre uma locução e autor do mesmo livro ou mesmo autor, considerado quanto à consequencia das idéias.

3) — *Contexto psicológico* — é a disposição de ânimo do autor, tanto em relação às idéias, como principalmente aos afetos.

4) — *O Contexto ótico*, também conhecido pelo nome de profético, é a aparente conjunção cronológica de dois ou mais acontecimentos que se cumprirão em tempos diversos:

---

(1) In Mt 25, 13. ML. 26, 186.

a) — Os acontecimentos são propostos simultâneamente com um íntimo nexo, como por exemplo a Destruição de Jerusalém e a segunda vinda de Nosso Senhor. (Mt 24).

b) — Os acontecimentos são mostrados ao profeta sem nenhum intervalo, mas que de fato existe, por exemplo Is 40 ss.; chegada de Ciro, volta do exílio, idade messiânica. Ao contexto ótico pertence a

5) — *Forma poética dos livros e perícopas*:

a) Paralelismo dos membros

Sinonímico — se em ambas as frases se exprime o mesmo sentido com palavras diversas. ,

Antitético — quando se faz oposição entre ambas.

Sintético ou progressivo — quando a noção da primeira é desenvolvida na segunda,

b) Estrofes — união de muitos versos em certa unidade.

A sua existência nos livros proféticos e didáticos é certa, sua índole, porém, é incerta, porisso é necessário muito cuidado no definir o seu verdadeiro sentido.

c) — Disposição métrica — o ritmo pode trazer alguma utilidade, principalmente para a crítica textual. Muita cautela no seu uso, pois as normas por que se rege são muito incertas.

§ 2. — Dos lugares paralelos.
São os textos da Sagrada Escritura onde se trata

1) — ou do mesmo argumento (paralelismo real).

2) — ou dos mesmos vocábulos e locuções (paralelismo verbal)

E' de grande utilidade o uso dos lugares paralelos, e assim:

1) — O paralelismo *verbal* serve para ilustração das sentenças, constituidas que são pela íntima ligação das palavras.

2) — O paralelismo *real*, pode também ajudar à determinação mais acurada de um vocábulo.

3) — Ambos os paralelismos são de uso eficaz quando se trata do mesmo livro e mesmo autor.

4) — Porém, como o autor principal da Sagrada Escritura é Deus Nosso Senhor, pode-se usar o texto de um livro para ilustrar outros livros.

ARTIGO III — *Devem-se investigar os elementos externos que podem ilustrar os Livros Sagrados.*

1) — *O Autor* — Cada homem tem índole e formação próprias. Por elas devem ser julgados os livros. Assim, S. Paulo é ardente e vivaz, e S. João, plácido e manso; Isaias tem uma cultura mais erudita e Amós mais rude.

2) — *A Ocasião* que determinou a Escritura do livro. Assim pela ocasião se conhecem as soluções:

Pelo escopo, finalidade, dever-se-á julgar tudo o que se escreve a êste respeito.

Pela destinação do livro, isto é, para quem foi êle escrito, poder-se-á conhecer o modo mais concreto pelo qual tratou do assunto.

3) *A condição dos tempos*:

a) Histórica

b) Intelectual

c) Religiosa.

Assim, quando se trata dos livros históricos, e também proféticos, é necessário considerar os acontecimentos que precederam, acompanharam e sucederam ao povo de Israel como também aos povos circunvizinhos.

Quando se trata dos livros didáticos (também os proféticos e algumas vêzes os históricos) deve-se examinar qual foi a cultura e a religião de Israel e dos povos limítrofes. (1).

4) — *Os costumes de Israel*, pois nos livros sagrados faz-se muitas vêzes menção de seus usos e cousas, como também usos e costumes das regiões adjacentes.

Portanto, na interpretação das Escrituras tenham-se em grande conta êstes auxiliares preciosos externos.

CAPÍTULO II

OS CRITÉRIOS DOGMÁTICOS

Como a Sagrada Escritura, por ser inspirada, tem a Deus como autor e como deve ser guardada pela Igreja, que é a

(1) Principalmente os povos Assírio-Babilônicos, que no modo de conceber e exprimir as coisas eram muito afins com os hebreus. De fato, Abraão era oriundo de Ur dos Caldeus.

mestra da verdade, daí segue-se que na sua interpretação devem-se ter em mente certas normas especiais, correspondentes à sua índole especial.

Para não tornar mais longo êste tratado, procuraremos dar estas normas em síntese, na forma mais concisa possível, tendo em consideração que já foram tratadas anteriormente.

1. Tôda e qualquer interpretação que tenha o menor êrro deve ser rejeitada, porque a Sagrada Escritura, pela fôrça da divina inspiração goza de uma total inerrância.

2. A interpretação autêntica da Sagrada Escritura deve ser feita pela Igreja, cujo supremo magistério deve ser tido como norma suprema da interpretação.

O Magistério, porém, será exercido pelas *Definições* Conciliares, pelos Sumos Pontífices, pelos decretos das Sagradas Congregações Romanas e pela Tradição Eclesiástica. Não nos devemos esquecer, entretanto, da lei importantíssima da Analogia da Fé.

INTRODUÇÃO AO PENTATEUCO

INTRODUÇÃO AO PENTATEUCO

PREFÁCIO

Êste trabalho seguiu de perto, sobretudo de Gên 12 até o fim quanto à parte exegética, o "*Manuel d'Écriture Sainte, tome I, Introduction Générale à l'Ancien Testament. Le Pentateuque*" do Padre Renié, 6.ª edição, Paris, apud Emmanuel Vitte. Em Gên 1-11 notar-se-á quanto se foi pedir à Lusseau, compulsando o seu "*Précis d'Histoire Biblique*", I, Paris, apud Gigord, 1949. Muita cousa também foi emprestada do "*Praelectionum Biblicarum Compendium*". II, de Simon-Prado, 1947, Madrid, apud Marietti; à "*Initiation Biblique*", 2.ª edição, 1948, apud Deseléc, Paris; à tradução com notas feita pelo Pontifício Instituto Bíblico, sob o nome de *La Sacra Bibbia, I, Il Pentateuco,* apud Salani, Florença, 1943; e a outras obras dentre as mais recentes e conhecidas.

Será bom dar aqui o que se entende por certas abreviações:

TH ou TM quer dizer Bíblia hebraica.

LXX quer dizer a tradução da Bíblia para o grego, pelos Judeus Alexandrinos, antes de Nosso Senhor.

PS quer dizer o Pentateuco copiado com caracteres samaritanos, que é um dos três documentos preciosos dessa parte da Bíblia.

A.C., D.C. quer dizer antes e depois de Cristo.

A.T., ou V.T. quer dizer Antigo Testamento.

N.T. quer dizer Novo Testamento.

Afinal, quando não se notar o livro bíblico, e sim o capítulo e o versículo ou versículos tão só, entendem-se do livro de que se está tratando. Suas divisões não aparecem em geral aqui, porque já se encontram no quadro de abreviaturas colocado no início de todos os volumes desta coleção.

INTRODUÇÃO AO PENTATEUCO

PROLEGÔMENOS

I

I. NOME, DIVISÃO EM LIVROS, CONTEÚDO

1. "Entre os livros do Velho Testamento o que os Gregos chamaram de Pentateuco ocupa o primeiro lugar de ordem e de honra" (La S. B., I, pg. 49). Pentateuco (de *pénte*, cinco, e *teuchos*, volume, tomo), quer dizer "obra em cinco tomos". Chamam-nos os Hebreus de "Torá" ou "Lei", nome tirado da matéria central, sendo essa obra "o *código legislativo* da sua nação" (Renié, I, pg. 321).

2. Os Hebreus alexandrinos, que liam a Bíblia na versão grega dos LXX, deram origem ao nome Pentateuco, passado do grego ao latim, e do latim ao português, dividindo a obra unitária de Moisés em cinco tomos, conservados na forma de rolos em cinco cilindros, postos à parte como coleção particular. A cada tomo impuseram nomes tirados da matéria tratada, e que estão ainda hoje em uso. Ei-los: Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio. Essa divisão passou depois às Bíblias hebraicas, mas os tomos trazem nomes diferentes, tirados das suas primeiras palavras. Assim Gênesis é chamado *Bereshith* ou "No princípio".

3. O *Gênesis* narra as origens do universo, e do gênero humano até a lenta formação do povo de Israel durante a sua estada no *Egito*. O Êxodo narra a saida dos Israelitas do Egito, conduzidos por Moisés ao sopé do Sinai a fim de lá receberem a sua lei religiosa e civil e se constituirem, com um pacto sagrado ("testamento"), o peculiar "povo de Deus" (Yahweh). O *Levítico* regula o culto religioso a modo de ritual destinado especialmente aos levitas, que formavam o clero adstrito ao serviço do Santuário. Os *Números* tomam êsse nome dos recenseamentos do povo que ocupam a sua primeira parte, estendendo-se a referir fatos e providências legislativas por cêrca de quarenta anos de vida nômade, que o povo passou no deserto da península sinaítica. No *Deuteronômio*, ou segunda lei, dada nos fins da estadia no deserto, Moisés retoma a precedente legislação a fim de adaptá-la às novas condições de vida sedentária, nas quais estava por encontrar-se o povo com a iminente conquista da Palestina" (La S. B., I, pg. 49). Tal conteudo bem indica a unidade e a variedade do Pentateuco, assim resumidas: "O Pentateuco apresenta esta particularidade de ser constituido por uma série de textos legislativos enquadrados numa trama histórica. O tema geral, que unifica elementos tão diversos, pode exprimir-se na proposição seguinte, a qual tem o valor de verdadeira tese: existe um plano divino imutavel, que se realiza progressivamente a despeito de todos os obstáculos, cujo termo é a criação do povo de Israel, como nação teocrática, tendo a Palestina como pátria e a lei mosaica como carta". (Init. Bibl. 88).

II. MOSAICIDADE DO PENTATEUCO

A. A Tese Tradicional

1. O Pentateuco originalmente não tinha nem título nem assinatura do seu autor. Mas há razões internas da obra, e outras a ela externas, para se afirmar ter sido Moisés o seu autor, como o creu toda a antiguidade. E' verdade que êle não fala na primeira pessoa, sendo o protagonista dos quatro últimos livros. Aparece todavia em terceira pessoa como o autor de muitíssimas partes do Pentateuco (como por ex. do código da lei, Dt 4, 44s; 31, 9; de certas prescrições, Êx 24, 4; 34, 21; do cântico final, Dt 31, 22). Nos livros posteriores bíblicos atribui-se a Moisés grande atividade literária, citando-se várias sentenças com a fórmula: "está escrito na lei de Moisés" ou "no livro de Moisés" ou ainda "no volume da lei de Moisés". Aqui vão dois exemplos para cada Testamento: 1 Rs 2, 3; Bar 2, 2; Lc 20, 37; Rom 10, 5. São pois os hagiógrafos dos livros históricos e os profetas anteriores e posteriores ao exílio no A. T., Cristo Senhor e os Apóstolos no N. T. os que afirmaram a mosaicidade do Pentateuco. Os Judeus da era cristã receberam dos seus antepassados essa afirmação, baseada na Bíblia, só havendo duas exceções até o séc. XVII. Também reina a mesma unanimidade entre os Padres da Igreja, eco da tradição bíblica e judaica. E veja-se que os antigos notavam muitas das dificuldades movidas contra a mosaicidade, sem negá-la para o conjunto da obra. Por exemplo, notando que o Pentateuco de Moisés descreve a morte do grande condutor, atribuiam só essa parte a autor posterior. Fato assim tão universal não se há de rejeitar *a priori*.

B. A Tese dos Críticos

1. Quem ler o Pentateuco no hebraico, língua original, notará que, apesar da sua unidade de plano, de espírito e de doutrina, é livro realmente complexo, onde aparecem vários processos de redação. Isso deu origem à nova tese.

2. Sua história vem aqui. Na antiguidade só uns herejes como Tolemeu, o pagão Celso e os judeus Isaac ben Iasi e Abraão ibn Ezra discordaram da opinião comum, ao lado de alguns que admitiram certas interpolações no Pentateuco, feitas depois de Moisés. Mas no sec. XVII surgiram dúvidas mais fundas e aparecem os primeiros negadores da mosaicidade da Torá. *Jacó Bonfrère,* e no século anterior *Másio,* católico, avizinharam-se do protestante *Hobbes* que afirmou a autoria mosaica só para uma porção do Deuteronômio.

Logo mais o calvinista *Isaac de la Peyrère* (1676) distinguiu o fundo, mosaico, da forma atual, posterior a Moisés. O judeu panteista *Baruc Spinoza* (1677) e *van Dale* aventaram a hipótese de uma compilação feita por Esdras com documentos anteriores, ou pelo sacerdote judeu que instruiu os Samaritanos no culto mosaico, como pretendeu *Le Clerc.* Depois o oratoriano *Richard Simon* (1712) restringiu a mosaicidade às partes legislativas.

3. No séc. XVIII a origem literária do Pentateuco principiou a ser exposta sistematicamente.

O primeiro sistema diz-se "hipótese documentária antiga". Seu autor foi o calvinista convertido *João Astruc,* médico de Luís XV. Afirmou em 1753 que se compõe o Gênesis de duas fontes principais (além de outras menores): uma, *elohista,* onde Deus é chamado sempre com o nome divino

Elohim; jehovista, a outra, na qual recebe o nome de *Jeová*. Mas não negou que Moisés o tivesse composto. Declarou-se até disposto a rejeitar sua opinião, caso fosse contrária à fé católica. Negligenciada pelos católicos, essa hipótese foi acolhida na Alemanha por *Eichorn*, o qual já introduziu um redator depois de Moisés, que coletou numa única obra os dois documentos supra e as notas deste. Entre os seus asseclas primeja *Ilgen*, quem creu ter achado dezessete documentos no Gênesis, quinze, formando o elohista (El, E2), e dois, o jehovista, tudo unificado por um redator (R), depois de Moisés. Chama-se a segunda "hipótese fragmentária". Resume-se nisto: o Pentateuco não é mosaico e sim um mosaico de escritos justapostos e sem muita coesão entre si. *Geddes* (1802), sacerdote escocês apóstata e interdito, foi seu autor. *Vater* (1826), seu vulgarizador na Alemanha, admitiu só para o Gênesis trinta e nove fragmentos, alguns vindos provavelmente de Moisés, dispostos porém todos na forma atual do Pentateuco por um redator só nos fins do reino de Judá. *De Wette* (1849) foi mais longe, negando qualquer autoridade a esses fragmentos, que seriam mero tecido de mitos incoerentes. *Hartmann* (1838) aderiu a essa hipótese. Mas ela foi combatida por *Ewald* (1875). Surgiu assim o terceiro sistema ou "hipótese complementar" ou ainda "hipótese suplementar", de Ewald, seguida por *Bleck* (1859), *Tuch* (1867) e *Staehlin* (1875). Para estes o documento E, do tempo de Saul, ou posterior, é o básico, formando a substância do Pentateuco; mas foi completado depois com vários suplementos apanhados de fontes diversas.

Até que veio *Hupfeld* e combateu o sistema anterior, vendo no Gênesis não um escrito-base, e sim três documentos: o elohista, outro elohista mais recente, e o yahwista. Seriam independentes entre si, fundidos ao depois por um redator

que os alinhavou perfeitamente. Desse modo é o precursor do quarto sistema ou "hipótese documentária recente", chamada também "hipótese graf-wellhausiana" pelo nome dos seus máximos representantes *Graf* (1869) e *Wellhausen* (1918). Pode resumir-se nisto: o Pentateuco (ou melhor o Exateuco, visto como desde *Noeldecke* os fautores do sistema ajuntam o livro de Josué aos cinco de Moisés) é *composto de quatro documentos principais*, conhecidos pelas letras J, E, D e P, bem posteriores a Moisés, retocados continuamente até se chegar à forma definitiva atual do Exateuco, o que se deu o mais cedo no séc. IV A. C., quiçá no séc. II tão só.

Eis a história de cada fonte, na qual críticos que se dão por mais perspicazes viram já compilação de fontes anteriores:

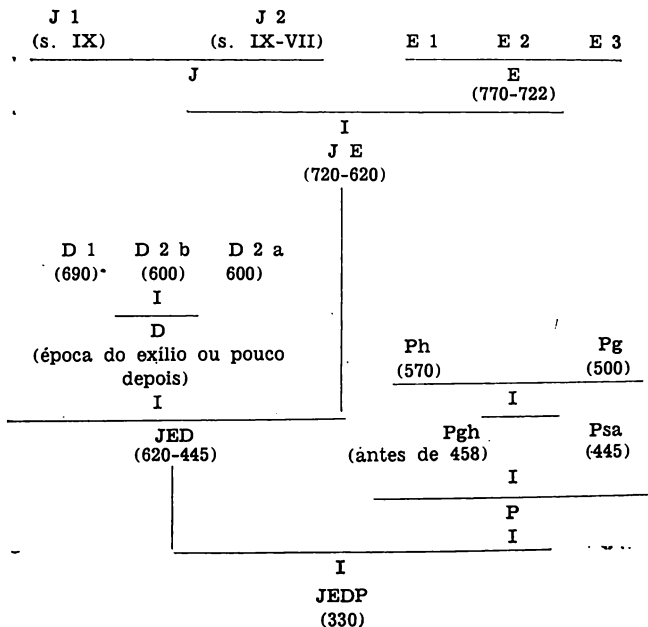
1) O documento J ou yahwista, assim chamado porque Deus vem sob o nome de Yahweh, teria sido publicado no séc. IX A. C., no reino de Judá. Começa com o segundo relato da criação do mundo (Gên 2, 4ss.), descreve a vida dos patriarcas e de Moisés, interessa-se particularmente pelo santuário de Mambre, dá a Judas um papel simpático na história de José e narra as primeiras incursões de Israel em Canaã. Nota-se nele um reflexo da religião primitiva de Israel no deserto (animismo, feiticismo, totemismo):

2) O documento E ou elohista, dito assim porque desde o Horeb seu autor designa a Deus sob o nome de Elohim (Êx 3, 14), é de pouco posterior a J (séc. VIII A. C.), veio à luz no reino de Israel. Caracteriza-se pela importância dada ao santuário de Betel, esquecido o de Mambre (Gên 35), atribui papel honroso a Ruben na história de José, descreve Elohim a manifestar diretamente ou por sonhos os seus conselhos, narra a elevação de José, pai de Efraim, o antepassado *epônimo* da tribo principal do reino do norte, atribui

politeismo aos patriarcas, com traços de monolatria, segunda etapa na evolução religiosa de Israel, quando o culto do deus do Sinai foi imposto solene e exclusivamente. Encerra ademais secções legislativas importantes, como o Decálogo e o Código da Aliança (Êx 20-23). Os documentos J e E fundiram-se num só, JE, graças a um redator (R 1), pouco antes ou depois da publicação do Deuteronômio ou D, visto que êste livro é formado quase que só por essa compilação. Esta foi chamada *jehovista*, porque nela o nome Yahweh variou de forma e de pronúncia, passando a ser vocalizado com as vogais de Elohim (pronunciava-se o grupo consonantal YHWH não Ya-hw-eh como até então, donde a forma Javé em português, e sim Je-ho-vah, como E-lo-him, donde a forma Jeová);

3) O documento D ou Deuteronômio foi composto ou no tempo de Manassés (698-643) ou no de Josias (cerca de 623 A. C.), sempre antes de 622. Com efeito, na reforma religiosa desse último rei aparece a lume pela vez primeira, como documento feito sob o influxo da pregação profética e contendo a lei da unidade do culto e o monoteismo, o nosso Deuteronômio, que é fonte precipuamente legislativa. Uniu-se D a JE, quer antes quer depois do exílio, e tem-se JED, com alterações em JE feitas por um R2;

4) Até que no fim do exílio ou logo depois apareceu o documento P (de "Priestercodex" ou Código Sacerdotal) (cerca de 500-450 A. C.). Compreende o inteiro Levítico e trechos longos do Êxodo e Números. Devido ao influxo de Ezequiel ou de Esdras a ele pertence o *Hexaemeron*. E no tempo do último nomeado (cerca do ano 400) um redator chamado RP o incorporou a JED, formando-se o JEDP ou o Pentateuco, qual é na forma chamada "Pentateuco Samaritano".

Goettsberger esquematizou o exposto, como vai abaixo:

NOTA. No quadro J 1, J2 E 1, Pg, etc., são etapas dos documentos; quanto às letras g, h, etc., são iniciais de palavras alemãs (por vêzes também letras do alfabeto grego).

4. Tal construção apriorística, verdadeiramente formidavel, fez época. À luz das novas descobertas arqueológicas e dos trabalhos sobre história, literatura e religião dos povos semíticos, como também e sobremodo da crítica feita ao

evolucionismo religioso de Wellhausen, que calça o sistema e de fato está atrasado, êle vai sendo abandonado aos poucos. Se Reuss, Duhm, Stade, Smend, Budde, Martir, Benziger, Holzinger, Baentsch, Bertholet, Kautsch, Steurnagel, Loris e Loisy ainda lhe permanecem fiéis, Dillmann, Baudissin, Koenig, Koehler, Orelli, Rothstein, Oetti, Strack e Lotz em geral atribuem maior antiguidade aos documentos, dos quais alguns remontariam até a época mosaica. E se Gunkel, Merx, Kittel, Gressmann, Jirker, Sellin, Oesterley-Robinson e outros procuram novas soluções para a origem do Pentateuco, muitos, embora não o atribuam a Moisés, contestam a distinção em quatro documentos, como Klostermann, Eerdmans, Dahse, Xisner, Naville, Volz, Moeller, Rudolph, Cassuto e Jacob.

5. Alguns católicos, entre os quais Lagrange e Van Hoonacker, abandonaram a tese tradicional, atribuindo sim uma parte notavel do Pentateuco a Moisés, o qual no entanto não compôs a substância mesma da obra, posterior a êle.

Eis que a 27 de junho de 1908 a Pontifícia Comissão Bíblica, refreando o entusiasmo de numerosos católicos pela nova teoria, cujos preconceitos filosófico-religiosos viciavam as pesquisas científicas sobre os documentos do Pentateuco, afirmou o princípio da mosaicidade substancial desses cinco livros, não negou que Moisés tivesse usado de fontes, indicou ainda outras origens para as diferenças notadas nessa obra, e assim prestou ótimo auxílio ao esfôrço da sã crítica.

Depois do Decreto viu-se o que havia de bom na teoria graf-wellhausiana, despojou-se ela dos preconceitos filosóficos, e assim um Chaine, católico falècido em 1948, admite simplesmente as quatro fontes JEDP na sua obra "La Genèse". E parece que a carta do Pe. Vosté ao falecido Cardeal Suhard, embora nada diga acerca desse número, não desencoraja a in-

vestigação e admissão de fontes, coevas e anteriores a Moisés, sempre com trabalho científico orientado pelas normas da Igreja. Aliás a obra do Pe. Van Hoonacker foi reeditada em 1950, porque será interpretada sem os prejuízos racionalísticos.

C. Os Supostos Fundamentos da Tese Crítica

São filosóficos, literários e históricos. A tese crítica pode compendiar-se nestes dois princípios: a) *O Pentateuco é compilação dos quatro documentos JEDP, cujos pontos de alinhavamento a crítica literária pode descobrir;* b) o estudo cerrado da evolução religiosa de Israel mostra que JEDP são muito posteriores a Moisés.

1. *Princípios filosóficos.* A nossa hipótese é a aplicação do *evolucionismo hegeliano* à religião de Israel e ao livro que a contem. Negada até a possibilidade da Revelação sobrenatural, a religião israelítica, como outra qualquer, deveu evoluir-se do polidenomismo (animismo, totemismo, feiticismo) ao politeismo, do politeismo à monolatria, da monolatria ao monoteismo. Depois se estabelece como princípio inconcusso que o monoteismo surgiu em Israel só ao tempo dos profetas, imperando a monolatria nos dias de Moisés, e antes dele só as formas inferiores de religião. E concluem logicamente de premissas tão frageis que as passagens do Pentateuco, onde há idéias monoteísticas, seriam justamente por causa delas bem mais recentes do que Moisés. E conforme esta ou aquela religião, encontrada nas várias partes da obra, os críticos passam a indicar as sucessivas camadas, de épocas várias, servindo-se disso para a determinação das fontes.

Pode-se já ver o fraco da hipótese:

a) O Sobrenatural não só é possivel, como ademais os fatos estão a clamar que se deu e que Yahweh fez revelações;

b) as pesquisas etnológicas, históricas e religiosas chegaram a provar que os povos os quais ficaram no estágio das religiões primitivas, adoram um Ser Supremo (o "Grande Deus do Universo" de Schmidt), pessoal, dotado de atributos morais (sabedoria, bondade, amor, liberdade, providência). Logo, a afirmação de que o animismo representa sempre o primeiro estágio religioso de cada povo é anti-científica.

2. *Princípios literários.* São de três ordens.

a) *O uso diverso dos nomes divinos.* A divindade recebe vários nomes do Pentateuco. Os mais frequentes são êstes: *Elohim,* (1) plural de *Eloah,* que é forma derivada de *El,* o nome fundamental e arcaico semítico de Deus (análogo à palavra Alah do árabe), é de étimo incerto; *Yahweh,* que é gramaticalmente a terceira pessoa singular do verbo ser e significa "é", emprega-se porém como substantivo que significa o "Ser" por excelência; *Shaddai,* que significa "o Onipotente" com muita probabilidade; *Adonai,* que quer dizer "Senhor" e *Èlion,* que se verte por "Altíssimo". Ora bem, no Pentateuco aparece Deus sob o nome de Elohim 975 vêzes; de Yahweh, 1440; e de Yahweh Elohim, que as Bíblias traduzem por "o Senhor Deus", etc.; e se o Gênesis contem Elohim 165 vêzes, e o Êxodo o traz 56 vêzes, Elohim raramente aparece nos outros três livros. Ademais em Gên 1 lê-se Elohim 33 vêzes, e nenhuma Yahweh, ao passo que em Gên 4 há somente 1 vez Elohim e 10 Yahweh. Existe pois mudança bem

---

(1) Aplicado a Deus Elohim, plural quanto à forma, é singular quanto ao sentido e chamado "plural majestático"; referindo-se aos deuses o sentido é também plural.

visivel, com a transição que se nota facilmente em Gên 2-3 onde os dois nomes aparecem unidos: Yahweh Elohim. Também Gên 10-16 traz 36 vêzes Yahweh, nenhuma Elohim (2 Adonai); e Gên 30-35, ao contrário, 32 vêzes Elohim, e 6 Yahweh. Justamente as partes do Gên que contêm Elohim, sobretudo quando se notam outras particularidades, parecem indicar o documento E, e as outras, com o nome Yahweh, o documento J.

Crítica a êsse princípio. Êle vale só na hipótese de que o TM permaneceu incorrupto, conservando fielmente os nomes da divindade colocados pelo autor. Ora, sabe-se que só guarda incorrupta a substância, não essas particularidades linguísticas. Depois, o princípio só leva a deduzir que o autor, ao transcrever fontes antigas, preferiu não mudar-lhes a forma; e assim, bem que use com predileção do termo Yahweh, conservou no documento compulsado a palavra Elohim nos trechos citados dele; não conduz pois a estar-se por uma das fontes que seja posterior ao grande condutor de Israel. Aliás, a diferença de nome pode explicar-se, e melhor ainda, por uma idéia religiosa que presidiu à escolha de Elohim ou de Yahweh. Sempre na verdade que se refere a Deus qual criador e senhor do mundo aparece o nome Elohim, que é empregado por estrangeiros; se se narra algum milagre, emprega-se já o nome Shaddai, porque é efeito da onipotência divina; e finalmente se usa Yahweh quando há relação com Deus com o senhor particular de Israel, o Deus da Aliança, o autor e vingador da moral do Antigo Testamento. Ora, como Yahweh foi nome revelado a Moisés no Monte Sinai (Êx 3, 13-15), Deus que se dava como Shaddai às gerações anteriores, e era chamado de Elohim por lábios de não israelita, desde Êx 6, porque já revelado com êsse nome, aparece como Yahweh. Para remate diga-se que alem do Pentateuco outros

livros bíblicos, notadamente o Saltério, apresentam a alternância dos nomes divinos. Destarte, 100 salmos, (os 40 primeiros e os 60 últimos), usam quase que exclusivamente Yahweh, quando os 50 restantes, no coração do Saltério, empregam normalmente Elohim. E nem por isso as secções elohística e jahvística levam a autores diversos, ainda mais que o mesmo salmo vem repetido, em ambas, trazendo aqui o nome Elohim, e lá, o de Yahweh.

b) *A diversidade de estilo, léxico e gramática.* Como "o estilo é o homem", os vários estilos do Pentateuco forçam a concluir certa variedade de autores, mais, de autores de épocas diversas, conforme as variações gramaticais e lexicograficas da língua hebraica, que no Pentateuco apresenta desde as formas que são mais arcaicas até as mais recentes do neohebreu.

Crítica do princípio. A variedade citada não requer necessariamente documentos de épocas diversas da história de Israel. Na verdade a) sabe-se que a forma primitiva foi modernizando-se ao ser copiada, justamente porque muita palavra, muita frase, que se conservasse intata, não seria entendida pelo povo, cuja língua falada evoluia (escrevemos nós o "Padre Nosso" como o faziam os quinhentistas? e quando a tipografia contribuiu para a fixação dos originais, as edições recentes dos clássicos não trazem a grafia "um" por "hum", mudanças de palavra hoje pouco usada por neologismos compreensiveis? excetuam-se está claro as edições fotoscópicas dessas obras). Logo, o texto como existe hoje não se presta para a solução do problema dos racionalistas; b) O mesmo autor varia de estilo de uma quadra a outra da vida. Basta citar aqui Paulo Setubal, cujo livro póstumo "Confiteor" de tal maneira diverge dos livros escritos em tempos mais recuados, que também do estilo se pode dizer

o que se afirma de alguem, visto após longa ausência com seus novos traços: "oh quam mutatus ab illo! "Aplicando isto ao caso, Moisés, autor de obra tão vasta, devia de, velho, apresentar aquelas diferenciações de estilo, língua e gramática, fatais a qualquer escritor. Nem se afaste c) a contribuição de algum secretário (Josué?), consoante o uso dos antigos, o qual gozava de muito maior liberdade que os atuais amanuenses e datilógrafos, estendendo por vez a escrita de outrem, que por fim a aprovava. E si podem colher-se algumas palavras usadas uma só vez, (ditas "ápax legómena" em grego), que são características, e assim umas há que individualizam uma parte, vinda de um documento, e outras, outra brotada de um segundo documento, isto só valeria se ao lado delas não existissem igualmente expressões e torneios de frase, particulares do Pentateuco, não encontradiços fora dele, os quais todavia se acham em todas aquelas partes, clamando que uma mesma mão buliu em todas e entrou em toda essa obra.

c) *As "duplicatas"*. O leitor nota que o Pentateuco encerra dois ou mais relatos do mesmo fato, os quais não poucas vêzes divergem substancialmente e o mais delas, nas circunstâncias; ora estão simplesmente juxtapostos, ora fundidos num todo pouco harmonioso de dois que eram originalmente. Eis exemplos: relata-se duplo rapto de Sara no Egito (Gên 12, 10-12; 20); dupla expulsão de Agar (Gên 16, 4-16; 21, 9-21); dupla explicação do nome de Betel (Gên 28, 18-22; 35, 6-15) e de Israel (Gên 32, 25-29; 35, 9s); etc. Como tais repetições são inverossimeis segue-se que as duplicatas são relatos do mesmo fato escritos por autores diversos.

Crítica desse princípio. Antes de mais nada cumpre distinguir duas espécies de duplicatas: "duas vêzes acontece um fato semelhante (*duplicata real*), ou duas vêzes se narra o

mesmo fato (*duplicata literária*); para a questão da unidade ou pluralidade de autor contribui só a segunda espécie" (La S. B. I, 36). Ora bem, as duplicatas do Pentateuco são em geral da espécie. Assim, o duplo rapto de Sara explica-se facilmente no Oriente, onde então os costumes eram relaxadíssimos e os reis e poderosos faziam quanto queriam. Nem a história recente deixa de apresentar repetições à primeira vista fantásticas de fatos semelhantíssimos. "Eu tomarei, diz o Pe. Renié, um exemplo só: em 1800 os cardeais, reunidos em conclave em Veneza, elegiam Pio VII; anteriormente fôra pronunciada a exclusiva contra o Cardeal Gerdil, em nome de Francisco II, imperador austro-alemão; nessa eleição o secretário do conclave, o futuro secretário de Estado e Cardeal Consalvi, exerceu papel preponderante. Em 1903 os cardeais reunidos em Roma elegiam Pio X; anteriormente a exclusiva foi pronunciada contra o Cardeal Rampolla, em nome de Francisco José, imperador da Austria; nessa eleição o secretário do conclave, o futuro secretário de Estado e Cardeal Merry de Val, representou papel de primeira plana. Mau grado algumas pequenas divergências de detalhes, não escapará absolutamente a quem quiser refletir que se trata bem aqui do mesmo fato substancialmente". (opus cit., pg. 338, nota 1).

Isso não obstante, os contraditores dizem haver no Pentateuco *duplicatas literárias*. com detalhes contraditórios. E apontam a dupla criação do mundo, sendo o homem criado no fim de tudo segundo o primeiro relato, e antes das plantas e dos animais, no segundo (Gên 1, 1-2, 4a e 2, 4b-25); o duplo relato do dilúvio (Gên 6, 5-9, 17) onde qualquer um pode ver duas fontes juxtapostas (cfr abaixo a explicação do texto); etc.

Responde-se que a psicologia das línguas semíticas, que são mais próximas do estilo oral que a nossa, exigindo repe-

tições contínuas para a memorização, fez com que os orientais não desgostassem de repisar mais de uma vez o mesmo assunto. Depois b), como na Bíblia não pode existir contradição real, elas são de fato aparentes. Assim, o sogro de Moisés é chamado aqui de Jetro, lá, de Raguel, e acolá, de Hobab; notar-se-á todavia que Raguel não é nome próprio dele e sim título honorífico dado aos sacerdotes madianitas, significando "amigo de Deus"; e Hobab mais provavelmente não era Jetro mas bem seu filho ou genro. Onde a contradição real? Alem do que c), é da psicologia dos semitas o juxtapor ou fundir relatos diversos do mesmo fato, com o fim de se aproveitarem os detalhes todos que eles trazem; nem se admira que, dada a índole diversa dos seus autores ou até seu escopo particular, os mesmos detalhes divirjam um tanto. Se alguem narrar isto aos outros: "uma menina e um menino foram castigados porque ofenderam a professora", quando depois pedir que escrevam o que foi dito, terá isto: "uma menina foi castigada porque ofendeu"; e isto: "dois meninos foram castigados... porque"; e isto: "meninos foram..." Onde porém contradição real nas várias respostas?

3. *Argumentos históricos.* Os negadores da mosaicidade do Pentateuco apresentam:

a) certos *anacronismos*, com cousas posteriores a Moisés, que levam para bem mais tarde a obra quíntupla. Avançam exemplos como êstes: o lugar Cariat-Arbe, nome ao tempo de Moisés, é chamado já de Hebron (Gên 13, 18; 23, 2) nome recebido depois dele; em vez de Lais, outro lugar já traz o nome de Dan, que é bem posterior a Moisés (Gên 14, 14; cfr Jos 19, 47); a Transjordânia é chamada "A terra-além-Jordão", supondo o autor que habitava então as terras à margem ocidental desse rio (Núm 22, 1; 24, 15; Dt 1, 5);

a indicação dos pontos cardeais é feita por alguém que morava na atual Palestina Cisjordânica: o ocidente é chamado "o mar" (Mediterrâneo), o sul, de Negev, ou "terra sêca", como ainda hoje pelo governo israeliano, e isso não é verdade para quem escrevesse do Egito ou da Arábia Pétrea, etc.

O argumento porém não é peremptório. Moisés efetivamente pôde substituir certos nomes, já caídos em desuso, por outros mais recentes; outras mudanças se devem aos copistas, desde que ninguém ignora quanto os números e os nomes próprios, copiados e recopiados, apresentam variações; finalmente, destinado ao uso de todos, o Pentateuco teve quem mudasse as palavras arcaicas por outras recentes, que fossem entendidas dos pósteros a Moisés, o que supõe que êle é substancialmente mosaico, não o é na sua inteira identidade. Aliás, também nós não chamamos de Transjordânia aquela região, sem morar para cá do rio? Não estaria já êsse nome consagrado pelo uso no Egito?

b) O documento D teria sido composto pouco antes da reforma de Josias, como parece comprovar o relato do seu achado no Templo (4 Rs 22, 3 s; 2 Par 34, 3 s); ele abarcaria só o Deuteronômio, não todo o Pentateuco, porque, encontrado, foi lido *por inteiro* (assim é interpretado um texto que se pode entender de extratos dele ou ainda do Pentateuco, que seria o livro achado), num só dia ao povo; e até acrescentam ter Josias escondido a obra, para chamar a atenção sôbre ela e assim despertar o interêsse pela reforma religiosa, nela baseada.

Crítica dessa suposição. E' mais provavel que o Pentateuco inteiro tenha sido encontrado, porque a reforma de Josias, que se serviu disso, destinava-se sobremodo à extirpação da idolatria, à destruição dos "lugares altos" ou *bamah,*

e à restauração da unidade do santuário; ora, como os Números é o livro clássico a êsse respeito êle devia ter sido também achado então, e com os dois livros os demais três. Pode-se no entanto conceder que só o Deuteronômio foi encontrado. Como quer que seja, nega-se redondamente sua confecção nos tempos de Josias; pois como o rei e o povo aceitariam suas pesadas leis sem antes haverem investigado bem a sua origem? Aliás o Deuteronômio traz inúmeros vestígios de confecção bem anterior, como por exemplo a ordem de se aniquilarem os Heteus, Amorreus e Amalecitas, os preceitos que eram para observar-se na ocupação da Palestina (Dt 18, 9-20; 20, 17; 25, 17-19), quando ao tempo de Josias êstes eram desnecessários e aqueles inimigos de Israel ou já nem existiam ou pelo menos inimigos já não eram, como se vê nos livros dos Reis e das Crônicas; e isso explica igualmente a ausência de Assírios, Babilônios, Arameus e Filisteus, então inimigos do povo eleito, não porém nos dias de Moisés. Nem se diga que Josias ignorava por completo as prescrições da Lei, porque a reforma religiosa, ao invés de ser consequência do achado, foi antes seu ponto de partida. Na verdade, tendo começado a reforma no ano 12.º de Josias, só no ano 18.º foi encontrado o livro, verossimilmente durante a reparação do Templo; e a mesma reforma deveu-se ao conhecimento da Lei por Josias, porquanto, antes que ignorada, a Lei era desprezada. Não é essa a seguinte lamentação de Josias: "Nossos pais *não ouviram* as palavras deste livro a fim de fazerem tudo o que foi escrito para nós"? (Dt 22, 13) Um século antes Ezequias tentara igual reforma, sempre por conhecer a lei, a qual portanto já existia. Também Jeremias na sua obra profética supõe que desde antigas eras o Templo era a única morada de Yahweh. Logo, nem o Deuteronômio foi composto nos tempos de Josias, nem Josias estabeleceu a

lei da unidade do Santuário, e sim a restabeleceu então, quando era desrespeitada.

c) O documento P, semelhantíssimo pela forma e pelo fundo à obra profética de Ezequiel, seria livro escrito por êste ou por alguém da sua escola; e assim a parte mais recente do Pentateuco seria o Código Sacerdotal, que Esdras propagou após o exílio (Ne 8, 1-10, 40).

Crítica. O que prova demais, nada prova. E o argumento dessa semelhança prova demais. Na verdade, como há semelhança profunda entre o Pentateuco e comentários que certos escritores eclesiásticos dele fizeram aos fiéis, aplicando-lhes as lições morais ali encontradas, o Pentateuco devia ter sido composto depois de Cristo. Mas aqui vai refutação direta: a) ao lado de semelhanças inegaveis, há diferenças tão profundas entre o profeta e o Código Sacerdotal, que Ezequiel não pode ter sido o autor de ambos. Exemplo: Ezequiel não fala jamais de sumo-sacerdote, que entanto aparece no Levítico; êste permite ao simples sacerdote esposar qualquer viuva honesta, ao passo que aquele, só a viuva de sacerdote (Ez 44, 22; Lev 21, 7. 13-15). b) Aliás o Código Sacerdotal contem instituições e leis que olham para o passado, e tem lacunas sobre preceitos que seriam importantíssimos nos tempos de Ezequiel. Seja permitido indicar o que narra acerca da Arca da Aliança, que não mais existia depois do exílio, e sobre a sorte, feita pelo pontífice, chamada "Urim e Tumim", que cessou nos dias de Esdras; as prescrições sobre o modo como os sacerdotes deviam levar o Tabernáculo; a ausência de informes sobre as peregrinações das tribos ao Templo, da proibição de matrimônios mistos, etc., que JED todavia trazem. E c) Ezequiel pressupõe o Código Sacerdotal, porque, seja quanto à forma, seja mais ainda quanto ao fundo, julga que os autores estão familiarizados

de longa data com as prescrições dele. Como a título de exemplificação, o que ensina sobre cousa pura e impura, sobre os dízimos, etc. Nem se deixe de mencionar que Oséias, Amós, os livros de Samuel aludem continuamente a assuntos, que só se encontram no documento P, o qual é portanto anterior; d) Como as leis do Pentateuco são apresentadas na trama histórica, a evolução que se nota na legislação do Pentateuco supõe uma redação definitiva bem posterior a Moisés. "A mais célebre e grave de tais modificações respeita ao lugar do culto (templo e altar). Êx 20, 24 parece permitir a ereção de altar em todo lugar memoravel por alguma intervenção divina e aí imolar vítimas sagradas. Lev 17, 3-9 não permite matança alguma de animal senão perto do altar sob o qual cumpre derramar o sangue, e êsse altar, como o tabernáculo, é único para todos. Em Dt 12, 1-28, segundo a interpretação comum e óbvia, único é o templo e o altar, e fora dele não é permitido oferecer sacrifícios a Deus; permite-se contudo que sejam matados alhures animais para uso da vida, derramando-se por terra o seu sangue, ação declarada profana, não mais sagrada, no caso. A esta variedade de leis faz eco (observam) a prática da história, como vem relatada na mesma Bíblia. Vemos efetivamente nos livros dos Juizes (6, 24-28; 13, 15-23), de Samuel (1.º, 6, 9. 17; 9, 12; 2.º, 15, 7-12; 24, 18-25)..." (La S. B., I, 54). Daí deduzem que o Pentateuco foi composto por legisladores de várias épocas, concedendo-se a Moisés só um núcleo primitivo deveras exíguo de prescrições.

Crítica. "E' ínsito à natureza duma lei, quer civil, quer religiosa que, permanecendo firmes os pontos fundamentais, em tantos outros fique sujeita a variações com o andar do tempo e o mudar das circunstâncias. Dessa necessidade não esteve isenta a lei mosaica; mas o mesmo texto dá a conhe-

cer o motivo das variações que se notam no Pentateuco. Entre a primeira legislação do Sinai (Código da Aliança) e a segunda às margens do Jordão ou Deuteronômio passam-se quarenta anos mais ou menos, e, o que importa, o povo de Israel acha-se no fim desse período na iminência de profunda transformação, com a passagem da vida nômade ou pastoril, para a sedentária ou agrícola; uma adaptação do velho direito às novas circunstâncias fazia-se necessária. Que a lei deuteronomística da unicidade do altar não tenha sido por séculos rigorosamente observada, não é de si prova de que não existisse. De resto, qualquer ajunta ou modificação pôde introduzir-se com o tempo nas leis mosaicas sem tirar ou diminuir a Moisés a paternidade do Pentateuco" (La S. B., I, 56-57). Aliás, para só atacar a questão da unidade do lugar do culto, deve-se distinguir a unidade de santuário e a de altar; quanto à primeira E e P concordam; quanto à segunda existe discordância mais aparente do que real, pois que a lei da centralização do culto no Deuteronômio não é absoluta, e só veda sacrifício fora do lugar marcado, caso não haja circunstância extraordinária, não abrogando conseguintemente a lei do Êxodo, que permite sacrifício em altares construídos nos lugares bafejados pelas teofanias de Yahweh.

Conclusão. Como de fato se há de supor o modo da elaboração de obra assim tão importante? Respondamos com a versão italiana da Bíblia feita pelo Pontifício Instituto Bíblico, que resume o decreto citado da Comissão Bíblica:

"1.º) Contra tantos testemunhos de um e de outro Testamento, o perpétuo consenso do povo hebreu, a constante tradição da Igreja Cristã e os internos indícios do mesmo texto que militam a favor da origem mosaica do Pentateuco, os argumentos acumulados pela crítica a fim de impugná-la não

são de tal monta que dêem o direito de concluir que tais livros não têm a Moisés por autor, mas são compilados de fontes na máxima parte posteriores aos tempos de Moisés.

2.º) A autenticidade mosaica do Pentateuco não exige que Moisés em pessoa tenha escrito tudo do próprio punho ou ditado a amanuenses, mas pode-se admitir a hipótese de alguns, que Moisés, depois de haver concebido, sob divina inspiração, o tema e a urdidura, cometeu depois a outros, um ou mais, a tarefa da composição, de modo tal porém que êles referiram fielmente o seu querer, nada omitiram, e no fim a obra assim composta foi aprovada por Moisés, autor principal e inspirado, em cujo nome se divulgou.

3.º) Nem se nega a autenticidade mosaica do Pentateuco se se concede que Moisés ao compô-lo usou de fontes, vem a ser, documentos escritos ou tradições orais, de que, estando pelo seu escopo particular e pela sua inspiração, hauriu alguma cousa, inserindo-a na sua obra ou à letra ou conforme o sentido, de forma ora mais breve e ora mais ampla.

4.º) Fica salva a substancial integridade e autenticidade do Pentateuco, se se admite que ao correr dos séculos êle sofreu algumas modificações, como: ajuntas por autor inspirado depois da morte de Moisés, glosas e explicações inseridas no texto, vocábulos e formas de linguagem mais recente em lugar da antiquada, enfim erros de copistas, que à crítica pertence julgar"...

De acordo com isso julgamos dizer assim se deu com Moisés:

a) usou de fontes escritas e de tradições orais (genealogias familiares...) para o Gênesis, que traz fatos anteriores à sua vida. A fonte escrita foi E, atribuindo-se provavelmente a êle o que a crítica atribui ao documento J;

b) as passagens javísticas de Êxodo e Números, bem como a legislação sinaítica e o corpo das leis levíticas (P) êle compôs baseado parte na tradição dos maiores, parte na revelação divina, não de um jato, e sim em diversos lugares e épocas da vida;

c) Moisés foi ajudado nisso por Aarão e Josué, influindo aquele nas explicações e variações litúrgicas (P), êste, tendo redigido as últimas recomendações de Moisés, que formam o Deuteronômio (D).

E quanto à história do Pentateuco, depois de Moisés, pode-se distinguir:

a) um primeiro estádio, logo após a sua morte, quando Josué e levitas completaram os relatos e leis de Moisés;

b) um segundo, dos Juizes até a destruição de Samaria (722), quando sacerdotes e profetas fizeram revisões do texto, mudando acidentalmente a *história* com genealogias completadas até esses tempos, aditamentos cronológicos, interpretações de fatos e inserção de interpretações novas; e as *leis*, adaptando-as às sempre novas e variadas condições, sempre contudo de acôrdo com a mente de Moisés; e quiçá ainda as *profecias* e a *doutrina teológica*, introduzindo a interpretação autêntica dos textos;

c) um terceiro estádio, do descobrimento do Deuteronômio em 622 até o exílio babilônico em 587, no qual êsse livro recebeu sua própria revisão, depois foi ajuntado aos livros Jos-4 Rs, depois ainda aos quatro do Pentateuco, formando uma coleção de obras sobre a história sagrada;

d) a ordem dos livros e a atual forma com adaptações litúrgicas vieram pois de autor posterior a Moisés.

Uma comparação ajudará a compreender tudo: suponha-se o Missal Romano de Pio V, publicado a 14 de julho de 1570; êle foi corrigido por Clemente VIII e Urbano VIII, reformado por Pio X com adições e variações das rubricas anteriores, aumentado de Missas novas, modificado quanto a certas Missas antigas (ainda há pouco a Santa Sé mudou a da Assunção). Entretanto apesar de tudo isso o Missal Romano de Pio V, sendo substancialmente o mesmo, é acidentalmente diverso. Assim se passou com a obra de Moisés. Talvez de modo mais profundo.

III. HISTORICIDADE DO PENTATEUCO

1. *A tese dos críticos.* Os radicais (Bertholet,...) dizem que Gên 1-11 são simplesmente lendários, e divergem na apreciação do resto do Gênesis e dos quatro outros livros. Os críticos mais moderados distinguem o fundo histórico das idealizações posteriores (Skinner, Driver,...). Destes alguns dissociam uma cousa da outra, minimizando porém o valor histórico do fundo primitivo, como Winckler, Jeremias, Jensen e outros, para quem os patriarcas não existiram e seriam divindades astrais adoradas em Canaã, ou como os colaboradores na Enciclopédia bíblica (Cheyne e outros) que fazem deles personificações fictícias das tribos.

2. *A tese católica.* E' também a dos protestantes conservadores e afirma a historicidade do Pentateuco, inclusive a de Gên 1-11, embora não a tome no sentido moderno ou greco-romano.

Dois documentos devem ser considerados: o decreto da Comissão Bíblica de 30-6-1909 sobre a historicidade Gên

1-3, cujos princípios são extensiveis a todo o Pentateuco, e a carta do Pe. Vosté, secretário dessa Comissão ao Cardeal Suhard, de 16-1-1948, sobre Gên 1-11.

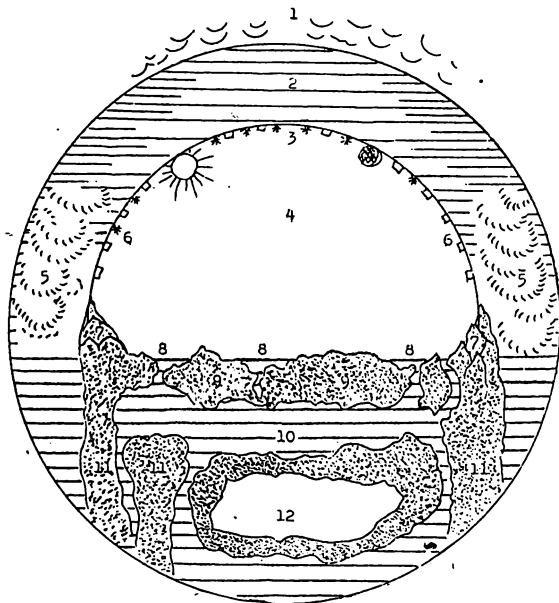
O decreto afirma o sentido literal histórico desses capítulos, baseado na Escritura, na Tradição, mais ainda, no carater histórico do Gênesis e na estreita conexão dos três primeiros capítulos com o resto do livro; aplica êsse princípio a certos textos de importância dogmática especial, formando um catálogo incompleto (afirmação da criação, da criação especial do homem, da unidade do gênero humano, do pecado original, do estado de felicidade, justiça e integridade de Adão e Eva, sua perda, etc.); permite aos exegetas grande liberdade para opinião pessoal sobre textos que os Padres interpretaram diversamente, se ela respeita a analogia da fé, e seu fautor está pronto a aceitar o que a Igreja acaso disser a respeito, como ademais para nem sempre tomar as frases ao pé da letra, havendo nelas antropomorfismos, metáforas e hipérboles; finalmente orienta sobre as relações entre a Bíblia e a ciência, dizendo que não se há de buscar lá a ciência da natureza íntima das cousas, porque o hagiógrafo se serve da ciência popular das aparências.

Depois desse decreto houve divergente opinião entre os católicos. Uns, excluidos certos antropomorfismos, admitiam a história das origens à letra como está no Gênesis. Outros, baseados na semelhança relativa que há entre Gên 1-3 com os mitos babilônicos então publicados, distinguiam os fatos doutrinais que eram aceitos, dos fatos não doutrinais que eram postos em dúvida. Assim Lenormant separava os fatos reais dos mitos, que os veiculariam; Loisy rejeitava os fatos concretos e só lhes admitia a doutrina; Lagrange, bem menos radical, repartia o fundo em fatos certos descritos sob símbolos

e os mesmos símbolos, emprestados das tradições populares semíticas muito espalhadas. Que tais capítulos encerrem verdadeira história viu-se no decreto mencionado. Mas como após o decreto certos católicos chegaram a sentenças que eram negações práticas da historicidade deles, a carta do Pe. Vosté precisou bem qual é a *espécie* de historicidade que cumpre admitir, e como à sua luz os exegetas hão de proceder até que se chegue a aclarar sobre tantos problemas, que estão ainda sem solução positiva. Eis o trecho da carta que trata disso: "A questão das formas literárias dos onze primeiros capítulos do Gênesis é bem mais obscura e complexa. Essas formas literárias não correspondem a nenhuma das nossas categorias clássicas nem podem ser julgadas à luz dos gêneros literários greco-romanos ou modernos. Não se pode portanto nem negar nem afirmar em bloco a historicidade sem lhe aplicar indebitamente as normas de um gênero literário sob o qual êles não podem estar classificados. Se há acordo em se não ver nesses capítulos história no sentido clássico ou moderno, deve-se confessar outrossim que os dados científicos atuais não permitem dar uma solução positiva a todos os problemas que são oferecidos. O primeiro dever que incumbe aqui à exegese científica consiste de antemão no estudo atento de todos os problemas literários, científicos, históricos, culturais, e religiosos conexos com êsses capítulos; será preciso depois examinar de perto os processos literários dos antigos povos orientais, sua psicologia, sua maneira de expressar-se e a sua mesma noção da verdade histórica: será preciso, numa palavra, recolher sem preconceitos todo o material da ciência paleontológica e histórica, epigráfica e literária. Assim sòmente é que se pode esperar ver mais claramente a verdadeira natureza de certos relatos dos primeiros capítulos do Gênesis. Declarar a priori que seus relatos não contêm histó-

ria no sentido moderno da palavra deixaria facilmente entender que não a contêem em sentido algum, ao passo que relatam com linguagem simples e figurada, adaptada às inteligências de uma humanidade menos desenvolvida, verdades fundamentais pressupostas à economia da salvação, ao mesmo tempo que a descrição popular das origens do gênero humano e do povo eleito. Esperando, faz-se mister exercer a paciência, que é prudência e sabedoria de vida". Quanto à historicidade do resto do Gênesis, bastará dizer que a arqueologia veio comprovar os fatos que são aí narrados a respeito dos patriarcas. E dessarte as escavações na Caldéia, embora não provem diretamente a existência de Abraão, trouxeram a lume inscrições de nomes como Abiramu e Jaqubilu, que provam não serem os nomes dos patriarcas meros símbolos; descobriram os vestígios de Ur, com civilização brilhante e anterior à de Babilônia; mostraram as migrações araméias do II milenário da Caldéia para a Síria. E as do Egito revelaram que uma dinastia semítica, a dos Hyksos, lá dominou no séc. XVIII antes de Jesus, apresentando fato análogo ao da elevação de José a vice-rei do país. A arqueologia ademais prova que a idade patriarcal é descrita aí com dados, que concordam com a idade do bronze, reinante no mundo bíblico lá pelo ano 2.000 antes de Cristo. Se depois a gente compulsar esses capítulos notará a sua alta antiguidade, que é bem a dos fatos relatados, o que se requer para a sua historicidade. Mas será bom avisar que ela existe nas grandes linhas dessa parte do Gênesis, não porém nos menores detalhes.

Descendo afinal aos quatro demais livros, evidencia-se seu carater histórico. Primeiro, por ser uma decorrência da sua mosaicidade. Moisés é com efeito testemunha *bem informada*, vivendo no coração dos fatos relatados; e *fidedigna*, porque chega a narrar com simplicidade as faltas suas e do

COSMOGONIA HEBRAICA

A DISPOSIÇÃO DO MUNDO SEGUNDO A GEOGRAFIA DOS HEBREUS

1 — Céu empíreo ou habitação de Deus
2 — Reservatório das águas celestes
3 — Firmamento ou abóbada celeste
4 — Atmosfera ou céu aéreo
5 — Reservatório dos ventos
6 — Cataratas do céu
7 — Colunas do firmamento
8 — Mares da terra e fontes das águas
9 — Terra firme
10 — Grande abismo
11 — Colunas da terra
12 — Sheol ou habitação dos mortos

povo. Em segundo lugar, a arqueologia exumou códigos como o de Hamurabí, o hitia de Boghaz-Keui, e ainda outros, dos quais alguns anteriores a Moisés, tendo com o deste muito parentesco, e desse modo veio ressaltar o valor histórico desses livros do grande condutor e legislador.

Em resumo, também quanto à historicidade do Pentateuco a crítica está fazendo marcha-à-ré. Já passou o momento agudo da crise. Mais uma vez a razão estava com a Igreja, guardiã intransigente do depósito sagrado da Revelação.

ANÁLISE EXPLICATIVA DO PENTATEUCO

1 *Gênesis*

A. PREÂMBULO ÀS ORIGENS DE ISRAEL

"Otimamente como o primeiro dentre os livros sagrados está o *Gênesis*, que narra as primeiras origens: origens do mundo, origens do gênero humano, origens do povo hebreu; tudo em ordem a Deus, à sua revelação; ao seu culto. Deus cria o universo, Deus se revela aos primeiros homens, Deus escolhe uma família (Abraão e sua descendência), em cujo seio vai conservar e desenvolver os germens da revelação primitiva e a verdadeira religião, e assim preparar a nova e solene revelação do Sinai, relatada no Êxodo" (La S. B., 1, 59).

E como essa revelação do Sinai é figurativa e preparativa da evangélica vê-se que, no conjunto, o Gênesis relata as primeiras etapas da humanidade na sua marcha em direção a Jesus Cristo, o Libertador ali prometido.

Pode-se dividir o Gênesis em duas partes desiguais: a) os onze primeiros capítulos, b) do capítulo doze até o fim (12-50).

A primeira parte narra fatos preambulares às origens de Israel: criação do mundo, criação do gênero humano, história sucinta do gênero humano de Adão a Abraão com uma cesura visivel graças ao dilúvio.

Tudo isso poderá ser distribuido em dois períodos: de Adão ao dilúvio, do dilúvio a Abraão. A segunda parte narra as mesmas origens do povo hebreu, historiando a escolha divina da família de Abraão como berço de Israel; e forma um único e terceiro período, que vai de Abraão a Moisés.

1. DE ADÃO AO DILÚVIO

I — ORIGENS DO MUNDO

ou

A COSMOGONIA

Gên 1, 1-2, 4-a

O autor "afirma fatos bem reais e com notavel precisão, o que é bem próprio da história, embora exponha as diferentes fases da criação seguindo ordem antes lógica do que cronológica." (Renié) Deve-se abstrair dos atuais conhecimentos, representando-se as cousas como o autor as imaginava, desde que êle se serviu da ciência de então para veicular sua doutrina religiosa.

Forma Literária. Com S. Tomás podem-se distinguir 4 partes nessa descrição:

I) *A obra da criação*: 1, 1-2; II) *a obra da distinção*: 1, 3-13; III) *a obra da ornamentação*: 1, 14-31; IV) *a obra da consumação ou repouso de Deus*: 2, 1-4-a. Delas a *II*) e a *III*) são sugeridas, de certo modo, por 2, 4-a: "E ficaram terminados os céus e a terra, e todos os seus exércitos."

O autor quer inculcar esta idéia: o mundo com tudo o que nele existe é obra de Deus, que o fez por etapas sucessivas: *criação do mundo* em estado caótico; *organização do mundo* pela formação das 3 partes que segundo os antigos constituíam o mundo: Céu, Água e Terra; povoamento de cada uma delas: Eis o esquema das II e III obras.

Dia	Obras	Coluna das obras de distinção	Coluna das obras de ornamentação	Obras	Dia
1.º	Luz	Separação entre a luz e as trevas, 1, 3-5	O firmamento recebe o exército de seus seres: o sol, a lua, as estrelas, 1, 14-19.	Luzeiros	4.º
2.º	Firmamento	Criação do céu e separação das águas de cima e de baixo, 1, 6-8	Formação dos habitantes do céu e das águas, 1, 20-23	Peixes e aves	5.º
3.º	Terra e Plantas	Separação das águas de baixo e aparecimento da terra; produção dos vegetais, 1, 9-13	Formação dos habitantes da terra e criação do Homem, 1, 24-2, 4-a	Animais Homem	6.º

E antes do esquema temos I); depois, IV).

O trecho é fortemente estilizado e de profunda beleza. Há 8 formulas que se repetem:

1.ª — Fórmula introdutória: "E Deus disse:", repetida 10 vezes.

2.ª — O decreto divino: "Haja" ou termo semelhante, repetida 8 vezes.

3.ª — A execução do decreto divino: "E assim foi feito", repetida 7 vezes.

4.ª — A descrição da obra divina (sua bondade, sua relação com outras obras e sua missão): "E Deus fez" ou análoga, repetida 4 vezes.

5.ª — A imposição do nome: "Deus chamou", repetida 4 vezes.

6.ª — A Bênção: "Deus abençoou", repetida 3 vezes.

7.ª — O louvor ou forma de aprovação: "E Deus viu que era bom", isto é, Deus viu que tudo o que criara correspondia ao seu plano divino, inculcando que o pecado, mal moral, não vem dele, autor do bem, repetida 7 vezes.

8.ª — A clausula final: "E houve tarde e houve manhã: (tal) dia", repetida 6 vezes. O trecho descreve a Deus agindo como bom artista: plano, primeira demão, retoque, júbilo quando a obra chegou a realizar perfeitamente a sua idéia. Chama-se *antropomorfismo*. E, como se vê, é composição *artificial*. "Sob o ponto de vista religioso temos nesta página, debaixo de forma tão simples, quão grandiosa, ensino dogmático de profundeza que ultrapassa tudo quanto puderam inventar os mais poderosos gênios da filosofia grega". (Renié).

ANÁLISE

I) OBRA DA CRIAÇÃO. 1, 1: "No princípio criou Deus o céu e a terra" exprime em resumo a obra criadora de Deus, que vai ser detalhadamente exposta nos vv. seguintes. E' o dogma fundamental da religião, oposto a todos os falsos sistemas filosóficos e a todas as falsas religiões. 1. Se o mundo foi criado no "princípio" ou comêço dos tempos, êle não é eterno, mas foi criado pelo Eterno. S. João (Jo 1, 1) completou o Gênesis, dizendo que "no princípio" das cousas e dos tempos o Verbo já existia, que é eterno, qual imagem perfeita do Pai (a 2.ª Pessoa divina). 2. Para "criou" traz o Hebreu o verbo BARAH, que indica ação ou intervenção só de Deus. De si não significa necessàriamente *criação do nada,* mas pode significá-lo. E aqui o contexto exige o significado de criação do nada; pois "céu e terra" é expressão que designa o conjunto dos sêres criados. Logo, nada existia de que os tirasse: só a vontade de Deus fecundou êsse nada, expressa pela sua palavra toda poderosa com que agiu: "Disse e foi feito assim". "Efetivamente, os Hebreus sempre interpretaram desse modo (cfr. Prov 7, 21-29; Sl 148, 5; 2 Mac 7, 28). 3. Deus é no hebreu Elohim. E Elohim é plural quer *numérico*: deuses, quer *majestático* ou de *plenitude*: *Deus* (literalmente o *deuses*), sem designar muitos deles, e sim, unicamente um: o Deus único e verdadeiro. No 1.º caso o verbo vai para o plural; no 2.º, como aqui, vai para o singular: "criou". Logo um só Deus. Os Hebreus são monoteistas, exceção entre todos os povos antigos. 4. "Os céus e a terra" isto é, o mundo visivel na sua universalidade. "Depois dessa indicação que resume numa fórmula toda a

obra de Deus, o autor retoma as cousas mais em detalhe". (Chaine).

1, 2: "A terra estava confusa e vazia, e (havia) trevas sobre o abismo, mas o Espírito de Deus planava sobre a superfície das águas." "Ele descreve antes de tudo o primeiro estado do mundo, tal qual o representa a si mesmo" (Chaine). 1. "A terra estava confusa e vazia" vem no hebreu assim: "A terra era *tohu bohu*": era um caos informe. Note-se que "terra" está aqui por céu e terra de 1, 1 e refere-se ao mundo no seu estado primordial.

2. "E trevas (havia) sobre a face do abismo... águas": "Segundo a concepção semítica a terra inorganizada ou o caos era imensa massa líquida, na qual a terra se achava escondida e açoutada pelas vagas, que iam è vinham incessantemente" (Ceuppens). E' o *oceano primitivo*, TEHOM no hebreu, TIÂMAT nos relatos babilônios, (donde thálassa em grego), "que levava em seu seio todos os elementos e estava imerso na noite" (Chaine). 3. "Sobre a massa líquida e tenebrosa planava o *sopro* de Deus, como traduziu Chaine, vertendo por sopro o que acima o foi por Espírito. Alguns Padres viam no sopro o mesmo Espírito Santo a incubar e fertilizar as águas primitivas (Basílio, Padres Latinos...); outros, o princípio de vida comunicado pelo Espírito Santo às criaturas (Crisóstomo...), ou o vento, como agora Chaine. "Hoje os exegetas católicos pensam geralmente que o *ruach Elohim* (sopro de Deus) não visa diretamente a 3.ª Pessoa da Trindade, e que só a luz da revelação cristã nos permite suspeitar o Espírito Santo em nosso texto" (Renié). "O sopro, que em hebreu se exprime pela mesma palavra que o vento e o espírito (hálito: *ruach*), preludia a ação distinta das cousas, vindo sobre ela, semelhante à brisa

que agita as ondas, ou ao pássaro que voa sobre o ninho. No Sl 33, 6 Deus cria pelo *sopro* da sua boca" (Chaine).

II) OBRA DA DISTINÇÃO. Moisés vai descrever as diferentes fases da ação divina, que divide em 6 dias, dos quais 3 para a formação dos espaços habitaveis, e 3 para a obra do povoamento.

1.º DIA, 1, 3-5. "Haja luz. E houve a luz. E Deus viu que a luz era boa e separou a luz das trevas. E houve tarde e houve manhã: o 1.º dia." Como bom artista, Deus começa por alumiar o seu campo de ação. Não se trabalha no escuro, porque sem a luz, condição fundamental de toda ordem,. tudo é confusão e sob as trevas nada parece existir. Essa luz é bem a do sol. Mas não era a do sol na concepção do autor, pois o sol foi criado só depois, no 4.º dia. Para êle, como a estar pelos dados dos sentidos, (ciência das aparências), nasce o dia antes do levantar do sol, e morre depois do sol posto, a luz parece independente do sol. Daí julgar êle que a luz e as trevas formavam duas entidades distintas, separadas do sol, o qual da primeira recebe o seu clarão. Como o dia vai começar pela tarde, a luz aqui é a crepuscular, que perdura depois do sol posto. 2. Com as trevas que já existiam ela vai alternativamente partir o tempo em dias e noites; cada manhã a luz se expande pelo mundo, e se retira de tarde, para os seus reservatórios celestes, quando por sua vez as trevas deixam as suas cavernas para também invadí-la. 3. O grupo de um período luminoso e de um período trevoso forma o dia. Logo, êsse dia é de 24 horas. No entanto a interpretação períodista é também aceitável, contanto que não se faça concordismo estrito e científico, qual o de anos atrás. 4. "E houve tarde e houve manhã": "Poder-se-ia pensar que o 1.º dia começa de manhã com a criação

da luz; mas como o 7.º dia é sábado e o sábado começa à tarde, com o deitar do sol, para terminar no dia seguinte à mesma hora, é provavel que o autor... fez partir da tarde todos os dias genesíacos, compondo-se as 24 horas de noite e de dia" (Chaine).

2.º DIA. 1, 6-8: "Haja um firmamento entre as águas e divida águas de águas" 1. "Firmamento" 2.º. O étimo hebraico é uma sorte de lâmina dura e batida. Os semitas o representavam a modo de abóbada sólida (ou dossel) que recobria a terra, ou de imensa tenda armada sobre ela (Jó 37, 18). Por cima dessa abóbada estava o oceano celeste, dotado de comportas, cujo abrimento regular fazia cair suas águas regradamente em chuvas. Se Deus as escancarasse todas, todo o mundo voltaria ao caos, como se deu com o dilúvio (7. 11; 8, 2: abriu as cataratas do céu). Esta interpretação vem ao lado da outra, ensinada pela experiência, i. é., que as nuvens trazem as chuvas (Jó 36, 27; Sl 135, 7). 2. Por baixo do firmamento ficava o oceano terrestre a cobrir tudo (não havia ainda terra firme).

3.º DIA. 1, 9-13. A) APARECIMENTO DA TERRA FIRME. 1. A uma ordem divina as águas se retiram para certas partes, aparecendo assim a terra emersa das águas. B) O REINO VEGETAL BROTA DA TERRA. 1. Ao emergir das ondas a terra estava inculta e desabitada. Para pô-la em condições de receber seus habitantes (que se locomovem), Deus criou as plantas, (criadas com a formação dos espaços, porque formam como que uma cousa só com o solo, não se locomovendo; são como que os cabelos da terra, logo um seu constitutivo, não morador), para lhes oferecerem comida (e para o homem ademais roupa, habitação, armas). 2. Tem-se aqui a botânica de Moisés, popular, rudimentar,

de base utilitária, só indicando a vegetação que oferece particular interesse ao homem. Divide-a em 3 classes: a *erva verde* ou relva, que parece brotar por si, sem fruto nem semente visivel, a qual serve de pastagem para o gado; as *plantas gramíneas* (trigo...), que têm grão, nem fruta, que o homem cultiva e de que principalmente se alimenta; e as *árvores frutíferas*, que têm fruto no qual está a semente que as reproduz. A fecundidade da terra, personificada em Astarte e objeto de culto idolátrico em Canaã, é atribuida pelo autor sagrado ao mesmo Deus, para combater tal erro (cfr. Lev 26).

III) OBRA DO POVOAMENTO. Formados os espaços, Moisés passa a descrever sua ornamentação. Tendo aparecido o firmamento antes da terra e do mar, será êle o primeiro a encher-se; como, aparecido êle, antes só havia águas e depois é que apareceu a *seca* (terra firme), o mar se enche logo a seguir, só no fim a terra.

4.º DIA. 1, 14-19. 1. Temos igualmente aqui a *astronomia* de Moisés, primitiva, baseada nas aparências e de base utilitária: o sol, a lua, as estrelas (nome que inclui todos os mais astros: os cometas, planetas, etc.), feitos para o homem, a quem servem de sinais para os cálculos do tempo. O sol indica os dias e os anos; a lua, as semanas e os meses; as estrelas (constelações: gêmeos, capricórnio...), as estações. Em meio a povos adoradores dos astros, o autor mostra que êles não são nem deuses nem habitáculos de deuses, e sim criaturas de Deus, a cujas leis obedecem: feitos para o homem, êste usará deles, não os adorará. 2. Os astros eram tidos como pregados no firmamento, como a estrela dos magos em nossos presépios.

5.º DIA, correspondente ao 2.º 1, 20-23. Peixes e Pássaros foram criados ao mesmo tempo, desde que, formado o firmamento, aparecem simultâneamente as águas de baixo e o espaço entre estas e êle. Depois, "os animais da água e os do ar têm entre si estreito parentesco pela semelhança de se moverem", (Sum. Theol. 1, 71, a 1, ad 2), e porque muitas aves vivem também na água. Divide os animais deste dia em 3 grupos: os *monstros marinhos*: cetáceos, crocodilos, etc.; *os outros animais aquaticos* (sapos e os *peixes*).

6.º DIA, correspondente ao 3.º. A) FORMAÇÃO DOS ANIMAIS TERRESTRES: 1, 24-25. Nascem na terra em que vivem. A distribuição é também em 3 grupos: o *gado* (ovelhum, vacum, asinino, muar...) ou animais domésticos, de que o homem se utiliza; as *feras* com que tem de lutar, (as quais, segundo os antigos, eram animais domésticos, que à guisa de escravos fugidios, quebraram os grilhões e adquiriram a liberdade); e os *répteis* que se arrastam pelo solo. B) CRIAÇÃO DO HOMEM: 1. 26-31. Atentemos para a diferença de expressão: até agora "haja", "fervam as águas", "produza a terra", em resumo "fiat"; e aqui "faciamus". Êste plural inexistente no hebreu mas que aparece no protocolo dos reis persas, que a si se designam com o "nós" majestático de que os bispos de hoje usam, é o de plenitude ou de deliberação interior. Muitos comentadores nele vêem uma alusão ao mistério da SS. Trindade. O texto porém não o prova, embora êsse mistério empreste a melhor das explicações a essa fórmula insólita no hebreu. 2. O homem é representação mais perfeita de Deus do que as demais criaturas mencionadas; isso em razão da idéia elevada que faz da transcendência divina. Contudo "imagem" não quer dizer parecença na *ordem da natureza*, e "semelhança", parecença na *ordem da graça*, porque no hebreu as duas expressões são

sinônimas e empregam-se juntas para reforçar a idéia: o homem foi feito à imagem semelhantíssima de Deus, na ordem da natureza. E diz-se alhures que mais o é na ordem da graça. 3. O homem e a mulher aparecem aqui simultâneamente (no 2.º relato é que se descreve separadamente o *modo* da criação de ambos). Os dois têm a mesma semelhança com Deus, donde se colhe a dignidade do gênero humano e a sua unidade, por isso que possuem a mesma natureza. 4. "Crescei"... logo, o matrimônio é querido por Deus e deve ser fecundo. 5. A terra com as plantas e os animais está sujeita ao homem, rei da criação. 6. Como havia paz entre os animais, êstes e o homem viviam ao que parece vegetarianamente, segundo o autor; quer com isso inculcar grande respeito pela vida, que vem de Deus.

IV) OBRA DO APERFEIÇOAMENTO. 2, 1-3. 1. "Exércitos" dos céus são os astros. O texto não diz quais os exércitos da terra, mas são as criaturas animadas que a povoam. 2, 2-3: "Há verdadeiro antropomorfismo: tendo Deus criado sem fadiga não tem precisão de repouso (cfr. Jó 5, 17)" (Renié). "Se Êle é representado como tendo trabalhado 6 dias e repousado no 7.º é para significar que o homem, (o qual se cansa) na sua atividade, deve regrar-se pela criação, trabalhando 6 dias e descansando no 7.º." (D. T.). 3. "Santificou o 7.º dia", quer dizer "colocou à parte", fora do uso profano, consagrado ao culto divino. Eis porque há o uso profano durante a semana, e o repouso, no sábado. Abençoou-o igualmente.

RESUMO de 1, 1-2, 4: "No começo Deus criou o céu e a terra. Êle fez passar esta do estado caótico a um estado mais ordenado." (Lusseau).

A COSMOGONIA DE MOISÉS E A CIÊNCIA. 3 *Sistemas.* I) *Interpretação literal.* Êste sistema interpreta o c. 1 como soam as palavras. Segundo a interpretação literal, o mundo teria sido de fato criado numa semana de 6 dias de 24 horas. Esta interpretação não se pode sustentar pelas seguintes razões: 1.ª) O mundo não pode ter sido produzido em 6 dias de 24 horas; 2.ª) as plantas não podem ter sido criadas antes do sol; 3.ª) a formação geológica do globo exige milhões de anos para ser o que é hoje; 4.ª) a principal dificuldade é esta: Moisés apresenta um sistema geocêntrico. Depois de formada a terra é que aparece o sol, a lua e as estrelas, e isto significa inverter toda a ordem da natureza. II) *Interpretação periodística ou Periodismo*: sustenta que o "dia" da criação equivale a um período de tempo mais ou menos longo. Mas eis as principais dificuldades contra êste sistema: 1.ª) Os seis dias da Bíblia são apresentados como períodos bem definidos de 24 horas, ao passo que os geológicos são de duração indeterminada; 2.ª) A maior dificuldade está no 4.º dia. De fato, se o mundo foi criado segundo a sucessão exigida por êste sistema, como conceber a luz antes do sol, o sol, a lua e as estrelas muito depois da terra?; 3.ª) como explicar o aparecimento de certas plantas depois que já existiam animais (como ensina a Paleontologia), quando a narração mosaica diz que as plantas (tôdas) foram criadas no 3.º, e os animais no 4.º dia? III) *Sistema baseado no gênero literário* (ensino de religião pela exposição em linguagem metafórica da ciência das aparências (ciência popular) e dos fatos históricos). De fato: A. O autor quer expor doutrina contando fatos, de modo que se tem uma página histórico-didática de carater popular. Esta página apresenta preocupações *legalistas*: (quer ilustrar pelo exemplo de Deus, artista modelo, que trabalha seis dias e descansa no 7.º, o 3.º preceito da lei

(cfr. Êx 20, 11). Logo a divisão da obra divina, em seis dias, é puramente artificial; ela não se ajusta à duração efetiva da obra de Deus. Preocupações *apologéticas*: Deus opera com inteligência e sabedoria, com método e vontade onipotente. Preocupações *poéticas*: *há binários*: céus e terra, *tohu bohu*, luz e trevas, dia e noite, tarde e manhã; águas de cima e de baixo, luzeiro do dia e da noite, peixes e aves, macho e fêmea... talvez início do paralelismo, que é a base da poesia hebraica; *refrãos* repetidos; *imagens* (dossel), terra a emergir, astros-cronômetros...; e *antropomorfismos* que as provam suficientemente. "Assim pois todo êste relato, gracioso e artístico, não poderia ser considerado como tecido de afirmações, cada uma das quais contenha ensino óbvio que uma interpretação literalista poderia descobrir. Mas sob as imagens e em ligação com elas, a significação histórica do relato mosaico permanece, inteira. Deve-se agora separá-la e pôr em evidência a doutrina que daí decorre" (Lusseau).

ENSINO HISTÓRICO-DOUTRINAL. O relato que resumimos afirma, pelo menos, que o mundo foi criado por Deus no começo do tempo e que o Criador está na origem de todos os aperfeiçoamentos. Êle mostra o cuidado de precisar a natureza das diversas intervenções divinas. A reflexão filosófica tende a agrupá-los sob 3 títulos:

1.º. *Criação propriamente dita* da matéria inicial. Quer dizer que a matéria foi feita do nada, por um ato da só vontade divina;

2.º *Intervenção especial*, quando se trata da vida vegetal, animal e humana. A intervenção de que falamos supõe um sujeito preexistente, do qual Deus tira um ser superior, elevando-o por influxo da sua onipotência, a uma capacidade que naturalmente não possuia? Tal elevação teria lugar,

aliás, quer na origem do tempo, quer no momento do tempo em que a vontade divina teria decidido suscitá-la. Vê-se como no caso de ser demonstrada a evolução, essas possibilidades se tornariam interessantes de aprofundar, *feita reserva para a alma humana, e a disposição correlativa que ela supõe no corpo para cuja animação foi criada.*

3.º. *Concurso natural ordinário* para as outras produções.

A *ordem de sucessão* está muito intimamente ligada com a distribuição das diversas obras em 6 dias, para que lhe atribuamos mais valor histórico do que a êsse dispositivo didático e litúrgico. Tal ordenamento, reflexo da mentalidade do autor, é mais pedagógico do que real. Todavia, ela parece deixar a possibilidade razoavel de pensar que os seres menos perfeitos precederam, *no seu conjunto*, aos mais perfeitos, e que os reinos mineral, vegetal, animal apareceram sucessivamente, vindo o homem em uma época relativamente recente (concórdia com a ciência em sentido largo; não concordismo estrito).

As verdades fundamentais que se colhem são:

1.º *Estrito Monoteismo.* Moisés havia averiguado a existência de cultos idolátricos, prestados, no Egito e alhures, a falsas deidades: ao sol, à lua, ao firmamento; aos animais, até aos mais vis, às pessoas humanas (Faraó). Havia ouvido falar das interminaveis cosmogonias, teogonias, genealogias de Egípcios e Babilônios. Essas ideologias não eram desconhecidas dos contemporâneos. Assim era preciso pôr em evidência a unicidade do verdadeiro Deus;

2.º *Subordinação de todos os seres a Deus.* Bem longe de serem consideradas deuses, as criaturas provêm de Deus,

estão sujeitas à sua vontade e regidas pela sua providência. Em face aos deuses pagãos, homens, animais ou plantas, Moisés proclama a transcendência do Criador;

3.º *Eminente dignidade da pessoa humana.* Trazido às suas verdadeiras proporções, ainda assim êle é grande. Foi criado à semelhança, à imagem de Deus. Essa parentela, de que a atitude corporal humana parece apresentar uma como manifestação sensível e longínqua, sabemos estar mais autenticamente na natureza espiritual de nossa alma e das suas faculdades essenciais: inteligência e vontade;

4.º *Destino da humanidade.* Pela mesma vontade de Deus, o homem deve antes de tudo comunicar a vida que recebeu a numerosos descendentes. Deve exercer real dominação sobre o universo, submetê-lo, utilizar-se dele, explorá-lo. Tais perspectivas abrem ilimitado campo ao progresso sob as suas várias formas, material, intelectual, moral. O homem aparece como associado à Providência, como gerente da criação.

Em resumo, o ensino da cosmogonia mosaica põe os fundamentos da verdadeira religião, da verdadeira cultura, da vida familiar e social.

II — OS ACONTECIMENTOS DO PARAISO TERRESTRE (2, 4-b-3).

RESUMO: A terra estava ainda infecunda. Faltava água para fertilizá-la e o braço do homem para cultivá-la. Deus formou o corpo do homem do limo da terra e com um sopro lhe comunicou a vida. Depois colocou o homem num ambiente encantador, plantado de árvores, bem irrigado e rico, o jardim do Eden, com missão de cultivá-lo e de guardá-lo.

O feliz estado de Adão estava condicionado por obediência a um preceito: abster-se do fruto de uma árvore, a da ciência do bem e do mal (não teórica, e sim prática experiência), plantada junto à árvore da vida, no meio do domínio. Se Adão infringisse a ordem, perderia a imortalidade. Mas o homem estava só. O espetáculo dos animais, que o Criador lhe apresenta, não podia senão avivar o sentimento da sua solidão. Então Deus tirou dos flancos de Adão, enquanto dormia, a companheira que seria a sua esposa. Acolheu-a Adão com transporte. Ambos viviam nus, sem que isso os chocasse, até que um dia a mulher, seduzida pela serpente tentadora, desobedeceu à ordem divina e arrastou o marido ao mesmo pecado.

Para logo os olhos se lhes abriram. Ruborizando-se com a sua nudez, tentaram em vão fugir aos olhares de Deus, vindo a visitá-los. O Senhor os fez confessar a falta e, depois de amaldiçoar a serpente e predizer desforra, sancionou o ato culpado transformando a condição dos nossos primeiros pais, que desde então ficaram sujeitos à dor e à morte, e foram expulsos do paraiso. Querubins manejando espada de fogo lhes vedavam a volta.

GÊNERO LITERÁRIO. Quiçá é mais difícil caracterizar o gênero literário dêste relato que o da cosmogonia mosaica. Abundam antropomorfismos: moldagem, ao menos sugerida, do corpo do homem; sopro respiratório infundido às suas narinas; plantação por Deus do jardim; desfile dos animais; formação de Eva com uma costela (cfr. nota); conversa de Eva com a serpente; passeio de Deus pelo jardim; interrogatório de Adão e de Eva; confecção de hábitos de pele; expulsão do jardim do Eden; postos de anjos curiosamente armados para impedirem a entrada. Detalhes pitorescos tam-

bém não faltam: descrição do jardim do Eden, sua irrigação, as árvores sagradas, proibição do fruto — de uma delas, aspecto extraordinário do tentador, falta dos pais, carater das sanções, são pontos que nos espantam. Logo, estamos diante de uma página dificil de classificar-se nalgum genero literário conhecido. Deve-se porém excluir-se:

1.º *O mito desprovido de todo fim pedagógico.* Não se pode imaginar com efeito que Deus inspire um gênero literário, simplesmente destinado a divertir o espírito, sem incluir uma lição útil. Ademais, os mesmos antigos não estavam acostumados a compor fábulas denudadas de toda intenção didática. Outrora como hoje, o relato fabuloso visava, mais ou menos abertamente, a enriquecer o espírito com algum conhecimento sério em relação com a vida;

2.º *O mito puramente filosófico e moral.* O relato bíblico, de fato, não se apresenta como pura ficção, cuja única razão de ser seria evocar, de forma concreta, uma verdade de ordem especulativa ou prática. O fim didático é sem dúvida inegavel. Mas não dissipa a impressão de que o autor, aqui como no anterior, *entende contar fatos* e, sob a máscara de procedimento literário seguramente singular, subordina a lição filosófica e moral, de natureza religiosa, *à narração de acontecimentos* que a encarnam ou evidentemente a trazem.

3.º *A história puramente alegórica ou simbólica.* Parece com efeito que a alegoria ou o símbolo, processos literários inteiramente figurativos, deixam ao leitor muita possibilidade subjetiva de interpretações diversas para que a *significação real das imagens se resolva em dados da história,* qualquer atenuação que se faça a êsse conceito. A história, ainda que despojada de *caracteres cientificos,* de que a literatura clássica é rica, exige que se possa descobrir, sob a veste do

gênero explorado, por mais florido e antropomórfico que se imagine, um *fato concreto,* no qual, definitivamente, se resolva a interpretação das figuras, e esteja, desde então, *bem estreitamente relacionado com a imagem.* Se pois se entende conservar o texto, como é de dever, num sentido histórico fundamental, o sentido alegórico e simbólico deve ser excluido, pelo menos na *forma rígida* que o uso lhe deu.

Admitir-se-á pois até prova em contrário que o presente relato contem *fatos* e que estes fatos, narrados para o fim de nossa instrução *histórica e doutrinal, estão definitivamente ligados de qualquer maneira à figuração.* O que não impede que esta, *muito humanizada,* por vezes até carregada de *detalhes parabólicos, acentue e ilustre os episódios* relatados, franjando-os com a irradiação de lindas cores poeticas. Assim os sentidos e as *lições* morais e dogmáticas, *encarnadas assim* ressaltarão com maior brilho. São tais fatos, e a doutrina deles decorrentes, que vamos agora reduzir à sua justa proporção.

ENSINO DOGMÁTICO-DOUTRINAL. Sob a imagem o autor quer inculcar estes pontos:

1.º *Intervenção especial de Deus na formação do corpo do homem.* O relato primeiro já mostrou que a criação do homem foi objeto de atenção especial de Deus. Este segundo precisa a maneira pela qual operou, confirmando aquele. À parte os enfeites literários. deve reter-se que *Deus tirou o corpo do homem de matéria preexistente* (inorgânica ou orgânica); *que a alma do homem vem diretamente de Deus por via de criação; do nada que ela é o princípio da vida humana. O mais é imagem.*

2.º *Origem adâmica do corpo de Eva.* Sob a figuração pitoresca e em ligação com o que ela contém, o autor parece ensinar pelo menos que Deus se utilizou do corpo de Adão para formação do de Eva. Mas de que modo? pode-se supor que foi a título de *causa exemplar.* Ao contrário dos animais entre os quais ele não encontrava ajuda, Eva partilha da mesma natureza.

Alguns observam que não seria necessária a revelação para nos instruir acerca de similitude tão notória. Eis porque muitos leitores, até exegetas, continuam a pensar que o corpo de Adão, afastado todo antropomorfismo grosseiro, pôde ser utilizado como causa *material* para a formação de Eva. Como o primeiro homem fôra feito de matéria preexistente, a primeira mulher teria sido feita "de perto do coração de Adão".

Sem ser irreconciliaveis com a primeira hipótese, as palavras de Adão: "Esta é deveras osso de meus ossos e carne de minha carne", concorda melhor com a segunda.

3.º *Felicidade terrestre dos primeiros pais.* Tal é a tradução em linguagem histórico-doutrinal da instalação de Adão e Eva no jardim do Eden. A imagem é aqui particularmente colorida. Guarde-se de lhe dar um valor objetivo muito preciso. E' portanto inutil epilogar sobre a situação real e geográfica do jardim e sobre os rios. O autor pode inspirar-se para sua descrição figurativa na baixa-Caldéia, mas o que quer que seja das fontes da figuração, a *realidade figurada é, na linha da imagem, a felicidade original.* Em Eclo 24, 35-27 os nomes dos rios parecem emprestados do Gên 2, 10-11, mas o Sirácide parece deles servir-se como de termos de comparação, sem apoiar-se sobre a sua realidade histórica. A árvore da vida torna-se inteiramente metafórica em Prov 3, 18; 11, 12; 15, 4 e até simbólica em Apc 2, 7; 22,

2.14. Esta felicidade terrestre não era aliás senão o verso dos dons sobrenaturais e preternaturais que Deus lhes havia dado em vista do fim sobrenatural, que lhes tinha assinado. A revelação que precisa essa doutrina se encontra contida na Tradição. Mas já o relato do Gên evoca fragmentos dela, por isso que afirma os dons da imortalidade corporal e da integridade, e ademais alude claramente à ciência e à impassibilidade dos primeiros pais. Igualmente a familiaridade que parece existir entre eles e Deus significaria o estado de graça original.

4.º *Preceito especial imposto a Adão.* A duração do estado de felicidade de que gozava Adão e Eva estava condicionada a um preceito imposto a Adão. A maneira pela qual é contado o preceito, tido em conta o efeito da forma, manifestamente em relação com a imaginação ambiente, força-nos a termo-lo como ordem positiva, ajuntada a prescrições da lei natural, ou decorrente da ordem sobrenatural, à qual os nossos primeiros pais foram elevados. Trata-se de preceito especial.

Bem que o relato evoque a proibição de um fruto de árvore, não parece necessário, ligando-se árvore e fruto ao aparato figurativo do jardim, que sonhemos com a mesma forma de abstinência que o sentido literal próprio exprime (menos ainda, com um fruto determinado). Pode-se ver nessa expressão uma metáfora, mas para que se fique na linha da imagem deve-se pelo menos *plausivelmente* pensar numa *abstinência corporal.* No universo que Deus entregou aos primeiros pais uma reserva foi feita, que recordará a estes de maneira concreta e sensivel que, supuzeram os da criação, eles são vassalos de Deus. A restrição que assim lhes impõe, perfeitamente em relação com a sua natureza corporal espiritual,

ultrapassa, pelo seu significado, a materialidade do objeto, *qualquer que seja ele*, da abstinência (alguns: proibição momentânea do uso do matrimônio. Mas S. Agostinho diz de tal sentença: — ridiculum istud est). Noé receberá, e parece que por razão análoga, a proibição de se nutrir com o sangue dos animais (Gên 9, 4). O carater objetivo do preceito noáquico (mantido no Antigo Testamento e no começo da Igreja, At 15, 20. 29) não vem confirmar a exegese que fundamentamos na imagem despojada da precisão que ela empresta da figuração ambiental?

5.º *Tentação e queda.* Eva primeiro e depois Adão violaram a ordem divina, seduzidos pelo demo. Feita abstração, ainda aqui, do ornato da narração, parece que, em ligação com o drama pitorescamente contado, devemos reter os detalhes seguintes: tentação vinda de fora, como ensina S. Tomás; intervenção do demônio, o verdadeiro tentador como o afirmam muitos textos da Bíblia e o conjunto dos Padres e Doutores da Igreja; manifestação do espírito do mal sob forma sensivel, que o autor sagrado, utilizando as imagens de seu meio, concretizou na serpente (cfr. D da P. C. B. de 1909: diabolo sub serpentis specie suasore: mas pode-se interpretar assim: a instigação do demo representado na Bíblia sob a figura de serpente); queda de Adão e de Eva com as consequências da violação da ordem divina.

6.º *Promessa do Redentor e sanções divinas.* O cronista sagrado apresenta-nos estes fatos na moldura de uma cena judiciária da qual imaginou os traços gerais, ou ao menos estilizou os dispositivos. Sob as imagens são estes os fatos ensinados: o demo incorreu num castigo que o aparenta com animal sob cuja semelhança se apresentou: rastejará, e comerá pó, isto é, será humilhado e atirado por terra. Preci-

samente, Deus decreta que entre ele e a mulher, entre a sua raça e a dela, existirá oposição: a descendência desta, (a Vulgata atribui a vitória à *mulher*: ipsa conteret... o texto massorético a atribui à *descendência* da mulher (ipsum conteret. Esta última lição segundo toda a crítica é a autêntica), triunfará sobre a astúcia dele. Oráculo confortador que anuncia a recapitulação da humanidade sob novo chefe. Este chefe, novo Adão, será Cristo: a mulher, diante da qual se apaga a pessoa da vítima do demo, será Maria, a nova Eva.

Segue-se a sanção do pecado. Já sabiamos que a graça foi perdida: é o que vai representado pela fuga dos primeiros pais quando da visita de Deus. O dom da integridade desapareceu: a vergonha que sentiu Adão e Eva tomando consciência da sua nudez não tem outra significação. Ademais Deus atribui tal perda ao pecado (3, 11). Decreta além disso a cessação do dom da impassibilidade, com as consequências dolorosas que dela resultam para a mulher — especialmente as dores da maternidade, — e para o homem, — especialmente o assujeitamento penivel ao trabalho quotidiano. Finalmente a pena de morte é pronunciada contra os culpados.

Finalizava assim o feliz estado da justiça original. A expulsão do paraiso terrestre, logo decretada e executada, exprime em linguagem metafórica a mudança dolorosa que se dava, como o gozo do jardim do Eden representava a deliciosa condição anterior à falta. E para notificar a irrevocabilidade do decreto divino o autor usa de uma derradeira figura: Querubins postados à entrada do Jardim.

Além das verdades doutrinais implicadas nos fatos assinalados outras há que encontram nesses mesmos fatos sua base dogmática.

1.º *A instituição divina do matrimônio.* Com as 2 propriedades fundamentais desse estado: a monogamia e a indissolubilidade. Se o homem deve deixar pai e mãe para se unir à sua esposa, se devem ser dois em uma só carne, segue-se que a aliança matrimonial exclui tôda infidelidade e toda pluralidade, o que implica união exclusiva e estavel dos esposos entre si.

A poligamia e o divorcio virão viciar, provisoriamente tolerados por Deus, a rigorosa retidão da ordem original. Cristo restabelecerá o matrimônio na sua pureza primitiva.

2.º *Monogenismo.* Os primeiros pais, de quem o relato bíblico traça a história, são duas personagens individuais e não dois tipos coletivos. A maneira de transmissão do pecado de Adão a todos os homens apresentada na Bíblia na Tradição, e nos documentos do magistério eclesiástico, não permite pensar em muitos pares humanos originais: o Adão de que sairam todos os homens e do qual herdaram o pecado é bem para S. Paulo, para os Padres e os autores do decreto do Concílio de Trento uma personagem individual. As hipóteses evolucionistas moderadas e teistas não supõem irredutivelmente a crença na unidade original da humanidade. Sábios o concedem, e até os campiões do mutacionismo, sistema evolucionista hoje em voga, reconhecem que a mutação brusca, se é que ela tenha existido, dá origem a um só tipo excepcional. "Essa transformação do pre-homem em homem ter-se-ia produzido em muitos indivíduos, ou só em alguns duma família privilegiada ou num só? A resposta a essa questão depende evidentemente da opinião geral que se formou acerca da origem das espécies; se se crê que a mutação é a forma única da filiação evolutiva, pode-se admitir que houve no começo só um ou dois seres humanos". (Guénot).

3.º *O pecado original.* O fato histórico da desobediência de Adão lança o primeiro degrau da doutrina de fé, segundo a qual nós todos somos, em razão da nossa descendência adâmica, privados, quando da nossa concepção, da graça divina, privação que constitui uma desordem sob o ponto de vista do fim sobrenatural a que somos destinados, e portanto na ordem moral um pecado.

4.º *A Imaculada Conceição de Maria.* O paralelismo que o texto sagrado estabelece entre a inimizade que opõe de uma parte Maria ao demo, e de outra ao demo o seu triunfador, nos inclinam a pensar que nos dois casos a inimizade é também vigorosa. Ora, no segundo ela é irredutivel e exclui toda reserva. E' portanto o mesmo no primeiro caso. Ora, tão exclusiva inimizade não se compreenderia se Maria tivesse estado um só instante no estado de pecado. Ela foi pois concebida sem pecado original, desde a sua conceição teve a graça de Cristo, embora o Gênesis não revele toda a plenitude do sentido tirado à luz dos escritos inspirados posteriores a toda razão.

RELATO BÍBLICO E EVOLUÇÃO. O texto do relato das origens é tão maleavel que se presta a significações de tons variados. Sabe-se que no curso do século XIX houve esforço para adaptá-lo às hipóteses dos sábios sobre a origem do mundo. Muitos exegetas gostaram de fazer "concordismo". Mas modificando as hipóteses muitas vezes em seus dados, pareceu muito dificil com elas concordar a exegese. Por justa razão é pois que foi abandonado o sistema da concordância. Salvou-se a inerrância, porque há o gênero popular.

Tenta-se hoje novo ensaio de concordismo em função da teoría da evolução. Supondo que a evolução seja um fato,

deve-se tê-lo em conta na explicação do relato da criação? Muitos excelentes exegetas julgam que *não*, porque de nenhum modo cuidou o autor de nos ensinar a origem científica do mundo. Mas é o lugar de notar aqui: *a evolução não é senão hipótese;* donde se segue que é arriscado explicar a cosmogonia mosaica à sua luz, podendo comprometer a exegese católica. A recente encíclica Humani Generis diz: "Alguns, sem prudência nem discernimento, admitem e fazem valer para a origem de todas as cousas, o sistema evolucionístico, embora não esteja êle provado indiscutivelmente, no mesmo campo das ciências naturais, e sustentam temerariamente a hipótese monística e panteística do universo sujeito a contínua evolução. Dessas hipóteses de bom grado servem-se os fautores do comunismo para fazer-se defensores e propagandistas do seu materialismo dialético e arrancar das mentes toda noção de Deus. As falsas afirmações de tal evolucionismo, pelo qual se rejeita tudo quanto há de absoluto, firme e imutavel, prepararam o caminho para as aberrações duma nova filosofia, a qual, fazendo concorrência ao idealismo, imanentismo e pragmatismo, tomou o nome de "existencialismo", porque, repudiadas as essências imutaveis das cousas, preocupa-se tão só com a "existência" de cada indivíduo em particular.

Depois diz das hipóteses científicas em geral: "Resta pois falar daquelas questões que, embora pertençam às ciências positivas mais ou menos conexas, acham-se com a verdade da fé cristã. Não poucos, efetivamente, pedem insistentemente que a religião católica tenha na máxima conta aquelas ciências. O que é sem dúvida cousa louvavel, quando se trata de fatos realmente demonstrados; é mister, porém, andar precavidos quando antes se trata de hipóteses ainda que de certo modo

fundadas cientificamente, nas quais se toca a doutrina contida na S. Escritura ou também na Tradição.

Caso tais hipóteses vão direta ou indiretamente contra a doutrina revelada, então não podem absolutamente admitir-se. "Este princípio é aplicado no poligenismo, que é condenado. Quanto ao evolucionismo e a origem do corpo humano diz: "Por essas razões o Magistério da Igreja não proibe que, em conformidade com o atual conceito das ciências e da teologia, seja objeto de pesquisas e de discussões, por parte dos competentes em todos os dois campos, a doutrina do evolucionismo, enquanto a saber êle faz pesquisas a respeito da origem do corpo humano, que proviria de matéria orgânica preexistente (a fé católica obriga-nos a reter que as almas foram criadas imediatamente por Deus). Porém, isto deve ser feito de tal modo que as razões das duas opiniões, vêm a ser a favoravel e a contrária ao evolucionismo, sejam ponderadas e julgadas com a necessária seriedade, moderação e medida e sob a condição de que todos estejam prontos a submeter-se ao juizo da Igreja, à qual Cristo confiou o ofício de interpretar autenticamente a S. Escritura e de defender os dogmas da fé. Alguns todavia ultrapassam tal liberdade de discussão, agindo como se fôra já demonstrada, com total certeza, a mesma origem do corpo humano da matéria orgânica, preexistente, valendo-se de dados indiciais até hoje colhidos e de raciocinios baseados nesses mesmos indicios; e não como se nas fontes da Revelação, nada houvesse que exija nessa matéria a máxima moderação e cautela.

E' melhor pois ficar numa prudente reserva e ter antes em conta os ensinos doutrinais da Bíblia e da Igreja, sua interprete oficial, para apreciar a hipótese evolucionista. Esta não é oposta ao texto sagrado, contanto que respeite os pontos seguintes:

1.º *Criação por Deus da matéria elementar e da alma humana;*

2.º *Origem divina da vida vegetal e animal,* qualquer que seja a *época* na qual foi infundida na matéria a potência vital e o processo pelo qual ela se encaminhou para a vitalização;

3.º *A origem divina do corpo humano,* quer seja ele tirado diretamente do limo da terra com a última disposição exigindo a alma espiritual criada simultaneamente, quer seja esta última disposição introduzida num organismo animal em vista de sua informação pela alma, criada por Deus no mesmo instante. Vê-se que resta margem suficiente para os trabalhos livres dos sábios, os quais têm por objeto formal os fenômenos exteriores sòmente, cujo desenvolver-se, qualquer que seja, deixará sempre a porta aberta às exigências da causalidade metafísica, formuladas pela razão e precisadas pela Revelação.

III. OS PATRIARCAS ANTIDILUVIANOS

cc. 4-5

Carater geral: "Sobre os primeiros séculos da humanidade a Bíblia é sóbria de detalhes" (Renié). Recolhamo-los com carinho, sem lamentações, porque desse modo é que ela se distingue bem dos relatos ricos de contradições das literaturas orientais.

CAIM E ABEL (4, 1-16)

Resumo: Dentre os muitos filhos de Adão e Eva 3 são conhecidos: Caim, Abel e Set. Caim era agricultor, Abel, pas-

tor. Ambos ofereciam a Deus sacrifícios do fruto de seus trabalhos: aquele, os frutos da terra, este, os primogênitos dos seus rebanhos. Mas as intenções deste eram puras e a fé era o móvel das suas oferendas (Hebr 11, 4), que assim agradavam a Deus; ao passo que a intenção de Caim parece que não era reta (1 Jò 3, 12). Se o era, pelo menos ficou cheio de inveja pela sorte do irmão. Em vão Deus o admoestou contra o ódio que lhe invadia o coração. Deu livre curso aos movimentos da sua má natureza ressentida e matou o irmão, o primeiro homem que morreu sobre a terra, e de morte violenta, vitima de vício abominavel. Deus lhe exprobrou o crime e amaldiçoou-o. Afastou-se dos seus. Deus o protegeu do ataque de vingança. E parece que se entregou ao desespero.

Interpretação: O leitor percebe que o relato tem pronunciado *tom de história*, contando êste fato que se passou quando do primeiro casal já haviam nascido muitos filhos, netos e bisnetos, isto é, já existia gente vivendo em sociedade.

Com efeito Caim temeu vingança (4, 14). Logo, a substância do fato é verídica: o *fratricídio;* sua causa: os *instintos perversos de Caim, revoltados* com o pecado de origem, e os *sacrifícios* com que desde então os homens queriam homenagear a Deus. Isto não obsta a que o fato fosse embelezado com o acréscimo de cousas de outras eras, como a vida pastoril, aparecida depois, com que o autor concretizou a espécie do sacrifício de Abel, sem falar nos antropomorfismos.

O leitor percebe que o relato dessa história tende a inculcar verdades de ordem moral. São estas: desde o começo do mundo a cidade do bem e a cidade do mal estão em luta; há duas atitudes de Deus: a do comprazimento com os justos e com as boas obras, do desagrado pelas más obras e pela pessoa do pecador, que se colhe da formulação das re-

primendas a Caim e da maldição que lhe impôs; a necessidade de boas disposições íntimas nas ofertas sacrificiais, tema tão bem desenvolvido pelos profetas; a resistência da natureza viciada à graça que solicita para o bem com as consequências disso: o pecado, a sanção divina, o remorso.

Tipologia. 1. Abel é figura de Jesus, o Justo por excelência morto pelos irmãos. Com esta diferença: o sangue de Abel clama do céu vingança contra Caim, o de Cristo, mais eloquente que o daquele (Hebr 12, 24), clama sobre os seus misericórdia e perdão. 2. O sacrifício de Abel é figura do sacrificio da Missa. Nela o padre pede que Deus aceite o Pão da Vida e o Calice como se dignou de agradar-se com as oblatas de Abel.

CAINITAS E SETITAS (4, 17-5, 29)

Resumo: Duas genealogias conduzem a história das origens desde os primeiros homens até o dilúvio. 1.º *A genealogia dos Cainitas* põe em relevo as tendências talvez muito exclusivamente terrestres dos filhos do maldito, porque ela fez "eclodir e progredir as artes que formam o progresso material", viciado porém de "crescente corrupção moral" (La Sacra Bibbia, 1, 23). Depois da menção de Henoc, de Irad, de Mehuiael, de Matusael, o texto se demora um pouco sobre Lemec. Este introduziu o costume da poligamia, que Deus tolerou mais tarde por certo tempo, casando-se com duas mulheres: Ada e Zila. Da primeira ele recebeu 2 filhos, que são designados por causa da sua atividade social: Jabal foi o pai dos nômades, e Jubal, inventor da música; da segunda igualmente 2: Tubalcain, pai dos ferreiros, e Naama. E assim: "a estirpe de Caim não conta na história das religiões senão como causa perturbadora (cfr. 6, 1-8)" La Sacra Bibbia, 1,

23. 2. *A genealogia dos Setitas* tem história breve, porém, mais desenvolvida pelo autor. Começa pela origem adâmica de Set, que Eva deu ao mundo depois da morte de Abel e giza o carater providencial desse nascimento. A linhagem é direta, de Adão a Noé, o restaurador da humanidade, e compõe-se de Enosh, Cainan, Mahalalel, Jered, Henoc, Matusalem, Lemec e Noé, ainda que de outros *filhos de Adão* (5, 4) hajam descido outras estirpes humanas, de que nada diz a Bíblia. A atividade geradora dos patriarcas é descrita sob fórmulas esteoritipadas: idade do pai, do nascimento do primeiro filho, tempo que viveu depois desse nascimento, a admiravel fecundidade de sua vida e a soma total dos seus anos com a conclusão inexoravel: "e êle morreu". Só Enoc faz exceção a esse destino final: deixou de existir num repente, porque Deus o arrebatou. O nome "Noé" foi interpretado: "Êle será o consolador de Lemec".

Gênero literário. O cuidado histórico do autor é a) de preencher como pode o espaço que vai da criação ao dilúvio, para depois preencher o do dilúvio até Abraão (patriarcas ante e post-diluvianos): b) de mostrar a continuação da cidade do bem e do mal pela linhagem dos filhos de Deus e dos filhos dos homens, cuja fusão traria corrupção generalizada sobre a terra, que o dilúvio iria castigar; as genealogias servem pois de introdução a este; c) de indicar a continuação das esperanças messiânicas, a da prometida vitória sobre a serpente (3, 15), pela escolha de uma raça, a Setita, que daria o Pai dos crentes: Abraão. De fato sobre Set Deus lança seus olhares: Eva, sua mãe, viu nele o substituto de Abel e Enosh, seu filho, e ele ficou associado a uma forma de culto mais perfeito ao Deus verdadeiro, com atos rituais públicos e determinados regularmente.

O autor transmitiu as 2 genealogias, juxtapondo ao que parece as 2 fontes principais que usa no Gên: J para os Cainitas, e P para os Setitas. Vê-se isto na sinopse abaixo:

	J (4, 17-25)				P (c 5)
		1.	Adão	1.	Adão
2.	Caim	Abel	Set	2.	Set
			Enosh	3.	Enosh
3.	Henoc			4.	Quenan
5.	Mehuiael			5.	Mahalalel
6.	Matusael			6.	Jered
7.	Lemec			7.	Henoc
8.	Jabal, Jubal, Tubalcain			8.	Matusalem
				9.	Lemec
	Noé (?)			10.	Noé

Como pois simplesmente os reproduziu, seu conteúdo não parece ter sido formalmente afirmado. Poder-se-á pois discutir tranquilamente sobre as informações que as genealogias nos apresentam: a inerrância bíblica não está envolvida nisso. Note-se também que 4, 23-24 é o primeiro especime de poesia: "o cântico do Glaudio" de Lemek. "O breve canto respira a vingança mais feroz, como convinha à raça do primeiro fratricida" (La Sacra Bibbia, 1, 23).

Valor histórico. Objeção: A linhagem de Caim é precursora da arquitetura, tecelagem, metalurgia e música. Ora

as ciências arqueológicas mostram que os povos primitivos se elevaram lentamente até o estádio de cultura que tais artes pressupõem. Logo elas não podiam existir nos começos da humanidade. Resp. a) Os primeiros pais receberam de Deus conhecimentos suficientes para a exploração da natureza, que certamente transmitiram aos descendentes; b) os "primitivos" estudados pelas ciências provavelmente viveram em época mais recente, testemunhando antes degenerescência. Deles não há trânsito lógico e provado para a suposição de que os verdadeiros "primitivos" estariam nas mesmas condições; c) os Cainitas ensaiaram artes bem modestas. Logo, o relato é otimista mas não inverossimil; d) mas ele de fato tem inexatidão propositada e literária: a época dos Cainitas, pertencente à *paleolítica*, é descrita sob a veste da cultura *neolítica*, porque Moisés deveu narrar com traços que os leitores conheciam embora não correspondessem aos reais.

Longevidade dos Setitas. Viveram séculos. Eram bem velhos ao nascimento dos filhos. Ora, as eras mais antigas da história e pre-história apresentam Egípcios e Babilônios com vida bem mais curta. E os reinos de então não excediam de muito aos dos soberanos modernos. Depois, vida tão longa está em desacordo com os dados biológicos do homem de então. Que dizer? Vejamos o quadro: a 1.ª coluna dá a idade do patriarca quando gerou o 1.º filho; a 2.ª quando morreu:

	TH		TS		LXX	
dão	130	930	130	930	230	930
et	105	912	105	912	205	912
nosh	90	905	90	905	190	905
ainan	70	910	70	910	170	910
ahalalel	65	895	65	895	165	895
ered	162	962	62	847	162	962
enoc	65	365	65	365	165	365
atúsalem	187	969	67	720	187	969
emec	182	777	53	653	188	753
oé	500		500	500	500	

Quatro soluções foram propostas. *A primeira,* vendo que há desacordo entre a Bíblia Hebraica, Samaritana e Grega, estende os números à letra, dando-lhes porém só valor aproximativo. "Longevidade extraordinária devida provavelmente à juventude da raça humana e às condições gerais mais favo-

ráveis naqueles remotíssimos tempos; a geologia encontrou algum paralelo a isso no reino vegetal e animal (especialmente as dimensões gigantescas)" (La Sacra Bibbia, 1, 78). Sem falar nas bênçãos divinas, primeira causa de tão longos anos.

A segunda, a que o autor não dá o número real de anos, e sim o *artificial*, baseado em algum simbolismo que ainda não é bem conhecido.

A terceira julga que "anos" aqui significam meses lunares de vinte e nove dias e meio. Mas então os patriarcas seriam pais antes da puberdade.

A quarta supõe que o autor simplesmente *encaixou* um documento, sem aprová-lo, tratando-se de *citação implícita;* logo não garante nada sobre o valor de seus números. De fato, documentos extra-bíblicos atribuem ainda maior longevidade aos antigos herois. E a encíclica Divino aflante Spiritu recomenda a atenção para com a literatura oriental coeva. Mas como encaixou para realizar o seu fim, tem-se que o autor quer "pôr em evidência a *continuidade do projeto divino* que domina as efêmeras existências humanas, qualquer que seja a sua extensão. Os homens, as gerações sucedem-se, a morte cumpre mais ou menos prematuramente sua obra, mas a promessa divina é irreversivel: *verbum autem Dei manet in aeternum.* Dos pais aos filhos a humanidade continua a marchar para Cristo". (Lusseau).

As genealogias bíblicas e as tradições profanas. Os Fatos.

"Três listas reais babilônias foram aproximadas das linhagens patriarcais bíblicas: uma enumera os reis antediluvianos com menção da sua capital e da duração do seu reino; outra indica os reis que se sucederam na Baixa-Babilônia desde a

fundação da realeza até as cercanias de 2400 A. C., igualmente com o nome de residência e a duração de seu reino; a terceira, do autor *Beroso,* agrupa os mesmos nomes, com as mesmas indicações mas ao redor de 3 cidades antediluvianas só. As 2 primeiras listas são redigidas em caracteres cuneiformes, a terceira, em grego. A vida de cada rei passa de 10, 20, 30, ou 40.000 anos. O total da primeira lista atinge 456.000 anos; da 2.ª: 241.200; o da 3.ª: 432.000. Há 10 reis, na primeira lista, 8 na segunda, 10 na terceira. Aqui vão elas:

Cuneiforme (segunda)		Cuneiforme (primeira)		Beroso	
1 Alulim de Eridu	28000	Alulim de Subaru	67200	Aloros de Babilônia	36600
2 Alagar de Eridu	36000	Alagar de Subaru	72000	Alaparos, filho de Aloros	10800
3 Enmeenluanna de Baddibira	43200	...kidunnusakinkin de Larsa	72000	Amelon de Pautibibla	46800
4 Enmeengalanna de Baddibira	23800	... ukuk (?) de Larsa	21600	Amenon de Pautibibla	43200
5 Dumuzy, pastor de Baddibira	36000	Dumuzi, pastor de Baddibira	28880	Magalaros de Pautibibla	64800
6 Ensibzianna de Larak	28800	Enmeenluanna de Baddibira	21600	Daos, pastor de Pautibibla	36000
7 Enmeenduranna de Sippar	21000	Ensibzianna de Larak	36000	Evedorachos de Pautibibla	64800
8 Ubaradudu de Suruppak	18600	Enmeduranna de Sippar	72000	Amempsinos de Laracha	36000
	241200	9 Sukurlam, filho de Ubaratutu de Surruppak	28800	Otiastes de Laracha	28000
		10 Ziusuddu, filho de Sukurlam de Surruppak	36000	Xisuthros, filho de Otiastes	64800
			456000		432000

Comparando-se estes com os dados da Bíblia vê-se que:

1.º As genealogias bíblicas não falam de reis;

2.º Os nomes não são susceptíveis de nenhuma aproximação, nem pela sua consonância, nem pelo seu sentido (sal-

vo Ziusuddu, "o prolongado quanto aos anos" da sua vida, o que significa também Noé);

3.º Os patriarcas bíblicos não são postos em relação com região alguma determinada, ao passo que os reis das tradições babilônias são referidos à Caldéia. A Bíblia guarda pois uma fisionomia independente, embora seja devedora de um fundo de tradições primitivas. Nem se podem identificar os patriarcas com os reis dessas listas. Quando muito se pode dizer que o autor bíblico, num ambiente onde as árvores genealógicas eram apreciadas, quis usar dos seus conhecimentos etnográficos e compôs a tábua dos patriarcas, merecedora de mais fé que as listas mencionadas.

2. DO DILÚVIO A ABRAÃO

I — O DILÚVIO (Gên 6-7, 20)

Resumo. — Os casamentos entre os filhos de Deus — os Setitas — e os filhos dos homens — Cainitas — deram origem a uma raça estranha e perversa, que a Bíblia chama de "gigantes". Diante da corrupção generalizada o Senhor, arrependido de haver criado o homem, decide destruir todos os viventes. Uma família e representantes de todas as espécies de animais são subtraidos à destruição universal. A família que encontra graça diante de Deus tem como chefe Noé. Êste recebe a ordem de construir um instrumento de salvação: a arca. Minuciosas são as indicações divinas relativas à matéria da barca: madeira de *gopher* (cedro ou melhor cipreste, palavra que vem do mesmo país); as dimensões de tôdas as ordens: — 100 côvados de comprimento, 50 de lar-

gura e 30 de altura; a acomodação interior: 3 andares com repartição em células; ao arejamento: janela que é preciso entender com abertura perimétrica, correndo de trave em trave, a um côvado do teto, (teto do barco não aderente ao costado, e sim preso a ele por traves). A arca trazendo uma janelinha no costado não corresponde à realidade.

Uma porta sim, nela dava acesso ao interior da barca. Pintura de pixe devia segurar a impermeabilidade do conjunto. Na arca estariam Noé, sua esposa, seus filhos Sem, Cam e Jafet, e as esposas deles, duas cabeças-macho e fêmea — de cada espécie animal, bem como a provisão para os homens e os animais. 120 dias de prazo, durante o qual estava sendo construida a arca, de nada aproveitaram à humanidade pecadora. Então Deus renovou seus designios a Noé. As ordens são as mesmas; só modifica o número de animais: 7 animais puros, 2 animais impuros, contando-se entre aqueles as aves. Durante 7 dias Noé terminou os preparativos. No primeiro dia da chuva os protegidos de Deus entraram na arca. O mesmo Senhor lhe fechou a porta. Então no 17.º dia do 2.º mês do 600.º ano de Noé o cataclismo começou: jorro das águas do abismo (maré montante) e abertura das comportas do céu (pé de chuva); durou o flagelo 40 dias inteiros, cobrindo as águas toda a terra e elevando-se até 15 côvados acima das montanhas mais altas. Todos os seres animados pereceram nas vagas.

Depois de 150 dias de maré montante e persistente, no 17.º dia do 7.º mês a Arca se fixou no Monte Ararat. 75 dias depois, que foi o 1.º do 10.º mês, depois de fluxos e refluxos, emergiram os cimos dos montes. Noé pode então contemplar os cadaveres das vítimas juncando as alturas. Ao fim de 40 dias, quando espaços suficientes apareceram, soltou um corvo; êste partiu e voltou, multiplicando seus vai-vens até que as

águas secassem, no 1.º dia do 1.º mês do ano seguinte. Tudo parece indicar que a essa data o corvo lá se foi para sempre.

O leitor percebe que o relato foi compilado de 2 documentos principais, se atentar para: a) "duplicatas": 2 vêzes foi narrada a corrupção universal, a ordem de entrada na Arca, a mesma entrada, o começo do cataclisma, a ruina universal, a promessa divina de não mais destruir os homens...; b) fatos outros provindos certamente de fontes diversas: modos diferentes nas ordenações relativas a animais puros e impuros (êstes seriam 7 pares aqui, um só ali), números das cronologias expressos ora como cardinais ora como ordinais; c) o nome divino diversamente dado. Moisés soube porém ligar bem os 2 documentos. Ele os citou mostrando *preocupações*: a) *liturgicas*: distinção de animais puros e impuros; predileção pelo número sete: avisos últimos de Deus 7 dias antes do começo do dilúvio, 7 animais puros, 7 dias entre os envios da pomba; sacrifício oferecido à saída da Arca; b) *teológicas*: pintura de Deus arrependido de haver criado o mundo para indicar a sua *infinita santidade*, oposta ao pecado deste; decreto da destruição universal para indicar a *justiça divina*. Isso tudo com antropomorfismos: as minuciosas recomendações divinas, os detalhes do plano de salvação, o fechamento da Arca, a ordem de saida, a promessa de não mais destruir, o contentamento de Deus ao cheirar o fumo do sacrifício.

Logo, se de um lado tais flores literárias levam a não tomar tudo à letra, de outro a *precisão* do autor quanto às *personagens, aos números, à sucessão dos acontecimentos* proibe ver no relato mera lenda: há história verídica imaginosamente exposta. Vejamo-la em ligação com as imagens que a descreveram:

ENSINO HISTÓRICO-DOUTRINAL:

1.º *Desordem moral generalizada*: as consequências do pecado original manifestam-se e o contágio por causa dos matrimônios atinge os melhores elementos: generalisou-se.

2.º *Necessidade de castigo exemplar*. Deus tarda, porque é misericordioso, mas não falha porque também é justo.

3.º *Decreto de destruição*. A justiça toma o lugar da misericórdia, com poupamento dos bons, à vista dos planos da Sabedoria infinita.

4.º *Realização do decreto divino*. Foi flagelo provocado por água e o salvamento por meio semelhante à Arca, qualquer que seja a forma e a organização dele.

5.º *Homenagem a Deus*. Noé e os seus ofereceram-no em nome dos seres poupados e aplacou-se a Justiça Divina.

Valor tipológico. O salvamento feito por Deus é tipo de outro salvamento organizado por Cristo: Noé e os seus, escapes do dilúvio, são tipos da humanidade escape das ondas do pecado; as águas que levantam a Arca figuram por vêzes o Batismo cujas águas erguem a alma acima do abismo da morte; a arca é tipo da Igreja: assim como aquela era o único meio de salvação para os atingidos pelo dilúvio, esta é para os atingidos pelo pecado. Se os contemporâneos de Noé acaso *não tivessem todos tido precisão da Arca, porque não foram castigados pelo dilúvio, todos têm necessidade da Igreja, porque todos contrairam o pecado.*

UNIVERSALIDADE DO DILÚVIO

a) *Certamente não foi greograficamente universal*. Esta sentença que é a da maioria dos Padres e escritores eclesiás-

ticos até o sec. XIX, foi depois abandonada justamente. De fato como não trata de questão de fé nem de costumes, e sim de história, não é obrigatória. Também as expressões: "toda a terra" e "todos os animais" não requerem essa universalidade, porque a língua hebraica gosta de *hipérboles*. Ex. Dt. 2, 25 diz que a entrada de Israel em Canaã amedrontou *todos* os povos que vivem debaixo da calota celeste, ora amedrontou só os povos vizinhos. Gên 41, 54-57 diz que todos os povos iam buscar trigo no Egito. Logo, aqui essas expressões entendem-se só da parte do globo de que trata o contexto que é o horizonte abarcado por Noé e só dos animais ali viventes.

Finalmente a tradição universal do dilúvio não é argumento, porque a dispersão dos noelitas levou o seu conhecimento por tôda a parte. Ademais, êsse dilúvio exige tais e tantos milagres, que a gente não pode admitir atoa. De fato a *zoologia* demonstra a impossibilidade dele, a) porque a Arca é de incapacidade evidente para o fim: centenas de milhares de espécies animais, provisão para elas, gente para delas cuidar, não bastando Noé e os seus; b) a *aclimatação* se requer dos animais de todas as regiões para a temperatura da Caldéia; c) é inverossímil a dupla migração dêles para a Arca para seus habitats; d) Noé não tinha peixes na Arca? ora, a mistura de águas, a marinha e doce, teria matado a todos eles. Igualmente a *física*: a) donde viria tão grande massa de água, que cobriu montanhas de 8.000 ms? Chuva tropical de 40 dias seguidos dão uma camada só de 800 ms., que os oceanos não podem completar até aquela altura, porque sua profundidade média é de 4.000 ms.; b) chuva torrencial por toda a terra e tão longa é contra a meteorologia; c) vai contra a *hidrostática* a posição dos oceanos como terraço sobre a terra; d) vai contra a *fisiologia*, porque essa massa de água existiria antes em forma de vapor dagua, que teria pres-

são 500 vêzes maior do que a normal, sob a qual todo vivo morreria.

b) *Etnogra ficamente universal.* O dilúvio estendeu-se por toda a terra habitada no tempo de Noé. Razões: a) O texto fala sempre de "o homem", referindo-se a todos, e representa a Noé como um segundo Adão: Ambos recebem uma bênção especial e a supremacia sôbre o criado, ambos representam todo o gênero. Ademais S. Pedro diz que só 8 almas se salvaram (1 Pdr 3, 20). Nosso Senhor por sua vez comparou sua segunda vinda com o dilúvio (Mt 24, 37-39), sem poupar ninguém (cfr. 2 Pdr 3, 5-7). b) O fim de castigar a humanidade culpada consegue-se com êle. c) A razão da primeira opinião é ser o dilúvio tipo. Entretanto para isso não precisa ser universal.

c) *Dilúvio restrito.* Só a totalidade da região submersa, com exceção dos 8. De fato: a) Se "toda a terra" e "todos os animais" se entendem restritamente, por que não "todos os homens"? b) Os textos bíblicos de b) aludem à salvação só de 8 no meio dos naufragados, *sem se preocuparem se estes foram todos ou não.* c) A Bíblia (Gên 15, 19; Núm 24, 21-22; Jud 4, 11) ao contrário favorece esta terceira opinião, porque os *Cineus* dos lugares supra são ditos no TH *Cainitas.* Ora na hipótese de dilúvio universal estes já não existiriam. d) O escopo da Bíblia não é o de traçar a história geral da humanidade, e sim a do povo escolhido. Assim, antes do dilúvio estende-se mais sôbre os Setitas, herdeiros das promessas messiânicas, do que sobre os Cainitas; depois dele, só lhe interessam os Semitas. Logo, no relato do dilúvio a Bíblia se ocupou só dos Setitas que formam uma como humanidade à parte, prescindindo de outros povos só frouxamente relacionados com a história da Redenção. "Todos os homens" tomam-

se pois restritamente (todos os Setitas). e) Gên 10, que dá a Tábua dos Povos, não fala da raça preta, que Moisés conheceu no Egito, amarela e vermelha, nem dá a filiação dos Sodomitas, Amalecitas, Emim, Zuzim, etc.; omissão que se explica bem supondo-se que estes povos não descendem de Noé. Entretanto tais razões não são peremptórias nem resolvem as objeções formuladas contra a sentença. Logo, a ciência não constrange a aceita-la. A segunda e a terceira são aceitaveis, bem que aquela mais se ajuste a todas as exigências da razão e da fé, ao menos hoje. E se aquela é a mais comum hoje, esta conta sempre mais adeptos.

As causas físicas do dilúvio segundo a Bíblia foram: a) *a chuva.* Ora sabe-se que no começo do quaternário ela era bem mais abundante do que hoje: b) *a invasão dos oceanos*: erupção vulcânica atirando as águas do mar sobre os continentes, afundamento de continente provocando forte maré sobre o golfo pérsico, movimento orogênico? Tais causas mostram a possibilidade do fato bíblico, que assim não ofende a ciência.

Causa moral: A ira de Deus por causa da corrupção universal.

O dilúvio foi milagre? E' antes de mais nada fato providencial. Depois se foi geogràficamente universal, houve intervenção especial e miraculosa de Deus. Mas se foi restrito, agiram as causas segundas, sem aquela intervenção, ainda que elas estivessem sujeitas a especial disposição pela Providência e sua extraordinária extensão fá-lo milagre "quoad modum".

COMPARAÇÃO ENTRE O DILÚVIO BÍBLICO E O DAS OUTRAS LITERATURAS ANTIGAS

Há o dilúvio *babilônio*: 5 Deuses, Anu, Enlil, Nin-urta, Ennugi e Ea, reunidos em assembléia na cidade de Shurrapak, decidiram enviar o dilúvio à terra. Ea porém traiu o segredo a fim de prevenir dele o seu protegido Um-napishtim, ordenando que ele construisse um barco e colocasse dentro toda semente de vida. Aos patrícios espantados com a construção dizia que desejava partir de viagem. Um-napishtim obedeceu, construiu o barco, embarcou todo o seu ouro e prata, sua família, parentela, artesãos, toda semente de vida. À hora marcada por Shamash a chuva começou a cair. Um-napishtim, amedrontado, entrou para o barco, fechou a porta, colocou o bateleiro puzur-Enlil ao leme. E o flagelo chegou à extrema violência, atemorizando até os mesmos deuses, que escalaram o céu de Anu, onde ficaram como cães encorujados. Seis dias e seis noites durou a tempestade acalmando-se no 7.º. Um-napishtim abriu então a janela e viu a luz, chorando de alegria. Viu-se ao longe uma ilha, onde estava o Monte Nicir. Ali foi fixar-se o barco. Depois de 6 dias Um-napishtim enviou uma pomba que voltou. Igualmente uma andorinha que voltou. Mas enviando um corvo não voltou; ficou comendo a carniça lá fora. Um-napishtim desembarcou e ofereceu um sacrifício aos Deuses que lhe foram cheirar o bom odor. Enlil que Ea quer excluir do sacrifício, irrita-se ao ver um escape das águas. Ninurta denuncia a traição. Ea defende-se do ataque, mostrando-se que agiu por irreflexão, tendo ademais avisado Um-napishtim só por sonho que este soube compreender. Afinal tudo se compôs, Enlil recebeu a sua parte do sacrifício, abençoou Um-napishtim e sua esposa e lhes conferiu a imortalidade.

Há o *sumário*, o dos documentos *siríacos e gregos* de Beroso, que têm os mesmos caracteres do mencionado.

Comparando-se eles com o bíblico notam-se *semelhanças incontestaveis*: os mesmos conselhos e decretos, o mesmo processo de castigo, o mesmo cuidado de fazer uma exceção, a mesma escolha de um homem e de sua família. Até detalhes semelhantes: a calafetagem, a janela. Episódios comuns, como a extensão do flagelo, a fixação do barco num monte, o envio de aves, o sacrifício.

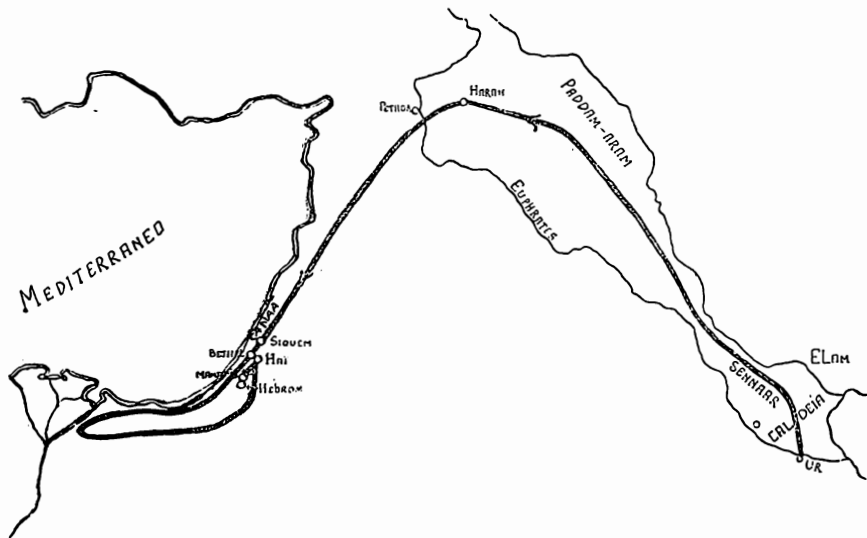
Ao lado há *diferenças enormes*: naqueles, politeismo, deuses baixamente humanos até o ridículo; no bíblico, monoteismo e são antropomorfismo. Deve pois haver *ligação* entre eles: não de *dependência mútua* entre si, por causa das divergências que existem, e sim *de ambas relativamente à fonte comum,* conservada em sua pureza no canal patriarcal, e deformada, na transmissão sumero-babilônia, de que dependem os outros.

II — OS COMEÇOS DO POVO DE ISRAEL

OU TEMPO DOS PATRIARCAS

DE ABRAÃO A MOISÉS

Gên 11, 10-26, 25. O hagiógrafo une as origens de Israel aos *Povos Semíticos*, para que mediante Abraão seja Israel o herdeiro das bênçãos divinas prometidas a Sem (Gên 9, 26s.).

Nota sobre este texto: Heber aí (e em Gên 10, 21: "pater filiorum Heber") é nome de indivíduo mais de região

Ida de Abraão ao Egito e volta para Canaã.
"A Grande Viagem" ou migração, começo da história de Israel.

com seus habitantes: 1.º, porque outros nomes aí também significam região, como Arfaxad e Serug; e 2.º, porque Abraão em Gên 14, 13 é chamado *Ibri*, não qual filho de Heber, pois este existiu 6 gerações antes, e sim como epíteto geográfico: Abraão o *Ibri* (...o de lá (do rio). De Heber veio a palavra "Hebreu".

ABRAÃO

A PÁTRIA E A FAMÍLIA DE ABRAÃO

Gên 11, 27-32 é um prefácio (avant-propos) à história de Abraão; não é o seguimento de Gên 11, 10-26, e sim o começo de nova secção (Chaine).

Abraão é Terahita (descendente de Terah). O habitat primitivo dos terahitas foi UR na *Mesopotâmia do Sul.* A situação de Ur foi identificada com a atual *Muqayy*, cujas "escavações (feitas) por Taylor (1849) e Loftus (1850) foram completadas por uma missão anglo-americana (Woolley e Legrain) desde 1922.

Além dos tempos do Deus Lua, NANNAR, e de seu paredro, NIN-GAL (e dos filhos de ambos), o zigurat, os palácios com colunatas, as casas com andares da época de Abraão, notar-se-ão sobretudo os hipogeus reais predinásticos (c. 3400-3100), as riquezas imensas e os ritos fúnebres cruéis" (Init. Bibl). Ela era "metrópole religiosa onde nômades iam vender os produtos de seus rebanhos, comprar os objetos necessários e praticar o culto de Deus Lua." (Chaine) Os Terahitas eram nômades, provavelmente arameus. Eis o esquema genealógico:

MIGRAÇÃO DOS TERAHITAS DA MESOPOTÂMIA DO SUL PARA A MESOPOTÂMIA DO NORTE

"Houve diversas migrações de Ur para Haran. As escavações permitiram fazerem-se a esse respeito importantes averiguações." (Chaine). Quer por intervenção divina (Gên 12, 1-3), que segundo At 7, 2 se teria dado em Ur, quer sem ela, deixada para Haran, porque Terah e Abraão "parecem agir por sua própria iniciativa; mas de fato realizando um designio de Deus, que dará o país (de Canaã) ao grande patriarca e à sua descendência" (Chaine), os Terahitas deixaram Ur da Baixa Caldéia com destino para o país de Canaã. Chegando porém aos arredores de HARAN, na Mesopotâmia do Norte, e "centro caravaneiro importante" (His. Rel. de l' A. T. de Coppens e Irmãs de Voselaar), ali a caravana desses Nômades se fixou. Houve *razões políticas* para a migração, desde que "lutas incessantes pela conquista, possessão, e retomada da antiga cidade do Deus-Lua deram-se durante os anos que precederam ou seguiram o ano 2.000 a. C. Compreende-se pois logo como os ascendentes do patriarca, a fim de evitar as inquietações de tais conflitos, tenham abandonado o torrão natal" (D. B. S.).

VOCAÇÃO DE ABRAÃO. Gên 12, 1-5. "O texto que nos conta a vocação de Abraão e sua ida a Canaã é um dos mais importantes do A. T. para a história religiosa de Israel e da humanidade" (Chaine).

1. *Religião dos Terahitas.* Segundo Jos 24, 2 os Semitas *serviebant diis alienis.* Os Terahitas eram politeistas como os moradores de Ur. Os nomes que tinham isso provam: SARA deve aproximar-se de SHARRATU (Babilônio), que significa *rainha, soberana,* tradução semítica do sumério NINGAL. Labão (o leite) faz pensar na palidez da lua. Terah é nome teofórico (o Deus da lua nova).

2. *Mas Abraão era monoteista,* "seja porque único entre os seus tivesse ficado fiel às tradições antigas, seja porque Deus, por revelações particulares, o tivesse feito renunciar à idolatria familiar. (Renié).

3. *O texto.* "Deus pede que Abraão deixe tudo. Êle manifesta a sua exigência acumulando os termos." (Chaine). A troco faz promessas magníficas: a) será o tronco de grande povo (o povo judaico); dele sairam também os árabes (por Ismael), Madianitas (por Madiã), Idumeus (por Esaú); b) antepassado do Messias, sua posteridade espiritual será ainda maior; c) "E serás abençoado" no TM é: "serás bênção", a saber, fonte de bênçãos para os outros, com nome tão formoso que seja fórmula de bênção.

V. 3 desenvolve essa idéia. *Universae cognationes terrae*: não se restringe só às nações de Canaã; é o universalismo: todas as nações da terra, não excluidos os Camitas, serão abençoadas em razão do Messias (texto messiânico).

TEXTOS RELATIVOS ÀS PROMESSAS. São 5 os que prometem a Abraão e à sua descendência uma bênção singu-

lar, relacionada com a vitória da humanidade sôbre a serpente (Gên 3, 15), e com a bênção de Sem (Gên 9, 25-27). Os 5 têm quase as mesmas palavras, têm o mesmo sentido literal e exigem a mesma interpretação messiânica e teológica. São o texto supra e Gên 18, 17-18; 22, 16-18; 26, 2-5 e 28, 13-14. Os 3 primeiros são para Abraão, o quarto para Isaac, e o quinto para Jacó.

2. *Os benefícios prometidos*: a) inúmera posteridade; b) especial providência sobre essa posteridade de Abraão; c) possessão da terra de Canaã; d) vitória completa sobre os inimigos; e) benção de todas as gentes em Abraão e sua descendência.

3. *Natureza das promessas*. São diretamente bens temporais, ao menos condicionalmente; não só temporais: pois a solenidade das promessas, a natureza dos bens prometidos, que só em sentido sobrenatural podem entender-se de todos os povos e a missão religiosa do povo hebraico com a interpretação de Nosso Senhor e dos Apóstolos as entendem também do Messias e do seu reino. Logo, são bens indiretamente espirituais e sobrenaturais.

4. A DESCENDÊNCIA DE ABRAÃO, EXPRESSA NESSES TEXTOS. Todos os católicos admitem ser o Messias só ou com o seu corpo místico, seja literal seja tipicamente. a) *Interpretação individual*: A DESCENDÊNCIA E SÓ O MESSIAS. Razão: At 3, 25-26; Gal 3, 16: "NON dicit": Et seminibus, quasi in multis; sed quasi in uno: Et semini tuo, qui est Christus." Crítica: Pedro só diz que Cristo trouxe bençãos aos Israelitas, descendentes de Abraão; Paulo considera Cristo e seu corpo místico formando uma unidade espiritual, herdeira das bênçãos de Abraão; b) *Interpretação coletiva*: "Semen" é toda posteridade de Abraão,

incluido especialmente Cristo Jesus. A 1.ª parte baseia-se no contexto próximo; a 2.ª na relação para com o Protoevangelho.

ESCÓLIO: o sentido messiânico demonstra-se *teologicamente* pela Escritura e tradição de modo certo; *apologèticamente,* só de modo obscuro pela excelência da Bênção singular prometida aos pósteros de Abraão.

OS NÔMADES TERAHITAS EM CANAÃ, SIQUEM, PRIMEIRA ETAPA. Gên 12-15. "Abraão deixou tudo. Desde o começo de sua história êle aparece como homem da fé." (Chaine). Cfr. Hebr 11, 8. O caminho das caravanas que êle devia tomar em Haran subia do sul, da Mesopotâmia, de Ur da Caldéia, para o norte, depois atravessava a Síria e levava a Canaã pelas planícies de Damasco e Esdrelon.

1. Estavam os Terahitas em Haran quando morreu o chefe da caravana, Terah. Tinha 205, segundo o TS e os LXX; só 145, segundo o PS; esta lição, a que se referem At 7, 4 é melhor pois Gên 12, 4-5 diz que Abraão tinha 75 anos quando deixou Haran, e como seu pai o gerou com 70 anos, êle partiu no ano da morte de seu pai, o que explica a sua substituição a Terah como chefe da caranava (70 mais 75: 145).

2. E' de Haran que Abraão, o terahita chamado por Deus para ser o *verdadeiro Pai do povo escolhido,* empreendeu sua viagem para a Terra Santa. Essa viagem é, pode-se dizer, o primeiro fato da história israelítica. Com ela começou a grande epopéia, a história das ações e gestas maravilhosas realizadas pelo povo de Israel sob a orientação do mesmo Deus." (H. R. de A. T. de Coppens e Irmãs de Vorselaar).

3. O v. 5 dá a composição da caravana: Abraão, sua esposa Sara, o sobrinho Ló, os servos adquiridos em Haran, os bens todos (rebanhos).

4. Direção da caravana: atravessou Canaã rumo sul *até o carvalho de Moré,* perto de Siquém, e ali ergueu suas tendas. Nota à Vg.: ela traduziu: usque ad convallem illustrem, em lugar de: usque ad quercum Moreh. Siquém no ano 2.000 era cidade fortificada, situada a 400 ms. de altitude e à entrada do vale ladeado pelo Monte Ebal (938 ms) e Garizim (868 ms.), na encruzilhada dos caminhos do norte ao sul do país, e do Jordão ao Mediterrâneo. Daí o nome: Siquém é *nuca* entre 2 grossas espáduas.

5. ESTADO DE CANAÃ À CHEGADA DOS TERAHITAS. A "terra de Canaã" estava habitada por semitas, chamados ora Cananeus, ora também Arameus. Conciliam-se os textos, supondo duas levas sucessivas de semitas chegadas a Canaã: os Cananeus, a seguir os Arameus, instalados desde o começo do ano 3.000 a. C. "Os antigos habitantes do país, não semitas, (Refaim, Zuzim, Emin, Horrim...), subsistiram, em meio aos recém-vindos, misturando-se pouco a pouco com êles." (Chaine). Tais anteriores, cuja história ainda se ignora, deixaram traços de sua passagem: restos de crâneos, mortos incinerados, silex picados. Como houve ademais a invasão dos HITTITAS (ou filhos de Het), povo não semita que tinha seu centro na Ásia Menor, e este se tornou forte, os antigos habitantes do país de Canaã são ainda chamados coletivamente pelo nome de Heteus ou Hittitas. De fato, Abraão chegou a Canaã habitada por populações misturadas e sedentárias, vivendo entre elas como nômade. Ainda hoje perto de Jerusalém acampam os beduinos. Viveu em paz no meio deles, como Isaac e Jacó (Gên 34 e 47 são exce-

ções). Como hoje, nos campos de Moab, as tribos estranhas encontram asilo e proteção, segundo o direito do *qasir*.

6. NOVA APARIÇÃO DE DEUS A ABRAÃO. 1. *Lugares do culto no tempo dos patriarcas e depois ainda.* E' simples cercado a céu aberto tendo no interior uma pedra sobre a qual derramavam libações e sangue de vítimas, ou altar sobre que sacrificavam, com pedras erguidas ao redor, como guardas de honra (H. MASSEBOTH); por vezes uma árvore sagrada, pois em país seco e nu a presença de árvore verde como indica algo de misterioso e benfazejo; elas são raras, participavam da veneração e eram objeto de superstições. O "carvalho do Oráculo" como se traduz o carvalho de Moré relacionava-se com essa adivinhação na época de Abraão. Como os lugares do culto eram geralmente sobre colinas, chamavam-se "lugares altos" (excelsa).

2. O carvalho de Moré vai ter destino mais alto. Aparece alí Deus e indica a Abraão que essa é a terra destinada aos seus descendentes. Êsse lugar foi comprado por Jacó, que erigiu alí um altar, fundou o santuário, e de volta da casa de Labão enterrou os objetos idolátricos da sua caravana (Gên 33, 19-20; 25, 3-4); mais tarde Josué erigiu sob a árvore uma lápide em memória da Aliança e ali são enterrados os ossos de José. (Jos 24, 26. 27. 32).

7. BETEL, SEGUNDA ETAPA. (Gên 12, 6-8). Ali mais ao sul, sempre nas montanhas, numa posição entre Luz (LUZA), cidade que existia no séc XXI A. C. (hoje Beitin) e aí, Abraão erigiu um altar ao verdadeiro Deus, um santuário, "casa de Deus" ou Betel; o nome do edifício passou ao da cidade: daí a mudança de Luz para Betel. Betel ficou mais célebre do que Siquém, porque tornado centro religioso de Israel, reino do norte.

8. ABRAÃO NO NEGEB. (Gên 12, 9). Abraão desarmou novamente sua tenda e dirigiu-se para o Negeb, que "se estende de Gaza e de Berşabee ao sul de Hebron até Cades; é um deserto de montanhas nuas, áridas, descendo a pique por vezes 1.000 ms. sobre planuras cascalhentas, semeadas de silex e de torrentes secas". (Chaine). Daí o nome de *Negeb*, o *seco*. Parece desabitado, mas beduinos aí moram hoje; tufos de erva brotam no tempo das águas.

ABRAÃO NO EGITO. (Gên 12, 10-20) 1. *Razão da viagem*: a fome do Negeb, provinda da seca. De fato, quando a estação das águas é má, ou porque as chuvas não são abundantes, ou porque chegam tarde, o trigo ora não brota ora não chega a amadurecer. Os nômades desciam então ao Egito, passando o istmo, e deixando o rebanho a pascer a este do Delta. Um pintor representou sobre as paredes do túmulo de Knumhotep, em Beni-Hassan, uma turma de Semitas, com sacos e asnos, para a provisão de trigo, fato que se deu no ano VI de Sesostre II (1.900 A. C.). Mas a identificação dessa turma com a de Abraão não se prova, sendo aliás rejeitavel, se se adotar a cronologia "baixa" (que vai no fim deste estudo).

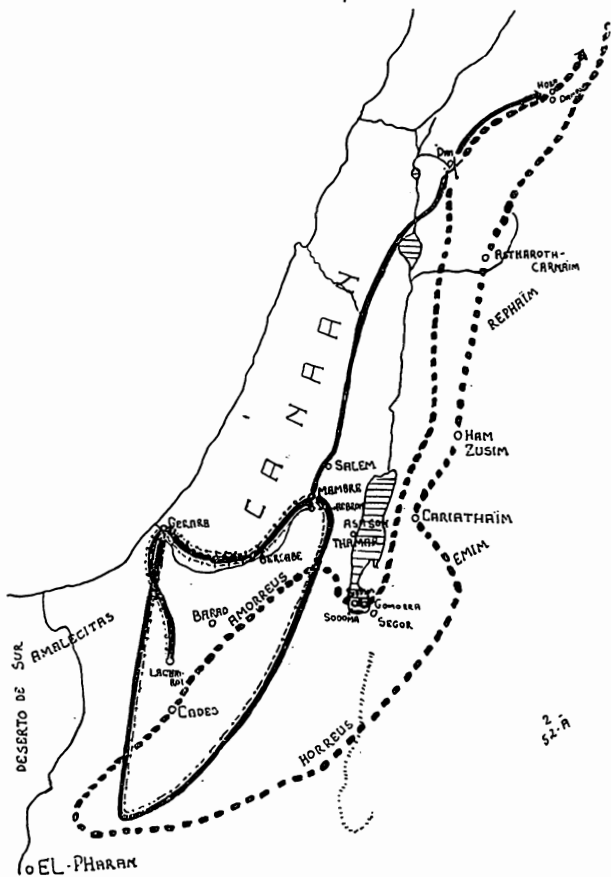
2. As enchentes periódicas do Nilo asseguram a fertilidade ao país, se embora nem sempre (tempo das vacas magras). Daí ser o Egito o celeiro do mundo antigo.

3. INCIDENTE COM ABRAÃO NO EGITO. a) A previsão de Abraão baseava-se nos costumes faceis dos príncipes orientais, "que se arrogavam o direito de introduzir no seu harém todas as mulheres que lhes agradassem, fazendo desaparecer, caso necessário, o molesto marido." (Renié); b) Abraão usou de artimanha, dando-se como irmão de Sara (13); c) Deu-se o acidente previsto, pois (15) os oficiais de

FARAÓ levaram Sara para o harém real, enquanto que Abraão é cumulado de presentes; d) Mas Deus puniu Faraó com castigos não indicados a fim de levá-lo a dúvidas e trazê-lo à verdade. Conhecida esta, restituiu a Abraão sua esposa, e fe-los conduzir até a fronteira.

e) *Moralidade do ato de Abraão.* 1.ª sentença: êle mentiu. "A teologia do passo é tão primitiva como as idéias sociais. A honra da esposa vale menos que a vida do marido; o homem dispõe de sua esposa e entrega-a ao adultério. Mais adiante veremos a Ló oferecendo suas filhas (19, 8); no livro dos Juizes, conta-se que um levita prostituiu sua concubina (19, 25). Essa atitude corresponde a uma idéia conservada no antigo (testamento) código do Êx (20, 17), segundo o qual o homem é dono de sua esposa como de sua casa, de seu boi ou de seu asno. Deus é grande, porque é senhor até do Egito; mas é acomodador com Abraão, seu protegido, que tira bom proveito no negócio. A mentira não foi punida... O redator javista sabe que Abraão agiu mal e que Faraó tem razão, mas relata uma tradição que remonta a época muito antiga quando a moral não era exigente". (Chaine).

2.ª sentença: Abraão não mentiu; êle contou parte da verdade, pois era irmão de Sara por parte de pai; nada disse de ser também esposo; escolheu o menor mal: só o adultério possivel de Sara, em lugar do maior: isso mais a sua morte, sempre com confiança em Deus de que o adultério não se desse (Agost.). E' a melhor. Sara, 9 anos mais nova do que Abraão, tinha pois 66 anos antes de sair de Haran, não podia ter beleza tal que suscitasse o ciume de Faraó. Resp. "Mas se se notar que o mesmo fenômeno reaparece mais tarde nos episódios de Abimelec com Abraão (Gên 20) e de

CANAÃ
DAN
ASTHAROTH-CARNAÏM
REPHAÏM
HAM ZUSIM
SALEM
MAMBRE
ASASON
THAMAR
CARIATHAÏM
EMIM
GERARA
BERSABE
GOMORRA
SODOMA
SEGOR
AMORREUS
BARAD
AMALECITAS
DESERTO DE SUR
CADES
HORREUS
EL-PHARAN

CANAÃ.

novo com Isaac (26, 7-11); e, ademais, que êle está ligado intimamente, não tanto com a longevidade dos patriarcas, quanto com a maternidade nonagenária de Sara, e mais geralmente com a fecundidade centenária dos patriarcas: aparecerá claro que a Bíblia entende explìcitamente apresentar esse grupo de fenômenos como efeito de um privilégio, reservado aos progenitores do povo de Deus, justamente porque tais." (Ricciotti, Storia d'Israele, t. I, pág. 144).

SEPARAÇÃO DE ABRAÃO E DE LOT. Gên 13

1. Abraão e Lot, de volta para Canaã tornaram-se extremamente ricos. Para breve não havia mais *espaço vital* para os rebanhos de ambos (6). Querelas surgiram entre os pastores de um e de outro (7), e só estas parecem ter sido a causa da separação dos dois. Querelas de pastores, sobretudo perto de poços e nascentes, são incidentes normais; acresce que havia mais gente: cananeus e Perzzim (povo não semítico), a ocupar também a terra.

2. "Abraão tem caráter generoso e pacífico". (Chaine) Tornando aquelas querelas difícil a convivência de ambos, pela separação oferecendo a Lot a escolha das terras. Betel assistiu a esse ato de desinteresse, até onde chegaram êles, vindos do Egito; de lá se viu uma nesga do Mar Morto e do vale do Jordão.

3. Lot viu e escolheu o KIKKAR DO JORDÃO (o círculo, a roda do Jordão): a barca o vale do Jordão inferior, o oasis de Jericó e os arredores do Mar Morto até Sôar (Segor) ao Sul.

4. O estado de KIKKAR então vem no v. 10: "estava irrigado e fecundo como o Egito, como era antes do castigo

de Sodoma e Gomorra. (A carta de Má daba, do sec. V., representa Sôar em meio a um palmeiral).

5. Partindo Lot, ficou Abraão na região montanhosa, como o grande nômade, quando Deus lhe apareceu e encorajou-o, prometendo a) dar o país todo, cuja grandeza lhe mostrou (em Siquém prometera-lhe só a região onde estava); b) ao pó da região compara a inúmera posteridade de que será pai. (14-17).

6. Pode ser que Lot, cansado da vida nômade, escolheu o KIKKAR a fim de passar a vida sedentária numa das suas cidades.

7. Abraão transporta suas tendas para o Carvalho de Mambre, que será a sua residência habitual, exceção I viagem ao Negeb (Gên 20), lugar onde lhe aparece Deus para precisar a promessa e fazer a aliança, nasce Isaac, este e Jacó fazem suas estadias. Assim Chaine, que diz: "Mais que qualquer outro lugar da Terra Santa, Mambre é o centro da história patriarcal".

8. Localização do Carvalho de Mambra. Não é KHIRBET-SIBTA A NOROESTE DE HEBRON, como rejeitam todos. Nem KHIRBET-NINRA, 1 km. ao norte de Hebron, apesar de vestígios arqueológicos e da equivalência toponímica Mambre-Ninra. E sim RAMET-EL-KHALIL, "a altura do Amigo" (e Amigo aqui está por *Amigo de Deus*, que é apelido de Abraão), cuja identificação com Mambre se tornou evidente após as escavações dos alemães de 1926-1927, que está a 6 kms. de Hebron. "E' nessa pequena nesga de território que, séculos mais tarde, ia começar a monarquia davídica". (Renié).

VITÓRIA DE ABRAÃO SOBRE A CONFEDERAÇÃO ORIENTAL; Gên 14, 1-16).

1. *Guerra entre os reis da Pentápole e a confederação oriental* (1-4) Os reis de Sodoma, Gomorra, Seboim, Adamah e Bola-Sôar as 5 cidades que formavam a Pentápole-tributários de Kedhor-la'omer, rei de Elam durante 12 anos, rebelaram-se no 13.º, negando provavelmente o tributo de vassalagem.

2. *Invasão da Síria, Transjordânia e Pentápole* (5-7). Aliou-se Kedhor-la'omer a Amraphal, rei de Shin'ar, Aryokh, rei de Ellassar e Tidhal, rei de Goim. Do Eufrates eles descem a Damasco. (5-7). Ou porque ensejaram aumentar o seu domínio (segundo a inscrição de Assurbanípal, o rei de Elam era dono de Canaã desde o ano 2.250 a. C.), ou melhor, porque a rebelião foi mancha de óleo que se alargou além-Jordão, os confederados atacaram outros rebeldes, não nomeados na coligação pentapolitana. Entram em Carnaim, que está no país de Basan, ao norte do rio Yaboq, e em Qiriathaim no país de Moab; esta é região de dolmens, habitada outrora por gigantes: Rephaim, Zuzim, Emim. Descem depois para o país de Seir, e batem os Horitas (Haru nas inscrições egípcias), (Seir é depois o país de Edom), até Pharan, além de Cades, da banda do Egito. Batem os Amalecitas no Negeb, cuja cidade, Cades, ou "*sagrada*", diz que era centro de superstição, onde a *fonte do julgamento*" (fonte de Misphat) parece indicar o julgamento pela água (ordália). Derrotam ainda os Amorreus em Tamar, cidade depois fortificada por Salomão, que está no caminho para Sodoma.

3. *Batalha entre os blocos pentapolitano e oriental com suas consequências.* (8-12). Travou-se a batalha no vale Sid-

dim (Silvestre, na Vg.) que o autor confunde com o local do Mar de Sal (3); de fato o Mar Morto é bem mais antigo, mas a parte sul dele é recente, e assim suas ondas cobriram o vale Siddim (ainda hoje cobre sempre mais a região sul). O vale mostrava, após terremotos, asfalto ou betume, que subia pelas fissuras do terreno até a superfície, e era explorado para uso à guisa de cimento, e levado pelos nabateus ao Egito para uso no embalsamamento. Os reis da Pentápole foram derrotados: dois deles (de Sodoma e Gomorra) ao fugirem cairam nessas fissuras (poços), os demais homisiaram-se num monte próximo. Os vencedores pilharam a região e levaram ricos despojos. Lot foi preso e levado; seus bens, tomados.

4. *Vitória de Abraão sobre o bloco oriental.* (13-16). Avisado por um fugitivo acerca da sorte de Lot, Abraão reuniu 318 dentre os empregados mais bravos, aliou-se aos três cheiks Aner, Mambre e Escol, e usando da tática dos beduinos perseguiu pacientemente os inimigos até Dan; ali fez um ataque noturno, provavelmente à retaguarda dos orientais, impedida na marcha pelos despojos, acossou-os até Hoba, e apoderou-se dos despojos todos (com os bens de Lot), libertando este e outros cativos.

5. *Importância cronológica do relato* (cfr. Cronologia do A. T.). Os que fazem de Abraão contemporâneo de Hamurabi, procedem deste modo: Amraphel é Hamurabi; Shinar é Sumer ou Shanjar, i. e., Babilônia; outras identificações são menos fundadas: Kedhor-la'omer é pronúncia hebraica de KUDUR, servo, que aparece em muitos nomes elamíticos, e *La'omer*, da deusa elamita *Lagamar*: "servo de Lagamar"; Ary okh de El-lasar seria Rim-Sim, escrito também Rim-Aku e Riw-aku, rei de Larsa; Tidhal, rei de Goim, seria Tudhalias I, rei dos Hititas ao tempo de Hamurabi. "Desgraçadamente

não há acordo pleno quanto à datação do reinado de Hamurabi: uns fazem-no reinar no comêço do séc. XXI (2123-2081), outros, na segunda metade do séc. XX (1947-1905)" (Renié). E agora os textos de Mari e a grande lista real de Khorsabad nos obrigam a fixar no comêço do séc. XVII (1728-1686). Parece conseguintemente certo que Abraão não foi contemporâneo de Hamurabi, tendo vivido lá por 1850 a. C. E as identificações supra forçadas, nasceram de aproximações que nada provam.

ABRAÃO E MELQUISEDEC. (17-18).

1. Voltando da vitória, ao encontro de Abraão aparece o rei de Sodoma (que saira do poço; ou si morto, o seu sucessor) e nova pessoa, Melquisedec, no vale Save, que é o *vale do Rei.*

2 Sam 18, 18 fala da lápide que em sua memória Absalão mandou erigir no vale do Rei. Devia ser perto de Jerusalém para obtenção do fim. Identificado com êsse, o vale Save devia estar perto da Cidade Santa, sendo provavelmente parte do vale Cedron, continuando o jardim do rei, o "jardim fechado" ou "hortus conclusus" tão conhecido.

2. *Ato de Melquisedec.* O nome dele significa "o meu rei é justo" (literalmente é justiça) , paralelo ao nome de seu sucessor lá, Adonisedec, "o meu senhor é justo", onde Sedec é nome de uma divindade, atestada por Fenícios e Sabeus. Donde melhor se diria "Sedec é meu rei (senhor)." Êle era rei de Salém. Uns pensam que Salém é Salim sobre o Jordão (Jo 3, 23). Mas essa identificação é tardia, da época cristã, e não é garantida. Outros, que é Jerusalém. De fato, Jerusalém sempre foi chamada URUSALIM, em hebreu

Yerushalem; mas a tradição judaica desde cedo identificou Salém com ela, havendo dois nomes para a mesma cidade. Assim o Sl 109 faz de Melquisedec, rei de Sião, a "cidade Davi", que é Jerusalém; Sl 76, 3 nomeia como sinônimo Salém e Sião. Salém parece ser o final do nome Jerusalém. Usavam pronunciar só a final, porque passivel de significado simbólico, vindo de SHELEM, o sacrifício pacífico da liturgia, cuja assonância lhe dava o sentido de "A PAZ".

3. Ele, sendo sacerdote de EL ELYON, ou Deus Altíssimo, ofereceu pão e vinho. Uma primeira sentença nisso vê oferta sacrificial.

Na verdade, de sacerdote é antes de tudo sacrificar, não abençoar. E' o que se nota pelo contexto. Uma segunda diz que é oferta não sacrifical, crendo que Melquisedec só ofereceu pão e vinho às tropas famintas de Abraão. Pois Hebr 7, 3 que insiste sobre o carater típico de Melquisedec não fala do pão e do vinho. A relação entre o sacerdócio de Melquisedec e este fato, tomado como sacrifício e símbolo da Eucaristia, aparece primeiro com S. Cipriano, e depois em Clemente Alexandrino, como exegese alegórica." "E' óbvio que esses dons Melquisedec os tenha antes oferecido ao Altíssimo" diz La Sacra Bíbbia, I, 90. Logo, a primeira sentença é melhor.

Tipologia. Melquisedec e Jesus. (Hebr 7). Ambos são reis e pontífices. Melquisedec é "príncipe da justiça" e reina sobre "A Paz" ou Jerusalém; ora, a justiça e a paz são notas características do reino messiânico (Sl 71, 3. 7). "O silêncio que a Escritura guarda sobre Melquisedec é ainda mais significativo. Aparece "sem pai", "sem mãe", figurando maravilhosamente Jesus que, na sua concepção humana, não tem pai, nem mãe na sua geração eterna. Êle é

"sem genealogia", representando ainda maravilhosamente o Salvador, cujo sacerdócio não se prendia ao de Aarão (Sl 109, 4). O autor ademais nada fala sobre o nascimento ou a morte dessa personagem misteriosa (Hebr 7, 3), como para marcar a *perpetuidade do sacerdócio de Cristo* (Renié).

4. *Atos do rei de Sodoma.* Reavendo os seus bens, tomados por Abraão êle os oferece ao aliado, exceto as pessoas libertadas. "Da mihi animas..." o animas está aí como em português: "cidade de 20.000 almas"; não tem o sentido cristão de almas. Generosamente recusou Abraão tudo; mas pediu que os 3 cheiks obtivessem suas partes (14 fim).

RENOVAÇÃO DA ALIANÇA. Gên 15.

1. A *aliança* marca nova etapa na vida de Abraão. Foi depois da vitória, numa aparição de Deus. Deus renova as promessas: Seria a sua recompensa (o seu escudo) (4-5). Abraão, inquieto pelo seu futuro, sem filho para ser o tronco da posteridade prometida e herdeiro dos bens, que escravos receberiam, interroga Deus, que o tranquiliza, prometendo-lhe um filho; e, novamente, sob linguagem figurada, anuncia posteridade inumeravel (6). Abraão fez novo ato de fé, adesão de mente e de coração à palavra divina provinda das boas disposições de sua alma, i. é., da sua justiça ou santidade. Deus o considera pois justo, santo, e isto porque êle o é. S. Paulo parte desse versículo para a sua teologia sobre a justificação pela fé. Mas a justiça é mais alta que a de Abraão.

2. *Formalidade da Aliança.* Foram feitas todas, à moda antiga. Por ocasião da aliança faziam-se sacrifícios ou ao menos imolações de animais; cortavam-se depois estes em pedaços e depositavam-se em 2 linhas paralelas. Os contra-

tantes passavam entre elas, imprecando contra si a sorte dos animais, no caso de faltarem à palavra.

3. Foi então profetizada a estadia dos pósteros de Abraão no Egito e a volta deles, depois de 400 anos, para a conquista de Canaã (13-14. 16).

NASCIMENTO DE ISMAEL. Gên 16. 1. (1-4) Sarai não tinha a fé profunda de Abraão; sendo estéril, ofereceu ao marido como concubina, a esposa de 2.ª categoria, a própria serva Agar, egípcia, quiçá doada pelo Faraó a Abraão. Agar estava sujeita ao direito vigente entre os Terahitas, que era o babilônio. Ora, o código de Hamurabi, art. 144-147, trata do caso de esposa estéril, que por isso entrega a própria serva ao marido: caso a serva seja também estéril, permita que seja vendida (§ 147); se der à luz, e ensoberbecer-se, por causa do filho não poderá ser vendida, e sim retornar à condição de serva. Pelo privilégio que tinha, Abraão é fecundo com 86 anos e Agar ficou grávida. Orgulhou-se disso chegando a desprezar Sarai. 2. (5-14) Não podendo ser nem vendida nem expulsa, Sarai fê-la de novo escrava. Agar, humilhada, fugiu para o deserto; advertida porém por um anjo, (ou pelo mesmo Deus: cfr. Gên 16, 7s. e 16, 13), voltou para casa dos patrões e deu à luz Ismael (15-16). Mau grado as humilhações que sofria, Agar continuou a mortificar a patroa, que pediu a Abraão a expulsão da rival e do filho. Estando pelo código vigente, Abraão recusou formalmente. Foi de mister uma intervenção divina para que o fizesse mais tarde (21, 8-21).

CONFIRMAÇÃO DA ALIANÇA. (Gên 17, 1).

1. Com 99 anos teve outra *teofania*; confirmadas todas as promessas, acrescentou-se que o herdeiro delas não seria

Ismael, e sim um filho de Sarai (4-8. 16); que a aliança, ainda precisa, seria *eterna* (4-7); que Yahweh seria de modo especial o Deus de Abraão e de seus descendentes (7); que a Palestina seria o território deles; que a mudança de nome de Abrão para Abraão, de Sarai para Sara indicava que seria pai de nações numerosas (4-6).

2. *A mudança de nome* (5 e 15). ABHRAM é contração da forma babilônica (assíria) ABI-RAMU e parece dizer: "O Pai foi exaltado", onde *Pai* quiçá é título de divindade (deus-lua?). Mudou-se para ABHRAHAM, que quer dizer "Pai-de-quantidade-de-povos", não por motivo etimológico, e sim pela mera assonância das palavras. Etimologicamente A-ba-ra-mu é "Ha-Pai-amado". Mudou-se também o nome da esposa, de *Sarai* (onde o i não é sufixo da primeira pessoa mas terminação aramaica; logo não significa "minha princeza "em hebreu"), forma antiga (babilônio *Sa-ra-a-a*), para *Sara,* forma recente (babilônio Sharratu), uma e outra significando "princeza". 3. Sinal sensivel da aliança seria a circuncisão (9-14).

A CIRCUNCISÃO

1. *Natureza e formas.* E' sempre rito pelo derramamento de sangue humano. Mais comum é a Circuncisão masculina (Ablatio praeputii); mas existe a Circuncisão feminina (Ablatio clitoridis). Fazia-se ou logo antes do casamento, ou na puberdade, ou na infância.

2. *Extensão.* Não é rito só dos hebreus; pois o epíteto de "incircuncisos" que eles davam aos Filisteus supõe que outros vizinhos eram circuncidados (Driver). Nem sequer é rito só dos Semitas (Árabes, que já o praticavam antes de

Maomé, Edomitas, Moabitas, Amonitas...), pois outras raças também o possuem hoje (1/7 da humanidade: muitas tribos da África com certos grupos cristãos, povos da Austrália, Polinésia, América...), e dele usaram antigamente, segundo documentos deixados, os Egípcios, Fenícios...

3. *Significação.* A enorme difusão do rito faz pensar que em muitos casos a sua origem fosse independente, e não se possa explicar com uma razão única. Motivo de higiene, que Heródoto dá para a Circuncisão no Egito, de favorecimento da fecundidade e do ato sexual, de participação pelo rito à vida tribal como apto para o casamento, etc., provavelmente cedeu ao religioso, e a Circuncisão passou a ser rito sagrado, (alguma vez a cerimônia meramente civil). Qualquer que seja o significado primitivo da Circuncisão e sua evolução, entre os Hebreus era rito nacionalístico religioso, simbolizando a consagração da pessoa ao serviço de Deus (17, 10, 14. 23-27; 21, 4). Praticava-se só nos meninos ao 8.º dia do nascimento quando depois se fixou o tempo; os prosélitos também eram circuncidados. Infiltrou-se o formalismo: o rito foi tido como fonte de virtudes infaliveis; a Tora (Lev 26, 41-42; Dt 10, 16; 30, 6) e os Profetas insistem sobre as disposições morais ("Circuncisão das orelhas", "Circuncisão do coração") que o rito material requer. Abraão, terahita, não era circuncidado, (nenhum documento assírio-babilônio existe sobre o rito); nem conheceu o rito em Canaã (pois os Cananeus não o possuiam); mas no Egito chegou a conhece-lo e depois o aceitou como sinal da sua aliança com Yahweh (17, 14). 4. Segundo Agostinho e Tomás era *verdadeiro sacramento* que perdoava o pecado original, em razão da fé dos pais no futuro Messias. Já S. Paulo fazia da Circuncisão o *tipo do Batismo* (Col 2, 11-12). 5. Prescrevendo a Circuncisão Deus lhe daria, mau grado os noventa anos

que ele tinha, o filho ardentemente desejado (15-21). Abraão realizou a Circuncisão sobre si e sobre todos os homens que estavam com êle.

A DESTRUIÇÃO DA PENTÁPOLE. Gên 18-19.

1. *Nova teofania.* (18, 1-15) A Abraão em Mambre eis que apareceram 3 homens: Deus e dois anjos; recebidos bem, graças à hospitalidade, que é sagrada para os orientais, Deus anunciou o nascimento de Isaac para dentro de um ano. Sara, ouvindo isso, riu-se incrédula, porque era velha (e estava na menopausa), e velho era o marido. "Riu-se" é em hebreu *Yishhaq.* No masculino Isaac. (16-33) Como o amigo e confidente, Deus lhe anuncia a destruição da Pentápole. "Por uma série de intercessões tocantes, que fazem brilhar o *poder incomparavel da oração,* Abraão obteve que Êle perdoasse a Sodoma, caso lá existissem só 10 justos (16-33). Mas a perversão daquelas cidades chegara ao cúmulo. Os mensageiros divinos puderam averiguá-la pessoalmente. Lot, sua mulher e seus dois filhos não deviam ser englobados no castigo." (Renié). 2. *O cataclisma* (19, 1-29). Lot tardou a sair da cidade. Sua mulher, triste pelo passado que abandonava e talvez também tomada de curiosidade malsã, desobedeceu formalmente à ordem recebida e olhou para trás (cfr. Lc 17, 32). Foi castigada: "Ficou sufocada e recoberta pelas exalações salinas do cataclisma". (Ricciotti); sofreu "metamorfose" diz Chaine, e a coluna de sal aparece depois em Sab 10, 7; Josefo (Antig. Jud. I, 2, 4).

3. *A situação da Pentápole.* Estes a situam ao sul do Mar Morto, que no tempo de Lot ia só até a península de El-Lisan, a qual anteriormente estava ligada à margem ociden-

tal; depois do cataclisma, ela foi recoberta pelas águas do mar que ultrapassaram aquela península.

ISMAEL E ISAAC. (Gên. 20-21).

1. *Novo rapto de Sara* (20). Durante uma estadia em Gerara, atualmente Tell-Djemmeh, no Negeb, Sara foi raptada pelo rei da cidade, Abimelec ("meu Pai é rei"), como o fora pelo Faraó. São dois fatos que se deram em situações idênticas, provindos da mesma depravação moral daqueles povos.

2. *Nascimento de Isaac e expulsão de Agar e Ismael* (21). "O nascimento de Isaac veio finalmente recompensar a fé inabalavel de Abraão." (Renié); foi no tempo predito por Deus, quando o patriarca tinha 100 anos (e Sara 91). Foi imposto o nome de Isaac, em hebreu ISHHAQ, porque Sara riu. No dia da ablactação "quando Isaac tinha seus 3 anos conforme 2 Mac 7, 27, e era dia de festa, Abraão deu grande banquete. Aparece "o fruto amargo da poligamia": Sara já enciumada ficou ressentida com Agar também porque Ismael caçoava de Isaac ("ria zombeteiramente, quiçá motejando do nome de Isaac deste modo: "O' Riso!" Ademais porque Ismael era querido de Abraão (cfr. 21, 11). Pediu a expulsão da serva (não pronuncia o nome de Agar) e do filho, para que este não partilhasse um dia da herança paterna, segundo o código de Hamurabi, art. 170. Abraão cedeu a contragosto, desde que Deus lhe ordenou atendesse ao pedido da esposa, e confirmou as promessas relativas a Ismael, cujo nome significando "Deus escutou" assim se realizava (12-13; cfr. 17, 20). (14-21) "Abraão era bom. Êle tem preveniências tocantes para com a mãe e o filho" (Chaine), fornecendo-lhes a matalotagem para a nova vida. O Se-

nhor livra da morte os dois que erravam no deserto de Bersabee. (1)

3. *Tipologia do fato*: Gál 4, 22-31. Agar e Ismael figuram a Sinagoga e os Judeus, Sara e Isaac, a Igreja e os cristãos. Agar é escrava; os Judeus estão escravizados à Lei sem a libertação do pecado. Sara é livre de condição; os cristãos são livres de pecado e da lei mosaica (quanto à parte cerimonial e legal). Por fim as perseguições (que isso chegavam a ser os caçôos de Ismael a Isaac simbolizavam as dos judaizantes aos cristãos.

ALIANÇA COM ABIMELEC. 21, 22-34. Foi estipulada em Bersabéia. Depois há silêncio sobre longos anos (25, segundo Flavio Josefo em Antig. Jud. I, 13, 2) da vida de Abraão, que habitava em Bersabéia.

SACRIFÍCIO DE ISAAC. (Gên 22).

1. Lá Deus submeteu ("tentou", v. 1) a obediência de Abraão a rude prova: ordenou-lhe que sacrificasse em holocausto a Isaac, o filho das promessas, na terra de Moriá 3 dias de viagem ao norte que é lugar incerto hoje. 1) Não é certa a identificação desta "terra de Moriá" com Moriá de 2 Par 3, 1 onde depois Salomão edificou o Templo. Aliás é dúbia até a forma do nome, que a versão Peshitta traduziu por "terra dos Amorreus, e outras, por nome comum "terra da visão". 2) Apesar da contradição aparente, a ordem dada e a realização das promessas, obedeceu sem opor ao mandado divino a proibição de sacrifícios humanos. Pôs-se de marcha. S. Paulo dirá que o dogma da ressurreição robustecia a sua fé intrépida e acalmava suas angústias (Hebr 11, 17-19). "Deus se contentou com essas admiráveis disposições". (Renié). Êle próprio providenciou a vítima de substituição (10-

13) e renovou as promessas com termos magníficos (15-18), quando lhe revelou mais claramente o advento do Messias (Jo 8, 56).

2. *Moralidade do episódio.* a) Deus é o senhor absoluto da vida e da morte; pode pois prescrever a morte de justos e injustos; donde segue que, obedecendo, Abraão não seria homicida, antes seria merecedor de prêmio; b) mas de fato Deus não queria a morte de Isaac, e sim uma prova das boas disposições de Abraão; tendo-a, intervem miraculosamente, mostrando que não lhe agradam os sacrifícios humanos, da sua fé, dando-lhe ordem contrária à promessa de numerosa descendência, e sua obediência e amor a Deus, sacrificando-lhe o ente mais querido. Com a proibição do sacrifício de Isaac tambem queria Yahweh cortar pela raiz com os sacrifícios humanos em uso entre os Cananeus (cfr. La Sacra Bibia, I, 104). Sem razão é que os racionalistas negam a Moisés a autoria do trecho; e fazem do relato fábula semelhante à grega de Ifigênia em Aulide... A narração, que não descreve a comoção do patriarca e Hebr 11 refutam-nos suficientemente.

3. *Tipologia do fato.* Isaac carrega a lenha para o sacrifício, consente livremente em morrer, mas apesar disso é estendido e amarrado sobre a lenha pelo pai que nele punha todo o seu amor, como se morrera pela força tão só, é obediente sempre e triunfa da morte; Jesus carregou a cruz, deu a vida com soberana liberdade, mas foi cravado na cruz, ofereceu-se como vítima ao Pai que nele punha todas as suas complacências, obedecendo até a Morte de Cruz e vencendo a morte pela Ressurreição.

Dizem alguns rabinos: a morte de Isaac foi redentora. Resposta: não, mas essa idéia facilitou a difusão e doutrina de S. Paulo sobre o carater redentor do sacrifício de Cristo.

ÚLTIMOS ACONTECIMENTOS DA VIDA DE ABRAÃO (22, 20-25, 11).

1. Passam-se 50 anos entre o sacrifício de Isaac e a morte de Abraão. Poucos detalhes desse espaço na Bíblia. Ei-los. De volta para Bersabéia recebeu notícias sobre a família de seu irmão Nacor (22, 20-24). Morre Sara com 127 anos. Abraão compra para sepultamento dela e dos outros de sua família a caverna de Macpelah que pertencia aos Hititas. (23, 1-20). Conhecendo a depravação dos Cananeus providencia o casamento de Isaac com Rebeca, sua sobrinha-neta, cuja narração no cap. 24 é fresca e bem conhecida. Morre Abraão e é sepultado ao lado de Sara, na caverna Macpelah (25, 1-11). Esse homem de fé heroica é o protótipo dos fiéis, i. é., dos cristãos (Hebr 9; Rom 4).

ISAAC E SEUS FILHOS, ESAÚ E JACÓ.

DESCENDÊNCIA DE ISMAEL (25, 12-17). Restringindo sempre a narração aos herdeiros das promessas messiânicas Moisés dá antes um resumo da história de Ismael e filhos. Os Ismaelitas todos moravam a este e ao sul de Canaã, desde Havilah na Arábia até Sur, a muralha que defendia o Egito contra os nômades.

NASCIMENTO DE ESAÚ E JACÓ. Isaac é figura quase apagada entre o pai e Jacó. 1. (25, 19-26) Como a sogra, Rebeca era também estéril.

Isaac obteve pela prece (21) a cessação dessa provação, e depois de 20 anos de casamento Rebeca concebeu dois gêmeos cheios de contrastes (22). Já antes do nascimento

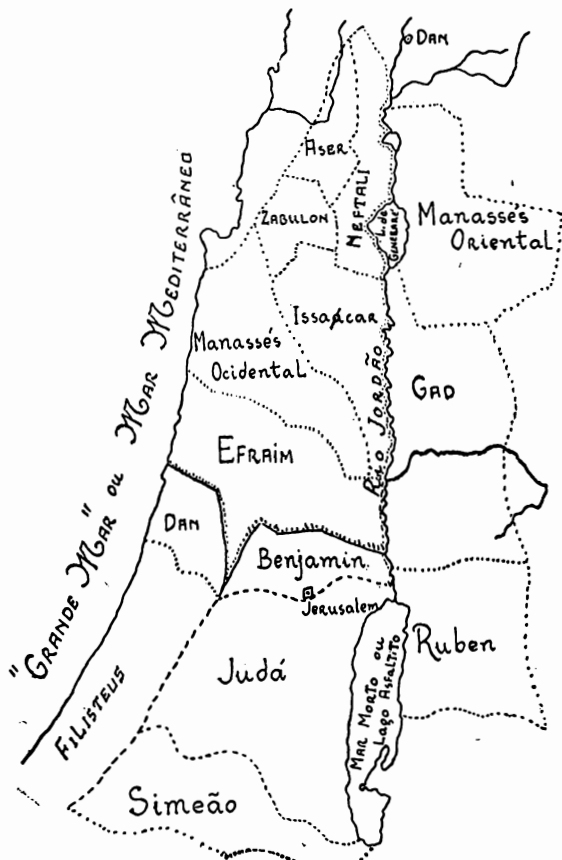
estavam em rixa. Do que Rebeca se sentia desolada. Ela soube por revelação que os dois seriam os troncos de 2 nações rivais e que a maior estaria sujeita à menor (23); logo que Jacó, o mais jovem, seria o herdeiro das promessas por escolha livre e gratuita de Deus, sem que tivesse o escolhido méritos para isso. Nascidos, chamou-se o primeiro Esaú, que significa "peludo", "hirsuto", "veloso" e Edom, ou "vermelho, roxo" em razão dos pelos vermelhos do seu corpo; *Edom* tem outra explicação em 25, 30 e o segundo Jacó, o "suplantador", porque segurava com a mão o talão do mais velho, como querendo nascer antes (26). Trata-se de etimologia popular, fazendo de Jacó um nome derivado da raiz verbal que significa "suplantar". Parece que de fato é nome teofórico, Yaqobel ou "Que Deus protege", cujo final caiu depois.

DIFICULDADES ENTRE OS DOIS IRMÃOS (25, 27-28, 9). Foram aumentando elas com a diferença de carater: Esaú era violento, intempestivo, amante de caçadas; Jacó, pacífico, calmo, amante da tenda paterna; aquele era o predileto de Isaac, tambem amante de caçadas; este, de Rebeca. (27-28).

1. *Venda do direito de primogenitura* (25, 27-34): 27-28: Os dois irmãos têm diversidade de vida e de carater: Esaú é irrefletido e impulsivo; Jacó, beduino calculador, tira partido dos fatos para atingir seus fins. 29-34: a venda do prato de lentilhas a Esaú pelo direito de primogenitura explica o nome deste. Vindo ele morto de fome do campo, pediu ao irmão "esse vermelho, esse vermelho aí" (âdom), *Edom*, como em 25, 25, foi assim chamado porque nasceu "vermelho" (addmôni), aqui pede essa "comida" vermelha (adom): jogo de palavras. O direito de primogenitura conferia as prer-

rogativas de chefe de família, (como as de cheik), jus a dupla porção de herança (Dt 21; 15-17), e talvez mais do que isso anteriormente, e, segundo alguns, o exercício do sacerdócio familiar. *Moralidade* deste e outros passos: o hagiógrafo narra sem aprovar nem censurar, deixando a crítica ao leitor. Crítica deste passo: Jacó aparece ambicioso e espertalhão: Deus se serve das faltas humanas para obter seus fins.

ISAAC EM GERARA E ALIANÇA COM ABIMELEC (26, 1-11). Postos de lado um instante os dois gêmeos, o autor narra esses dois únicos fatos da vida de Isaac. O primeiro deveu-se à fome. Isaac foi morar em Gerara, onde reinava Abimelec. Repetiu-se em menor escala o rapto de Sara. Julgue-se conforme o que foi dito antes. Isaac diz que Rebeca é sua irmã. De fato, era sua prima, e os termos irmãos, irmãs, elásticos, abarcam no hebreu os parentes próximos. Não houve castigo; mas Abimelec surpreendeu Isaac e Rebeca em certas intimidades e garantiu publicamente a condição desta. O relato tende a dizer que Yahweh renovou ao patriarca as promessas anteriores (26, 2-5. 24). Eis o segundo: (26, 12-25); Os terahitas já alternam vida nomádica com agricultura (12). Isaac, suplantado o primogênito, começa a enriquecer-se, sinal das bençãos divinas (13). A prosperidade gerou o ciume (14-15), e Abimelec expulsou Isaac, o qual no vale de Gerara em movimento para Bersabeia, cavou 3 poços: *Eseq* (contestação), *Sitnâh* (acusação) e *Rehobôth* (grandes lugares). Chegado a Bersabéia teve nova teofania e a renovação das promessas; onde seu pai plantara o tamarindo (21, 33) erigiu um altar. Só os grandes cheiks sabem descobrir água para abertura de poços. Mas este caso foi prova da assistência divina: a prudência levou Abimelec a travar relações com homem tão favorecido. A aliança tem o rito do repasto. Co-

DAN
ASER
NEFTALI
L. de GENESARÉ
Manassés Oriental
ZABULON
"GRANDE MAR" OU MAR MEDITERRÂNEO
Issacar
Manassés Ocidental
RIO JORDÃO
GAD
EFRAIM
DAN
Benjamin
Jerusalem
Ruben
Judá
MAR MORTO OU Lago Asfaltito
FILISTEUS
Simeão

AS 12 TRIBOS

mer e beber juntamente cria liame entre os convivas; e o hóspede que comeu sob a tenda de um cheik fica sob a sua proteção até entrar noutra: é o *direito do sal;* eis porque o árabe recusa ao inimigo comida e bebida em sua casa; do contrário não mais poderia vingar-se. Deu ao poço o nome de BEER SIBEAH (ou Sheba), "poço das sete (ovelhas)", como alusão ao presente de Abimelec a Abraão (21, 28-30). Mas este fato deu origem a outro étimo: BEER SHÂBÂ, "poço do juramento" (21,31).

CASAMENTO DE ESAÚ (26, 34-35). Aos 40 anos Esaú casou-se fora do clã com 2 hititas, que amarguraram Isaac e Rebeca (cfr. 24, 3 e 27, 46).

JACÓ ABENÇOADO POR ISAAC (27, 1-29). Isaac mais que centenário, está em Bersabéia, vizinho da morte e meio cego. Resolveu então dar ao filho preferido Esaú a benção paterna, tida como testamento irrevogavel e eficaz, exercendo influxo benévolo sobre o seu destinatário. Equivalente ao direito de primogenitura, a benção foi para Jacó, a quem Rebeca ajudou a camuflagem, apresentando-se parecido com Esaú.

Moralidade do fato. Mãe e filho só podem justificar-se, crendo ter havido boa fé baseada em ignorância. Atenuantes da falta sim que existem: Jacó é o herdeiro das promessas divinas, e ambos sabem disso (25, 23); Esaú desfez-se do seu direito; ademais, ele mostrou indiferença religiosa casando-se com cananéias, fazendo-se indigno de ser o orgão da transmissão das promessas. Mas não justificam: os santos do A. T. não eram mais impecáveis do que os do Novo Testamento. E a fuga etc. não será castigo? *Tipologia do fato*: a pele com que Jacó cobriu suas mãos é tipo dos pecados de que se re-

vestiu Jesus (Agost.; cfr. lições do Breviário para o segundo domingo da Quaresma). Não é certo.

CÓLERA DE ESAÚ E FUGA DE JACÓ (27, 30-28, 9).

2. A versão para o português da Bíblia é assim: "Na abundância da terra e no orvalho do alto do céu será a tua benção..." é falsa, dando benção positiva aqui, quando é negativa. Encolerizou-se Esaú com a benção dada a Jacó antes que a si. Pediu uma benção também para si com instâncias. Deu-a Isaac. E' antes maldição. Ei-la: "Tua moradia será privada da gordura da terra e do orvalho do céu. Viverás da espada e servirás a teu irmão. Mas quando te agitares, sacudirás seu jugo". De fato os Idumeus habitaram, ao sul do Mar Morto, as montanhas de Seir, estéreis e inacessiveis no ocidente. Para fugir do perigo e obter esposa dentro do próprio clã vai para Haran, à casa de seu tio materno Labão.

2. *Episódio durante a viagem* (28, 10-22). E' o *sonho* que teve o fugitivo chamado de "a escada de Jacó". Levantando-se do sono, erigiu a pedra que lhe servira de travesseiro como MASSEBAH, derramando óleo sobre ela a) em memória do fato extraordinário; b) em testemunho de um voto que fez de substituir mais tarde a Massebah por um verdadeiro santuário, BET-ELOHIM ou "casa de Deus". *As pedras no culto de Canaã.* A pedra de Betel ungida de óleo assemelha-se aos *betilos* pagãos ou pedras sagradas dos Cananeus, em que os deuses moravam ou se manifestavam. Os antigos Semitas não adoravam as pedras, mas nelas localizavam seus deuses (cfr. a pedra negra KAABA da Meca). Assim como a Igreja cristã tomou emprestadas algumas cerimônias das religiões politeistas, também Jacó adotou esse rito de erigir e ungir pedra, de si indiferente.

3. *Permanência na Mesopotâmia* Gên 29-30. Jacó chegou à casa de Labão em Haran. A cidade toma dois nomes: PADDAN-ARAM E HARRAN. Paddan é transcrição do assírio *padânu* e quer dizer "rota, caminho, senda", sentido igual ao de Harran, do assírio *harranu*. Logo, Paddan-Aram é "rota de Aram". E Aram daquí tem muita vez a ajunta ARAM-NAHARAIM, "Aram dos dois Rios", Aram da Mesopotâmia. Ali Jacó desposou suas duas primas, Lia e Raquel, e as servas destas, Zelfa e Bala. Alí nasceram seus filhos (exceto Benjamim). Eis o esquema:

4. *Observações sobre esses casamentos.* O casamento com duas irmãs é o único na história patriarcal e explica-se pelas circunstâncias. O casamento com as servas é do direito babilônio-terahita. O noivo devia oferecer ao sogro soma mais ou menos elevada, o MÔHAR, em assírio TIRHATU. Os 14 anos de serviço equivaleram ao Môhar; o pai igualmente devia entregar à filha um dote equivalente ao Môhar: o SHERRIQTU, que passava aos filhos após a morte dela. Receber o Môhar sem Sherriqtu era legalmente vender a filha, não casa-la.

5. *Observação sobre o número de filhos*: 12 filhos tiveram os terahitas Ismael, Nahor (Gên 22, 20s.) e Jacó, o que leva a pensar em convencionalismo de escopo ignorado hoje.

6. *Carater de Labão.* E' interesseiro (31, 14-16), não entregando às filhas o Sherriqtu; por isso é ainda desleal (30, 25-43) dando Lia em lugar de Raquel também para receber outros 7 anos de serviço.

IDA DE JOSÉ PARA O EGITO. Gên 37, 1-36. José era o predileto de Jacó, e por isso invejado dos irmãos. Êstes passaram a odiá-lo seja porque referira ao pai certas vozes acerca deles, seja porque sonhara cousas irritantes. Tentaram pois desfazer-se dele. Tinha 17 anos quando, em missão confiada pelo pai, encontrou os irmãos em Dotan (Dotain); ali êstes quiseram executar o projeto, matando-o. Ora bem, acontecia que caravaneiros vindos de Galaad, passaram por Beisan, por Jezreel perto do Monte Gelboé, e pelo sul da planura do Esdrelon, ganhando os desfiladeiros do Monte Carmelo, donde desciam à planície costeira do Mediterrâneo e atingiam a fronteira do Egito, para onde levavam suas mercadorias. Uns dêsses, chamados Ismaelitas aqui, e Madianitas, alhures, (combinam-se os textos, supondo caravana mista), passaram por Dotan, na sua rota para o país do Nilo, com uma carregação de *goma de adragante*, que é um perfume, *mástica* ou bálsamo de almécega, e *ládano* que é outra goma, de que os Egípcios usavam para o embalsamamento de cadáveres e para a medicina. Como tais caravanas vendiam ocasionalmente escravos aos mesmos, que deles precisavam para as suas obras, José foi vendido aos Ismaelitas-Madianitas, e conduzido para o Egito. Os irmãos explicaram mentirosamente a Jacó o fato, fazendo crer que José fôra devorado por uma fera. A túnica dele, chamada de "polymita" pela Vulgata, e tingida de sangue de cabrito, destinava-se ao engano. Que é ela? Túnica de variegadas côres? De si não. Era a túnica talar e com mangas, próprias de príncipes, que êle recebeu do pai como pre-

sente, ao passo que os irmãos usavam da que era curta e sem mangas, própria dos campesinos, se bem que esta podia ser igualmente colorida. Chegando ao Egito, José foi vendido a Putifar.

DESCENDÊNCIA DE JUDAS. Gên 38. Judas foi para a Sefela (região costeira do Mediterrâneo). Casou-se. Teve filhos. Deu Tamar como esposa a Er, seu primogênito. Castigado êste de morte por ser perverso, Onan, seu irmão, tomou segundo o costume a cunhada viuva como esposa. Já que o primogênito dessa união era tido como filho legal do defunto, de quem levava o nome para lhe continuar a descendência, Onan, que isto não queria, evitava filhos (dele a palavra "onanismo"). De fato, as leis do costume consideravam o caso de recusa do cunhado. Levado perante os anciães, caso persistisse na recusa, merecia que a viuva lhe tirasse as sandálias dos pés e lhe cuspisse no rosto, dizendo: "Assim seja feito ao homem, que não ressuscita a casa do seu irmão", e sua casa era chamada de "a casa do descalçado". O Deuteronômio (25, 5-10) sancionou êsse costume que tinha por escopo manter as famílias. E apesar da proibição do Levítico (18, 16; 20, 21) ficou de pé até Nosso Senhor ("lei do levirato" chamam-no). Morto Onan em castigo, Tamar ficou viuva até o crescimento do cunhado mais novo, Sela. Desejando filho, fingiu de rameira e ignorando que era sua cunhada, Judas cometeu fornicação com ela, do que nasceram dois gêmeos.

JOSÉ E PUTIFAR. Gên 39, 1-18. A história de José no Egito é narrada com forte cor local. Bastem exemplos como os que seguem: Putifar (Poti-fera) significa "quem deu Ra" ou "dom de Ra"; Aseneth é "pertencente à deusa

Neith"; o título que José recebeu de *Safnat pa'near* (Vulgata "Salvador do mundo") era usado por lá, e quer dizer "quem dá alimento de vida", ou "quem dá de comer ao vivente", ou ainda "deus disse: vive"; a carestia de sete anos também se deu sob o rei Zoser (2.800 A.C.). Cuidadoso no ofício e sagaz, José para logo foi notado pelo patrão, que o elevou a chefe dos empregados; pois, indolentes como eram, só pensando em comer (39, 6) os Egípcios entregavam a direção das casas a superintendentes. E "enquanto os irmãos em Canaã se entregavam por vêzes à libidinagem (38, 1-30), êle dá exemplo de admiravel castidade" (Simón-Prado).

"José era na verdade igualmente guapo mancebo, e a sua beleza física servia de moldura ao seu carater moral. Diante desse quadro a mulher do patrão exaltou-se: desejou o rapaz e fez-lhe propostas concretas. O convite foi repelido por sentimento de justiça para com o patrão, e para "não pecar diante de Deus" (39,9). A recusa acuiu o desejo, e os convites repetiram-se "dia por dia", sempre repelidos. Por fim a mulher se exasperou e, como é natural, vingou-se. Exibindo a veste que o rapaz ao fugir lhe deixou na mão, ofereceu a prova de que êle havia tentado contra a sua pudicícia, José acabou no cárcere" (Ricciotti).

JOSÉ NA PRISÃO. Gên 39, 19-41, 13. O relato continua a ter forte sabor egípcio. No paço real havia chefes de cada ofício; e monumentos mostram padeiros com cestos de pães na cabeça, e copeiros espremendo cachos de uva na copa de Faraó. O aniversário do rei era assinalado por favores e a forca era o suplício no Egito. José interpretou bem os sonhos do copeiro e do padeiro reais, que foram parar no mesmo cárcere. Depois interpretou bem o sonho de Faraó,

cujo relato é ainda mais marcadamente egípcio, sem dizer que os sonhos tinham larga parte na vida da nação.

JOSÉ FEITO VICE-REI DO EGITO. Gên 41, 14-57. "Barbeou-se (José), mudou de roupa, e foi ter com Faraó" (14), o que só se fazia após essa purificação obrigatória, (os sacerdotes e os ilustres rapavam também a cabeça; as barbas, que aparecem em figuras e monumentos, são postiças e neles até as mulheres as trazem). Como a explicação do duplo sonho quadrava bem, e acabava com um conselho, a designação do comissário para o armazenamento do trigo era espontânea, José em pessoa. Ei-lo vice-rei do Egito, com 30 anos de idade. Percorreu todo o país, estabelecendo nos vários centros celeiros para o tempo de carestia. "O homem casto foi também fecundo" (Ricciotti). Tendo recebido como esposa a Aseneth, filha de Putifar, sacerdote do deus On, dela recebeu dois filhos. Aos mesmos impôs nomes que lhe diziam muita cousa: *Manassés,* isto é, "fazendo esquecer", porque Deus lhe fez esquecer os dissabores e a casa paterna; e *Efraim,* ou "dupla fecundidade", porque Deus o tornou fecundo na terra das suas penas. E vindo a carestia, Faraó mandava o povo esfomeado para José, que dos armazens o abastecia. O Egito e os países limítrofes foram beneficiados com êles.

JACÓ E OS ONZE PATRIARCAS NO EGITO. Gên 42-48. O fato é mais conhecido. "A narração, tão simples e comovedora,... é das que se não resumem: põe em grandioso relevo a magnanimidade de José, o qual soube praticar, com rara generosidade, o perdão das injúrias, e fez tocar com o dedo a ação providencial" (Renié).

NOTA. Certo "romance dos dois irmãos", egípcio, que remonta à 10.ª dinastia, conta a história de certo jovem, que

em vão foi seduzido pela cunhada, e por isso também caluniado e finalmente libertado. Mas ao lado dessas semelhanças, a história de José diverge tão profundamente desse romance, que isso leva a não dependência do relato bíblico. Certa influência do romance egípcio é entretanto possivel sobre a Bíblia. Aliás, o mesmo tema aparece outrossim na Grécia (Fedra tentando Hipólito).

O POEMA DE JACÓ

1. "Esta página é uma das mais grandiosas do Gênesis, e igualmente aquela onde mais se precisa a esperança messiânica" (Renié). Jacó não é todavia o autor do poema no seu estado atual. Efetivamente, moribundo, rodeado da família, não estava em condições de produzir poesia de forma tão perfeita quanto ao paralelismo. E' sim autor, enquanto recitou as profecias que formam a substância do poema, e as recitou de forma comum e no estilo de moribundo. Elas, conhecidas das tribos, foram tradicionalmente conservadas, até que alguem as pôs em versos, como estão hoje. Êsse poema andava por lá independente, e desse modo foi ajuntado aquí. Prova-o 49, 28, versículo que está em desacordo com êle, porque fala de bênçãos a todos os filhos, quando no poema *dois* são abençoados, e três, censurados: Ruben, Simeão e Levi.

2. Eis traduzido aqui o que profeticamente Jacó disse a respeito de cada um, conforme o texto hebreu de Gên 49, parcialmente reconstruido segundo a crítica:

1 Jacó chamou seus filhos e disse:
"Reuní-vos, que eu quero anunciar-vos o que acontecerá convosco nos tempos vindouros.

2 Acercai-vos e ouví, filhos, de Jacó,
escutai a Israel, vosso pai.

3 *Ruben*, meu primogênito (és) tu,
minha força e primícias do meu vigor,
eminente em dignidade, eminente pela paixão.

4 Fervente como água, não serás eminente,
porque invadiste o leito do teu pai,
então manchaste o tálamo a que subiste.

5 *Simeão* e *Levi* são irmãos,
e suas espadas, instrumentos de violência.

6 Não entre minha alma nos seus conselhos,
nem a minha glória se junte às suas assembléias.

7 Maldito o seu furor, porque apaixonado,
e a sua cólera, por ser cruel.
Espalhá-los-ei em Jacó,
e dispersá-los-ei no meio de Israel.

8 *Judas*, os teus irmãos hão de te louvar;
meterás tua mão sobre a cerviz dos teus inimigos,
e prostrar-se-ão diante de ti os filhos de teu pai.

9 Judas é um leãozinho;
da presa, meu filho, vieste para cima.
Dobra-se, deita-se como um leão,
e como uma leoa; quem há de fazê-lo levantar-se?

10 Não sairá de Judas o cetro,
nem o bastão de comando de entre os seus pés,
até que venha Aquele, a quem pertence
e é devida a obediência dos povos.

11 Êle prende na videira o seu jumento,
e na videirinha escolhida, o filho da sua jumenta.
Lava no vinho a sua roupa,
e no suco da uva, os seus panos.

12 Brilhantes tem os olhos por causa do vinho,
e brancos os dentes por causa do leite.

13 *Zabulon* habitará junto à praia do mar;
melhor, junto ao ancoradouro das naves,
com seu flanco voltado para Sidon.

14 *Issacar* é um asno forçudo,
deitado no cercado.

15 Encontrou bom posto onde pousar,
e amena a região;
e dobrou o dorso sob a carga,
e foi submetido à escravidão.

16 *Dan* fará justiça ao seu povo,
como qualquer das tribos de Israel.

17 Seja Dan como a serpente do caminho,
qual cerastes pela estrada,
que morde as patas do cavalo,
caindo para trás o cavaleiro.

18 De ti, Yahweh, espero a salvação.

19 *Gad*, assaltado por uma horda,
assaltar-lhe-á a retaguarda.

20 *Aser* tem um pão suculento,
e fornece delícias dignas de rei.

21 *Neftali* é uma cerva em liberdade,
e dá assunto para formosos cantos.

22 Viçoso arbusto é José,
Viçoso arbusto êle é, perto de uma fonte,
e seus ramos trepam pelo muro.

23 Provocaram-no arqueiros,
e visitaram-no os atiradores de flechas.

24 Mas seu arco foi feito pedaços pela força,
e enervados os seus braços,
pela virtude do "Poderoso" de Jacó,
em nome do Pastor e do Rochedo de Israel.

25 Pelo Deus de teu pai, que te auxilie,
e pelo Onipotente, que te abençoe,
com as bênçãos do céu (descidas) do alto,
com as bênçãos do abismo que jaz por baixo,
com as bênçãos dos seios e dos ubres.

26 As bênçãos do teu pai, superiores
às bênçãos das velhas montanhas,
aos atrativos das mais antigas colinas,
desçam sobre a cabeça de José,
sobre a fronte do predileto entre os seus irmãos.

27 *Benjamim* é lobo arrebatador,
que de manhã devora a presa,
e pela tarde reparte os despojos".

3. *Comentário.* Seguem-se os versículos enumerados no poema. 3. O primogênito Ruben foi gerado, quando ainda Jacó era jovem: "Primícias do meu vigor", (para a Vulgata "Primícias da dor", tendo lido *'oni* em hebreu). Como primogênito, devia possuir o sacerdócio e a supremacia sobre os irmãos. 4. Mas por causa do incesto com Bilhah, concubina do pai, foi comparado à água fervente que transborda do vaso, tal era a sua concupiscência. "Não serás eminente" lhe foi dito, (Na Vulgata está "não cresças"); isto é, não cresça êle no número dos filhos e dos netos, nem nos bens e na glória (esterilidade, etc.). Por outras palavras: perca

o direito de primogenitura. Sua tribo, além-Jordão, no país de Moab, foi a pouco e pouco despovoada pelas guerras com os Moabitas e Amonitas: decadência da tribo em razão da falta do seu tronco e origem. Cfr em Juizes 5, 15 a censura a essa tribo, no canto de Débora, por ficar isolada, sem cuidar das outras. E Dt 33, 6, cuja profecia deseja que Ruben viva e não morra. 5. Simeão e Levi, *irmãos* mais no crime do que pelo sangue, são amaldiçoados, porque "suas espadas são instrumentos de violência". Alusão ao fato de terem trucidado a Siquém, Hemor e a todos os habitantes da cidade de Siquém, saqueada depois (Cfr Gên 34, 25-31). 6. O versículo traz isto: "cortaram o jarrete do boi", metáfora da trucidação de Siquém, figurado pelo boi. A Vulgata verteu por bem outra cousa. "Não entre... assembléias": Jacó não quer compartilhar desses sentimentos cruéis. 7. Amaldiçoado o seu furor duro e impertinente, a tribo de Simeão recebeu magro território ao sul de Judá, no Negev e na Sefela, tomado da porção dos filhos de Judá (cfr Jos 19, 1), consistindo só em algumas cidades. Sua tribo acabou por ser absorvida pela de Judá. A tribo de Levi não recebeu território algum; mas sim, 48 cidades dispersas por Canaã (Jos 21, 4-40). Mais tarde, o zêlo dos Levitas pela Lei (Êx 32) lucrou-lhes o sacerdócio e a bênção de Moisés ao morrer (Dt 38, 8-11). "Esta maldição de Jacó, transformada em bênção, mostra que a fatalidade está excluida da vida das nações e dos indivíduos" (Renié). 8. No hebreu há jogo de palavra: "És deveras "Louvor" (o que significa Judas), pois teus irmãos te louvarão, uma vez que a) hás de obter plena vitória sobre teus inimigos, (o que se realizaria totalmente mediante Cristo e na ordem espiritual) (Apc 5. 5); e b) haverás de ter a primazia sobre os irmãos, (os louvores e a glória de Judas estão em antítese com as censuras aos anteriores).

Note-se que a) é de realização longínqua: só com Davi Judá teve supremacia em Israel. 9. Judas é como o leão rugidor das selvas, que devora a sua presa deitado no seu antro, em lugares abruptos, sem que alguém ouse abordá-lo; e como a leoa que, amamentando os seus cachorrinhos, ainda é mais feroz que o leão. O leão é símbolo da força; é aquí metáfora aplicada à mais forte das tribos, da qual "as montanhas da Judéia são o antro inacessível". 10. E' de alcance messiânico. Versículo de paralelismo sinonímico, suas imagens querem anunciar isto: "na tribo de Judá não haverá de faltar sucessão de reis, ou pelo menos, o poder soberano, até que venha Aquele a quem pertence o mando sobre todos os povos, isto é, o Messias". (La S. B. I, 173). Judas também "porá o cetro entre os seus pés", vem a ser, terá a hegemonia, figurada sob a imagem que aparece nos monumentos cuneiformes assírios; êstes trazem reis sentados no trono, com seu longo cetro colocado entre os pés.

Nota sobre "Até que venha Aquele". "Aquele" está escrito *"Shiloh"* no hebraico. Que cousa é êsse Shiloh? *Primeira sentença*: até que (Judá) venha a Silo, cidade onde esteve o Tabernáculo até os dias de Samuel. *Crítica*: ela não serve, porque privada de qualquer sério fundamento. E admitiram-na todavia muitos racionalistas e alguns protestantes. *Segunda sentença*: é "descanso", substantivo derivado do verbo hebreu "shalah", "estar tranquilo". Judá terá o império enquanto durar a guerra. *Crítica*: ela a) negligencia o paralelismo; b) igualmente, o nexo gramatical, que veda a referência do último membro a Judas; e c) também o contexto histórico, pois Judas reteve o império no tempo da paz texto, porque 49, 9 já tratou da paz; d) e finalmente o condavídica. *Terceira sentença*: é o Messias, chamado como apelido próprio de Shiloh, quer dizer, "o Pacífico" (ainda do

verbo "shalah"). *Crítica*: esta derivação é incerta, aliás tida por menos provavel pelos hebraistas. *Quarta sentença*: leu com a Vulgata a última consoante como sendo *Heth* em lugar de *He*, fazendo da palavra uma forma do verbo *shalach*, "enviar": "até que venha Quem há de ser enviado". *Crítica*: sem fundamento na tradição. *Quinta sentença*: Shiloh é a junção de *She*, forma secundária do relativo *Asher*, com *Lô*, que é a preposição *para* mais o pronome *êle*, — ao todo três partículas gramaticais, — e significa "Aquele a quem". *Crítica*: é a sentença adotada na versão, a qual está de acordo com a tradição unânime, que vê uma pessoa sob o termo Shiloh, e de acordo com a gramática hebraica, na explicação desse termo obscuro. O texto é pois messiânico, e na verdade a Jesus compete todo o poder sobre o céu e a terra. 11. O país de Judá era rico de belos vinhedos. Imagens pintam essa fertilidade: como o rico beduino Jó banhava seus pés na manteiga ou no creme (Jó 29, 6), Judas lavava sua roupa no sangue da uva. Veja-se porém, por detrás do sentido literal, o típico da prosperidade messiânica, com os Targumin e os Padres da Igreja, inclusive os antioquenos. 12. Continua, com novas imagens, o que o v. 11 diz sobre a paz e a felicidade que hão de reinar sob o cetro do Messias. *O sentido messiânico da profecia a Judas é líquido,* tendo estas provas a favor: a) a introdução circunstancial "nos tempos vindouros", (em hebreu "no fim dos dias), refere-se aos tempos messiânicos (cfr Num 24, 14; Is 2, 2; Jer 23, 20; etc.); mas ela não serve aos que restringem a profecia só para Judá. b) Os povos que seriam abençoados "no descendente de Abraão" aqui aparecem ou obedientes ao império de Judá, ou esperançosos de redenção dele vinda. Ora bem, o império sobre êles é característica do Messias no AT e no NT. c) A tradição inteira judaica e cristã assim interpretou. d) O confronto com Apc

5, 5, que é versículo certamente messiânico: "vence o leão da tribo de Judá". *De que modo é messiânico?* Afora a sentença de que Shiloh é a cidade de Silo, a qual nega a messianidade do texto, tem-se a *segunda*, que diz ser *indiretamente messiânico*. Julga-se tratar-se diretamente de passagem da guerra para a paz; e como a "paz" é imagem da salvação messiânica, adscreve-se esta a Judá, que seria a região até onde ela desceria. Para uma *terceira sentença* o texto é *diretamente messiânico*, pois o Messias é descrito qual rei escatológico saido de Judá. Mas isto não se colhe, dizem, da Revelação, e sim das idéias judaicas que o figuravam qual Davi redivivo. Finalmente, em geral os católicos admitem uma *quarta e derradeira sentença*: a messianidade do texto em sentido direto e literal como revelada por Deus. *Explicam-na porém diversamente*: a) uns, afirmando que está aí revelado o *tempo do Messias*. Diz-se tão sòmente, afirmam. que Judas reterá o poder régio ou outro qualquer, simbolizado por "cetro", até que chegue o Shiloh. Como "até que" não exige se interprete que êle o tenha perdido depois que veio o Shiloh, como se pode fazer, desgalha-se a sentença em dois modos de compreensão: 1) Judá perdeu o cetro no tempo dos Macabeus, maxime quando Simão foi feito sumo-sacerdote: realizava-se com essa perda a profecia; e segundo tal modo o Messias veio logo depois; 2) Judá não perdeu o poder: passou-o ao Messias. "A realeza, simbolizada pelo cetro e pelo longo bastão de comando, que o chefe sentado serrava entre os joelhos e os pés, pertence a Judas e permanecerá privilégio seu. Mais tarde virá um Judeano, que há de herdar o cetro e estender seu império sobre os povos" (Chaine). b) Outros julgam que o texto vaticina a *origem do Messias*. Notam sim que não está expresso descenda Êle de Judas. Todavia o louvor a Judas, asseguram, e a vitória sobre os inimigos, com o

carater alegre da profecia, supõem-no e dão-no a entender. c) Outros ainda dentre os católicos crêem que se revela o *poder messiânico*, profetizando-se a universalidade e a espiritualidade dele sob a imagem de reino material.

13. Jacó descreveu só a situação geográfica da tribo de Zabulon, que estava ao norte, junto ao Mediterrâneo, limitando-se com a Fenícia. Isto lhe permitia "sugar a abundância do mar" (Dt 33, 19), isto é, locupletar-se com o comércio marítimo e pescarias. De resto, afora o elogiado papel ativo que tomou na guerra da independência nos tempos de Débora (Jz 5, 14. 18), viveu apagada sempre. 14. Issacar instalou-se na fertilíssima planura do Esdrelon. Ali os Cananeus permaneceram firmes nas cidades fortificadas de Beisan, Taanac e Megido, submetendo essa tribo, comparada por conseguinte ao asno, animal doméstico por excelência na Palestina, pela carga que devia ter aos ombros. 15. Ela deixou-se amolecer de ócio, preferindo a servidão à liberdade. Até aqui os seis filhos de Lea (Lia). 16. Êste é filho de Bilhah, serva de Raquel, (e o seguinte). Apesar disso não será inferior aos irmãos, nem seu escravo. "Dan fará justiça" encerra jogo de palavra no hebreu, que está assim "Juiz julgará" (Dan yadin). Vem a ser, essa tribo, bem que pequena, distribuirá a justiça; e como isto é atribuição do governo, será livre. 17. Dan é cerastes (serpente de chifres, muito venenosa e imperceptivel pela cor da areia onde vive, que êle toma de esperto. Segundo alguns alude-se ao danita *Sansão*, que foi juiz (Jz 13-16). E' curiosa a opinião de que o Anticristo, grande serpente, seria danita. Dan vencerá, como o cerastes, pela dissimulação, (ao passo que Judas, pela força real). Sua tribo, junto ao mar a oeste de Judá, pela força para o norte, instalando-se na região de *Lais*, que por isso se chamou também de Dan ou Lais-Dan (Jz 17). E' o li-

mite setentrional da Palestina em muitos textos (1 Sam 3, 20; 2 Sam 3, 10; 24, 2. 15...). 18. Para muitos é sentença do hagiógrafo, provinda de outra parte. Alude ao nome de Dan, de cujo julgamento resultará vitória, que é típica da vitória messiânica. 19. No TM há longo e por isso mesmo obscuro jogo de palavras. A tradução dada é das mais plausiveis. E parece que êste é o sentido: a tribo, habitando na Transjordânia, estaria exposta às razzias dos vizinhos, vencendo-os porém e indo-lhes ao encalço. O que de fato se deu com os Amonitas, Moabitas, Arameus e Árabes. Ela ofereceu a Davi guerreiros "tendo aspecto de leão, ageis como as gazelas sobre as montanhas" (1 Pr 12, 8-14). 20. Jacó louvou a fertilidade excepcional dessa tribo, que estava entre o Monte Carmelo e a Fenícia, exportando vinho e óleo para Sidon e Tiro (Ez 27, 17), "e mergulha(va) seus pés no azeite" (Ez 33, 24). 21. A versão dada é a da Vulgata, concorde com o TM: Neftali é uma cerva em liberdade, isto é, agil, e senhor de palavras poéticas: os neftalistas seriam guerreiros velozes, cujas vitórias teriam na tribo gloriosos cantares. Há contudo disparate na união das duas imagens (cerva-assunto para formosos versos). Por isso com os LXX há uma segunda sentença, que lê o TH assim: "é um terebinto estendido, de bela copa". Cessa o disparate. E alude-se ao território da tribo, o qual vai do Lago de Genesaré ao Líbano, comprido e estreito de corpo, mas com uma cabeça mais larga, feito de regiões ferteis, que são favores, a saber, favorecidas, como se vê no Deuteronômio. As duas sentenças prestam, se bem que a segunda exija muitas correções textuais. 22-26. Êstes versículos trazem a *profecia a respeito de José.* a) *Introdução.* "Sobre êle Jacó demora-se com especial complacência. Adotando como seus os dois filhos de José, o patriarca tinha outorgado a êsse filho

querido um dos privilégios do mais velho: dupla porção da herança paterna. Aqui, embora não esteja Manassés separado de Efraim, é sobre aquela tribo que se concentra a atenção de Jacó" (Renié). b) *A interpretação.* 22. Aceitou-se esta sentença: José é árvore frutífera (vide), plantada junto a fonte e perto de muro, sobre o qual os sarmentos trepam (chamados "filhas" no hebreu): alusão ao tempo em que José crescia na casa paterna como viçoso sarmento de videira. Lê-se no hebreu *ben-pôrath.* Outros assim vertem: "José é um touro", lendo no hebreu *ben-pârâh.* A favor desta sentença militam as razões seguintes: melhor coordenação entre as imagens, pois os seteiros (de que logo vai tratar o poema), atacam o touro. Ademais, na verdade Efraim, a poderosa tribo do norte, sofreu as razzias dos Cananeus e Madianitas (Jos 17, 14-18; Jz 6, 2-6), os quais entretanto foram vencidos pelo Herói, pelo Poderoso, pelo Forte de Jacó: Deus (23-24). Também Deus é chamado de Pastor e Rochedo de Israel. Em suma o v. 24 deseja vitória para José. 25. Copiosas bênçãos prometidas a José: *do céu,* isto é, chuva, orvalho, influxo solar, serenidade do tempo; *do abismo,* figurado como animal jacente, a saber, fontes e rios, de que provirá grande prosperidade; de muitos rebanhos e numerosa descendência (cfr. v. 22). 26. O TM tem *hôray iad,* que a Vulgata verteu por "patrum eius, donec veniret", e assim ela "forçou o sentido messiânico do texto" (Renié). Muitos porém modificam o texto, de acordo com a versão dos LXX, para *hararêad* (em grego oréon monímon): as bênçãos de José serão superiores às de Jacó, e tão grandes como as montanhas, chamadas *eternas,* porque criadas desde séculos parecem durar sempre, cujos desejos são o orvalho e os frutos. José é entre os irmãos o NAZIR, ou "o separado", "o consagrado", "o predileto", "o príncipe". 27. Sua tribo situa-

va-se entre Efraim e Judá; com esta aqui a Geena era o limite (Jerusalém lhe pertencia). E' comparada ao lobo, porque valente na guerra: sua tropa de escol podia "lançar (com a funda) pedra contra um cabelo, sem errar" (Jz 20, 16). Aod, Saul, Mardoqueu, S. Paulo são benjamitas. O último, segundo a acomodação dos Padres da Igreja, "de manhã", isto é, antes da conversão, devorava a presa, quer dizer, perseguia os cristãos, e "pela tarde", ou depois dela, partilha os despojos, convertendo o gentio.

Prestes a morrer, terminou Jacó a profecia. A seguir deu ordem para ser sepultado na caverna de Macpelah, na Terra Prometida, e expirou (49, 29-33). Gên 50 narra o seu funeral, feito à maneira egípcia (embalsamamento, etc.), e a profecia de José quanto à futura volta dos terahitas para Canaã, pedindo que para lá transportassem os seus ossos.

A RELIGIÃO PATRIARCAL

Gên 11-50

O Gênesis tem alguns dados esparsos sobre a teologia dos patriarcas, que era sim embrionária, mas de alta perfeição. Ela não é fruto das investigações filosóficas, nem evolução do totemismo, feiticismo, culto dos antepassados, nem adoção da religião dos vizinhos: ela *repousa sobre a revelação imediata feita a Abraão,* que prestou fé, sendo ela transmitida por tradição e progressiva. Mas ela está ligada à religião da humanidade; que recebera revelações anteriores (Adão; Noé,...).

I. DOGMA. a) *Deus.* Os patriarcas criam no único Deus existente. Êsse *monoteismo,* fenômeno maravilhoso em

meio ao politeismo ambiente, era *perfeito* (transcendência de Deus, causalidade suprema com relação aos fenômenos naturais, reconhecimento dos direitos divinos,...), e prático, porque, embora Senhor das nações, escolheu Israel para tributar-Lhe culto digno, exclusivo a Êle, sem admitir rival, impondo ainda completa sujeição de todos. b) *Nomes divinos*. Revelou-se Deus a Abraão sob o nome de *El Shaddai*. *El* é nome da divindade, e está no fundo mais antigo de todas as línguas semíticas. Entre os muitos significados que excogitaram para El, êste de Barton parece satisfazer;" o Único (ser) que todos os homens se esforçam por atingir." Aparece El 250 vezes na Bíblia. Eloah parece derivar-se de El; é forma rara, vindo 57 vezes, no mais delas em Jó (41 vezes). E também Elohim, o mais usado dos três nomes. Êsse plural é aplicado ao Deus único (plural majestático), não como resquício de politeismo, e sim por razão filológica, sendo "simplesmente um dos vários substantivos no hebreu que são invariavelmente usados no plural, porque levam no bojo a *idéia de extensão indefinida, quer no tempo quer no espaço*" (Barton). El vem muita vez com algum apôsto, que o coloca em relação com certo fato, lugar, até qualidade: *El-roi* ou "Deus da visão", *El-olam* é "Deus eterno", *El-Bethel*, "Deus de Betel", e *El-Eloah-Israel* quer dizer "El o Deus de Israel" (note-se El junto com Elohim). O apôsto mais frequente é *El Shaddai* (30 vezes sòmente em Jó) ou "Deus onipotente". "Onipotente" é sentido derivado, não primitivo de Shaddai, nome que vem da raiz *shadad* "agir violentamente", "sobrepoder", "devastar"; pois o sentido perfeito saido da raiz seria o de "o destruidor". Quiçá vem do babilônio *shadû*, "a montanha", porque a montanha hiperbólica era a sede da divindade (Is 14, 13). Assim há no habilônio (*Shadû rabû* "a grande montanha", e *Ilu shadu* "Deus, minha mon-

tanha", termo comparável ao de "Rocha", com que os Israelitas frequentemente chamavam a Deus. Exemplo: no salmo 17: "Senhor, minha Pedra, ...meu Rochedo". Note-se que El não é do uso particular dos Terahitas. Os Cananeus também tinham *El-Elyon*, "Deus Altíssimo", do qual Melquisedec era sacerdote; idem os Fenícios, que depois o substituiram por Baal, (ao passo que os Israelitas, os quais usavam Baal antes, quando o termo passou a denotar "ídolos", o abandonaram). Outros nomes da divindade: "Terror de Isaac", "Poderoso de Jacó", "Pedra de Israel" (êste já visto). c) *Dos atributos divinos.* O mais das vezes aparece a *onipotência* (El-Shaddai). Deus *criou* o céu e a terra (14, 19), é o seu *Senhor* (14, 22). Para Deus *nada é difícil* (18, 14). Êle é o *destruidor* de Sodoma e Gomorra (19, 24), é quem *deu fertilidade* a velhos estéreis (18, 14). E' representado morando de certo modo em diversos lugares: os terebintos de Mambre, o terebinto divino (12, 6), Betel,... A *espiritualidade* não está firmada de modo formal; mas como são diversas as formas sensiveis sob que se manifesta, colhe-se que é independente da matéria. A *eternidade* é expressa em 21, 23, e como criador divino, preexiste ao criado. A *ciência* é mencionada sob antropomorfismos, donde parecer limitada (18, 21); mas conhece o futuro e os pensamentos mais secretos. Com relação aos homens exerce a sua *Providência,* concretizando as promessas messiânicas com premiar a fé viva (27, 20) e com destinar os elementos à prosperidade dos patriarcas (28, 39), que para isso oravam (20, 17-18; 25, 21); e outrossim castigando os pecadores: Sodom, Onan (26, 9-10; 42, 41), sempre com mistura de *misericórdia,* esperando que o mal chegue ao seu auge (15, 16; 18, 17 ss.). *Exige dos homens obediência total,* por isso *impôs leis* que devem ser observadas (26, 5).

b) *Os anjos.* Formam a côrte do Soberano celeste. Comparam-se a um exército (cfr Mahanaim). O nome que trazem, *Mal 'akh* em hebreu, *Ággelos* em grego, trai seu ofício, que é o de *mensageiros* de Deus junto aos homens, aos quais ajudam e consolam. Exemplos sejam os anjos na *Escada de Jacó.* A forma humana sob a qual aparecem não é sua: a natureza angélica é superior à humana, como prova a atitude humilde de Abraão diante desses visitantes em Mambre (17).

c) *Os homens.* Os dados sobre os fins últimos do homem e sua natureza espiritual são poucos e vagos. Não se pode negar contudo que os terahitas cressem na *vida futura.* Pois a Caldéia, donde vieram, considerava a ressurreição como possivel, como prova suficientemente o cuidado com as sepulturas já no ano 2.000 A. C. Idem os Egípcios, onde estiveram alguns deles. O Gênesis faz eco: Jacó assemelha a sua vida a uma peregrinação (47, 9); quando morrem, qualquer que seja o lugar do sepulcro, dizem que "estão reunidos ao seu povo", o que supõe a sobrevivência dos antepassados (25, 8; 35, 29; 49, 32).

II. *A MORAL.* E' regulada pelos preceitos, que entanto não formam um código completo. Conhecem-se pelas transgressões que são censuradas ou punidas: a idolatria (35, 2), a violência e o homicídio (49, 5-7), sobretudo a impureza sob todas as formas: a prostituição (38, 24), o estupro (34, 5-7), o onanismo conjugal (38, 9. 10), o adultério (20; 26, 9-10; 39, 9), o incèsto (49, 4), a sodomia (19). Outras porém nem são aprovadas nem diretamente desaprovadas: a mentira (27), a fornicação (26, 10; 38, 15-16). Não se segue todavia que fossem toleradas. Os patriarcas não eram impecaveis; assim mesmo chegaram a dar exemplos de rara

virtude: a fé intrépida de Abraão (15, 6), a sua obediência heroica (22), a sua larga hospitalidade (18), a castidade de José e o seu generoso perdão das ofensas, a vida de contínua oração que todas levavam.

III. *O CULTO.* Caracteres: simples, sem imagens da divindade (o que a Lei imporá depois), contrastando com as religiões cananéia, egípcia, caldaica.

1. *O culto exterior*: tem preces, sacrifícios, sacerdócio, circuncisão, consulta a Deus, dia festivo e voto.

Os *sacrifícios* faziam-se sobre altares rústicos, provavelmente de vários tipos; alguns já eram holocaustos (220), uns sangrentos e outros não sangrentos (14, 8), e por vezes seguia-se o repasto sacrificial, com que se entrava em comunhão com a divindade (31, 54); este exigia certa *purificação* anterior, cujos detalhes se ignoram (35, 2-3). O sacerdócio era confiado ao chefe da família, que alguma vez era substituido pelo primogênito. Já se falou igualmente da *circuncisão.* Havia ademais a consulta a Deus (25, 22), cujo modo é desconhecido.

Dia festivo do culto era o *sábado,* cuja origem segundo o Gênesis é antiquíssima.

O *voto* era cousa sagrada e eficaz; faltando os contratos escritos, este era o meio de obter-se o cumprimento das obrigações dos membros da tribo entre si, e entre eles e os de outras tribos (24, 2-9; 21, 22; 26, 26-31; 25, 30-34...).

"Em geral podemos dizer que a característica dominante da religião patriarcal é o confiante e pacífico serviço sob a vigilante guarda do Onipotente" (Barton), com que os terahitas, raça privilegiada através da qual as outras deveriam

ser abençoadas, vindos como estrangeiros e peregrinos (beduinos) a Canaã (13, 14-17; 15, 16; 17, 1-8; 22, 17...), deviam depois ocupá-la e possuí-la até a vinda do Guerreiro e Conquistador que é o Messias. Assim "as narrativas patriarcais pertencem a um todo maior. A unidade interna da obra é na sua inteireza inegavel, apesar da variedade dos relatos individuais e das fontes literárias de que se compõe. No primeiro livro da Bíblia encontramos pela vez primeira o grande ponto de vista histórico-mundial: a unidade da humana raça e seu desenvolvimento gradual em direção de determinado alvo, não obstante os desapontamentos e obstáculos. O plano de Deus e o pecado do homem são os dois fatores opostos do drama. A harmonia incipiente entre Deus e a humanidade foi sendo constantemente desorganizada por causa do pecado e da fraqueza do homem. Uma e outra e muita vez o prospecto de restauração dessa harmonia pareceu votado à ruína: por causa do pecado de Adão e do homicídio de Caim, da destruição da humanidade pelo dilúvio e sua dispersão depois da edificação da torre de Babel, da condição esteril de Abraão, da impostura e do combate de Jacó, do cativeiro de José. Pois bem, apesar de todas as oposições humanas e a aparente desesperança, Deus continua a sua promessa de realizar o seu plano salvífico" (Boehl). "A aliança entre Deus e Abraão devia de ser confirmada e ainda mais fortemente estabelecida com Moisés e durar por fim até que, transfigurada na Nova Aliança, fosse ratificada pelo Sangue de Cristo". (Barton).

IV. *MODO DE VIDA DOS PATRIARCAS.* São seminômades, como os beduinos de hoje. Cuidam do gado menor: ovelhas e cabras negras, que formam o grosso de suas posses.

Cultivam também o solo (18, 6; 25, 34; 26, 12; 37, 7). Alimentam-se do leite de ovelhas, cabras e camelas, que conservam em odres e oferecem aos hóspedes, dos produtos da terra (trigo, frutos dos oasis...), da caça, de gafanhotos (Lev 11, 22), e da carne do gado nos banquetes aos hóspedes. Os rebanhos forneciam a roupa; donde a primeira indústria foi a do couro. As figuras de semitas nos sepulcros egípcios dão boa idéia disso. A primitiva tanga de couro foi depois substituida por outra tecida com pelos de cabra, e por fim esta, coberta com um manto que chegava até os joelhos, era o traje de pessoas mais destacadas. Ainda os rebanhos forneciam a pele com que se fabricavam odres, sacos, mesas e tendas. O camelo era a montaria deles.

A hospitalidade era sagrada. Abraão por ex. (18) avistou os estrangeiros, avançou para êles, convidou-os a entrar na sua tenda, lavou-lhes os pés, preparou repasto abundante. A vida de família era regulada pelo código terahita-babilônio (cfr. môhar, sheriqtu, etc.). A poligamia substituíra a monogamia. Ficou sempre limitada; em geral dava-se a bigamia; por vezes na monogamia ou naquela a esposa dava a sua escrava como concubina, em razão da esterilidade, pois "a procriação dos filhos era sumamente apreciada". Os filhos da concubina nenhum direito tinham à herança paterna. Os patriarcas casavam-se de preferência dentro da sua família; eram vedados os casamentos com cananéias.

O PERÍODO MOSAICO

I. A OPRESSÃO

1. ISRAEL NO EGITO. Os terahitas eram uns 70 à entrada no Egito (Gên 46, 26-27; Êx. 1, 5: At 7, 14), não

se computando os dependentes. O Faraó indicou-lhes como região de moradia a terra de *Gessen* (45, 10), em hebreu GOSHEN. Onde ficava ela? Não está bem determinado. Gessen é dita a "terra de Ramsés" (4, 47, 11) e "campos de Tanis" (Ps. 77, 12. 43). Ora bem Tanis parece ser a atual San el-Hagar, que os Hiksos fizeram sua capital com o nome de Avaris; depois ficou sendo a sede de Ramsés II: Pi-Ramsés. Outra opinião identifica Pi-Ramsés com Tell Artabi no wadi Tumilat. Como quer que seja, trata-se da região ondulada que vai do Delta aos Lagos Salgados, junto à fronteira com a Ásia, chamada antigamente Arábia, "onde parece natural que um Faraó, vindo da Ásia, instalasse asiáticos errantes" (Rops). Lá Israel ficava longe da gente autóctone e facilitava-se o êxodo. Terra de pastagens, os semi-nômades podiam criar seus rebanhos; e à borda das culturas, podiam exercer a agricultura. "Passaram-se várias gerações... Meio-nômades, meio sedentários, os filhos de Israel gozavam da vida mais prazenteira" (Rops).

2. A OPRESSÃO (Êx 1, 8-22). 1) *Causas.* Multiplicaram-se enormemente os Israelitas (7), que não puderam conter-se no Gessen. Esta terra ficou sempre o centro deles (8, 18. 22; 9, 26); muitos porém se misturaram com os egípcios (12, 13); outros, em grupos, voltaram para Canaã antes do êxodo é o que parece.

Expulsos os Hyksos, surgiram dinastias indígenas. Dessarte um Faraó de uma destas dinastias "nada sabia de José" (1, 8). *Motivos nacionais e políticos* fizeram com que êle passasse a tratar diferentemente os Israelitas: como *a minoria racial progressista* que, aparentada aos Hyksos, ajudaria os inimigos do Egito (1, 9-10). Não quis expulsá-los porque precisava da sua mão de obra e dos seus rebanhos; pro-

pôs-se então torná-la inferior ao elemento nacional, mediante sistema de angariamento.

Fases da opressão. a) Na luta pela independência entre Egípcios e Hyksos os Israelitas ficaram neutros até o novo Faraó. b) Êste os sujeitou de começo a trabalhos forçados: fabricação de tijolos com palha por dentro, como são os de lá comumente, sob a vigilância de inspetores armados de bastão, a fim de que o excesso de fadiga e as sevícias provocassem anormal mortalidade... Assim é que êles edificaram *Pi-Ramsés* e *Pi-tum* ou "moradia de Ramsés (Faraó)" e "moradia do (deus) Tum ou Atum" (1, 11). Isto entrava nos planos divinos: 1) dividia os Hebreus dos Egípcios; 2) iniciava-os nos trabalhos de edificação e fortificação, até o momento ignorados, e na cultura (1, 14; 3) perdendo a vida cômoda, aceitariam as ordens de volta para Canaã. c) Apesar disso o crescimento continuou (1, 12). d) Décadas mais tarde Faraó quis eliminar os elementos heterogêneos perigosos. *Primeira ordem* foi que as parteiras matassem os filhos homens dos Hebreus: ordem bárbara, que prova bastante o desdem perfeito dos monarcas orientais pela vida humana. Nem foi executada. Essa resistência passiva foi premiada por Deus com edificação de casas para elas (e para os muitos filhos que teriam) (1, 15-21). *Segunda ordem* foi a de afogamento dos filhos no rio. e) Agravaram-se os trabalhos, quando se publicou a ordem de êles procurarem a palha para os tijolos (5, 6 ss.). "A raça parecia condenada a morrer.. Surgiu então Moisés" (Rops). *Duração da opressão.* Quando Moisés tinha 80 anos ainda a opressão continuava (7, 7); como ela começou antes do seu nascimento, durou um século mais ou menos.

O Faraó da opressão e do Êxodo. Para uns seria Tutmés III (1501-1447) e Amênofis II (1447-1420) ou Amênofis III (1411-1375); para outros, Ramsés II (1292-1225) e Meneftah (1225-1215).

3. INFÂNCIA E VOCAÇÃO DE MOISÉS. Êx 2, 1-4, 31.

a) *Nascimento.* Moisés é da tribo de Levi (2, 1). Sua mãe não quis matá-lo; expô-lo conseguintemente à borda do Nilo numa cesta de papiro, sob a vigilância da irmã (2, 3-4). Adotou-o a própria filha de Faraó e impôs-lhe o nome de Moisés (2, 5-10). "Porque eu o tirei da água" é explicação etimológica de tipo popular, comum na Bíblia. Seria o particípio passivo do verbo *mashah,* "tirar", "extrair"; logo, "o tirado", "o extraido". De fato porém *Mosheh* é particípio passivo, "o extraidor", quiçá porque Moisés é o extraidor do povo do Egito (nome de missão). Outros recorrem à língua egípcia (foi a filha de Faraó que o impôs.: a) para Flávio Josefo e Filon viria de *Mô* "água", "semente", "filho", e *She,* "conservado", "lago", "Nilo"; logo, "conservado da água" ou "filho do Nilo". b) Melhor porém é esta sentença: vem de MS (W), transcrito como MOSE, MESU, MOSU, e significa "filho". Têm-se na verdade os nomes teofóricos *Ahmos* ou Ahmose, *Ptahmos* ou Ptahmose, Râmos ou Ramose e Tutmos ou Tutmose, que significam "filho" do deus Ah, Ptah, Râ ou Tot, onde Mose é o segundo elemento. E isolado aparece no papiro Anastasi (1, 18, 2): "Não é bom que Mose o saiba, porque êle te castigaria"; e no de Salt (124, 2-24): "Êle foi queixar-se contra o vizir a Mose, que o destituiu da sua função de vizir."

b) *Educação.* Foi na côrte. Lá esteve 40 anos (2, 23; 7, 7; cfr At 7, 23), influenciado pelo ambiente.

A "ciência do Egito" que a Bíblia lhe dá é a esotérica dos Magos, lá chamados REKH KHELU, "o que conhece as cousas" (cfr Contos Populares do Egito em Maspero). Se porém os sábios do Egito por meios secretos queriam forçar os deuses, com magia cheia de contradições e imoralidade, Moisés servia-se deles só para cumprir sua missão. Ademais era taumaturgo. Não se esquecia no entanto da sua raça.

c) *Fuga de Moisés.* Quis matar em segrêdo um inspetor de obras, que batia num Hebreu. A morte do funcionário público, no exercício do seu cargo, era cousa grave; não podia ficar oculta, ainda mais que a altercação com um Hebreu "krumiro" a levou até Faraó. Lançou-se pena de morte contra Moisés. Fugiu êle para Madian, até a zona suleste da península sinaítica, (a oriente do Delta fugiam quantos estavam ameaçados de prisão: cfr *Romance de Sinuhe*). Bem acolhido por um chefe, sacerdote, chamado aqui de Jetro, alhures também de Raguel (2, 18) e Hobab (Jz 4, 11), este lhe deu uma das sete filhas, Séfora, como esposa. Morto Faraó, apiedou-se Deus do povo hebraico, que clamava sob a opressão.

d) *A vocação.* 1. Numa esplêndida teofania apareceu Deus a Moisés na sarça do Monte Horeb. Confiou-lhe uma legação junto a Faraó. Na teofania nomeou-se Deus Elohim, que é nome comum. Perguntou Moisés seu nome particular e próprio a) por sentimento da sua insuficiência para a missão; b) para responder à prevista objeção dos compatriotas. O nome era na verdade sinônimo da pessoa; e por isso mesmo firma o selo de autenticação; e no caso prova de missão verdadeira. (cfr 6, 2-3). Em resposta Deus a si se chamou de "EU SOU". "Eu sou" é a primeira pessoa do presente, (em hebreu, imperfeito), do verbo HWH (forma

antiquada) ou HYH (forma moderna, que significa "ser", "existir". Falando dele os Hebreus chamavam-No "ÊLE É", YHWH, terceira pessoa singular do presente (cfr 3, 15, onde a forma aparece completa). A *pronúncia* de *Yhwh* era provavelmente *Yahweh*, provada pelas transcrições *Iabé* , e *Iaoué* dos Padres. Os Massoretas porém, interpretando à letra Lev 24, 16, não pronunciavam o tetragrama divino (Yhwh); davam-lhe as vogais de *Adonai* e liam Adonai em lugar de Yahweh; daí é que veio a forma Jeová em lugar de Yahweh. O *étimo* da palavra é incerto. a) Não é a raiz árabe HAWAH, "cair", "destruir"; logo Deus Yahweh não é "o destruidor", "o que faz cair chuva, raio. Nem b) certa forma de HYH, "viver", como se fôra o Deus "que dá a vida", o "Criador". E sim c) o imperfeito hebreu, como está acima. Os Protestantes entendem porém deste modo: "SEREI O QUE SOU", "SOU E (SEMPRE) SEREI". Revelar-se-ia portanto a *eternidade* de Deus. Os católicos afirmam: é *a aseidade* ao contrário que se revela. Dão como prova insofismavel a versão dos LXX "O ÕN", "Aquele que é". Antes de Moisés, hebreus houve com nomes teofóricos onde Yahweh é um dos elementos. Como por exemplo sua própria mãe, chamada *Jochabed*, ou "Yah.(abreviação de Yahweh, escrita como Jo) é glória". Não os há fora de Israel nem se prova adorassem os Qenitas (ramo de Madianitas) a Yahweh.

Nota: os LXX verteram Yahweh por KYRIOS, a Vulgata, por DOMINUS, "o Senhor". E até agora não se deu a conhecer como Javé, porque não executou a Promessa. Vai mostrar que é Javé (Yahweh), executando-a pelos prodígios do Êxodo (6, 3-8). 3, 15-22; Yahweh designa o modo, os sinais e o sócio da legação (4, 1-17). Voltou Moisés para o Egito, levando Séfora e *filhos* (está no plural aqui, segundo o TH e Vulgata, vindo de 2, 22 e 18, 2-4, embora apareça o singular

em 4, 25) (4, 18-20). Moisés trazia uma vara na mão. Deu-se um *episódio na viagem*: Yahweh, em forma de anjo (com os LXX e TH), vai contra Moisés para matá-lo; Séfora com pedra aguda circuncidou o filho, e com o prepúcio dele tocou *os pés* de Moisés, chamando-o "esposo de sangue", afastando-se Yahweh. *Que quer dizer isso tudo?* Notando-se que a narração contem antropomorfismos, (Yahweh que se aproxima e se afasta), e *eufemismo,* ("pés" está ao que parece por genitais), o todo, se bem que obscuro, provàvelmente trata de doença e de cura. "A maioria entende que Moisés, tendo transcurado a circuncisão do filho, fôra punido de moléstia mortal. Mas depois que Séfora executou o rito, Moisés ficou livre da enfermidade" (La S. B., I, 190).

II. A LIBERTAÇÃO

A) MOISÉS e FARAÓ

1. *Primeiros esforços de Moisés.* Êx 5, 1-7, 13. Fracassaram as primeiras tentativas de Moisés na sua missão, porque Faraó rejeitou a ordem divina, e ainda mais oprimiu os Hebreus. Mais. Até os Hebreus desprezaram a Moisés. Deus porém o reconfortou, predizendo a iminente ruina do Egito, o que vem narrado depois da genealogia dele (6, 14-28; 7, 1-7).

2. *As dez pragas.* Êx 7, 14-10, 29. O *fim principal* delas era a) indicar a Yahweh qual nume poderosíssimo a Faraó, que O desprezara (5, 2);

b) confirmar a legação de Moisés junto aos Hebreus, e indicar-lhes a fraqueza de Faraó e dos deuses egípcios.

E *o secundário*, a) permitir o endurecimento de Faraó para que luzisse a divina onipotência (7, 3; Rom 9, 17);

b) punir os egípcios pela opressão dos Hebreus e pela idolatria (Sab 11, 5 ss.; 16-19).

Quanto *à natureza* das dez pragas tem-se a *primeira sentença*, dos racionalistas, que as fazem *fenômenos totalmente naturais*. Ela vai contra a Tradição unânime e os hagiógrafos, que as tiveram quais prodígios operados por Moisés mediante poder divino, sendo essa a impressão que igualmente se colhe da leitura do trecho. Uma *segunda* acredita que todas são *fatos sobrenaturais quanto à mesma essência*. Obsta a essa interpretação universal o fato de as pragas serem narradas com forte cor local, assemelhando-se a fenômenos naturais do Egito em muita cousa. Logo, a *terceira* sentença é melhor: são as pragas, em sua maioria, *fatos naturais quanto à natureza, e sobrenaturais quanto ao modo* (abaixo vai ser isso provado). Algumas delas contudo provavelmente são em si sobrenaturais.

Deu-se porém antes delas o *milagre da vara de Aarão* (7, 8-13), que virou serpente. Os magos entanto fizeram cousa igual: a) *por prestidigitação*: hoje derviches de lá encantam serpentes, enrijecendo-as como bastões; b) ou *por poder demoníaco;* ou c) pode explicar-se literariamente por ajunta mais tarde feita por autor inspirado, o qual *citou implicitamente* fonte oral ou escrita, sem aprovar o conteudo.

3. *As dez pragas em particular*. 1) *praga*. Êx 7, 14-24. Eis o fenômeno natural: no começo de Julho dá-se o enverdecimento e o mau cheiro das águas do Nilo, com enxames de vermes e com perigo para os homens, mas não para os peixes; de meados de Julho para diante as águas tomam cor

de sangue, em razão ou do humus provindo de rochas desagregadas no Alto Egito, ou de germes infusórios. As águas são potaveis então. O fenômeno jamais se dá naturalmente no Baixo Egito. Eis agora *o fenômeno bíblico*: em Fevereiro (conforme os dados do Êxodo), logo que a vara de Moisés tocou a água dos "rios", que são os braços do Delta nos quais se subdivide o Nilo, dos "regatos" ou canais irrigatórios, das "lagoas" ou paues abundantes ali, e em suma "a água de todos os tanques", termo coletivo e resumidor do que foi dito antes, a água ficou ruim para homens e peixes no Baixo Egito.

2) *praga*. Êx 7. 25-8, 11. Durante a inundação anual bandos de rãs (e ali a espécie "ranae punctatae" é mais comum) tudo invadem, com nojo dos Egípcios, amantes da limpeza, que contra elas invocam o deus *Heket*. Mas o *fenômeno bíblico* é bem mais extenso que o natural (cfr 7, 25-8, 15). Feiticeiros egípcios fizeram cousa semelhante a essas duas pragas vistas, explicando-se como se viu acima acerca da imitação do milagre da vara de Aarão.

3) *praga*. 8, 12-15. Em Outubro e Novembro pernilongos, (o TH traz "piolhos"), depõem seus ovos no pó, voam em nuvens, picam deixando grossuras que impedem o sono, possivel só debaixo de mosquiteiro, (até em Dezembro eu próprio vi muitas dessas nuvens no Lago de Moeris, em 1949). São vários de espécie: a *Aedes Aegypti*, a *Stegomya fasciata*, que Linné chamou de *Culex* Aegypti, inoculadora do dengue e da febre amarela, o pequeno e silencioso *Flebótomo*.

4) *praga*. 8, 10-28. Região úmida e quente, abunda em moscas, que formam nuvens, invadindo uma região deixando imune outra, sempre provocando oftalmias e feridas mortais.

5) *praga.* 9, 1-7. A peste dos animais não é periódica no Egito. Dá-se porém, e tão forte, que se deve importar gado da Síria. Tal epizootia é o carvão.

6) *praga.* 9, 8-12. Doenças cutâneas sobretudo durante a inundação, abundam. E' sua causa a água má ou o calor, com os germes de doenças tropicais. E' a varíola, varicela, etc., que atacam igualmente o gado.

7) *praga.* 9, 13-35. O granizo é raro no Egito. Ao passo que as seis pragas anteriores caíram sobre os homens e os animais, esta foi para as plantações. E deu-se de mistura com fogo.

8) *praga.* 10, 1-20. Os gafanhotos, comuns no Oriente, são raros no Egito, (cfr. a esplêndida descrição de Joel, em Jl 1, 2-18 e 2, 2-11).

9) *praga.* 10, 21-29. O *khamsin,* ("khamnsin" significa 50, porque sopra durante 50 dias, entre Março e Abril, embora por vezes também noutras épocas do ano), é vento que vem do deserto da Líbia. Igual ao "scirocco" da Itália, e mais ou menos como o nosso "vento noroeste", levanta nuvens escuras de pó impalpavel e é bem molesto. Êle cobriu o exército de Cambises, enviado contra os Amônios, diz Heródoto.

10) *praga.* E' a da morte aos primogênitos. Ameaçada em 11, 1-10, 12, 29-30 narra a sua execução.

"La S. B.". I, 195-204, traz as pragas com êstes nomes: água mudada em sangue, rãs, pernilongos (mosquitos), moscas grandes, peste, pústulas, granizo, gafanhotos, trevas; depois a décima, vista acima.

4. O carater sobrenatural, em relação com as circunstâncias, que as fazem *milagres quanto ao modo tão sòmente*, nota-se claramente, porque elas:

a) foram anunciadas matematicamente por Moisés, e dadas no momento preciso;

b) são-lhe obedientes no começar e no cessar;

c) têm extensão maior que os fenômenos análogos naturais;

d) assolam tão só os egípcios;

e) nem todas foram imitadas pelos feiticeiros. Logo denotam o dedo de Deus, como se colhe de 8, 19.

B) A PARTIDA.

I. *A Primeira Páscoa ou a Páscoa egípcia.* a) *Tradução* de 12, 1-7. 1· Disse Yahweh a Moisés e Aarão na terra do Egito: 2 "Êste mês será para vós o princípio do ano. ". Falai a todo o ajuntamento dos filhos de Israel, e dizei-lhes: ao décimo dia deste mês tome cada qual um cordeiro segundo as casas paternas, uma rez por cada casa. 4. Se a casa for menor que o necessário para comer a rez, tome ao vizinho, da pegada a ela, em número que baste para comer o cordeiro. 5. A rez será sem defeito, macho, de um ano, cordeiro ou cabrito. 6 Vós a guardareis até o dia quatorze deste mês; e toda a multidão dos filhos de Israel a imolará entre luzes. 7 Êles tomarão de seu sangue e untarão as duas umbreiras e a verga das portas das casas, onde comerem".

b) *Comentário* a essa instituição da Páscoa. Seguem-se os versículos indicados. 2. Deu-se a Páscoa, conforme a or-

dem divina, (12, 21-28), no mês de *abhib* ("das espigas"), depois chamado *nisan* ("provento das ervas"), que cai em Abril ou Março. Era o início do ano religioso; o civil começava no outono, quando abhib é mês primaveril. 3. "Cordeiro": eis como foi traduzida a palavra hebraica, a qual porém significa cordeiro e cabrito, quase que "gado menor"; seria uma cabeça única para cada família e casa. 4. A tradição fixou o número de pessoas, que deviam comer cada rez, em não mais de 20 e não menos de 10. 5. A rez devia ser perfeita, isto é, "sem defeito": não coxa, nem doentia, etc. "Macho", porque superior à fêmea e substitutiva do primogênito. "De um ano" entendeu-se de dois modos: de um ano completo para cima, ou tenra até um ano, porque o Lev permite cabeça de 8 dias para mais. Conforme a palavra, a vítima podia ser cordeiro ou cabrito; o costume fez prevalecer a escolha do cordeiro. Todo Israel devia imolar "entre luzes"; tal expressão foi interpretada diferentemente: para uns significa "entre as duas vésperas", vem a ser, entre o ocaso do sol e o crepúsculo; para outros, entre o período que vai das 3 da tarde até o ocaso, e o que segue ao ocaso. 7. Assinalação dos umbrais e da verga das portas das casas com o sangue do animal, substitutivo do primogênito poupado pelo anjo exterminador.

c) 12, 8-11. "Nessa mesma noite", isto é, depois das segundas vésperas ou do ocaso, devia-se comer tudo. "Comer-lhe-eis a cabeça com os pés, e com os intestinos", foi dito, porque essas partes em geral não se assam, como deviam fazer com o animal.

A rez era acompanhada de *pães ázimos*: (a) porque êstes deviam indicar a pressa da fuga (nem tempo para a fermentação); (b) depois, êles com as *ervas amargas*, simbolizavam a amargura sofrida.

d) *Comeram-se as sobras.* Comeram como caminhantes, cingidos os "rins", isto é, com as vestes presas à cintura para não impedir a marcha.

e) 12, 11-13: "Porque esta é *a Páscoa*, quer dizer, *a passagem do Senhor*. E aquela noite passarei pela terra do Egito, e matarei na terra do Egito todos os primogênitos, desde os homens até os animais: E eu castigarei todos os deuses do Egito. Eu, Yahweh. O sangue servirá de sinal nas casas onde estiverdes: eu verei o sangue e passarei de lado: e a praga não tocará em vós, quando eu ferir todo o Egito".

Explica-se aí o nome *"Páscoa"* pela *passagem de Deus*, matando os primogênitos egípcios, e a dos Israelitas, saindo do Egito. Páscoa é *"Pesach"* no hebreu, e êsse nome vem do verbo *pasach*, que significa "coxear", "saltar", "passar avante". Páscoa significando passagem aparece no Êxodo, como outrossim nestes nomes próprios: *Tiphsach*, a cidade Thapsacus dos gregos, ou "passagem além", desde que dali se passava para outro lado do Eufrates; e ao que parece *Lampsacus*. Esta etimologia é negada por alguns, que explicam a Páscoa pelo ciclo lunar (festa da lua cheia).

Fora de Israel não se encontra paralelo à Páscoa.

12, 15-21 cita o preceito da comemoração da Páscoa egípcia ou primeira, cada ano, de 14 a 21 de nisan, com o uso dos ázimos.

II. *Primeira jornada da marcha: de Pi-Ramsés ao Mar Vermelho.*

De Gessen ou Goshen, região do Egito para cá do Canal de Suez, até a Palestina, pela "terra dos Filisteus", vem a ser, pela rota que costeja o Mediterrâneo, a estrada é reta. Mas 13, 17 diz que Moisés tomou a "via do deserto, que é perto do Mar Vermelho", por medo de guerra com aqueles e volta de Israel para o Egito. Primeira etapa nessa rota escolhida foi *Sucot,* nome hebraico, mas aqui transcrição do nome egípcio *Theku* ou *Thuke,* cidade perto de Pithom, hoje a oeste de Ismaelia. De lá partiram para *Etham,* nome que parece ser forma hebraica do substantivo egípcio *Khetem,* que significa "a torre", "o fortim". Uma *coluna de fogo* pela noite, *de nuvem,* ao correr do dia; símbolo da presença de Yahweh, o qual guiava os passos de Israel, precedia o povo. Concebe-se como certa massa ígnea interna, envolta de fumaça, e o todo aparecia escuro de dia, e iluminado de noite. E isso por toda a peregrinação. Descrito êsse fenômeno, depois que se falou de Etham, relata-se que de lá o povo se desviou para o Mar Vermelho, passando por *Pi-hachiroth,* que, quanto parece, não é cidade e sim região com banhados entre os Lagos Amargos e Djebel (Monte) Djeneffe, até certo ponto entre *Migdol* ("a torre") e *Beelsephon,* em frente ao lugar da passagem do Mar Vermelho. Ali, chegando o exército de Faraó, a nuvem foi colocar-se entre os Israelitas e os Egípcios. Moisés estendeu a vara sôbre o Mar. Deu-se a divisão das águas e a travessia dos Israelitas. Estendeu êle de novo a vara, e deu-se a conjunção das águas e o afogamento dos Egípcios. Muito provavelmente Faraó em pessoa tomou parte na expedição; mas o relato bíblico aqui não diz que êle entrou no Mar nem que se afogou. Desse estupendo milagre, que ficou profundamente gravado na memória do povo, tanto que as páginas inspiradas sempre o recordam, veja-se:

a) *a natureza*. Diz 14, 21-23: "Tendo Moisés pois estendido a sua mão sôbre o mar, Yahweh dividiu as águas fazendo que toda a noite soprasse um vento veemente, abrasador, que lhe secou o fundo. Estando a água assim dividida, entraram os filhos de Israel pelo meio do mar seco, tendo pela direita e esquerda a água que lhes servia como de muro. E os Egípcios, que os perseguiam, entraram depois deles pelo meio do mar com toda a cavalaria de Faraó, suas carroças e cavalos". Tais dados são melhor explicados assim pelo Pe. Renié: "Não é impossível que Moisés, familiarizado com os lugares, se tivesse aproveitado das circunstâncias, para fazer com que sua gente atravessasse o golfo, num ponto onde era vadeavel". Antes de continuar a citar o mesmo texto dele, dê-se a nota que colocou no couce da página: "O Snr. Bourdon pôde atravessar em pessoa o vau de Suez com mar baixo, "sem ter água acima dos joelhos" (R. B., 1928, p. 236). O Snr. Clédat nota que no vau de Chaluf a altura da água é tão fraca que, sob a ação prolongada do vento sudeste (cfr Êx 14, 21), a terra pode ser posta a nu; "é, diz êle, fenômeno que eu observei muita vez no Lago Balduino. Dura por vezes muitos dias" (R. B., 1920, p. 302). Todavia, declara, por causa das marés a passagem é perigosa, senão impossivel. Ainda uma vez, uma cousa é atravessar individualmente um braço de mar pouco profundo, e outra, fazer com que uma multidão pouco disciplinada o atravesse.

Sem a intervenção do vento, enviado pela Providência, a maré teria impedido a passagem". Depois continua, citando a mesma revista: "Então é que, verdadeiramente, e é preciso reconhecer de boa fé, aparecem os caracteres *maravilhosos, providenciais, miraculosos*: coincidência de baixo mar excepcional quanto ao nível e à duração, violência e persistência de um vento do este relativamente raro nessas paragens,

e produzindo êsse verdadeiro enxugamento do vau com a sua duração excepcional; tempestade violenta, acompanhada de trombas de pó (a nuvem), de relâmpagos e de trovões, no momento em que os Egípcios perseguiam a Israel, no alvorecer do quarto dia, penetrando atrás dele vau a dentro" (R. B., 1932, p. 547-548). E nota por fim que o khamsin é bem outra cousa que o turbilhão de nuvem citado.

b) *Tipologia da passagem.* Os Padres da Igreja e a liturgia (hino "Ad regias Agni dapes") vêem nela o tipo do Batismo: assim como os Israelitas sairam das águas do Mar Vermelho livres da escravidão egípcia, recebendo desde então suas leis sòmente de Deus, igualmente o batizado sai das águas do Batismo, livre da servidão do demônio e do pecado para só servir a Deus.

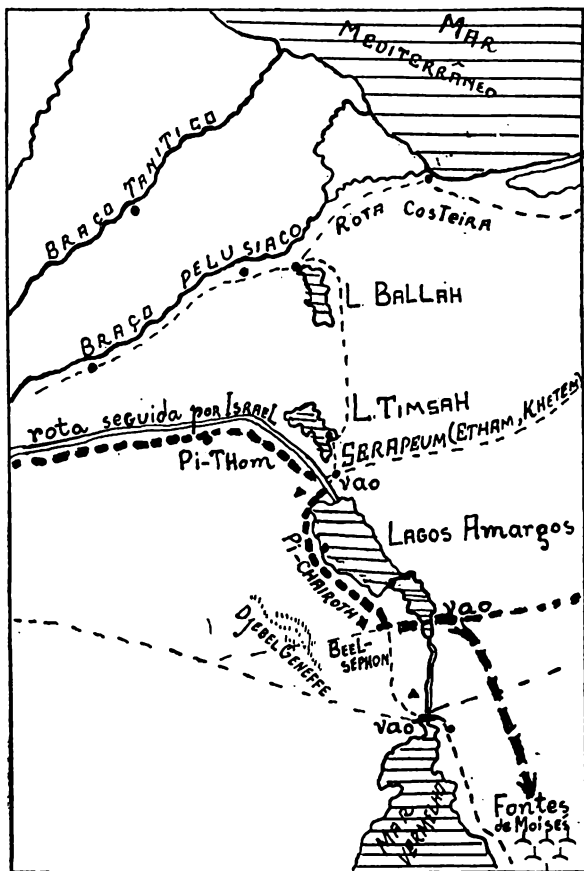
c) *Lugar da passagem.* Nos tempos do Êxodo o golfo ocidental do Mar Vermelho entrava mais na terra. A sentença mais comum diz que mediante canal natural chegava aos Lagos Amargos, si bem que outra, mais rara, afirma que atingia o Lago Timsach. Vaus diversos permitiam a passagem de um lado para o outro desse sistema de canais, lagos e mar: o vau perto da atual cidade de Suez, outro na parte inferior dos Lagos Amargos, um terceiro no Serapeum, entre os Lagos Amargos e o Lago Timsach, e um quarto em El Guisr, entre êste e o Lago Ballah. O segundo citado, de pouca profundeza e sujeito às marés do Mar Vermelho, que chegam até lá, parece melhor corresponder aos dados bíblicos.

d) *Número de Israelitas na passagem.* Êx 12, 37. Num 11, 21 dá 600.000 sem as mulheres, crianças, velhos, estrangeiros e fugitivos (Êx 11, 21; Num 11, 4; Jos 8, 35). Com êstes seriam ao todo 2.500.000 pessoas. Ora tal número é impossivel: a) *praticamente,* à vista da reunião e da

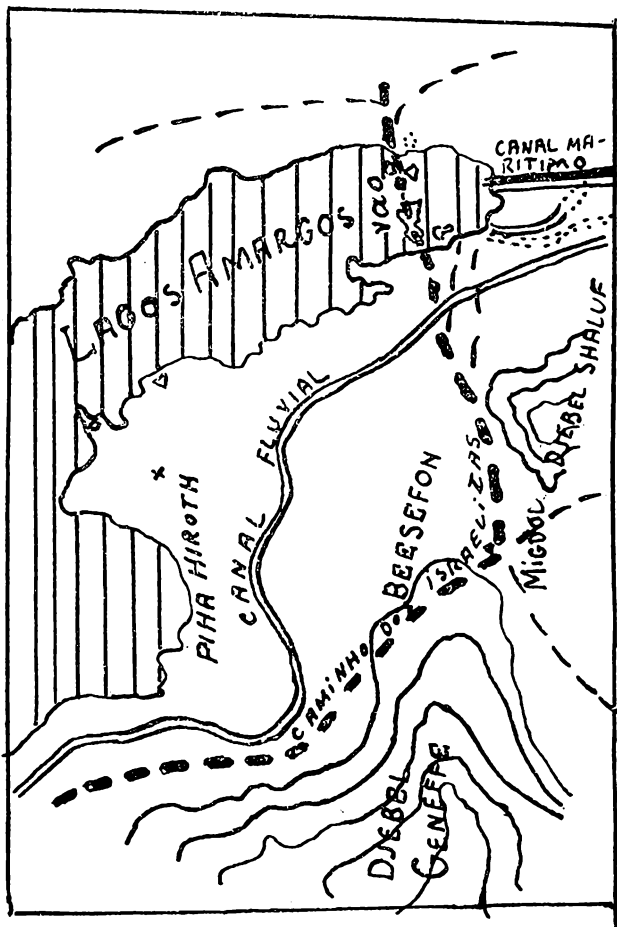
travessia de tal massa numa só noite, comida para ela e o gado, a exígua tropa de Faraó enviada em sua perseguição...'; b) Jos 4, 13 e 5, 8 dá 40.000 soldados depois, e tais eram todos os homens válidos; c) cômputos baseados dão 500.000 Israelitas para o tempo dos Juizes. Logo, o número supra deve estar errado.

Vários sistemas se excogitaram para explicar a cifra: a) Hummelauer propõe 6 "milheiros"; b) para outros 600.000 é número fundado no seguinte *sistema sexagenal assírio-babilônico*: 60 por 10; 600 por 6; 3.600 por 10; 36.000 por 6;... E aquí 36.000 seria o número dos soldados, isto é, dos Israelitas válidos, o que corresponde de perto aos 40.000 de que fala Josué; c) outros ainda explicam "seiscentos *mil*" deste modo: *Eleph* é a palavra hebraica correspondente a "mil", mas também a "miliário"; ora bem, assim como em Roma havia "centúrias" (conjunto de 100 soldados de si) praticamente com 80, 60, e até menor número deles, o Êxodo fala que "600 miliários" atravessaram o Mar Vermelho, embora cada um desses miliários contasse muito menos soldados do que mil; desse modo o todo daria número bem menor do que 600.000; d) há ainda os que pensam que estava escrito "600 Aleph", sendo Aleph a primeira letra do alfabeto hebraico, e, no caso, símbolo de "homem"; por engano leram Eleph, "mil", palavra que começa por essa letra, originando-se o número exagerado e errado.

III. *Segunda etapa: do Mar Vermelho ao Monte Sinai.* Êx 15-19 (cfr Num 33, 3-15).

1. O *Cântico de Moisés.* Êx 15, 1-22. Atravessado o Mar Vermelho desse modo portentoso, Moisés prorrompeu num cântico de ação de graças, que é uma das páginas bí-

1.ª etapa: de Goshen ao Mar Vermelho e começo da 2.ª etapa.

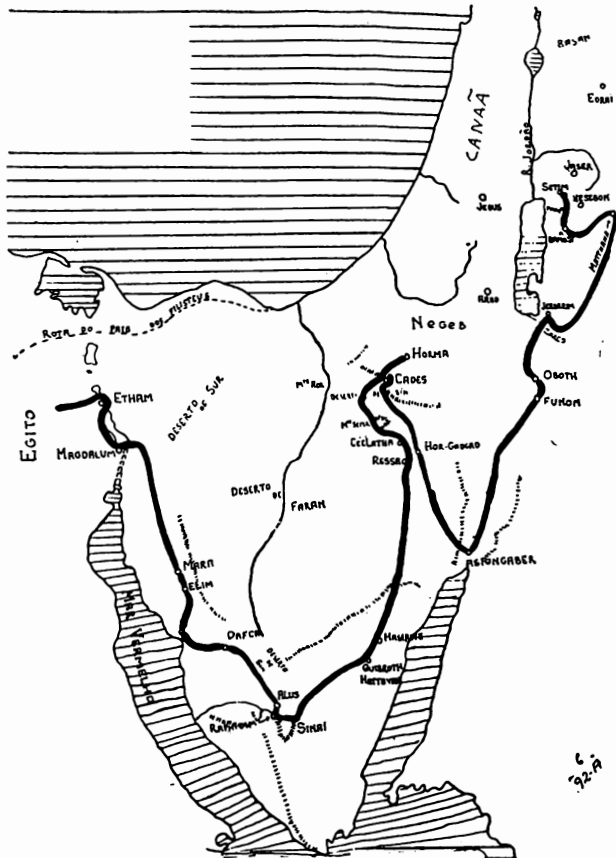
blicas mais sublimes, podendo figurar entre as poesias líricas mais formosas da literatura universal. "Ainda que alguns exegetas observem que a composição deste cântico parece posterior à época de Moisés, isso não obsta a que, com o autor sagrado, o atribuamos ao mesmo, pelo menos quanto ao conteudo substancial. Como mais tarde Débora (Jz 5), Ana (1 Sam 2), e outros no A. T., e no N. a Virgem Maria (Lc 1, 47 ss.), Zacarias (Lc 1, 68 ss.) e Simeão (Lc 2, 29 ss.), em momentos de elevação espiritual entoam cânticos de agradecimento ao Senhor; assim também aqui Moisés improvisa êste cântico sublime, que através dos séculos renovará o agradecimento de Israel pela sua salvação" (Sagrada Bíblia de Nacar-Colunga).

2. *Episódio da estação de Marah.* Êx 15, 22-26. A primeira estação para lá do Mar Vermelho foi *Marah.* A sentença comum identificou Marah com *Ain Hawarah* a 80 quilômetros a sudeste de Suez. Outra, mais exata, com *Ain* Musa ou "fonte de Moisés", a 38 km. só da mesma cidade. Como quer que seja: "Mara: (é) feminino de *mar* "amargo", e por isso "amarga" (amargura). Fontes de águas mais ou menos salôbras existem ainda na costa ocidental da península sinaítica. Uma delas se chama ainda hoje de "Ayn Musa", fonte de Moisés, a quase 40 km. do ponto aproximado da passagem do Mar Vermelho; com ela pode identificar-se o lugar de "Mara" (La S. B. I., 216). Um pau que indicou Deus, atirado à água, fê-la de salobra potavel (cfr. Eclo 38, 4-6). "Não foi dito que planta fosse o pau que adoçou a água amarga; mas os Padres nele divisaram um belo símbolo do madeiro da cruz de Cristo, que suaviza as penas desta vida. Entrementes, aquele prodígio foi ocasião a que desse Deus ao seu povo uma primeira instrução, a lei fundamental de Lhe obedecer, cuja observação seria

LUGAR DA PASSAGEM

a prova do seu sincero apêgo. Em paga Deus promete preservá-lo de toda sorte de enfermidade, quais foram as pragas do Egito" (La S. B., I, 216).

3. *Estação de Elim.* Êx 15, 27. Acamparam os Israelitas nesse oasis do Wadi Ghurundel, como é comumente identificado, abundante de carvalhos, terebintos, palmeiras, como diz o nome de Elim.

4. *O fenômeno das codornizes.* Êx 16, 1-8. Depois de Elim, um mês após o Êxodo, Moisés prometeu ao povo, em nome de Deus, pão e carne ao povo que recordava a riqueza do Delta e murmurava. Ora bem, codornizes, aves de arribação, migram da África pela península sinaítica para o norte, na primavera, em busca de lugares frescos; no outono, voltam para lá. Cansadas da travessia do Mar Vermelho, seus bandos descem e repousam à sua borda oriental, podendo muitas delas ser apanhadas facilmente. No tempo fixado e anunciado por Deus apareceu um desses bandos. "Fenômeno natural portanto, "que "foi providencial, não propriamente miraculoso" (La S. B. I, 218).

5. *O maná.* Êx 16, 9-26. a) *O texto*: "E pela manhã também todos os arredores do campo foram carregados de orvalho. E estando a superfície da terra coberta dele viu-se aparecer no deserto uma cousa miuda, e como pisada num gral, que se assemelhava àqueles pequenos grãos de geada branca que cai sôbre a terra. O que tendo visto os filhos de Israel, disseram uns para os outros: *Manu,* isto é: Que é isto? Porque não sabiam o que era. Moisés lhes respondeu: Êste é o pão, que o Senhor vos deu para comerdes..." b) *Natureza do Maná. A sentença mais comum* é de que seja *inteiramente sobrenatural.* Textos escriturísticos parecem fortemente isso indicar, quando o chamam de "pão do céu",

De Gessen, no Egito, até a entrada em Canaã.

"pão dos anjos" (Sab 16, 20), "pão dos fortes" (Sl 78, 25). No extremo contrário está a dos racionalistas, que fazem do Maná um fenômeno *totalmente natural.* Seria êle a exsudação da árvore chamada *Tamaris Mannifera,* que ainda hoje existe. Picada pelos insetos *Trabutina mannipara e Naiacoccus serpentinus,* transuda a árvore de leite, que cai em forma de ervilha branca, a qual se colhe de manhã, pois o sol o endurece como cera, ou dissolve; tem sabor de mel e é aromático. Colhem-se uns 300 quilos por ano, vendidos ao Egito ou dados como tributo ao Convento de Santa Catarina do Monte Sinai, ou ainda, limpos e cozidos, são usados hoje como mel no pão. De fato há muita analogia entre êste maná natural e o bíblico: dão-se no mesmo lugar (a península sinaítica) e hora; têm o mesmo aspecto e sabor; derretem-se com o sol e servem para adoçar tortas. Esta sentença é no entanto de todo reprovavel, dadas estas diferenças mais notáveis ainda, notadas pelo Pe. Renié:

O maná sinaítico	O Maná bíblico
1.º Produz só em pleno verão, durante 2 meses e ainda quando o inverno foi chuvoso;	1.º Cai regularmente, durante 40 anos, exceto ao sábado, junto ao acampamento israelita;
2.º Durante a sezão, cai todos os dias;	2.º Cai na sexta-feira em quantidade dupla, mas não cai no sábado;
3.º E' raro, porque as melhores estimações dão 700 libras inglesas para a colheita anual;	3.º E' abundante, porque cada um colhe um **gomor** (3 litros e meio);
4.º Conserva-se muito tempo, inalterado (exceto leve mudança de cor);	4.º Corrompe-se no dia seguinte ao da queda; mas o de sextâ - feira conservava-se 48 horas;
5.º Torna-se facilmente xaroposo, sem poder ser moido nem pilado; nem se pode então cozer;	5.º Fundia-se ao sol e prestava-se ao cozimento; substância dura, podia ser pilada;
6.º E' antes laxativo e, tendo pouca matéria azotada, não bastaria como comida.	6.º Foi durante a estada no deserto o alimento principal, para não dizer exclusivo, dos Israelitas.

Mas como já na antiguidade haviam notado Flavio Josefo e S. Ambrósio, as analogias com o maná sinaítico podem levar a *uma terceira sentença,* que faz do Maná bíblico um *milagre quanto ao modo sòmente*: embora seja essencialmente o maná natural, esteve sujeito a especial intervenção de Deus, que o multiplicou e lhe deu caracteres especiais, podendo aproximar-se dos espantosos milagres da multiplicação dos peixes e pães por Jesus, e da multiplicação do azeite por Elias. Afinal, milagre quanto à mesma essência, como parece certo, ou milagre só quanto ao modo, como é provável e a Igreja não reprova. (Ricciotti admite êste,. . .); mas sempre milagre.

c) *Tipologia do Maná.* O próprio Jesus fez do Maná símbolo da Eucaristia (Jo 6, 49. 59; cfr. Apc 2, 17; 1 Cor 10, 3).

6. No *Monte Sinai.* Êx 17, 1-7. Relata-se o fato conhecido da murmuração de Israel pela falta de água; a ordem de Deus para que Moisés batesse com a sua vara a rocha do Monte Horeb; a execução, com abundância do líquido, e o nome que Moisés impôs àquelas estações de *Massa* ou "tentação", e de "Meriba", ou "querela", "contenda", porque Israel tentava e contendia.

7. Êx 17, 8-16 dá a vitória de Israel sôbre os Amalecitas.

8. Êx 18, 1-27. Em *Rephidim,* nova estação, Jetro visitou Moisés, seu genro, dando-lhe conselhos sobre a constituição civil do povo (instituição do conselho de 70 anciões, etc.),

9. *No Monte Sinai.* Êx 19, 1-20, 21. Deve-se identificar o Monte Horeb com o Monte Sinai (elevações da mesma

montanha com planalto entre si). O Monte Horeb chama-se de Sinai, ou por causa do deus Sin (lua), ou por causa do deserto de Sin. Situa-se na ponta meridional da Península sinaítica, ou Arábia Pétrea. Tal localização, comprovada hoje, baseia-se ademais na tradição judaica e cristã (Flávio Josefo, a "Peregrinação aos Lugares Santos" de Etéria ou Sílvia...) Apesar disso, quase não há monte do sul da Palestina e da Península, que se não identifique com o Sinai. Até alguns, como que *a priori*, o localizam para lá do Golfo Elanítico (na Arábia), como se verá abaixo.

a) *Teofania no Monte Sinai.* E' célebre, majestosa, base de toda a vida religiosa de Israel e da Igreja. Chegado Israel ao Sinai 2 meses depois do Êxodo, estando ali por 11 meses (19, 1-2; Num 10, 11), deu-se ela. Israel prometeu observar a Lei que seria dada (19, 3-8). Houve então preparação de dois dias, e demarcação dos limites intransponiveis do Monte Sinai, sob pena de morte (19, 9-13). *Yahweh promulgou o Decálogo* (20, 1-17) em meio a trovões, fuzilos, tremores do Monte, sons de trombetas misteriosas. Descrição que põe ante os olhos a manifestação do sobrenatural, é tomada como interpretação religiosa de uma erupção vulcânica, que então se deu no Sinai: eis a que leva o racionalismo. E como na Península não há sinais disso, transportam o lugar para além do Golfo Elanítico, contra todos os dados da antiguidade. Mas Israel pediu a Yahweh que não falasse pessoalmente, e sim mediante Moisés, o qual ficou 40 dias e noites no cimo. Voltando de lá, Moisés promulgou o *Código da Aliança* (20, 18-23, 33).

Êste é código civil e criminal sucinto: horror pela idolatria e superstição, ideal de justiça, estima pela vida e dignidade humanas, — com pontos análogos na exposição aos có-

digos egípcio e babilônico-terahita, — sendo superior a ambos.

Depois Moisés erigiu um altar no Monte Sinai, com 12 masseboth ao redor representando as 12 tribos de Israel, para lembrança da promulgação. Deu-se a aspersão do povo, do altar que simbolizava Yahweh, e do livro, com as vítimas então imoladas em sacrifício (Êx 24, 1-11), sangue que é típico do de Cristo (Hebr 9, 19).

10. *Adoração do Bezerro de ouro.* Êx 32-34. "A veneração desse símbolo representando Yahweh não era, estritamente falando, ato de idolatria, e sim violação da lei ainda recente que proibia estátuas (20, 4)... A traição do povo rompeu a aliança... Moisés intercedeu... A aliança foi restabelecida" (Renié).

NÚMEROS

1. Núm 1-10 traz duplo recenseamento dos guerreiros e levitas, consagração destes e partida no 20.º dia do segundo mês do segundo ano do Êxodo.

2. Núm 11-14. Relatam-se fatos que excluiram os emigrantes da entrada na Terra Prometida, o envio de exploradores enviados à Palestina que inspecionassem os lugares, os recursos da região, a qualidade dos habitantes; sua penetração nela por Hebron e estada por lá durante 40 dias; volta deles com notícias terríveis acerca do vigor cananeu e do poder dos muros das cidades; levantamento do povo querendo apedrejar Moisés e Aarão, apesar da objurgação daquele, e deste com Caleb. Foi nova ruptura da aliança. Admiravel oração de Moisés fez com que Deus comutasse a sentença de

reprovação pela de peregrinação durante 40 anos pelo deserto, só entrando na Palestina Josué, Caleb e os Hebreus menores de 20 anos. Guerra aos Cananeus contra os conselhos de Moisés, e derrota dos Hebreus, perseguidos por aqueles até Horma.

3. Núm 15-19. Tais capítulos do Êxodo com Núm 33 narram a *terceira* etapa, do Monte Sinai a Kadesh-barnea (Cades); a *quarta*, de Kadesh-barnea ao Monte Hor; a *quinta*, do Monte Hor a Eziongaber; e a *sexta*, de Eziongaber novamente a Kadesh-barnea, com estações e estações omitidas por brevidade. Muita cousa há duvidosa nessas idas e vindas dos Israelitas pelo deserto. E por isso, há desacordo entre elas e o mapa que vai anexo.

O que aqui se ressaltam são os fatos.

Promulgação de novas leis, revolta de Coré, Datan e Abiron; morte de Maria, irmã de Moisés.

Cades é então o centro civil e religioso de Israel, disperso pela península sinaítica para criação e cultura. O castigo da peregrinação serviu para que Moisés educasse religiosamente o povo.

4. Núm 20-21, 9. Desaparecida a geração revoltosa (Dt 2, 14), seu espírito continuou. Murmurou pela penúria de água. Yahweh faz brotar água do rochedo. Moisés contudo e Aarão, sem confiança plena nele, como castigo não entrariam na Terra Prometida. Propôs-se Moisés invadir Moab. Pediu passagem por Edom ao seu rei. Negou-se êste com ameaças. Por consequência retrocedeu Israel até Eziongaber, para contornar-lhe o território. Dois episódios então se deram: derrota de Arad, rei cananeu do Negev, e nova sedição do povo, cansado da marcha e enfastiado do

maná; e envio de serpentes venenosas contra os rebeldes. Intercedeu ainda Moisés, que por ordem divina fabricou a *serpente de bronze,* que libertava da morte a quantos olhavam para ela, *sendo típica da Cruz* (Jo 3, 14. 15). Foi quando se deu outrossim o florescimento da vara de Aarão (Núm 17).

5. *De Elath ao Jordão.* E' a sétima etapa. Núm 21, 10-35. Os Israelitas, chegados à torrente Zared (Wady el Hesa), estavam ao sul de Moab, embora parte do exército, contornando essa região, tivesse chegado ao Monte Pisgah (Nebo). Ali pediu Moisés a Seon, rei dos Amorreus e Hesebon, passagem por lá. Respondeu pelas armas. Mas foi vencido. O mesmo aconteceu com Og, rei de Basan.

6. *Oráculos de Balaão.* Núm 22-24. Balac, rei de Moab, ignorava a proibição divina aos Hebreus de o guerrearem (Dt 2, 9). Assustou-se pois com a derrota de Seon e Og; e mais ainda, quando Israel chegou em frente a Jericó. Fraco, sòzinho, aliou-se aos Madianitas, e recorreu supersticiosamente a seres superiores, chamando o *qosen* ("encantador", "adivinho", "mago", quase sempre estrangeiro) *Balaão,* habitante de Pethor, para que amaldiçoasse a Israel. Balaão conhecia o Deus verdadeiro, a quem recorria quando em dificuldades (22, 8), mas em cujo culto metia práticas mágicas, por avareza ou ambição (24, 1). Esperava efeito favoravel dessa feitiçaria. E eis que Balaão recusou o convite de uma primeira embaixada de Balac. Houve uma segunda. Yahweh então deu licença a Balaão para que fosse, com a condição porém de ser seu fiel intérprete, Desagradou-se todavia Yahweh com a pressa de Balaão por ir-se; e operou um milagre para submetê-lo: *o episódio da burra.* Para os mais é *história verdadeira,* porque Deus pode fazer os animais falarem. Ademais, 2 Pdr 2, 16 diz que a burra, fa-

lando, liquidou a loucura de Balaão; si o relato fosse fábula, S. Pedro teria concorrido para acreditá-la. Para muitos entretanto é *ficção inventada* por Balaão para justificar-se. E alguns finalmente pensam que o relato é *descrição dramática* da luta que se travava no interior de Balaão entre a obediência e a avareza. Depois disso, chegou e teve recepção solene por parte de Balac. E com decepção deste, o feiticeiro abençoou a Israel, ao invés de amaldiçoá-lo. Aqui vão os seus oráculos:

1.º *Oráculo*. Núm 23, 7-10. Diz que não pode amaldiçoar o povo, abençoado pelo mesmo Deus. Nota que Israel é povo à parte, escolhido, por motivo de suas leis, costumes, disposições da Providência. E que é inumeravel (o povo das promessas).

2.º *Oráculo*. Núm 23, 11-30. Desiludido com o primeiro oráculo, julgando a Deus inconstante como os homens, tentou Balac atraí-lo a seu favor. Eis porque Balaão começa: Yahweh não é igual aos homens, não mente, e suas decisões são irrevogaveis. No mais é igual ao primeiro: Deus ama a Israel, porque êste não gosta da magia e da adivinhação, e será o seu guia.

3.º *Oráculo*. Núm 24, 3-9. Fala novamente da força e da beleza de Israel. A versão dada de Núm 24, 7b: "O seu rei será rejeitado por causa de Agag, e o seu reino lhe será tirado", aludindo a Saul, reprovado porque poupou Agag, rei amalecita (1 Sam 15, 9-9), não serve. O original hebraico traz: "O seu rei será elevado mais do que Agag, e o seu reino será exaltado", assegurando a vitória de Israel sôbre os Amalecitas, simbolizados pelo rei.

4.º *Oráculo.* Êx 24, 10-19. Enraivecido Balac por causa do terceiro oráculo, demitiu Balaão. Em resposta Balaão, nada desconcertado, proferiu isto:

"Oráculo de Balaão, filho de Beor;
palavra do homem que tem os olhos fechados;

Oráculo daquele que ouve as palavras de Deus,
e conhece o pensamento do Altíssimo,
e vê as visões do Onipotente,
e, caindo, tem os olhos abertos.

Eu vejo, mas não agora, eu contemplo, mas não de perto.

Despontará uma estrela de Jacó, e surgirá um cetro de [Israel,
e baterá nos flancos de Moab e abaterá os filhos de Set.
A Iduméia será possessão sua,
e Seir, a dos seus inimigos,
e Israel fará proezas,
um descendente de Jacó dominará,
e dispersará da cidade todo o resíduo".

O vate penetra bem longe no futuro ("não agora", "não de perto"). Nesse futuro então longínquo há de aparecer uma *estrela*, um *cetro*, isto é, um príncipe glorioso e potente, que essas figuras indicam. E êsse príncipe há de estender seu domínio sôbre *Edom* e *Moab*, símbolos das gentes pagãs que ficarão sujeitas a Cristo. Logo, a profecia é *diretamente messiânica.* Assim todos os Padres, e os Targumin. Alguns porém julgam que se realizou materialmente a profecia com a estrela que guiou os Magos (Mt 2, 2).

5.º *Oráculo.* Núm 24, 20-25. À glória de Israel opõe-se o castigo de Amalec e dos Cineus, os quais serão levados como escravos para a Assíria; e dos Assírios, cuja pátria será

devastada por guerreiros vindos de *Kittim*, vem a ser, Grécia e Roma, porquanto Kittim, de si Chipre, aplicava-se aos habitantes das ilhas e costas do Mediterrâneo (Vulgata e versão trazem "Itália"); e à terra de Assur serão expatriados outros povos ("Hebreus" na Vulgata e na versão), sendo por sua vez castigados também os Kittim.

Núm 25. Expulso de Moab, Balaão recuperou sua fama com esta maquinação: ajudado pelas mulheres do país (31, 16), induziu Israel ao culto licencioso de Beelfegor. Essa idolatria e essa devassidão de Israel foram castigadas a espada, que matou 24.000 pessoas. Mais tarde Madian foi esmagada; deu-se enorme carnificina de homens e de mulheres casadas, quando também morreu Balaão (31, 8).

Núm 26-36. 1. Debalde Moisés tentou a reevocação do castigo de não pisar a Terra Escolhida. Josué devia ser o condutor de Israel através do Jordão. Diz porém Dt 3, 23-28 que do alto do *Monte Pisgah* (ou Fasga), chamado de Monte Nebo, para lá do Mar Morto, o grande condutor avistou a tão cobiçada terra.

Estava velho. Tinha todavia ainda alguns momentos. Aproveitou-os, transmitindo a ordem de Deus sôbre novo recenseamento do povo e dos levitas, e deu normas para a partilha da Terra Escolhida por entre as tribos, conforme se vê na carta que vai anexa ao texto: e ditou ainda outras leis.

2. *Profecia de Moisés.* Mais do que leis novas, Moisés, atento para com o povo de dura cerviz, que renovava os pecados anteriores, fez suas *últimas recomendações,* como pai extremoso mais do que chefe, só pensando no futuro da sua tão estimada gente. O Deuteronômio traz essas recomendações ou "novissima verba".

Entre elas está a *profecia messiânica de Moisés* (Dt 18, 15-18). Ei-la:

> "Yahweh suscitará do meio de ti, dentre teus irmãos, um profeta como eu; a êle ouvirás tu, precisamente como a Yahweh, teu Deus, pediste no Horeb, no dia da congregação, dizendo: Que não ouça eu a voz de Yahweh, meu Deus, nem veja êste grande fogo, para que não morra. Então me disse Yahweh: Dizem bem, assim falando. Eu lhes suscitarei dentre seus irmãos um profeta, como tu, porei na sua boca as minhas palavras, e êle há de comunicar-lhes tudo quanto eu lhes mandar".

E agora a *interpretação*. Qual é *o Profeta* semelhante a Moisés? Os *Judeus* especificam: uns, identificando-o com Josué, que sucedeu a Moisés; outros, com Jeremias; e ainda outros com a série inteira de profetas, excetuado Cristo Senhor. Esta última hipótese é a dos racionalistas outrossim. Mas para os *Católicos* e na verdade o Profeta é Cristo Jesus, ao qual se refere a profecia *literalmente*. Há porém duas correntes entre os mesmos: a) *a profecia refere-se a Cristo e sòmente a Êle*. Apresentam estas provas: 1) no N. T. esperava-se "o profeta" anunciado por Moisés; julgava-se que era João, o Batista; Filipe disse a Natanael havê-lo encontrado; Pedro indentificou-o com Jesus (Jo 1, 21-45; At 3, 22 ss.); 2) a maioria dos Padres; 3) o texto deixa transparecer profeta bem determinado, pois o nome, os verbos e pronomes estão no singular, e por fim Moisés diz que *lhe será semelhante*. b) A profecia refere-se a Cristo com a série de todos os profetas, dos quais Êle é o maior. Avançam de seu lado estas razões: 1) Pedro não exclui os outros profetas; 2) Padres e escritores eclesiásticos, como Orígenes e Teodoreto, as-

sim pensaram; 3) no texto o singular "profeta" tem *sentido coletivo* como *rei* em Dt 5, 14 ss.; 4) Deus proibiu a consulta a adivinhos e feiticeiros, dizendo que proveria com profetas verdadeiros; ora isso exige toda uma série; 5) finalmente, o povo queria a Moisés como mediador, e a outros, que depois o substituissem, para não ter relação direta com Yahweh. Ora, isto postula instituição permanente até Cristo.

Últimos dias de Moisés e sua morte. 1. Dt 31, 1-6. Yahweh designou Josué qual sucessor de Moisés.

Dt 31, 9-13 narra a entrega da Lei aos sacerdotes e anciães do povo, com a ordem imposta de que se lesse ao povo cada sete anos.

Dt 32, 1-43. Advertido da morte iminente e da ingratidão de Israel, compôs o seu segundo *cântico*, mais amplo que o primeiro, e tão sublime quanto êle.

Dt 31, 48-52, relata a despedida que fez ao povo, a subida ao Monte Nebo donde avistou Canaã, a sua derradeira bênção ao povo, igual a de Jacó às 12 tribos, (mas bênção ao invés de maldição a Levi). Morreu. Foi sepultado em lugar previsto por Deus e ignorado do povo, por temor de superstição (34, 6; Jud 9).

D. MOISÉS, GRANDE ENTRE OS MAIORES

O hagiógrafo faz um último elogio ao grande morto (Dt 34, 10-12), o qual será retomado por Sirácide mais tarde (Eclo 45, 1-5).

Taumaturgo, legislador, profeta (o maior), libertador, medianeiro entre Israel e Yahweh, grande pela natureza e pela graça, de sensibilidade fina e aguda que o fez grande poeta,

e de espírito realista, objetivo, meticuloso, reto, firme, que o fez legislador, — uma cousa não estorvando outra, — *Moisés é o tipo perfeito do Messias,* todo fé, todo zelo, todo obediência a Yahweh, todo amor o mais terno e o mais extremoso pelo seu povo.

Sua influência é básica em toda a história de Israel de todos os tempos. E através do N. T. ainda influi no mundo cristão, que há de espalhar a sua Lei, completada e aperfeiçoada pelo Evangelho, a todo o universo.

Moisés é grande dentre os que mais o sejam.

III. A LEGISLAÇÃO MOSAICA

Os elementos estão nos 4 Livros do Pentateuco, de Números ao Deuteronômio. São leis dadas em tempos e lugares vários, ao léo das circunstâncias, inseridas na trama dos fatos, interrompidos de tempos a tempos. O DECÁLOGO é o núcleo inicial, sob 2 formas, curta e longa, sendo aquela a mais primitiva; o *código da aliança* é desenvolvimento e explicação de certos preceitos do Decálogo; e as leis subsequentes lhe são similares.

1. CARACTERES GERAIS DA LEI MOSAICA.

A) *Imperfeições.* a) São leis sem *ordem lógica;* aparecem cronològicamente quando promulgadas; apesar disso apresentam um todo harmonioso e coerente. b) São leis mais sôbre as ações externas do que sôbre a pureza interior, mais sôbre a vida pública do que a vida privada, com sanções da vida presente sem mira à vida eterna. Para almas vulgares havia ritual minucioso com perigo de formalismo, como acon-

teceu depois. B) *Transcendência.* a) Os defeitos reais são relativos porque o judeu "obstinado", "duro e inflexivel" (Dt 31, 27) não aguentaria cousa mais nobre; embora o Deuteronômio tenha ideal mais alto para os generosos. b) A inferioridade dela com relação ao Evangelho é *pedagógica,* conduzindo Deus aos homens do imperfeito para o perfeito; eis porque Jesus não abrogou, e sim transformou e aperfeiçoou a Lei Mosaica (Mt 5, 17). Esta não produzia a graça, mas só a pureza legal; mas dispunha para ela, reavivando a fé no Messias, seu autor. E' tão boa que durou até Cristo e, modificada, é a base da civilização. c) O formalismo não é fruto e sim deformação da Lei Mosaica. Deus suscitou os profetas como seu corretivo. Também o Evangelho é dêle. d) Quão superior aos códices do tempo! Em religião aqui o monoteismo da Lei Mosaica e ali a idolatria, a magia, a superstição, o mito, a obcenidade e a crueldade das religiões cananéias e outras. Na *moral* sentimento vivo de justiça, respeito pelo valor da vida humana (que inspirou a lei do talião), respeito dos bens alheios, humanidade para com os fracos, pobres, escravos, estrangeiros e inimigos na guerra, delicadeza na vida familiar, mais do que noutras leis. *Universal* em certo sentido (dela vieram as leis modernas) é bem *nacional* e visceralmente *religiosa,* cuja idéia central é a TEOCRACIA: Deus legislador, juiz e soberano de Israel (Êx 19, 6).

C) *Fontes da Lei Mosaica*: a) *a lei natural* é a 1.ª base da Tora, codificada no Decálogo; b) a *revelação primitiva.* c) o *código patriarcal* (a abstenção do sangue (Lev 17, 10-14) considerado veículo do princípio vital; a circuncisão; a distinção entre animais puros e impuros (Lev 11; Dt 14, 3-20; o levirato (Dt 25, 5-10; Gên 38, 8-9) pro-

vàvelmente o sábado; d) o *direito consuetudinário*, usado pelos Hebreus antes do Êxodo, que toda sociedade, antes da lei escrita, deve possuir; aliás seria aglomeração humana. Provavelmente as leis sôbre a escravidão (Lev 25, 39-46; Êx 21, 2-11) a pena do talião (Lev 24, 17-22), o divórcio (Dt 24, 1-4), a poligamia (Dt 21, 15-17), o goel (Lev 25, 25; 45-49; Núm 35, 19-33), e diversas sôbre o homicídio, o roubo, os depósitos, o empréstimo, a usura, a fornicação... Do Código da Aliança dele vieram: *Imperfeitas* algumas, para evitar maior mal tolerou-as Moisés; e) *cópia de códigos estrangeiros*: certas regulamentações cultuais (vestes e mobília sagradas) foram imitadas do Egito: Deus inspirou a Moisés as formas do novo culto, servindo-se das idéias, purificadas dos defeitos, que êle adquiriu por lá; os sacrifícios são os que aparecem na "tarifa de Marselha": mais do que empréstimo direto das religiões semíticas, explicam-se as semelhanças pelo fundo comum religioso dos povos semíticos; ademais, há semelhanças entre a Lei Mosaica e os códigos hitita, *prehamurábico* e hamurábico; f) *positiva ordenação de Deus*. Mas a expressão "Deus falou a Moisés e disse" significa ora lei que de fato vem de Deus, ora lei dada em seu nome, a Êle igualmente atribuida; g) *Moisés é autor de muitas leis* (eleição dos anciães segundo o conselho de Jetro, etc.). Modificada orgânicamente e aos poucos, como lei viva de Israel, a Lei Mosaica ainda é, com as achegas, o aperfeiçoamento do Evangelho, a base mais firme da civilização, da cultura, do progresso.

2. CRONOLOGIA DO PENTATEUCO

Aqui vão em primeiro lugar os *princípios* sôbre a questão; e depois, as *aplicações* aos vários acontecimentos na obra quíntupla de Moisés.

A) PRINCÍPIOS A RESPEITO DA CRONOLOGIA DO PENTATEUCO

1. "Não existe, falando com propriedade, cronologia bíblica" (Renié), nem no A. T., exceção feita de 1 e 2 Mac, nem na literatura antiga do Oriente Próximo. (1) Ao passo que os Romanos datavam os acontecimentos "ab urbe condita", e os autores dos livros dos Macabeus usaram da era dos Selêucidas, que começou no fim do séc. IV a. C., os livros do A. T. não usam de *era* para os fatos;

2. A Bíblia encerra no entretanto elementos cronológicos: datas e cifras. Mas desgraçadamente seu uso é difícil, aliás impossivel, em se tratando de épocas remotíssimas, pois não oferecem margem para precisação alguma, e com efeito:

a) há lacunas e lacunas, deixando-se de citar personagem, acontecimento, etc., de forma que não se sabe o comprimento da cadeia do tempo, faltando inúmeros elos;

Prova-se assim: ainda que haja no Pentateuco a palavra "filho" e "gerou", refere-se ela muita vez a descendente não imediato, só dando-se a pessoas mais importantes segundo o esquema e o escopo do hagiógrafo. Ademais, assim como S. Mateus reduziu as gerações até Jesus a três grupos de 14 delas, com significado simbólico, omitindo muitas, acaso não reduziu Moisés artificiosamente a dez o número tanto dos patriarcas, ante-diluvianos, quanto dos post-diluvianos?

b) as cifras, que existem, estão alteradas de tal jeito, que há desacordo entre os três documentos básicos do Pentateuco, todos os três de igual importância: o TM, a versão dos Setenta (LXX) e o Pentateuco Samaritano.

---

(1) As tabuetas de Larsa não são propriamente tabuetas cronologicas.

c) Quanto às alterações, "provindo das múltiplas transcrições do texto,... Deus julgou inutil fazer um milagre para a transmissão exata das cifras" (Renié). Note-se porém: "A Bíblia inspirada não pode ser assimilada, quanto à cronologia, aos documentos profanos; o que seus autores quiseram afirmar é verdade infalivel. Ex.: Mt 1, 17 diz categòricamente que houve três séries de gerações de Abraão até Cristo; e isto é verdade de baixo do ponto de vista que êle teve, embora êsse não seja o dos fatos, desde que entre Davi e a deportação hão de ajuntar-se 4 (segundo Pr 8, 11-15).

B) *Aplicações.*

a) *Idade do mundo. A data da criação do mundo é questão puramente científica.* A Bíblia não oferece nenhum dado que possa determiná-la, e especialmente não indica o intervalo que se passou entre a criação do mundo e a do homem.

b) *A data da criação do homem. Também é incerta.*

De fato, somando-se as cidades dos patriarcas, tem-se a duração de 2.023 anos de Adão até Abraão, segundo o TM, e de 3.509, conforme os LXX. Tomando-se esta, e dando-se 2.000 anos para o intervalo entre Abraão e Jesus, que é o máximo possível, tem-se até hoje 7.000 anos desde a criação do homem.

Ora, já se notou (pouco acima) o desacordo entre os testemunhos.

Tendo-se em vista as lacunas do Pentateuco, a humanidade apareceu muitíssimo tempo antes dessa data.

Quanto tempo então faz que apareceu? A resposta está nestas sábias palavras do Cardeal Gonzalez: "A Igreja tolera todas as opiniões acerca da antiguidade do homem". Mas ela

apoia a ciência de verdadeiro nome, com teses certas fundadas em argumentos apodíticos e com opiniões que se baseiam em razões de maior ou menor probabilidade.

Ora bem, o melhor resumo que se possa fazer é êste da "Initiation Biblique: "Os documentos históricos permitem remontar até 5.000 anos antes de Jesus Cristo (Egito, Susa). Para lá não existe medida alguma que permita avaliar com precisão a duração dos períodos geológicos. Assinalemos, entretanto, entre os ensaios mais sérios, a hipótese de um geólogo, sueco, aplicada igualmente aos depósitos glaciários da América do Norte. Os cálculos tentados por de Geer e seus discípulos mostraram que o fim do último período glaciário (Wuerm) teria durado de 12 a 15.000 anos, e que o máximum glaciário (Musteriano, época na qual o Homem de Neanderthal vivia ainda na Europa) remontaria aproximativamente a 30.000 anos. Para cima estende-se um período seguramente longuíssimo, durante o qual existiam velhas raças pré-históricas. Não se pode avaliar a sua duração com segurança, mas os especialistas do Quaternário tendem a ultrapassar largamente a cifra de 100.000 anos. Tais são os dados presentes da ciência".

Dizendo abaixo que o homem existe "desde muitas dezenas de milhares de anos", acrescenta: "esta mudança de perspectiva pode perturbar nossas concepções habituais mas não embaraçam em nada a fé cristã".

Vêem-se todavia nos livros os números mais fantásticos e contraditórios, nada científicos. Portanto si "os cálculos dos comentaristas estão sujeitos a caução, (somando as cifras da Bíblia sem mais), as hipóteses científicas serão quiçá revistas mais tarde", diz Renié.

c) *A data do dilúvio.* "E' impossível precisar a data certa do dilúvio bíblico". (Initiation biblique).

Razão é a divergência supra mencionada.

De fato TH oferece dados que o colocam 2461 antes de Jesus; já segundo o que se lê nos LXX haveria entre o dilúvio e Jesus 3341 anos. O Martirólógio Romano dá número entre êsses dois, colocando o dilúvio 2.957 anos antes do Senhor.

Ora, admitindo-se o dilúvio geograficamente restrito à bacia babilônia, mas antropologicamente universal, quando ainda a humanidade só existia alí, antes das migrações, os recentes e numerosos dados da arqueologia e da antropologia fazem colocar o cataclisma bem antes desses números bíblicos. Na verdade a arqueologia mostra civilização já avançada no Egito desde o 5.º *milenário* (5.000) antes de Cristo. E como a antropologia exumou ossadas da *raça cheleana*, que são os fosseis humanos mais antigos da Europa, datando-lhes a idade de 50.000 antes de Cristo, de duas uma: ou os homens de fora da bacia babilônia escaparam ao dilúvio, que seria antropologicamente restrito, ou o dilúvio aconteceu num tempo anterior ao 50.º milenário antes de Jesus. E isto aqui é bem mais provável.

d) *Também há incerteza quanto à duração da estada de Israel no Egito.* Gên 12, 4 diz que Abraão tinha 75 anos quanto partiu de Haran para Canaã. Segundo Gên 17, 1 e 17 êle tinha 100 anos quando lhe foi anunciado o nascimento de Isaac. Êste com 40 anos desposou a Rebeca, e com 60 lhe nasceram Esaú e Jacó. Havia então 85 anos que Abraão chegara a Canaã (Gên 25, 20 e 26). Ora, Jacó desceu ao Egito com 130 anos e lá seus filhos permaneceram 430 (Gên 47, 9

e Êx 12, 40). Mas esta cifra não é segura, pois temos desacordo entre os testemunhos:

TM	PS e LXX (ms Alex).
"A estadia dos *beney Israel* (filhos de Israel) no *Egito* foi de 430 anos".	A estadia dos *beney Israel e* de seus pais no Egito e *no país da Canaã* foi de 430 anos".

A duração de 430 anos começa desde a chegada de Abraão a Canaã? A maioria dos autores o supõe, embora o PS e os LXX não precisem. Gal 3, 17 conta 430 anos desde a promessa até a promulgação da Lei, sem dizer si se trata de promessa feita quando Abraão estava em Canaã ou posterior. Outros textos trazem a duração média de 400 anos para a estada no Egito. Logo, é provavel que a saida do Egito se tenha dado 700 anos após o nascimento de Abraão. Eis o que ensina a "Initiation biblique".

e) *Mas quando viveu Abraão?* A determinação única é baseada na suposição de que Abraão foi contemporâneo de Hamurabi. Ora bem, isso que era tido quase que como certo é problemático, e embora continue possível, está sendo abandonado por novas luzes de arqueologia. Aliás, ainda que fosse certamente contemporâneo, a dúvida continuaria, porque há duas sentenças sobre a época do reinado de Hamurabi: *data máxima*: 1848-1806: *data mínima*: 1728-1686.

Em todo o caso, Abraão é contemporâneo dos Amorreus, pois a campanha dos quatro reis (Gên 14) bem se compreende ao tempo da infiltração destes pelo Oriente antigo, ou o é da primeira dinastia amorréia da Babilônia.

Tudo leva a acreditar pois que êle vivia nos começos do séc. XVIII A. C.

E já se deu a dupla sentença a respeito da data do Êxodo.

Adão, Noé, Abraão, Moisés são figuras proeminentes da marcha da humanidade para Cristo, novo Adão, o qual, é o coração da Bíblia, que tudo nela explica, sem o qual tudo é obscuro. Buscar a Jesus nas páginas da Bíblia, e encontrado amá-Lo, e amando-O fazê-Lo conhecido para salvação alheia e própria.

Eis o fim para o qual foram escritas estas páginas.

"Jesus, vós que tudo conheceis sabeis que eu vos amo".

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE JOSUÉ, JUIZES, RUTE

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE JOSUÉ, JUIZES, RUTE

I — O LIVRO DE JOSUÉ

II — O LIVRO DOS JUIZES

III — O LIVRO DE RUTE

JOSUÉ, JUIZES, RUTE

O LIVRO DE JOSUÉ

O livro de Josué continua a história narrada no Pentateuco e toma o fio da narrativa no ponto deixado pelo último capítulo do Deuteronômio, isto é, a morte de Moisés, para descrever a conquista da Palestina iniciada com a travessia do Jordão, e sua distribuição pelas 12 tribos.

Josué — Quanto à pessoa do heroi principal de quem o livro tomou nome, encontramos também indicações em outros livros da Bíblia: O nome de Josué aparece na forma hebraica Yehoshua ben Nûn em Dt 3, 21 ou na forma abreviada Hôshea em Núm 13, 8, cujo significado é "Jahvé é a Salvação".

De acordo com Dt 1, 38 e 31, 7, Jahvé dará a Terra Prometida à descendência de Abraão por meio de Josué que pertence à tribo de Efraim (Núm 13, 9), é neto de Elicama (1 Par 7, 26-27) e filho de Nûn (Êx 33, 11), como também é o fiel ministro de Moisés, sempre zeloso e valente (Núm e Dt). Com Caleb tomou parte na 1.ª missão dos exploradores à Palestina, e, no regresso, só estes dois protestaram contra as exagerações dos demais, ainda que com risco de vida (Núm cc. 13 e 14).

Ao comunicar Deus a Moisés sua morte próxima, indica-lhe como sucessor "o homem no qual reside o espírito" (Núm 27, 18) isto é, de sabedoria e fôrça necessárias a um chefe do povo eleito. Embora herdeiro de muitas das prerrogativas de Moisés, não mais atuará como o grande legislador: muitos dos milagres vão ser operados por intermédio dos sacerdotes, como a passagem do Jordão a pé enxuto e a queda dos muros de Jericó, nem tão pouco terá a mesma intimidade com Deus, mas consultá-lo-á muitas vezes por intermédio dos sacerdotes.

Finalmente, morto Moisés, com zêlo e energia inicia sua missão.

Assim como Moisés fôra o grande legislador, Josué será o grande conquistador. Não apenas por uma semelhança de nome ou por analogias extrínsecas, mas sim por "identidade de funções, é a figura de Jesus, chefe do Israel de Deus" (1).

CONSPECTO DO LIVRO DE JOSUÉ

1.ª *parte*: Conquista da Terra Prometida (cap. 1-12)

1) Preparativos: Ordens de Deus a Josué e de Josué ao povo (c. 1); os exploradores são enviados a Jericó (c. 2).

2) Travessia milagrosa do Jordão (3-4) e acampamento em Gilgal (5).

(1) A. Gelin, Josue em La Sainte Bible, Paris, 1949.

3) Tomada de Jericó (6) e de Ai (7, 1-8, 29). Altar sobre o Ebal e renovação da Aliança (testamento) com Deus (8, 30-35).

4) Conquista da parte meridional de Canaã: astúcia dos gabaonitas (9); vitória sobre os cinco reis aliados perto de Gabaon (10).

5) Conquista da parte setentrional (c. 11); lista dos reis vencidos (c. 12).

2.ª *parte*: Divisão da Terra Prometida (cap: 13-21):

1) Deus ordena a repartição das terras (13, 1-14); limites das tribos transjordânicas (13, 15-33); Hebron é destinada a Caleb (14).

2) 1.ª distribuição das terras em Gilgal (13-17): Judas (15), Efraim (16), Manassés (17).

3) 2.ª distribuição, em Silo (18-19): Benjamim (18) e as restantes seis tribos (19).

4) Estabelecimento das cidades de refúgio (20) e cidades levíticas (21).

3.ª *parte*: Ultimas disposições de Josué (22-24):

1) Licenciamento das tribos transjordânicas (22).

2) Primeiro discurso de Josué (23).

3) Segundo discurso de Josué (24, 1-28); morte e sepultura de Josué (24, 29-33).

Duração — Cêrca de 30 anos empregou Josué na conquista da Palestina, pois tendo iniciado com 80 anos, nela trabalhou até pouco antes de sua morte aos 110 anos.

Cronologia — Embora muito se tenha discutido sobre a época em que se deva colocar estes 30 anos, aliás intimamente ligados ao tempo do êxodo do Egito, hoje em dia já se pode dizer que só duas épocas são possiveis, a saber: A 1.ª, no tempo de Tutmosis III (1490-1436 a.C.) que é o faraó da 18.ª dinastia. A 2.ª, no tempo de Ramsés II (1301-1234 a.C.), faraó da 19.ª dinastia. Como os argumentos a favor da 2.ª época, quer os baseados na própria Bíblia quer os baseados em documentos extra-bíblicos, parecem mais sólidos, a tendência hodierna é admití-la. (2)

Podemos pois estabelecer a conquista de Canaã na 2.ª metade do sec. 13 a.C.

Participantes — Embora à primeira vista nos pareça mais de acordo com o livro de Josué dizer que as 12 tribos tomaram parte conjuntamente na conquista, muitas passagens melhor se explicariam se admitirmos que já estavam algumas ou parte delas na Palestina, como por exemplo as palavras de Raab aos exploradores (2, 8 ss.), a aliança com os gabaonitas e renovação do pacto em Siquém (9), etc.

Modo — Se compararmos Josué com o livro dos Juízes, veremos facilmente que a conquista se efetuou em dois tempos: num primeiro o conjunto das tribos combateu sob Josué, numa espécie de guerra-relâmpago, aproveitando-se da impressão e vantagens causadas pelas primeiras vitórias miraculosas; depois num segundo tempo veio a ocupação definitiva e lenta do território, ocupação esta que só se pode considerar terminada na época de Davi, cerca de 2 séculos depois.

---

(2) Cf. P. de Vaux, art. Israel em D. B. S., p. 736 s.

Gênero literário — Estamos num gênero literário estritamente histórico, não porém segundo a concepção que fazemos da história no nosso século 20. O hagiógrafo não escreveu a história pela história, mas tinha também uma finalidade doutrinal. Ao narrar estes acontecimentos, queria ilustrar algumas verdades religiosas entre as quais sobressai a fidelidade de Deus em cumprir suas promessas, quer castigando o povo quando desobedece (c. 7), quer principalmente concedendo-lhe a vitória e posse final da Terra Prometida (c. 23-24). Os pecados dos israelitas só têm o efeito de atrasar o cumprimento da promessa inicial feita a Abraão (21, 43-45, ou seg. a Vg 41-43). Simultaneamente outras verdades são contempladas, como o poder de Deus que luta pelo povo, a justiça divina, etc.

O pouco que ora sabemos sôbre os gêneros literários antigos e orientais, já é suficiente para que não nos admiremos pelo fato de não encontrarmos uma história exaustiva como desejaríamos de acôrdo com nossa mentalidade hodierna. Um certo esquematismo, como consequência do fim doutrinal, aliado a muitas lacunas de um lado, e exagerações épicas de outro, não mais nos deve deixar desconcertados. O próprio livro nos deixa entrever êste sistema de escrever a história, assim por exemplo a ideia que a leitura do cap. 11 nos poderia dar de uma vitória rápida e fácil sôbre os reis confederados do norte, ali mesmo é corrigida pela advertência singela e, para nós, contraditória à narração precedente: "muito tempo teve Josué que combater contra êstes reis" (11, 18). Maior atenção precisa o leitor para perceber o mesmo fenômeno quando é na 1.ª parte que se narra a conquista rápida e, só muitos capítulos depois, na 2.ª parte, se vai falar sôbre a conquista lenta e dificultosa, ou mesmo se vai dizer que determinada localidade ainda não foi conquistada quando na

1.ª parte já era dada como ocupada por Josué. A êste respeito recordemos a lapidar sentença do Pe. Lagrange "Os críticos rejeitam a história de Josué porque não querem entendê-lo com crítica" (3)

Reforçando a veracidade deste livro temos a considerar a sinceridade do autor que não esconde os defeitos do povo (7, 1) nem mesmo a imprudência do próprio Josué (9, 14).

Autor — Se a expressão "livro de Josué" não indica que Josué tenha sido o autor mas sim o principal heroi dos acontecimentos ali narrados, resta-nos ainda responder à pergunta sôbre quem teria sido o autor.

Pouca cousa podemos determinar além da posição negativa da tradição, tanto judaica como cristã, que não reconhece Josué como autor, pois as indicações que dele podemos obter são bem vagas.

Umas tantas indicações parecem-nos pedir um escritor contemporâneo aos fatos, como por ex.:

a) certa vivacidade de estilo que, com as minúcias da descrição, supõé uma testemunha ocular. (cf. tomada de Ai 7, 1-8,29).

b) muitas cidades são ainda chamadas com os antigos nomes cananeus.

c) segundo 6, 25, Raab ainda vivia entre os israelitas que a haviam poupado ao *herem* por causa do auxílio dado aos exploradores.

---

(3) Cit. apud Gelin, op. cit. p. 18.

d) em varios lugares, v.g. 5, 1; 12, 7; 9, 1, fala-se de Canaã como a "transjordânia" acrescentando-se-lhes às vêzes a notação de "região ocidental" o que indica evidentemente um autor vindo recentemente da margem esquerda do Jordão. Sòmente depois de uma habitação diuturna é que o povo novamente inverterá o valor dos nomes e "transjordânia" passará a significar as plagas orientais do Jordão.

e) Vem finalmente a arqueologia para corroborar a hipótese de um autor contemporâneo: Encontrou-se no templo do deus Amon em Karnak um catálogo das cidades capturadas por Tutmosis III (1490-1436) da 18.ª din. onde estão os mesmos nomes antigos das cidades cananéias que lemos no livro de Josué. (4).

Mas, se por um lado encontramos estas indicações pedindo um escritor contemporâneo, por outro encontramos indicações que pedem um autor mais afastado dos acontecimentos, assim por exemplo:

a) lemos em 4, 14 "temeram-no (a Josué) durante todos os dias de sua vida" e em 24, 29-33 a narração de sua morte e sepultura, o que evidentemente foi escrito após a morte de Josué.

b) em 13, 30; 15, 13-19; e 19, 47 lemos fatos que sabemos acontecidos após sua morte, ficando assim excluida a autoria de Josué, pelo menos para todo o livro tal como conhecemos hoje.

---

(4) Caindo assim por terra a teoria dos que estabeleciam uma data muito recente para a composição destas listas em Josué cf. Hoepfl-Metzinger, Introductio Specialis in Vetus Testamentum, Roma, 1946.

c) a fórmula tantas vezes repetida "até o presente dia" supõe um lapso de tempo maior do que o que normalmente se permitiria a um contemporâneo.

d) alguns trechos sugerem um autor que tenha andado compilando documentos.

e) a citação em 10, 13 do "Livro dos Justos", se não é uma adição posterior como muitos pretendem, exige um autor bem mais recente, uma vez que êsse livro cita a elegia de Davi por ocasião da morte de Saul e Jônatas que tombaram na mesma batalha, dois séculos e meio após a conquista da Palestina.

f) a distinção em 11, 21 entre Judéia e Israel era sem dúvida desconhecida na época da conquista.

g) em 24, 31 e em outros lugares é comemorada a fidelidade de Israel a Deus após a morte de Josué "durante todo o tempo dos anciãos que sobrevivendo a Josué tinham conhecido todas as obras feitas pelo Senhor a favor de Israel".

Como conclusão, para conciliar as duas séries de indicações, podemos dizer com a maioria dos autores modernos que um redator anônimo mais recente, ao escrever êste livro usou documentos antigos contemporâneos e de testemunhas oculares.

Composição literária — Na segunda metade do século passado e início deste, esteve em voga entre os racionalistas e, em geral, entre a maioria dos acatólicos a teoria de Wellhausen, segundo a qual teria o livro de Josué sido escrito segundo os 4 documentos do Pentateuco representados pelas siglas E, J, D, P, de data bem recente, isto é, post-exílica, fazendo uma só composição com o Pentateuco, de onde lhe

terem mudado o nome para Hexateuco (5). Hoje porém mesmo os da escola wellhausiana mudaram de orientação, principalmente depois dos trabalhos de Schulz que tentou o sistema das glosas (6). E de Albbrecht Alt e Martin Noth (7) que vieram pôr em evidencia a antiguidade dos escritos de Josué bem como a absoluta impossibilidade de se procurar neles documentos semelhantes aos do Pentateuco. (8)

Data — Se quisermos com mais precisão determinar a data da redação final, deveremos colocá-la não só antes de

---

(5) Êste mesmo nome encontramos nos primeiros séculos do cristianismo, porém com outro significado que o das escolas críticas. Que Josué esteja ligado ao Pentateuco, sob o ponto de vista histórico não há dúvida. Assim é que encontramos por estarem reunidos num mesmo volume mais do que os 5 primeiros livros sagrados, as expressões "hexateuco", "heptateuco" e até "octateuco". Unidade esta acidental e bem diversa daquela que os críticos lhe emprestaram, isto, é, unidade literária.

(6) Alphons. Schulz, Das Buch Josue, Bonn 1924. Quanto ao princípio geral todos concordam que o livro de Josué tenha sofrido através dos séculos interpolações, mas aparecem logo as discórdias quando se desce às aplicações. Em geral podemos dizer que para Schulz, tudo aquilo que cria alguma dificuldade é logo eliminado do texto como glosa. Que tal sistema seja muito cômodo não se duvida, que seja o mais acertado, quem ousaria afirmá-lo?

(7) Albrecht Alt em varias colaborações de 1925 a 1936 em periódicos alemães. Martin Noth, também em varios artigos e colaborações de 1930 a 1938, ano em que publicou: Das Buch Josua, Tuebingen.

(8) Êstes os principais e reais méritos da obra porque baseados em dados objetivos. Quando porém se deixam êsses autores levar por preconceitos filosóficos, enredam-se como se enredaram seus predecessores welhausianos. Eis um exemplo típico: Segundo Noth, Josué nada ou quase nada teria feito, pois quase tôdas as narrativas da conquista são folclorísticas. O nome de Josué seria autêntico apenas em 17, 14-18 e 24. No primeiro lugar Josué aparece como chefe da casa de José, neste se efetua a união das tribos sob Josué. Mas, se Josué nada fizera para a vitória sôbre os cananeus, como se explica esta supremacia?

Salomão pois que segundo 16, 10 os cananeus ainda se encontraram em Gezer ao passo que segundo o 3 Rs 9, 16, no tempo de Salomão já um dos faraós os havia expulsado dali; mas também antes de Davi, uma vez que segundo 15, 63 os jebuseus ainda ocupavam Jerusalem; ora, sabemos por 2 Sam 5, 6-8 que Davi tomou aquela cidade no oitavo ano de seu reinado; e, além disso, segundo 11, 8 e 19, 28 Sidon era a capital da Fenícia, enquanto que no tempo de Davi, a capital era Tiro, não Sidon (9).

Do exposto podemos concluir que um autor, posterior a Josué mas anterior aos primeiros anos do reinado de Davi, tomando documentos antigos, alguns dos quais de autoria do próprio Josué (cf. 24, 26) e outros de fontes diversas, compôs o livro que conhecemos sob o título de "Livro de Josué". Lemos no capítulo 15 uma indicação bem característica do uso de documentos: tendo o escritor diante de si um documento em que as cidades cananéias apareciam com os antigos nomes, acrescenta-lhes os novos nomes à guisa de explicação (v. 9 Baala, isto é, Cariathiarim; v. 49 Cariathsenna, isto é, Dabir; v. 54 Cariath Arbe, isto é, Hebron) (10).

Importância — A simples antiguidade já seria um título para a importância deste livro, porém muito mais do que isto temos o fato de que realmente toca êle assuntos de palpitante interêsse histórico, social e teológico. Sob o ponto de vista histórico encontramos informações sobre o estado etnográfico e político da Palestina no séc. 13 a. C., informações

(9) A citação do "Livro dos Justos", que seria uma dificuldade, se resolve muito bem como uma adição posterior.

(10) Andr. Fernandez, Commentarius in Librum Josue, Paris, 1938, p. 8 ss.

estas em grande parte confirmadas pela arqueologia e outros documentos. (11).

Descreve-nos o momento de transição da vida semi-nômade de Israel para a vida sedentária. Mostra-nos a antiquíssima divisão da Palestina em 4 regiões segundo as diferenças topográficas: 1.ª, o vale do Jordão, região baixa e plana; 2.ª, a região montanhosa (Jerusalem, etc.), 3.ª, a *shefelah*, isto é, região de colinas, intermédia entre a montanhosa e a 4.ª, planície marítima, na orla do Mediterrâneo.

Entre as questões de ordem social e teológica figura em primeira plana uma de direito internacional: sob que título jurídico ocuparam os israelitas a Terra de Canaã? — Sem dúvida, o mandato divino é uma razão bastante, mas lembremo-nos de que Deus não costuma violar o direito natural de que Êle mesmo é o autor e fundamento, de modo que permanece a questão. Outro aspecto social de não menor importância é o da "solidariedade" segundo o qual não só todo o povo participava do mérito ou demérito dos indivíduos, mas também as mais rigorosas punições, como a pena de morte, se estendiam a tôda a família do réu: mulher, filhos e servos que também faziam parte da família; os próprios animais domésticos, e até os objetos inanimados, deviam participar da pena (cap. 7).

Prodígios — Para as correntes materialistas, tudo que é de ordem sobrenatural: milagres, profecias, etc. é necessaria-

---

(11) Cf. A. G. Barrois, Manuel d'Archeologie Biblique, t. I, Paris, 1939; Ag. Bea, em Biblica, 1943, p. 231-260, La Palestina preisraelítica: storia, popoli, coltura; e P. de Vaux, no art. Israel em Dict. de La Bible, Suplément, Paris, 1948, Gelin, op. cit., Ricciotti, Storia d'Israele, Turim.

mente falso e portanto deve ser explicado de outra maneira que a da simples história. Para nós que admitimos a existência de Deus e sua intervenção no mundo criado, isto não faria dificuldade, mas nem por isto estamos dispensados de ponderar a veracidade de narrações de prodígios. Eis porque tantas explicações e discussões têm surgido em torno da travessia miraculosa do Jordão, da tomada de Jericó e, principalmente, do milagre do sol que se demora no céu para que Josué obtenha plena vitória sôbre os inimigos.

Cada uma destas questões poderá ser melhor estudada no comentário aos respectivos lugares, no entanto podemos desde já fazer observações de ordem geral: Não nos devemos admirar destes acontecimentos milagrosos se considerarmos que o povo israelita estava então na fase semi-nômade, ainda na idade do Bronze, enquanto os cananeus já tinham cultura bem mais avançada encontrando-se na idade do Ferro, no estádio sedentário, com cidades fortificadas e possuindo carros ferrados que tanto pavor incutiram nos incultos israelitas. Como poderiam estes pobres pastores ignaros na arte dos cercos prolongados, para os quais toda a tática não passava de golpes de surprêsa, como poderiam vencer tais inimigos? — Se negarmos o milagre ainda nos restará explicar como puderam os israelitas vencer os cananeus apesar de sua manifesta inferioridade.

Por outro lado temos a considerar as promessas divinas que garantiam ao povo um auxílio extraordinário (cf. Dt. 2, 25; 11, 25; Jos 1, 5 e 9). Mas nem por isto haveremos de desconhecer a habilidade guerreira do chefe que soube aproveitar pontos-fracos do inimigo como as constantes discórdias dos reis cananeus. O fracasso da primeira tentativa contra Ai serve-lhe para organizar um estratagema eficaz (c. 8).

Nem tão só as armas foram o instrumento da conquista, também alianças em condições favoraveis, como v.g. com os gabaonitas que se sentiam desfalecer ante as notícias das vitórias sôbre as cidades fortificadas de Jericó, Ai e Bethel (c. 9); ou alianças em igualdade de condições como parece ter acontecido com os siquemitas uma vez que os israelitas chegam ao monte Garizim e Ebal sem lhes fazer guerra (8, 30-35).

Canonicidade — Nunca se duvidou da canonicidade quer entre os judeus que colocavam Josué logo após o Pentateuco como primeiro dos livros da 2.ª parte da Bíblia: os Profetas anteriores, quer entre os cristãos que o colocaram, como os judeus, logo após o Pentateuco, encabeçando os livros históricos. (12).

Finalmente, uma palavra de advertência aos leitores cristãos que, habituados aos elevados sentimentos evangélicos de amor ao próximo, perdão das ofensas, etc., poderão estranhar a dureza do procedimento dos membros do povo eleito.

Em primeiro lugar notemos que estão dentro de sua época e que não fazem outra coisa senão seguir os costumes então vigentes. Mas notemos também que, mesmo dentro dêsses costumes semi-bárbaros, foram sempre os judeus muito mais mitigados que seus contemporâneos, e isto em razão de suas leis religiosas. Sirva de exemplo o caso da crucifixão que entre eles não era uma verdadeira crucifixão, pois o que levantavam na cruz era o cadaver do condenado, e isto só até o pôr do Sol (cf. Jos 10, 26). Passados cêrca de 1.250

---

(12) Embora o Pentateuco seja também um livro histórico não se lhe dá êste nome pelo fato de predominar nele a parte legislativa, tanto que os judeus já o haviam denominado Thorá (= lei).

anos, representantes dêsse mesmo povo pedirão à potencia estrangeira que os oprimia que crucificasse seu próprio rei, senhor e salvador!

Em segundo lugar temos a ordem explícita de Deus, como no caso do *herem*, que por sua vez se explica como castigo imposto aos cananeus por seus vergonhosos vícios (Gên 15, 16) e por causa do perigo de perversão dos judeus tão inclinados à idolatria. Havia além disto o perigo de se deixarem fascinar pela civilização (material) superior dos povos conquistados, como de fato aconteceu com a Grécia que vencida subjugou o fero vencedor introduzindo as artes no Lácio, segundo a arguta observação de Horácio. Adotaram os romanos a língua, os costumes e a religião dos vencidos! O mesmo fenômeno notado pelo poeta latino poderiamos ter verificado antes, em Alexandre Magno que, ao conquistar a Mesopotâmia, recebeu dos vencidos o fausto oriental, inclusive elementos religiosos que tanta repugnância causaram de início a seus soldados vindos da Grécia, Macedônia, etc. No caso, pois, dos israelitas, povo escolhido para conservar intato o depósito da revelação, não se tratava de um perigo fictício.

Feitas as devidas reservas façamos a aplicação àquilo de que a conquista da Terra Prometida era o símbolo: a luta para a conquista da Jerusalem celeste que deverá ser também uma luta sem quartel contra os inimigos de nossa salvação eterna.

O LIVRO DOS JUÍZES

"Livro dos Juízes" é a tradução literal de "sefer shofetim" nome com que os judeus designavam o livro que, no

seu cânon, seguia imediatamente o livro de Josué, ocupando portanto o segundo lugar entre os "profetas anteriores" .

Tanto a palavra grega *kritai* como a latina *judices* correspondem perfeitamente à portuguêsa *juízes*, não porém à hebraica que tem significado mais amplo, acrescentando à idéia de magistratura judiciária a de chefia militar e política. O nome não é novo, encontrou-se o termo *sufetim*, da mesma raiz S-FT entre os fenícios e em Ras-Shamra (1).

Embora afins, medeia uma grande diferença entre os magistrados de ambos os povos: para os fenícios são êles magistrados regulares, ao passo que para os judeus, são herois que aparecem nos momentos difíceis e, em nome de Javé, vem *salvar* o povo das opressões estrangeiras, sempre ligadas à religião. E' por isto que no tempo dos juízes não eram êles conhecidos por êste nome, mas sim pelo de "salvadores". O nome shofet (singular de shofetim) só aparece mais tarde, durante a composição dêste livro. O autor, escrevendo na época da monarquia, assim os chamou, tomando emprestado o nome aos fenícios, porque desejava distinguí-los dos grandes heróis nacionais como Moisés e Josué por um lado e, por outro, dos reis seus contemporâneos.

A melhor comparação que já se fêz dos *juízes* e também a mais apropriada, foi com a dos "dictatores" romanos. Como os ditadores era o *juiz* chamado à ação por motivo especial e após a chefia exercida no momento crítico, continuava a ter grande autoridade no meio do povo, se é que não passava a

---

(1) R. Tamisier, Le Livre des Juges, em La Sainte Bible, Paris, 1949, pág. 137. Sêneca e Tito Lívio nomeiam os suffetes cartagineses.

exercer realmente verdadeira chefia, mas sem o aparato régio e sem o poder de estabelecer impostos, etc. (2).

Narra-nos o livro dos Juízes a história do período compreendido entre a morte de Josué e o início da monarquia abrangendo um período de cerca de dois séculos. Embora verdadeira história, é história à maneira dos semitas, subordinada a determinado fim. Tem-se dado o título de "história pragmática" a êste modo de fazer a história, pois serve ela a determinado escopo do autor que, no nosso caso, era ilustrar pela história uma verdade religiosa: a justiça e misericórdia de Deus. A infidelidade dos israelitas atraia castigos mas, apesar dos inúmeros pecados, Deus estava sempre pronto a atendê-los quando, arrependidos, Lhe pediam perdão.

Dêste tão delicado quão turbulento período da história israelita não nos quer o hagiógrafo oferecer uma crônica dos acontecimentos nem mesmo uma história exaustiva, mas apenas ilustrar aquela verdade por meio de seis exemplos tirados dos seis juízes maiores, assim chamados por terem tido seus feitos narrados com certa amplitude, aos quais acrescenta notas sobre outros seis juízes, chamados menores por terem sua judicatura indicada sumàriamente. Digno de nota é o esquema que serviu para a composição dos episódios em 4 tempos: 1.º pecado do povo que abandona a Deus; 2.º, castigo divino que é a opressão inimiga; 3.º, arrependimento e invocação; 4.º, Deus suscita um "salvador" (juiz).

---

(2) Hoepfl — Metzinger, Introductio Specialis in Vetus Testamentum, Roma, 1946, pág. 137.

CONSPECTO DO LIVRO

I — *Introdução dupla* (1, 1-3, 6).

a) *Introdução geral*: recapitulação da conquista de Canaã, com uma censura aos israelitas por não terem extirpado os cananeus (1-2, 5).

b) *Introdução especial*: situação religiosa (2,6-3, 6).

II — *Corpo da obra*: os episódios dos 12 Juízes (3, 7-16, 31) (3).

OTONIEL (da tribo de Judá) contra os arameus (3, 7-11).

AOD (de Benjamim) contra os moabitas (3, 12-30).

Samgar (Simeão?) mata 600 filisteus (3, 31).

BARAC (Neftali) e DÉBORA vai contra os cananeus (cc. 4-5).

GEDEÃO (Manassés) contra os madianitas invasores (cc. 6-8).

Seu filho Abimelec tenta o reinado (9).

Toala (Issacar) e *Jair* (Galaad): duração de seu govêrno (10, 1-5).

JEFTÉ (Gad) defende as tribos transjordânicas contra os amonitas (10, 6-12, 7).

---

(3) Para facilitar o conspecto geral colocaremos em caracteres maiúsculos os Juízes maiores e em itálico os menores.

Abesan (de Aser?), *Aialon* (de Zabulon), *Abdon* (de Efraim?): (12, 8-15).

SANSÃO (Dan) contra os filisteus (cc. 13-16).

III — *Primeiro apêndice*: idolatria de Dan (17-18).

Segundo apêndice: Luxúria dos gabaitenses e quase extermínio da tribo de Benjamim. (19-21).

Para melhor compreendermos êste livro convém considerarmos o contexto histórico cujo primeiro lugar cabe à cronologia.

Segundo o 3 Rs 6, 1, da saída do Egito até a construção do Templo (4.º ano de Salomão) decorreram 480 anos. Se a êstes tirarmos os 4 anos de Salomão, os 40 de Davi, os 40 de Saul e cerca de 70 do êxodo até a primeira opressão, teremos cerca de 330 para o período dos Juízes. No entanto se somarmos os anos atribuidos aos diversos juízes, teremos 410 anos. De onde pois a diferença?

A resposta é facil se considerarmos que primeiro, nas Sagradas Escrituras os números de idade têm em geral o valor de números redondos, assim por exemplo, o n.º 40 quer dizer uma geração, e semelhantemente os n.º 20 e 80 indicam o tempo correspondente a meia e a duas gerações respectivamente. E, 2.º, muitos dos juízes foram contemporâneos de modo que não podemos somar simplesmente seus períodos; assim por exemplo lemos em 10, 7 que Deus "os entregou nas mãos dos filisteus e dos filhos de Amon" de onde podemos concluir que enquanto Jefté combatia os amonitas, Sansão lutava contra os filisteus.

Por conseguinte podemos ou melhor devemos reduzir de muito a duração que resultaria da simples soma de todos os períodos dos Juízes.

Além disto a própria indicação do 3 Rs 6, 1 está também baseada na mesma regra de uma geração ser igual a 40 anos, pois de Moisés a Salomão medeiam 12 gerações que, multiplicadas por 40, darão precisamente os 480 anos.

Se colocarmos Saul no ano 1040 a.C. e a invasão da Palestina entre os anos de 1250 e 1200, teremos como duração desse período de 210 a 160 anos (4).

Outros elementos importantes e indispensáveis para estabelecermos o contexto histórico são o quadro político, social e religioso da época.

Quanto à política internacional devemos lembrar que a grande potência africana, o Egito, estava, por questões internas, sem grandes pretensões sôbre a Palestina e, afora umas pequenas incursões pelo território dos filisteus, nada mais fêz. Por outro lado, na Mesopotâmia, as outras grandes potências que iriam mais tarde contrabalançar o Egito, e mesmo suplantá-lo, ainda estavam em formação, de modo que a Palestina gozava paz e sossêgo por este lado, ficando assim em condições de resolver seus próprios problemas sòzinha. Era êste, pois, o momento ideal para a ocupação e fortificação da Palestina por parte dos invasores israelitas.

Quanto à política interna, temos como característica a divisão da Palestina entre os muitos régulos, constituindo cada cidade uma nação independente. Isto não impede que algumas delas se unissem em federações (Jos 10, 3 ss.). Tal si-

---

(4) Embora hoje em dia nem todos aceitem esta data, podemos dizer que a tendência hodierna é para seguí-la, uma vez que o conjunto de argumentos a seu favor é bem superior ao das outras datações.

tuação vinha, sem dúvida, favorecer os invasores israelitas, mas, nem sempre souberam êles aproveitá-la, pois cairam no mesmo separatismo. Feita a distribuição das terras pelas tribos, cada uma tratou de conquistá-las pelo próprio esfôrço. Há, porém, uma indicação de mútuo auxílio entre Judá e Simeão (Jz. 1, 3).

Reconheçamos, porém, que tanto a topografia da Palestina como a própria *situação social* favorecia tal isolacionismo. Êsses nômades que se sedentarizavam ainda não podiam compreender as vantagens de uma autoridade central, mas preferiam continuar com seus costumes patriarcais. Como poderiam êles conceber uma autoridade central se nem mesmo dentro da própria tribo tinham uma autoridade única, a não ser em ocasiões excepcionais? Mas, os primeiros passos em direção à autoridade central já iam sendo dados. Nesse estágio, misto de monarquia e democracia, é a sociedade patriarcal que ainda persiste. O chefe tem sua autoridade absoluta mas limitada pelas tradições e pelos costumes com fôrça de lei. Por outro lado os súditos têm relativa facilidade de se subtrair à influência do chefe, imigrando ou simplesmente não mais admitindo sua autoridade. (5) Neste estado de cousas, bem podemos compreender que a transmissão da autoridade paterna ao primogênito muitas vezes haveria de sofrer exceção pelo fato de qualidades pessoais em outros sobrepujarem com largueza as do primogênito, cf. o episódio de Jefté (c. 11 s.).

Compreende-se então que nos momentos difíceis a autoridade do "salvador" ultrapasse os limites do clã, se es-

---

(5) Cf. G. Ricciotti, Storia d'Israele, 3.ª ed., Turim, vol I, pág. 286 e seg.

tenda a toda a tribo e mesmo a várias tribos. Não encontramos, porém, neste período nenhum exemplo certo de que o *juiz* chefiasse as doze tribos, mas já temos o caminho para a monarquia e para a união geral, cujas vantagens vão sendo percebidas a pouco e pouco, de tal forma que em breve o próprio povo oferecerá a coroa a Gedeão (8, 22) e, mais tarde, pedirá a Deus que lhes conceda um rei (1 Sam 8).

Sob o *aspecto religioso* não foi menos perigoso êsse tempo. Aos intrépidos guerreiros da conquista sucederam indivíduos que não chegaram a conhecer as durezas da vida nômade nem a dos combates da conquista, sem no entanto ter ainda uma tradição como povo sedentário. Precisavam êles aprender dos vencidos cananeus a arte de cultivar o solo, de fortificar cidades, etc. Nesta aprendizagem os problemas dos vencidos passaram a ser também os seus problemas, e, com êstes, entrava a religião. Tomemos o típico exemplo da agricultura onde não basta o trabalho do agricultor para o bom resultado. As condições meteorológicas favoráveis eram naturalmente impetradas dos deuses pelos cultos religiosos, e as pragas eram afastadas pelos mesmos meios.

Como poderiam os israelitas se esquivar a tão insidiosa influência? Os filisteus foram também um povo invasor, contemporâneo dos israelitas. Enquanto êstes fizeram sua invasão atravessando o Jordão, vindos do Oriente, aquêles invadiram pelas plagas ocidentais, vindos pelo Mediterrâneo, talvez de Cartago. Êstes valentes guerreiros que mais tarde tantas vezes se bateriam contra os israelitas, também trouxeram consigo um patrimonio religioso. Mas a aprendizagem a que nos referimos lhes foi fatal; acabaram por receber os deuses cananeus cujo culto lhes parecia muito mais eficaz nas coisas da vida sedentária. O calendário religioso já estava acomo-

dado a esta vida, marcando com suas festas o início das semeaduras, colheitas, etc. Humanamente não se explica o fato de não terem os israelitas adotado os deuses cananeus. Temos o exemplo dos filisteus e dos próprios israelitas tão inclinados a êsse culto, o que aliás se explica pelo fascínio exercido por uma civilização superior. Sem a assistência de Deus que, tendo escolhido êste povo para guarda da revelação, olhou e velou sempre por êle "como um Pai", fica êste fato sem explicação. E' precisamente sôbre isto que nos chama a atenção o livro dos Juizes. Procura o autor tirar a lição da história e inculcá-la nos leitores.

Como êste livro abarca um período de cerca de 2 séculos é evidente que seu *autor* precisou compulsar documentos, ou, pelo menos, valer-se de tradições orais.

Por brevidade omitiremos as diversas soluções propostas desde que se começou a tratar da *composição literária dêste* livro, para expormos apenas a última, apresentada por H. Gazelles (6) pois, como êle mesmo o diz, "todos estes trabalhos, apesar de suas múltiplas variações de detalhe, dão testemunho de uma impressionante convergência de vistas sôbre a linha geral da composição; de resto, os fatos observados estão muitas vezes sòlidamente estabelecidos e parecem impor a adesão." (col. 1410).

Eis em poucas palavras sua solução, síntese em parte das pesquisas anteriores:

O atual livro dos Juizes não é fruto de uma única redação mas sim de, pelo menos, três. Um primeiro hagiógrafo

---

(6) H. Gazelles, Dict. de la Bible, Suppl., art. Juges, Paris, 1949.

escreve um livro para mostrar aos israelitas que a fonte de seus males vinha da infidelidade a Javé. A idéia teológica central é a eleição e proteção divina apesar da inconstância de Israel: basta um grito de arrependimento para suscitar Deus, um salvador. Servia para ilustrar êste ensino a história dos juizes Aod, Barac-Débora e Gedeão. O autor, antimonárquico, salientava o carisma dos Juízes em oposição à monarquia e terminava, sem dúvida, pela história de Abimelec.

Com a queda da Samaria em 722 a. C., a literatura do reino setentrional se refugiou na Judéia. Nesta ocasião um segundo hagiógrafo reviu o primeiro trabalho, acrescentando-lhe os exemplos do reino do Sul e levou mais longe a teologia. Assim explica êle que abandonar a Javé é abandonar seus mandamentos e compara a apostasia de Israel a uma prostituição. Por fim, explica a atitude divina de os ter deixado vivendo em meio aos cananeus, pela noção de prova. Os *salvadores* são agora chamados *juízes* e mais 4 são introduzidos como exemplo, a saber: Otoniel, Jefté, Sansão e Samuel. A obra ficou maior do que a atual, pois incluia também os 12 primeiros capítulos de 1 Sam, abrangendo assim o período de Josué a Saul. Terminava com o discurso de Samuel (1 Sam 12) em paralelismo ao de Josué (Jos 24).

Sòmente mais tarde, é que um terceiro hagiógrafo tirou estes doze capítulos para com êles fazer a primeira parte dos livros de Samuel, consagrados à gloria da dinastia davídica, substituindo-os então pelos dois apêndices tirados de antigas tradições, mas sempre para glória da monarquia pois "naquele tempo não havia rei em Israel" (18, 1 e passim) isto é, tudo ia mal e em desordem: "cada um fazia o que lhe apetecia" (21, 25).

Finalmente, um quarto redator, igualmente inspirado, colocou o livro no quadro geral do Pentateuco e Josué, acrescentando-lhe a primeira introdução que recapitula os fatos de Josué à primeira opressão. Fêz mais uns retoques gerais na obra, e acrescentou-lhe as notícias dos seis Juízes menores, perfazendo desta forma o total de doze, isto é, um por tribo a fim de simbolizar Israel perfeito.

No que se refere à *inspiração* é bom lembrar que muitos fatos são narrados mas não aprovados, como o voto de Jefté, a luxúria de Sansão, etc., sendo que de alguns dêles restam indicações da desaprovação do hagiógrafo.

Terminemos com uma vista geral sôbre o livro, estabelecendo o sentido religioso: os redatores (inspirados) quando se utilizavam de antigas tradições nacionais ou tribais queriam explicar a seus leitores (ou ouvintes) a ação do único e verdadeiro Deus, Javé, na história dêste povo que era o seu, isto é, que a infidelidade ao Deus dos Patriarcas acarreta infelicidades; êsse Deus é misericordioso, e mesmo sua misericordia chega a superar a infidelidade do Povo. (7)

O cristão, ao ler êste livro, lembrar-se-á da infinita misericordia de Deus que mesmo quando castiga tem por fim conduzir o pecador ao bom caminho.

O LIVRO DE RUTE

O livro de Rute toma o nome da principal personagem, uma jovem moabita, viuva de um imigrado de Belém para Moab.

---

(7) H. Gazelles, Dict. de la Bible, Suppl., art. Juges.

Êste pequeno livro, de leitura amena e atraente, é por seu carater campestre e suavidade de afetos um verdadeiro idílio, e, pela variedade e vivacidade das cênas, um pequeno drama, e, segundo a feliz comparação do P. Vaccari, seus quatro capítulos são como que os quatro atos do drama:

1. Rute, levada pela afeição, acompanha a sogra que volta para a própria pátria, Belém, abandonando assim sua terra.

2. Para prover o sustento de ambas, vai Rute pelos campos a colher as espigas deixadas pelos segadores. Pelas suas graças e virtude grangeia o favor de Booz, parente de seu finado marido.

3. A sogra sugere-lhe como lembrar a Booz a lei do levirato pela qual competia ao parente mais próximo casar-se com a viuva do que falecera sem deixar prole.

4. Após a desistência de um outro parente mais próximo toma Booz a Rute por esposa. Dêste matrimônio nasce Obed, avô do rei Davi.

O livro de Rute, sempre reconhecido como inspirado, revestia-se de singular importância para os judeus pelo fato de contemplar a ascendência de seu grande rei Davi. Também para os não judeus, se reveste êle de semelhante importância por apresentar uma não-israelita na ascendência de Davi e; por conseguinte, do Messias, mostrando desta forma a universalidade da redenção (1).

---

(1) Assim também o entendeu o evangelista S. Mateus que nota expressamente Rute entre os ascendentes do Messias (Mt 1,5).

De que não seja pura ficção, temos indicações no fato de espelhar o livro situações bem antigas como a lei do levirato, a idéia de deuses estrangeiros como que realmente existentes, a noção territorial da divindade, a onomástica antiga, o costume de tirar a sandália e entregá-la a outro para indicar a desistência de um direito, e que o autor julga conveniente explicar por não mais estar em vigor. E, finalmente, o testemunho de 1 Sam 22, 3, de que Davi confia seus pais à guarda do rei de Moab durante o período de perseguições, vem confirmar seu parentesco com os moabitas.

Um indício de que êste livro não foi escrito logo após os acontecimentos narrados está nas primeiras palavras: "No tempo em que governavam os Juízes, aconteceu..." que supõem certa distância dos fatos narrados. Além disso, a explicação dada pelo autor de costumes vigentes na época dos fatos, supõe que não mais eram conhecidos na da narração. Finalmente, deve ter sido escrito êste livro, pelo menos três gerações após, uma vez que registra os nomes dos descendentes de Rute até a 3.ª geração.

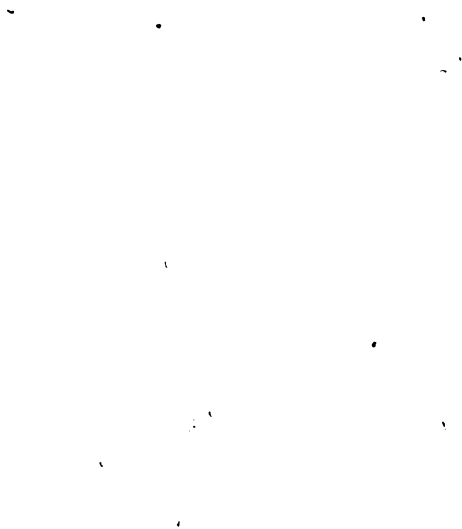
Se por um lado devemos colocar sua composição a certa distância dos acontecimentos, por outro não temos necessidade de afastá-la demasiadamente. Os argumentos literários como aramaismos, masculinos pelo feminino, etc., certamente não são convincentes para colocá-la depois do exílio. No entanto R. Tamisier, baseado na afinidade de mentalidade com os judeus da primeira metade do século 5.º a. C., colo-

ca-a nesta época. (2) Outros, (3) porém, preferem uma composição ante-exílica.

O autor, para nós completamente desconhecido, baseando-se em tradições antigas, escreveu êste livrinho com o objetivo de apresentar um belo exemplo de piedade filial e de espírito de sacrifício no desempenho de tais deveres. Sem ter em mente expor uma tese — quer apenas narrar uma história edificante — deixa transparecer pontos de doutrina de acordo com seu modo de pensar: a *Providência Divina* premeia o justo, não deixa desamparada a confiança depositada em Deus. Os benefícios de Javé não se restringem ao povo eleito, mas por meio da moabita abençoa a filha de Israel: *universalismo. O sofrimento é um mistério*, nem sempre é castigo de pecados pessoais. *Deus* é justo e misericordioso.

---

(2) R. Tamisier, Le Livre de Ruth, em La Sainte Bible, Paris, 1949, pág. 306 s. Da mesma opinião é A. Robert, Initiation Biblique, Paris, 1948, pág. 106.

(3) A. Vaccari, La Sacra Bibbia, Florença, 1946, vol. II, pág. 152. Hoepfl — Metzinger, Introd. Specialis in V. T., Roma, 1946, pág. 147. Simon-Prado, Praelectiones Biblicae, V. T. I, pág. 343.

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE SAMUEL, REIS E PARALIPÔMENOS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE SAMUEL, REIS E PARALIPÔMENOS

I — OS LIVROS DE SAMUEL

II — OS LIVROS DOS REIS

III — OS LIVROS DOS PARALIPÔMENOS OU CRÔNICAS

OS LIVROS DE SAMUEL

1. *O título do livro*

Nas diferentes formas do texto antigo o título não é uniforme. Chama-se "Shemuel" no texto hebraico, aludindo assim ao último da série dos Juizes com cuja atividade começa a obra (não que Samuel fôsse o autor!). A antiga tradução grega (Septuaginta) denomina o livro "Basileion a' e b'", isto é, "Primeiro e Segundo Livro dos Reinos". Para a Septuaginta, pois, os livros de Samuel fazem parte dos livros dos Reis, de certo, porque a obra versa, na maior parte, sôbre os primeiros reis Saul e Davi.

Na tradução latina de S. Jerônimo (Vulgata) os livros trazem o título "Liber Primus et Secundus Samuelis, quem nos Primum et Secundum Regum dicimus", de maneira que o tradutor introduziu dois nomes, causando, destarte, certa confusão entre os que têm de citar a Bíblia. Em 1944, saiu enfim o texto latim oficial editado pela Comissão Pontifícia da Revisão da Vulgata; aí a obra chama-se "Samuhel". As edições modernas, geralmente, adotam a denominação "Samuel", o que mais corresponde à tradição e à crítica literária.

2. *Um ou dois livros?*

O texto original hebraico conhece apenas um livro. Assim êle se apresenta em tôdas as edições anteriores a 1517. Na Septuaginta, pela primeira vez, aparecem dois livros, daí passou para o texto latino e dêle para o texto impresso hebraico, permanecendo, porém, neste último, a massora final no fim do segundo livro.

A divisão é meramente artificial e, ao que parece, de ordem técnica (a tradução grega ocupava dois rolos de papiro).

3. *Conspecto analítico-pragmático do conteúdo*

A. Heli e Samuel, os últimos juízes de Israel (1 *Sam* 1-12)

I. Os últimos anos de Heli (1 *Sam* 1-4).

O quadro geral da situação política e religiosa é acabrunhador: o povo eleito subjugado pelos Filisteus, entregue à idolatria. Nasce Samuel, qual precursor de tempos melhores, bem como séculos depois, o precursor do Messias. Há, na realidade, muita semelhança com os tempos de Herodes, de S. João Batista e de Cristo.

II. O govêrno de Samuel (1 *Sam* 5-7).

Época de restauração onímoda, mormente no campo religioso. Com a arca retorna a benevolência divina.

III. Trânsito para o reino (1 *Sam* 8-12).
Samuel envelhecera, seus filhos não fôram julgados dignos (a dignidade de profeta e juiz jamais fôra hereditária!), os inimigos apertam novamente. O povo recla-

ma um rei, como os vizinhos os têm! Samuel, diante do caso inédito, cede por ordem divina. Encaminha o filho de Cis à dignidade régia. Vitórias sôbre os opressores valem-lhe o reconhecimento da parte do povo.

B. Saul antes de sua rejeição (1 *Sam* 13-15)

Da atividade do primeiro rei narram-se apenas as causas de sua desgraça. Acaba de ser rejeitado por duas infidelidades. Saul, o caráter nobre, simpático e prudente, transforma-se em misantropo, melancólico e ciumento.

C. Os dois rivais (1 *Sam* 16-31)

I. Primeiras glórias de Davi (1 *Sam* 16-18, 5).

Davi, o "querido" de Deus e dos homens, triunfa sôbre amigos e inimigos. Todos o admiram, querem-lhe bem, estremecem-no. Não admira que o rei seja consumido por violentas crises de ciumes.

II. Vida errante de Davi (1 *Sam* 18, 6-27, 12).

A convivência entre Saul e seu escudeiro tornou-se impossível. Davi vê-se condenado a uma vida de fugitivo. Uma dura escola para um futuro rei! Exerce-se constantemente na confiança em Deus, na arte bélica; cria em torno de si um exército fiel e experimentado, tem contato com o povo simples.

III. Fim de Saul (1 *Sam* 28-31).

Morte trágica de Saul e de seus filhos na montanha de Gelboé. Caminho livre para Davi.

D. Davi, rei sôbre Judá em Hebron (2 *Sam* 1-4)

Morto Saul, as tribos setentrionais aderem ao seu filho Isboset. São as maquinações de Abner, general de Saul.

Os homens da tribo de Judá ungem a Davi como seu rei.

Sete anos dura o cisma do povo eleito, um prenúncio da grande cisão posterior, depois da morte de Salomão.

E. Rei universal em Jerusalém (2 *Sam* 5-20)

I. Dias de glória (2 *Sam* 5-10).

Morto Isboset, Davi é reconhecido universalmente e ungido pela terceira vez. Jerusalém, a praça forte e estratégica dos Jebusitas, torna-se capital do reino davídico.

Centro político e religioso, a "Cidade Santa". Prostrados todos os inimigos em seu redor, organiza a administração interna do país.

II. Expiando as conseqüências dum pecado (2 *Sam* 11-20).

O adultério do rei é seguido por desgostos e desgraças na própria família. Enfim revolta-se o filho contra o pai.

F. Apêndices (2 *Sam* 21-24)

Termina a obra com uma serie de notícias avulsas de cronologia incerta. A compra da eira de Areuna determina o lugar do futuro templo salomônico.

4. *Forma atual do texto original*

O original hebraico dos livros de Samuel é um dos textos mais corrompidos de toda a Bíblia. Certos trechos são simplesmente intraduziveis. Neste caso recorre-se a conjeturas baseadas na comparação com o texto latino e grego. As obs-

curidades, no entanto, nunca prejudicam o valor religioso e histórico da obra.

5. *Época da composição*

Como a obra não traz data alguma, determina-se, aproximadamente, o tempo de sua composição pelo exame interno. O resultado de tal pesquisa fica sempre um tanto incerto e provisório. Certos modos de falar levam-nos à conclusão que os livros em foco foram escritos no período que medeia entre a separação dos reinos em 932 e a destruição de Samaria em 722 a.C.

Diz-se, por exemplo em 1 Sam 9, 9: "Os profetas de hoje outrora foram chamados videntes". Então no tempo do autor não mais se entendia tal termo "vidente", o que indica certa distância temporal dos fatos narrados.

Outro fato de se estranhar no tempo de Davi é a distinção entre Israel e Judá freqüentemente usada na obra (1 Sam 11, 8; 18, 6; 27, 6; 2 Sam 2, 7-9; 5, 1-3; 19, 10-13; 19, 42-44). Ora, na época dos reinos separados compreende-se êste modo de falar, principalmente levando-se em conta a finalidade do trabalho.

Alguns autores opinam que o livro foi escrito pelo fim do reinado de Davi alegando a omissão da morte dêste rei. A esta dificuldade responderemos no parágrafo seguinte. Tornaremos a esta questão problemática tratando do autor.

6. *Finalidade*

O autor propôs-se um duplo objetivo: um político, outro religioso. Do ponto de vista político êle pretendia escrever uma

"Apologia da dinastia de Davi". E com efeito, na época em que o autor vivia, o povo escolhido estava dividido em dois reinos que se combatiam mùtuamente, e isso num tempo em que a união teria sido de suma importância, para fazerem frente ao inimigo comum. Além disso, a separação política era seguida pela religiosa, pois que no reino setentrional, por motivo de prudência humana, foram introduzidos e favorecidos cultos pagãos. A conseqüência era que muitos israelitas não vinham mais a Jerusalém para adorar a Deus.

Cumpria pôr têrmo a essa situação insuportável. Os bons israelitas, entre êles o autor, anelavam pela reunião de ambos os reinos sob o cetro da casa de Davi, portadora da promessa de duração eterna.

Daí o sincero esfôrço do autor no sentido de apresentar o rei Davi (e a sua dinastia) como escolhido por Deus, alvo de promessas lisonjeiras (cf 1 Sam 13, 14; 16, 1; 2 Sam 7, 8-17; 23, 1-7). Da história de Saul relata só aquilo que explica e justifica a sua rejeição para dar lugar a Davi, o querido de Deus.

O autor ataca até o ponto nevrálgico da triste situação, quando escreve: "Todo Israel e Judá amaram Davi" (1 Sam 18, 16). Oxalá se repita o que narra em 2 Sam 5, 1-3, onde os israelitas, decepcionados com o seu régulo da estirpe de Saul, vieram ter com Davi em Hebron declarando-se solidários com a tribo de Judá!

Por isso o autor não menciona a morte de Davi. Podia bem terminar a sua obra com o reconhecimento geral de Davi depois da crise terrível causada pela revolta de Absalão.

Nem pode faltar num livro sacro o objetivo religioso... Vemos aqui como a Providência divina assistiu a seu povo

nos transes mais difíceis de sua história, no período dos últimos juízes. A ação de Samuel, de Saul, e de maneira especial, toda a história de Davi, é um só hino à Providência paterna de Deus (cf 2 Sam 22, 2-51). Observa-se, igualmente, como o Senhor castiga o mal sem consideração de pessoas, como reclama obediência incondicional de quem quer que seja. Tôda a prosperidade, enfim, depende integralmente da submissão sob os mandamentos divinos. Destarte, a obra é uma carta aberta aos reis de Judá e de Israel, os quais nem sempre esmeravam em imitar o exemplo sublime do grande ancestral, Davi. Façam êles como Davi, e advirão tempos melhores ! Eis o desejo e a convicção profunda do nosso escritor sacro. Para compreender isso, leia-se nos livros dos Reis o quanto sofreu o povo por causa da maldade de seus regentes.

7. *Autor ou autores?*

Conforme a tradição judaica, depositada no Talmude, o primeiro autor é Samuel. Depois da morte dêste, os profetas Natan e Gad teriam continuado e terminado a obra. Esta opinião, da pluralidade de autores, encontrou defensores entre os escritores eclesiásticos dos primeiros tempos e nem faltam modernos que afirmam coisas semelhantes.

A seu modo, também os racionalistas descobrem mais autores, ou melhor, compiladores que teriam amontoado fontes e documentos bem distintos entre si. Todavia, segue da unidade de estilo e de finalidade a unicidade de autor.

Mas, quem foi êste único autor? Muitos se decidem em favor do profeta Natan. Êle, entretanto, parece muito perto dos acontecimentos e como explicar os modos de falar em Israel e Judá que assinalamos no parágrafo 5? Por isso pre-

cisaríamos encontrar outra personagem entre os grandes profetas da época dos reinos divididos, talvez o profeta Isaías.

8. *Fontes escritas, Indole literária.*

Todos concordam em que o autor usou fontes escritas. Ainda que o autor fôsse o contemporâneo de Davi, Natan, teria precisado de documentos escritos sôbre o longo periodo de Heli e Samuel (80 anos!). Com mais razão postulamos isso para um hagiógrafo que viveu depois de Salomão. Com efeito, a narração é de tal modo viva e entremeada de pormenores que só pode originar-se duma testemunha ocular.

Uma ou outra das fontes menciona-se até na Bíblia. Por exemplo: "O Livro dos Justos" (2 Sam 1, 18); "O Livro do Vidente Samuel", "O Livro do Profeta Natan", "O Volume do Vidente Gad"; os três últimos enumeram-se em 1 Par 29, 29. E' provável que o autor os usasse.

E' claro que o hagiógrafo não transcreveu os documentos na sua íntegra. Antes tirou dêles o que lhe convinha para o seu objetivo. Nem tão pouco é um mero compilador, mas sim, um verdadeiro redator que infundiu à sua obra um único fim e um estilo uniforme. Só que os seus princípios estilísticos nem sempre correspondem aos nossos! Encontram-se certas repetições e até "contradições", mas tudo isso conforme os nossos pontos de vista. Quem poderá exigir que um escritor do século nono antes de Cristo adote os mesmos princípios de redação que um redator do nosso tempo? Tendo isso ante os olhos aplainam-se normalmente as dificuldades literárias e estilísticas.

9. *Veracidade histórica*

Comparando-se a nossa obra com trabalhos congêneres extrabíblicos devemos reconhecer a superioridade ilimitada

do nosso autor. A vivacidade plástica com que esboça o caráter dos seus personagens não tem iguál na literatura semítica daquele tempo. Trata-se dum escritor de primeira ordem. Cresce o nosso respeito, se reparamos na sinceridade com que descobre os defeitos e pecados dos seus heróis. Como, neste pormenor, são diferentes os anais dos reis da Assíria e da Babilônia! Semelhante imparcialidade explica-se ùnicamente pelo amor à verdade que animou o hagiógrafo. Ela reclama o assentimento do historiador moderno de qualquer credo que seja.

Para eventuais confirmações da parte de documentos contemporâneos profanos, veja-se, na introdução aos livros dos Reis, o mesmo parágrafo (§ 7 Valor histórico).

Tratando-se dum livro inspirado a veracidade histórica identifica-se com a inerrância histórica. Os livros de Samuel têm caráter divino e autoridade divina. Como tais foram citados por Cristo e pelos apóstolos (cf Mt 12, 3; At 13, 20-22; Hebr 1, 5) e enumerados nos documentos eclesiásticos entre os demais livros inspirados e canônicos.

OS LIVROS DOS REIS

1. *O título do livro*

Se o livro de Samuel é denominado pelo suposto autor, a obra presente o é pelo conteúdo. No texto hebraico é chamado "Malaquim" = Reis, porque trata mesmo dos reis de Israel e de Judá. A bíblia grega que os reúne aos livros de Samuel intitula-os "Terceiro e Quarto dos Reinados" (Basileiôn). Na Vulgata trazem o nome "Regum Tertius et Quartus, secundum Hebraeos Primus et Secundus Malachim". A nova e oficial edição da mesma Vulgata chama-os "Malachim". Nas edições modernas não há uniformidade. Uns

seguem o texto hebraico e dizem "Primeiro e Segundo livros dos Reis", outros preferem a denominação da Septuaginta. Para evitar-se confusão seria desejável seguir a via média citando-se assim: 1 Sam; 2 Sam; 3 Rs; 4 Rs.

2. *Relação com os livros de Samuel. Quantos Livros?*

Será que a Septuaginta, reunindo Samuel e Reis, tem razão? Com efeito, a narração sôbre os últimos dias de Davi parece constituir o vínculo de união entre ambas as obras. Encontram-se, no entanto, tantas e tamanhas diferenças de estilo, de índole literária, de condições críticas do texto, que precisamos opinar pela separação inicial dos livros.

Seguem as diferenças principais:

a) Samuel caracteriza-se pela descrição viva e pormenorizada das pessoas, dos fatos e dos lugares; ao passo que nos livros dos Reis depara-se-nos uma narração muito resumida, generalizada e esquemática;

b) Em Samuel quase não se mencionam datas e indicações cronológicas, enquanto os livros dos Reis abundam de alusões dêste gênero.

c) Samuel não faz menção de fontes; o autor dos Reis, ao contrário, manifesta-se muito preocupado em assinalar as fontes donde tirou êle mesmo tudo e onde se encontram mais informações;

d) Na obra de Samuel só uma vez cita-se a Lei (2 Sam 22, 23), nos livros dos Reis umas quarenta vêzes.

e) O culto dos assim chamados santuários nas alturas é tolerado nos livros de Samuel e severamente censurado nos dos Reis;

f) Enfim, o texto original de Samuel encontra-se num estado de péssima conservação, ao passo que o dos Reis não apresenta sérias dificuldades, o que mostra idade diferente e transmissão separada através dos séculos.

Também os livros dos Reis, antigamente, foram um só livro, entrando a divisão em dois por ocasião da tradução para o grego. No caso presente, porém, a divisão é pouco feliz porque a cisão passa no meio entre a história de Josafá e Ocozias; o caráter artificial, portanto, da partição é evidente. Da Septuaginta a dualidade passou para a Vulgata e daí para o texto hebraico impresso em 1517.

3. *Conspecto analítico-pragmático do conteúdo*

Não se pode tratar aqui de escrever uma história completa dos reis de Judá e de Israel. Muita coisa, no presente conspecto, ficará obscura. Quem tiver interêsse de se enfronhar neste terreno tão emaranhado, consulte uma das diferentes Histórias de Israel.

A. Salomão (1 *Rs* 1-11)

I. Os últimos dias do Rei Davi (1 *Rs* 1-2).

Por um triz Salomão teria ficado excluído da sucessão ao trono. Só a intervenção oportuna do profeta Natan frustra as tentativas de Adonias, cópia de Absalão.

II. Felicidade do tempo salomônico (1 *Rs* 3-4).

Descrição geral da ação do novel rei, sua sabedoria, organização interna do país.

III. Construção do templo e dos palácios (1 *Rs* 5-8).

IV. Notícias complementares (1 *Rs* 9-10).

As imensas riquezas do rei que crescem constantemente pelas viagens marítimas e dos tributos dos reinos vizinhos. A visita da rainha de Sabá. Prepara-se a queda do rei magnífico.

V. *Apostasia e conseqüências imediatas* (1 *Rs* 11).

O luxo e as mulheres transtornaram o coração do rei que se torna até idólatra. Não se faz tardar a punição divina. Dentro do país revoluções, de fora invasões de povos vizinhos. Assomam Jeroboão, o futuro rival, e Sesac, o futuro saqueador de Jerusalém.

B. Divisão do reino. Hostilidades mútuas (1 *Rs* 12-16, 18)

I. *A divisão* (1 *Rs* 12, 1-24).

Obra da imprudência de Roboão, filho de Salomão.

II. *Jeroboão, primeiro rei de Israel* (1 *Rs* 12, 25-14, 20).

O ingrato introduz a idolatria, para garantir o reinado! Sucede bem o contrário: a sua dinastia é rejeitada.

III. *Roboão, Abião, Asa, reis de Judá* (1 *Rs* 14, 21-15, 24).

Lembrando-se de antigos direitos sôbre Canaã os egípcios invadem a Terra Santa, saqueiam a Cidade Santa. Vai-se a glória de Salomão!

IV. *Nadab, Baasa, Ela, Zambri, Amri, reis de Israel* (1 *Rs* 15, 25-16, 28).

Consuma-se a apostasia das tribos setentrionais favorecida pelos reis sempre mais ímpios. Sucedem-se as dinastias; nenhuma delas consegue estabelecer-se por muito tempo. Conspirações e assassínios estão na ordem do dia. Guerras contínuas com Judá.

C. União política entre Judá e Israel (1 *Rs* 16, 29-2 *Rs* 15, 7)

Fortalecendo-se o reino de Damasco, surge um inimigo sério para ambos os reinos judaicos, que se unem para enfrentar o inimigo comum. Estreitam-se os laços pelo casamento do filho de Josafá de Judá com uma filha de Acab de Israel. Dois personagens imprimem o seu cunho a este período: Elias e Eliseu.

I. A era do profeta Elias (1 *Rs* 16, 29-2 *Rs* 2, 12).

No reino de Israel é implantado o culto de Baal e Astarte, obra da ímpia Jezabel, filha do rei de Tiro. Surge Elias, o profeta fiel de Javé. Assombroso ordálio no monte Carmelo; mas a conversão não passa de momentânea. Elias deve fugir. Nomeia seu sucessor Eliseu.

Em Judá, Josafá, o rei piedoso, conserva no país a verdadeira religião, ao menos externamente.

II. A era do profeta Eliseu (2 *Rs* 2, 13-14, 22).

Em Israel, as condições religiosas vão de mal a pior. Temporàriamente, Jeú extirpa o culto de Baal, mas conserva o dos bezerros de ouro. Em Judá manifestam-se as conseqüências da aliança com Israel: Jorão, o sucessor de Josafat, já anda nos caminhos dos reis de Israel. Em meio a esta irreligiosidade geral brilha a figura austera de Eliseu. Pelo fim dêste período fulguram no horizonte longínquos prenúncios da catástrofe vindoura: A Assíria consolida-se e pensa na expansão para o ocidente. Jeú é o primeiro rei de Israel a pagar tributo aos assírios.

III. Jeroboão II de Israel e Azarias de Judá (2 *Rs* 14, 23-15, 7).

Durante o longo reinado de Jeroboão II Israel viveu o seu último período de prosperidade. Mas não se converteram ao Senhor, não sustaram portanto o braço divino levantado para desfechar-lhe o golpe mortal.

D. Declínio de Israel 15, 8-17, 41)

I. Os últimos reis de Israel (2 *Rs* 15, 8-31).

Sempre mais se acentua o predomínio da Assíria. Damasco é a primeira vítima da agressão assíria. Os reis de Israel, por enquanto, pagam tributo ao mais forte. No outro lado, surge o Egito com suas antigas pretensões sôbre a Palestina. Uma vaga esperança para Israel — e mais tarde para Judá — de libertar-se da pressão dos assírios com o auxílio dos egípcios.

II. Joatão e Acaz, reis de Judá (2 *Rs* 15, 32-16, 20).

O piedoso Joatão é seguido pelo impiíssimo Acaz. Judá também está às voltas com o problema assírio. Acaz o resolve do modo mais vil possível sujeitando-se ao vizinho poderoso sob todos os respeitos. Em vão, o grande Isaías esforça-se por salvar a religião monoteísta.

III. Fim de Samaria (2 *Rs* 17).

Levado pelo partido egípcio Osée, o rei derradeiro, revolta-se contra os assírios. As conseqüências são desastrosas: tomada da capital e deportação do povo para a Mesopotâmia. Nos 210 anos de sua existência reinam em Israel 20 reis de 9 dinastias diferentes! Na terra desolada surgem os Samaritanos.

E. Agonia do reino de Judá (2 *Rs* 18-25)

I. Ezequias (2 *Rs* 18-20).

Depois da queda de Israel o fim de Judá é só uma questão de tempo. Pela sua piedade e zêlo pela religião consegue livrar o país da pressão dos assírios. Neste tempo a Assíria é substituída pela Babilônia, mas os problemas de política externa para Judá ficam os mesmos: como manobrar-se entre o Egito e a Babilônia?

II. Manassés e Amon (2 *Rs* 21).

Idolatria e apostasia no auge. Deus decreta o extermínio de Judá e de Jerusalém.

III. Josias (2 *Rs* 22, 1-23,30).

As reformas religiosas e a piedade pessoal do monarca adiam o castigo divino. O povo, no entanto, não se converte.

IV. Últimos reis de Judá (2 *Rs* 23, 31-c. 24).

Judá é apenas um joguete entre as duas potências vizinhas, Babilônia e Egito. A posição dos regentes torna-se sempre mais precária; desde que perderam a fé em Deus, não sabem mais em que confiar.

V. Queda de Judá (2 *Rs* 25, 1-25).

Aconteceu como em Israel: Sedecias nega o tributo numa vã confiança nos egípcios. Esgota-se a paciência dos babilônios. A catástrofe é horrorosa: destruição da cidade e do santuário secular, exílio babilônico.

VI. Umas notas finais (2 *Rs* 25, 22-30).

4 *Tempo da composição. Autor.*

O último acontecimento narrado no livro dos Reis é a anistia de Joaquim em 561 a.C. Não se tratando dum acréscimo posterior, a obra foi composta depois dêste ano. Doutro lado, não menciona a libertação do povo do jugo babilônico, efetuada por decreto de Ciro em 538 a.C. O livro dos Reis, pois, foi escrito durante o exílio babilônico, isto é, entre os anos 561 e 538.

A questão do autor não se resolve tão simplesmente. Os judeus afirmam ter sido o Profeta Jeremias. E com efeito, êle poderia ser o autor. Êsse profeta do Senhor tomou parte ativa na política de seu tempo, o estilo do livro é grave e sério, o derradeiro capítulo até é idêntico com Jer 52, a finalidade religiosa também caberia muito bem a um profeta como Jeremias. Apresentam-se, entretanto, duas dificuldades: A idade avançada do profeta no ano estabelecido 561. Mas êle poderia ter começado a obra já antes do exílio; assim se explicariam os modos de falar freqüentes "até-o-dia-de-hoje" (1 Rs 8, 8; 9, 21; 12, 19; 2 Rs 8, 22). A outra dificuldade seria que o nome do nosso profeta jamais ocorre no livro. Êsse fato poderia concorrer em favor da autenticidade! já que foi uso dos antigos autores silenciar o próprio nome. Seja como fôr, a autoria de Jeremias é pelo menos provável, embora a de outros profetas do exílio (Ezequiel, Baruc, Daniel) não seja improvável.

5. *Finalidade*

A tendência dos livros dos Reis é puramente religiosa. Demonstra-se como a sorte da nação depende de sua relação

para com a religião, havendo, neste pormenor, uma afinidade com o livro dos Juízes.

Cada monarca é caracterizado do ponto de vista religioso: a sua atitude favorável ou hostil para com o monoteísmo mosaico. Com grande extensão relatam-se as reformas religiosas, ao passo que guerras e demais fatos puramente políticos são mencionados muito resumidamente, remetendo-se o leitor a documentos contemporâneos (cf por ex. 2 Rs 20, 20; 23, 28). Grande espaço é dedicado à atitude dos corifeus proféticos, Elias e Eliseu.

A obra é uma prova cabal da veracidade das profecias: jamais perde a oportunidade para apontar a realização duma profecia (por ex. 1 Rs 12, 15; 14, 17; 16, 7; 16, 34; 22, 38; 2 Rs 10, 10; 17, 7-23; 24,3). Em última análise, pois, os livros dos Reis são uma demonstração tangível da justiça e veracidade divinas.

6. *Fontes e índole literária*

A obra presente abrange um espaço de quase 400 anos; assim sendo, é evidente que o hagiógrafo usou fontes escritas as quais êle mesmo, repetidas vêzes, cita textualmente. Três são os documentos principais: "Os anais de Salomão" (1 Rs 11, 41), "Os anais dos reis de Judá" (15 vêzes) e os "Anais dos reis de Israel" (17 vêzes). Trata-se provàvelmente de crônicas oficiais exaradas, conforme o costume da época, pelos secretários da côrte. Nos Paralipômenos encontramos mais fontes profanas daquele período.

Ora, dêstes documentos o autor transcreveu o que lhe servia para o seu objetivo religioso. Não oferece, portanto, uma história completa, sem deixar de ser um historiador sé-

rio e legítimo, já que constantemente se refere às fontes donde tudo tirou.

A forma estilística obedece a um esquema fixo: a biografia de cada um dos reis começa com a idade, a duração do reinado; segue a qualificação religiosa e um ou outro fato importante, enfim nos remete aos anais respectivos.

Acontece que cita fontes "ad verbum", daí as expressões estranhas "até o dia de hoje" (veja a êste respeito também o parágrafo sôbre o autor). De resto é um escritor semita com as suas particularidades de estilo e de redação que foram explicadas na introdução aos livros de Samuel (§ 8). O nosso hagiógrafo tem por especialidade a de acrescentar epítetos a pessoas bastante conhecidas, (no que difere do autor de Samuel), escrevendo por exemplo: O rei Davi; Natan, o profeta; Abiatar, o sacerdote; Eliseu, o homem de Deus; Betsabée, a mãe de Salomão.

7. *Valor histórico*

O autor quis e pôde escrever a verdade: por isso êle cita as fontes, esmera-se em estabelecer a cronologia dos reis de Judá e de Israel; e avalie-se apenas quanta paciência exigia tal intento! Além disso, os fatos e as pessoas concordam perfeitamente com a obra paralela dos Paralipômenos. Bem como em Samuel, nem aqui se conhece respeito humano, nem servilismo perante o monarca da hora. Encontram-se, é verdade, certos acontecimentos milagrosos: mas para quem crê em Deus o milagre é bem possível.

A fé histórica que merecem os livros dos Reis é confirmada esplêndidamente por certos documentos contemporâneos descobertos, nestes últimos decênios, nas escavações e demais explorações arqueológicas levadas a têrmo no Oriente

médio. Até o momento, o material continua avolumando-se: inscrições, monumentos arquitetônicos, bibliotecas inteiras! Muita coisa já foi decifrada, mas resta ainda mais para o gênio e paciência de futuros arqueólogos. Ora, nos documentos decifrados até hoje acham-se os nomes de seis reis de Israel (Amri, Acab, Jeú, Manaém, Facée e Osée), cinco de Judá (Azarias, Acaz, Ezequias, Manassés e Joaquim), sem falar nos inúmeros nomes de cidades e regiões referentes à Palestina da Bíblia. Segue aqui um breve conspecto do material mais importante:

1. No tocante a Davi e Salomão temos o testemunho do historiador judaico Flávio Josefo afirmando que até o seu tempo em Tiro se guardavam documentos com o comércio epistolar entre Hirão, rei de Tiro e Salomão (Ver Antiguidades VIII 2, 8 e 1 Rs 5, 2. 8). O mesmo Flávio Josefo conservou dois fragmentos de historiadores helenistas (Menandro e Dio) em que se menciona o tal Hirão, contemporâneo de Salomão e de Davi (Ib. 5, 3). Faltam, pois, documentos diretos do tempo de ambos os reis, ao menos até o momento, porque tem-se ainda esperança de achar qualquer coisa nas inscrições hititas que não foram ainda decifradas em sua totalidade.

2. Sôbre a invasão do faraó Sesak (ou Shoshenk) existe uma inscrição monumental numa das paredes do templo em Carnac (Egito) na qual se lêm os nomes de 165 cidades palestinenses subjugadas naquela ocasião. Falta Jerusalém porque não foi subjugada (1 Rs 14, 25-28).

3. O nome de Amri, rei de Israel, acha-se em diversas inscrições assírias, como também no monumento de Mesa, rei de Moab, conservado no Louvre de Paris (1 Rs 16, 23-28 e 2 Rs 3, 4-27).

4. Num monolito de Salmanasar (Museu britânico, Londres) figura Acab, rei de Israel, entre os 12 reis derrotados na batalha de Carcar (cf 1 Rs 22, 1: durante êstes três anos teve lugar a dita batalha).

5. No obelisco do mesmo Salmanasar encontra-se o rei de Israel, Jeú, pagando tributo (2 Rs 10, 34) N. B. Êste obelisco, guardado em Londres, é célebre pelos seus 20 relevos de grande importância histórica.

6. Nos Ostracos de Samaria lemos inúmeros nomes hebraicos, entre êles também "Meribaal" (cf 1 Par 8, 34) e mais compostos com "Baal", fato êsse que demonstra o culto de Baal no século oitavo (época de Acab e Jezabel).

7. A destruição de Samaria é recordada em três inscrições assírias: nos anais de Sargon, em Corsabad e numa menor do palácio de Corsabad.

8. O cilindro de Taylor (Londres) descreve largamente as expedições de Senaquerib contra Jerusalém e Ezequias (2 Rs 18, 13-19, 37 e Is cc. 36 e 37).

9. O monumento bilingüe de Nahr el-Kelb (egípcio-babilônico) eterniza a invasão do Egito por Assaradon, rei da Assíria. Entre os reis que o acompanharam figura o de Judá, Manassés (2 Rs 21, 17).

10. A respeito dos derradeiros dias de Jerusalém informam as cartas de Láquis, encontradas em 1935. Nelas descobre-se, entre outras coisas, a atividade do profeta Jeremias que desaconselha qualquer resistência contra os Babilônios. A própria destruição da Cidade Santa menciona-se indiretamente numa inscrição de Nabucodonosor que reza: "Passei por estradas desertas, destruí os desobedientes, capturei inimigos..."

11. Do exílio babilônico existem uma 300 tabuinhas cuneiformes que falam de entregas de rações de cevada aos operários e prisioneiros, entre os quais também judeus. Numa tabuinha, datada de 592 lê-se o nome de Joaquim, rei de Judá (2 Rs 25, 27).

No Novo Testamento, enfim, os livros dos Reis são citados quatro vêzes: Lc 4, 25-27; Mt 12,42; Rom 11, 2-4; Tg 5, 17. 18.

8. *Problemas cronológicos*

A cronologia dos livros dos Reis oferece sérios problemas. E não é de admirar: o que mais sofreu da incúria e fraqueza humana dos copistas são justamente os algarismos. Além do mais há na Bíblia um sistema de computação diferente do nosso. Vejamos: Entre a destruição de Samaria e a separação dos reinos (932-722) decorreram 210 anos; conforme a Bíblia, porém, são 241 pela série dos reis de Israel, e 260 pela dos reis de Judá. O mesmo dá-se quanto à duração do reino de Judá. A história profana indica 345 anos (932-587), a Bíblia 393. São Jerônimo achou ser tempo perdido procurar-se uma solução satisfatória ! Entretanto, alguma coisa se pode dizer para explicar que na Bíblia os algarismos são sempre maiores que os da história extrabíblica. Não entraremos em pormenores desinteressantes; vejamos só três observações: 1. Na Bíblia contaram-se provàvelmente, como anos inteiros, tanto o ano em que começou o reinado, como o do fim. Devemos pois subtrair da soma total o número dos reis. 2. No reino de Judá houve uma co-regência de Azarias com Joatão (2 Rs 15, 5). E', pois, possível que se tenham contado os anos completos de cada um. 3. A divergência entre os diferentes textos prova a insegurança dos algarismos.

Em vez de transcrevermos aqui as listas dos reis de Judá e Israel cujas datas são bastante incertas, damos um conspecto das datas certas referentes ao período total dos livros dos Reis:

968, início da construção do templo salomônico

932, divisão do reino em duas partes: Israel e Judá.

854, batalha de Carcar no tempo de Acab (Israel) e de Benadad (Síria).

842, tributo de Jeú, rei de Israel.

738, Manaém de Israel paga tributo a Teglatfalasar da Assíria.

722, tomada de Samaria e fim do reino de Israel.

701, expedição de Senaquerib contra Jerusalém.

609, Josias morre na batalha de Magedo.

605, batalha de Carcomes (Jer 25, 1; 46, 2).

587, destruição de Jerusalém pelo rei da Babilônia, Nabucodonosor.

561, anistia de Joaquim, última notícia dos livros dos Reis.

OS LIVROS DOS PARALIPÔMENOS OU CRÔNICAS

1. *Título e número de livros*

No texto original hebraico a nossa obra é designada "Diberé hay-yamim", isto é, "Fatos dos dias", ou mais livremente, "Acontecimentos históricos". Na tradução grega dos Setenta o título é um tanto misterioso: "Paralipoménon A' e B'" o que quer dizer "Primeiro e Segundo livro dos Parali-

pômenos". Mas, que quer dizer êste têrmo "Paralipômeno"? Com S. Jerônimo e outros escritores antigos traduzimos assim: "Livros das coisas omitidas", quer dizer, omitidas nos livros antecedentes de Samuel e dos Reis. Essa denominação tem algum fundamento, mas nem de longe qualifica a natureza da obra em questão.

O aludido S. Jerônimo, no seu "Prólogo Galeato" propõe o nome de "Chronicon" querendo exprimir com isso o gênero literário dêsses livros que são uma espécie de enumeração de fatos sem nexo interno. Tal classificação seria aplicável aos primeiros capítulos, mas não à obra inteira. Na sua tradução do hebraico o mesmo S. Jerônimo intitula os livros assim: "Verba dierum", isto é: "Fatos dos dias", traduzindo servilmente a denominação hebraica. A Pontifícia Comissão da Revisão da Vulgata editando os Paralipômenos em 1948 chamou-os também "Verba dierum".

Quanto ao número dos livros valem as mesmas observações que fizemos a respeito dos livros de Samuel e dos Reis, só que aqui a divisão foi mais feliz, terminando o primeiro livro com a morte de Davi e encetando o segundo com Salomão.

2. *Obra própria ou repetição de Samuel e Reis?*

À primeira vista poderia parecer que seja mesmo uma mera repetição; por isso foi um tanto negligenciado pelos comentaristas antigos e modernos. Todavia, nada é mais injusto!! Sob todos os pontos de vista os Par são um trabalho próprio: tem objetivo próprio, e isso é que decide a questão; relata muitas novidades de que em Sam e Rs nem vestígio se encontra (por ex. 1 Par 12; 13, 1-5; 16, 4-43; 23-26; 29;

2 Par 11, 13-17; 13-15; 19; 20; 24, 15-27; 26; 27,3-6; 28, 16-21; 29-31; 33, 11-19).

Também o estilo e a linguagem são diferentes. Os primeiros nove capítulos nada têm que ver com Sam e Rs, recapitulando como estão as genealogias contidas nos livros anteriores a êstes. No entanto, mesmo dentro das genealogias deparamos com umas notícias próprias de caráter histórico (por ex. 1 Par 4, 10; 22. 23. 38-43; 5, 10. 19-22; 7, 21-24).

3. *Relação com os livros de Esdras e Neemias*

Por alguns peritos modernos de renome Par e Esdr-Ne são considerados como obra do mesmo autor. Os argumentos seriam os que seguem: 1. A preferência pelo culto divino e por genealogias observada em ambas as obras. 2. A linguagem aramaizante. 3. A comparação com o livro apócrifo 3 Esdr, que também abrange partes dos Paralipômenos (3 Esdr = 2 Par 35-36; Esdr 1-10; Ne 7-8). Mas, por que repetiu-se o decreto de Ciro? (2 Par 36, 22. 23 = Esdr 1, 1-4). Respondem que, em época posterior, ao dividirem a obra, acrescentaram o decreto a 2 Par, no fim. Há outras dificuldadezinhas. Como se explica a separação? Por que Par não se chama então 1 Esdr? Por que no cânon hebraico figura até depois de Esdr e Ne?

Seja como fôr, considerando-se o objetivo religioso comum e a época da composição que também coincide para os três, parece bem provável que primitivamente tenham formado um livro só.

N.B. A divisão em 1 e 2 Par data da tradução para o grego (Septuaginta).

4. *Quando foi escrito?*

Nos últimos versos da obra trata-se do decreto de Ciro que permite a volta para a Palestina; aconteceu isso em 538 a.C. Êste ano é, portanto, o têrmo antes do qual não se compôs o livro. Há porém indícios que parecem demonstrar que devemos exigir, não só um tempo qualquer, mas até muito depois de 538. Eis os argumentos:

1. No 1 Par 29, 7 encontra-se o nome da moeda persa "Adarkonim" (hebraico) ou "Dareikós" (grego); ora — essa denominação não existe antes do rei Dario I (521-485).

2. A lingua aramaizante aponta um período posterior ao exílio.

3. O modo geral de falar em "rei dos persas" (2 Par 36, 20) parece indicar que o império persa já pertenceu ao passado; chegaríamos assim ao tempo de Alexandre Magno!

4. No 1 Par 3, 19-24 enumeram-se os descendentes de Zorobabel até a sexta geração, no texto hebraico, e até a undécima na Vulgata; fato êsse que nos leva a um tempo assaz post-exílico.

5. Supondo-se a unidade literária com Esdr-Ne chegamos à era posterior a Alexandre Magno, pois que o sumo sacerdote Jadoa, mencionado em Ne 12, 11. 22 foi contemporâneo de Alex. Magno, se é que é idêntico com o tal Jadus de que se trata em as "Antiguidades" de Flávio Josefo (XI 8, 5). Quase todos os historiadores estão em favor da identidade.

6. O têrmo "midrash" empregado duas vêzes no texto hebraico (2 Par 13, 22; 24, 7) é uma palavra técnica em

uso nas escolas rabínicas designando uma explicação ou um estudo mais ou menos livre da Lei. Ora, escolas rabínicas e literatura rabínica existem só certo tempo depois de Esdras.

Os Paralipômenos, pois, foram escritos entre 350 e 250 antes de Cristo, sendo impossível dizer quem foi o autor.

5. *Finalidade*

O autor quer exortar o povo à fidelidade religiosa. Vivia ainda em todos a recordação da destruição do templo e das misérias do exílio. Agora, de volta à pátria, tomem cuidado para não se repetir a catástrofe. Demonstra portanto a relação causal entre fervor religioso e prosperidade política. Pelas genealogias põe em relêvo a identidade dos judeus post-exílicos com o povo eleito por Deus. Assim sendo, têm êles as mesmas obrigações e obterão as mesmas bênçãos prometidas. Consistindo o fervor religioso, antes de tudo, nas funções sagradas do culto divino no templo, o hagiógrafo se empenha em realçar-lhe a importância e a beleza. Que o povo se interesse pelo santuário, pelo sustento dos seus ministros, que freqüente as solenidades —eis o desejo íntimo do autor. Daí se explicam as genealogias dos sacerdotes e levitas (1 Par 6). A atividade dos reis piedosos em relação a essa classe é salientada com ênfase e largueza, sendo êstes atos os mais importantes aos olhos do autor (Veja: 1 Par 13-16; 2 Par 2-7; 11, 13-17; 15, 8-18; 17; 19, 8-11; 24; 26, 16-21; 28, 22-25; 29-31; 33, 1-13; 34-35). N.B. De propósito omite os pecados dos reis Davi e Salomão, porque êle pretende escrever uma história do zêlo religioso em Israel.

Outro problema que ocupou a mente do autor foi a crescente dispersão do povo judeu, de par com a impossibilidade

de chegar um dia, mais uma vez a alguma importância política. Era, portanto, só o culto divino que ainda podia unir a nação e animar os dispersos e perseguidos. Por isso o autor não tem interêsse em narrar a história de Israel e de Samaria, mas só a de Judá e de Jerusalém, porque ali estava o templo do Senhor, centro e vínculo espiritual da nação israelita.

Considerando-se assim a finalidade do livro devemos procurar o seu autor entre os sacerdotes e levitas.

6. *Fontes e índole literária*

Consta do próprio texto que o escritor usou largamente fontes escritas. Para as genealogias empregou os livros bíblicos do Pentateuco, Josué e 1 Samuel. Para o resto indica diversas obras; são elas as que seguem: "O Livro dos Reis de Judá e de Israel", provàvelmente não idêntico ao livro canônico dos Reis; "Crônicas dos Reis de Israel"; "Midrash do Livro dos Reis"; obras de diferentes profetas: de Samuel, Natan, Gad, Aías, Semeias, Jeú, Isaías (não da profecia canônica!), Hozai e Ido.

Apesar da freqüente identidade verbal com Sam e Rs, não consta se os transcreveu em todos êstes casos, antes poderia ter usado as mesmas fontes que êstes. Certo é que os teve diante dos olhos, que os supõe conhecidos e que, às vêzes, os completa. Demonstra-se isso, por exemplo, da maneira abrupta com que inicia a história de Saul (1 Par 10); 1 Par 20 começa verbalmente como 1 Sam 11, mas não prossegue como êste. Refere-se constantemente aos reis de Israel como a personagens conhecidas sem que lhes teça a história.

Além das fontes indicadas comunica certos fatos contidos no vasto depósito da tradição oral de que faz idéia adequada só quem tiver estudado a literatura rabínica.

7. *Veracidade histórica*

No tocante à autoridade histórica remeto ao que dissemos, na Introdução aos Livros dos Reis, sôbre cronologia e problemas correlacionados. Nem é aqui o lugar de resolvermos as dificuldades oriundas das divergências com Rs; tal coisa pertence ao comentário.

No Novo Testamento só uma vez cita-se um lugar dos Paralipômenos, e êste é duvidoso (2 Par 24, 20. 21 em Mt 23, 35).

Tenha-se em vista a finalidade estritamente religiosa, a possibilidade de corrupções textuais e o nosso conhecimento reduzido da história antiga, e seremos mais clementes e cautelosos no nosso julgamento.

8. *Divisão do conteúdo*

A obra divide-se em três partes claramente distintas:

I. A história desde Adão até Saul (1 *Par* 1-9).

Contém só genealogias com escassas notícias históricas, inseridas aqui e acolá (cf § 2).

II. Davi e Salomão (1 *Par* 10-2 *Par* 9).

Os dois mais beneméritos pelo culto do Senhor: Davi, o conquistador da Cidade Santa, o organizador das classes sacerdotais e levíticas, o poeta e cantor e o ideador do grandioso santuário. Salomão, o construtor do templo que, durante cinco séculos, serviu de moradia do Senhor.

III. Os reis Judá (2 *Par* 10 — *fim*).

Os regentes da dinastia davídica são os guardas do santuário. Narra-se o que fizeram em seu favor, merecendo assim a bênção de Deus; e como o desprezaram, incorrendo por isso na mais terrível punição.

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE ESDRAS E NEEMIAS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE ESDRAS E NEEMIAS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE ESDRAS E NEEMIAS

I. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

No exílio — A tomada de Jerusalém por Nabucodonosor, em 587 a. C., assinalou o fim do reino de Judá. A flor da população judaica ou pereceu sob a espada do vencedor, ou marchou para o exílio. Apenas um número insignificante ficou na Palestina, quase todos camponeses e pastores, que não representavam perigo político para o vencedor. O templo de Salomão foi completamente arrasado e seus objetos de culto transportados para o panteão internacional da Babilônia, onde Nabucodonosor concentrava não só as populações subjugadas, mas também suas divindades e símbolos religiosos.

Na terra do exílio, os deportados foram localizados em diversos pontos e forçados a trabalhar para o govêrno, principalmente na construção de gigantescos canais de irrigação. Se sua sorte era dura no comêço, foi-se mitigando aos poucos, sobretudo depois da morte de Nabucodonosor, ocorrida em 562 a. C.

O repatriamento — Cêrca de meio século havia decorrido desde a grande deportação de 587, quando a situação se transformou da noite para o dia de maneira mais radical. No ano 539 a. C. as tropas de Ciro entraram em Babel e

naquele dia o jovem conquistador pôs termo ao domínio da Babilônia e consolidou as bases do Império da Pérsia, que dominaria o Oriente por dois séculos.

Como vencedor, Ciro não se ateve à praxe dos conquistadores orientais, que torturavam, massacravam ou conduziam à escravidão as vítimas de seu triunfo. Tratou com humanidade os vencidos, de maneira que o novo monarca era saudado mais como libertador do que como vencedor. Também em relação às populações estrangeiras, que Nabucodonosor e seus sucessores haviam subjugado e importado, juntamente com as imagens de suas divindades, Ciro adotou uma política totalmente nova. Logo depois da vitória, concedeu a todos os deportados plena liberdade de regressarem para suas terras de origem, levando consigo seus símbolos religiosos. Também os israelitas foram favorecidos por essa política liberal e obtiveram a permissão de regressarem à Palestina, mediante um decreto, que a literatura canônica zelosamente nos conservou. A essa altura dos acontecimentos, começa a narração dos livros de Esdras e Neemias.

II. COMPOSIÇÃO LITERÁRIA

Título — A Bíblia hebraica, depois do livro de Daniel e antes dos Paralipômenos, apresenta, como um livro só, "Ezrâ — Nehemyâ". A tradução grega dos Setenta divide a obra em dois livros, intitulando-os "Esdras A'" e Esdras B'". A Vulgata conserva essa distinção, dando ao primeiro o título de "Liber I. Esdrae" e ao segundo o de "Liber Nehemiae qui et Esdrae Secundus dicitur". O Cânon do Conc. de Trento assim os refere: "Esdrae primus et secundus, qui dicitur Nehemiae".

Os dois protagonistas — Esdras e Neemias são as duas personagens, que dominam os acontecimentos referidos nos dois livros.

Neemias vivia na côrte do rei da Pérsia e, como copeiro, gozava da confiança de Artaxerxes I (465-424). No 20.° ano do reinado dêsse soberano (445 a. C.), recebeu notícias desoladoras de Jerusalém: As muralhas da Cidade Santa (provàvelmente reconstruídas pelos primeiros repatriados), tinham sido novamente arrasadas e a população passava privações. Neemias chorou suas máguas perante Sua Majestade e recebeu a autorização para ir à Judéia e restaurar as muralhas de Jerusalém. Além de calorosamente recomendado às autoridades da satrapia a que pertencia a Palestina, Neemias foi nomeado governador ("pehah") da Judéia. Depois de 12 anos de atividade, Neemias voltou à côrte de Artaxerxes (Ne 13, 6). Mas decorrido algum tempo, novamente voltou para a Palestina, a fim de iniciar a segunda fase de sua obra de restauração.

Na reforma religioso-social de Israel, Neemias encontrou um valioso auxiliar em *Esdras*, sacerdote, escriba e intérprete das Escrituras de excepcional competência. E' êle a figura central da grande assembléia popular, convocada por Neemias e em que foi lida e esplanada ao povo a Lei de Moisés, fundamento de tôda a ordem social e religiosa. E' o que nos refere o livro de Neemias (8, 1 ss.). Segundo o livro de Esdras (7, 8), no 7.° ano do reinado de Artaxerxes, o grande escriba foi enviado, por êsse monarca, a Jerusalém, a fim de organizar a vida dos repatriados de acôrdo com a Lei do Deus de Israel. Mas contando-se entre os sucessores de Ciro diversos soberanos com o nome de Artaxerxes, é difícil determinar de qual dêles se trata. Da leitura dos documentos na ordem em que no-los apresentam os livros Esdras-

Neemias, colhe-se a impressão como se Esdras tivesse sido enviado no 70.º ano de Artaxerxes I (458 a. C.), portanto 13 anos antes da partida de Neemias. Mas poderia tratar-se, também, de Artaxerxes II (405-358 a. C.), e nesse caso Esdras teria recebido aquela incumbência em 398 a. C., ou seja, nada menos que 47 anos depois da primeira viagem de Neemias a Jerusalém. Os que se inclinam para essa segunda hipótese, admitem que Esdras já esteve em Jerusalém anteriormente, prestando sua colaboração a Neemias. Depois teria voltado à Babilônia, onde se teria salientado entre os sábios, que coligiram e coordenaram, nessa época, o preciosíssimo patrimônio de tradições históricas e jurídicas, importadas pelos exilados graças à fidelidade de sua memória e ao zêlo religioso dos que entre a sua pobre bagagem levaram para o exílio algum fragmento de pergaminho ou papiro com trechos da literatura sagrada (cf. Ricciotti, Storia d'Israele, vol. II, § 72). Atribui-se a Esdras um papel importantíssimo na fixação do cânon judaico do Antigo Testamento. Ainda nessa hipótese, Esdras, no tempo da atividade de Neemias em Jerusalém, seria um jovem de uns 30 anos de idade; e ao voltar, em 398, já seria um ancião de 75 anos, o que aliás muito bem explicaria certas atitudes por êle assumidas em face dos abusos contra os quais teve que lutar (Esdr. 9, 1-10, 17).

CONTEÚDO DO LIVRO DE ESDRAS

1. *Primeira caravana de repatriados*

(sob Zorobabel)

Cap.	Vers.	
1	1-4	Decreto de Ciro, permitindo o regresso dos judeus à Palestina (538)

Cap.	Vers.	
	5-6	Organização da primeira caravana
	7-11	Ordem de Ciro de devolver os vasos sagrados, roubados por Nabucodonosor do Templo de Jerusalém
2	1-67	Relação dos diversos grupos que integraram a caravana
	68-69	Donativos para a reconstrução do Templo.
	70	Chegada e estabelecimento dos repatriados em diversas cidades.

II. Reconstrução do Templo.

1. *Início dos trabalhos.*

Cap.	Vers.	
3	1-6	Restabelecimento do culto sacrificial no local do Templo primitivo
	7-13	Colocação da pedra fundamental do novo Templo (sob Zorobabel).

2. *Hostilização e suspensão das obras.*

Cap.	Vers.	
4	1-5	Os samaritanos oferecem sua colaboração, que não é aceita; por despeito começam a obstacular as obras, até estas serem suspensas. **(Segue a narração antecipada de fatos sucedidos muito mais tarde, no reinado de XERXES I (485-465) e de ARTEXERXES I (465-424).**
	6	Acusação contra os judeus perante Xerxes I.
	7-16	Carta dos adversários a Artaxerxes, denunciando a restauração da fortaleza de Jerusalém (em aramaico).
	17-23	Ordem de Artaxerxes de embargar as obras. Cumprimento da ordem.

Cap.	Vers.	
		(Continua a narração interrompida depois do vers. 5).
	24	Recapitulação do vers. 5: As obras ficaram paradas até ao 2.º ano de Dario I (até 521 a. C.).
		3. *Reinício das obras.*
5	1-2	Reinício das obras, por influência dos profetas Ageu e Zacarias.
	3-5	Interpelação da parte das autoridades persas.
	6-17	Ofício do governador Tattanai a Dario I, consultando como deve proceder no caso.
6	1-5	No arquivo de Ecbátana é encontrado o decreto que autoriza a restauração do Templo.
	6-12	Carta-resposta de Dario ao governador, recomendando que não impeça, antes apoie os trabalhos da reconstrução do Templo.
		4. *Conclusão da obra.*
	13-18	Conclusão e inauguração do Templo.
	19-22	Celebração da Páscoa.
		III. Atividade de Esdras
		1. *Repatriamento.*
7	1-5	Genealogia de Esdras.
	6-10	Partida de Esdras para Jerusalém.
	11-26	Carta de recomendação de Artaxerxes em favor de Esdras.
	27-28	Oração de Esdras.
8	1-20	Integrantes da caravana.
	21-23	Preparação espiritual para a viagem.

Cap.	Vers.	
	24-30	As ofertas para o Templo.
	31-36	Chegada em Jerusalém.
		2. Luta contra os matrimônios mistos.
9	1-4	Resolução de lutar contra os casamentos mistos.
	5-15	Oração de Esdras.
10	1-17	Grande assembléia popular. Resolução de despedir as mulheres alienígenas.
	18-44	Relação dos israelitas casados com mulheres pagãs.
		Conteúdo do Livro de Neemias.
		1. Reconstrução da Cidade.
1	1-11	Luto de Neemias, ao receber notícias contristadoras de Jerusalém.
2	1-10	Com autorização escrita de Artaxerxes I, Neemias chega em Jerusalém para reconstruir as muralhas (445 a. C.).
	11-18	Inspeção noturna das ruínas e conferência com os principais da cidade.
	19-20	Zombaria dos adversários.
3	1-32	Início dos trabalhos. Relação das "equipes" de trabalhadores.
	33-38	Os adversários continuam a zombar.
4	1-5	Os adversários tramam um assalto à mão armada.
	6-17	Neemias organiza a defesa e os trabalhos prosseguem.
5	1-13	A um apêlo de Neemias, os credores relevam as dívidas de compatrícios pobres.

Cap.	Vers.	
	14-19	Exemplo de desprendimento de Neemias.
6	1-14	Os inimigos armam ciladas a Neemias, que as frustra uma por uma.
	15-16	Conclusão das muralhas.
	17-19	Temor dos adversários.
7	1-3	Organização da guarda da cidade.
	4-69	Recenseamento dos repatriados (cf. Esdras 2, 1-67).
	70-73	Contribuições para o culto.
		II. Reforma religiosa (renovação da aliança).
8	1-12	O povo, reunido em assembléia, ouve a leitura da Lei de Moisés.
	13-18	Celebração da "Festa dos Tabernáculos".
9	1-37	Dia de penitência.
10	1-40	Renovação escrita do compromisso de observar a Lei.
		III. Reforma política.
11	1-24	Povoamento compulsório de Jerusalém. Famílias que se estabeleceram em Jerusalém.
	25-36	Cidades com núcleos de repatriados.
		IV. Organização do culto.
12	1-9	Sacerdotes e levitas que haviam regressado com Zorobabel.
	10-11	Série de sumos sacerdotes, desde a restauração do Templo até Jedduá.
	12-21	Chefes de famílias sacerdotais sob o pontificado de Joaquim.
	22-26	Cabeças de famílias levíticas.

Cap.	Vers.	
	27-43	Inauguração das muralhas de Jerusalém.
	44-47	Nomeação de inspetores para o depósito do Templo.
		V. Extirpação de diversos abusos.
13-	1-3	Afastamento dos amonitas e moabitas.
	4-9	Alijamento de Tobias dum compartimento anexo ao Templo.
	10-14	Providências quanto ao pagamento dos dízimos aos levitas.
	15-22	Observância do sábado.
	23-29	Medidas contra os que haviam desposado mulheres alienígenas.
	30-31	Diversas providências relativas ao culto.

O autor — Segundo uma tradição rabínica, Esdras teria escrito os 2 livros dos Paralipômenos antes de partir para a Babilônia. Depois teria composto o livro que leva seu nome e Neemias, finalmente, teria completado com suas "Memórias" a obra histórica de Esdras.

Não há dúvida, de que tanto Esdras como Neemias redigiram certas partes de ambos os livros. Atestam-no as formas verbais na 1.ª pessoa. Mas a compilação dos diversos documentos, ou seja, a redação definitiva é, provàvelmente, obra de autor mais recente. Sugere-o, por exemplo, a série de sumos sacerdotes, que se estende até Jedduá, contemporâneo de Alexandre Magno (Fla. Jos., Antig. Jud., XI, VII. 2). Nas suas memórias, Neemias refere-se, simplesmente, ao "rei", ao passo que nos trechos redigidos pelo compilador, lê-se cada vez "rei da Pérsia". Não seria isto indício de que a compilação teve origem numa época posterior

ao domínio dos sucessores de Ciro? Por essas e outras razões, muitos críticos modernos são da opinião de que os dois livros foram compilados no fim do sec. IV ou no início do sec. III a. C.

A quem se deva atribuir a compilação, não há elementos para determiná-lo com segurança. Em todo o caso, a afinidade literária entre as duas obras é tão estreita, que é difícil pensar em dois autores diferentes. É provável, mesmo, que se trate do mesmo cronista desconhecido, que de maneira de todo semelhante compilou os documentos que constituem os dois livros dos Paralipômenos.

III. VALOR HISTÓRICO

Ambos os livros apresentam indícios de historicidade como poucos outros livros do Antigo Testamento. Primeiramente, as *fontes* utilizadas são de natureza a não poderem ser forjadas. Além disso, os relatos são vigorosamente confirmados, em muitos pontos, não só pelos livros canônicos dos profetas post-exílicos (Ageu, Zacarias e Melaquias), mas também pela *literatura extra-bíblica.*

As fontes

Documentos oficiais — 1) O edito de Ciro, permitindo o repatriamento dos judeus (Esdr 1, 2-4; cf. 2 Par 36, 22-23).

2) Correspondência entre Rehum e Artaxerxes I (em aramaico).

a) Carta de Rehum, governador da Samaria a Artaxerxes, denunciando a tentativa dos judeus de reconstruir Jerusalém (Esdr 4, 7-16).

b) Resposta de Artaxerxes, ordenando a suspensão das obras (6, 18-22).

3) Correspondência entre Tattanai e Dario I (em aramaico).

a) O governador Tattanai consulta a Dario o que deve fazer com os judeus, que estão reedificando o Templo. (Esdr 5, 8-17).

b) Resposta de Dario a Tattanai, recomendando que deixe os judeus em paz (6, 6-12).

4) Carta de Artaxerxes (I ou II) em favor de Esdras (em aramaico) (Esdr 7, 11-26).

Memórias de Esdras — O autor dos cap. 8 a 10 de Esdras escreve na primeira pessoa. Não pode haver dúvida razoável de que se trata de memórias pessoais de Esdras. Comprovada, assim, a existência dessas memórias, é provável que também em outros pontos elas tenham sido utilizadas pelo compilador.

Memórias de Neemias — No livro de Neemias, o grande restaurador fala na primeira pessoa desde o início até 7, 5; depois, de 12, 27 até ao fim. O que medeia entre essas duas partes, consta em parte de listas genealógicas ou relações de repatriados, em parte refere as resoluções tomadas na grande assembléia popular, em que foi renovada a aliança com Javé; mas também essa parte pode muito bem fazer parte das notas auto-biográficas de Neemias, que, possìvelmente, de propósito evitou qualquer personalismo, para não diminuir a espontaneidade daquelas decisões.

Registros genealógicos e listas de repatriados — Relação dos repatriados que partiram com Zorobabel (Esdr 2, 1-67; cf. Ne 7, 6-69) — Genealogia de Esdras (Esdr 7, 1-5) — Os grupos que integraram a caravana de Esdras (Esdr 8, 1-20). — Homens casados com mulheres alienígenas (Esdr 10, 18-44). — Signatários da renovação da aliança (Ne 10, 1-28).

— Famílias que se estabeleceram em Jerusalém (Ne 11, 3-24). — Famílias estabelecidas em outras cidades da Judéia (Ne 11, 25-36). — Série de sumos sacerdotes e lista de descendentes da tribo sacerdotal (Ne 12, 1-26).

Da conservação desses registros dependiam os direitos civis dos repatriados e de seus descendentes, o que constitui a melhor garantia de sua exatidão.

O testemunho de documentos extra-bíblicos

Documentos de origem assírio-babilônica apresentam-nos o rei Ciro com as mesmas características que já conhecemos através dos livros Esdras-Neemias: O mesmo liberalismo religioso, a mesma preocupação de deixar à vontade as populações subjugadas e importadas pelos soberanos da antiga Babilônia e, sobretudo, de assegurar-lhes a mais ampla liberdade de cultuarem suas próprias divindades.

Sobretudo uma série de papiros, originários de 4 a 5 séculos a. C. e providencialmente descobertos no início de nosso século, na ilha Elefantina, vieram confirmar de maneira admirável diversos detalhes da história que narram aquêles dois livros canônicos. Na ilha Elefantina, no curso superior do rio Nilo, a mais de 1.100 km. do Mediterrâneo, existia uma guarnição militar composta de judeus e ali estabelecida no sec. VI ou já anteriormente. Entre os documentos ali descobertos figura a minuta ou cópia duma carta, endereçada pelos judeus da Elefantina a seus co-nacionais da Palestina e na qual aquêles se queixam das perseguições de que eram vítimas da parte das autoridades civis e religiosas daquela região. Exarada em língua aramaica, como os documentos inseridos, em seu teor original, nos livros Esdras-Neemias, aquela missiva contém referências a pessoas, que certamente são idênticas às que entram em cena no relato bíblico da restauração da cida-

de e do Templo de Jerusalém. Assim ocorre, por exemplo, o nome de Jehohanam, que é, sem dúvida, o sumo sacerdote Johanan, mencionado em Ne 12, 23; Sin-uballit, governador da Samaria, é, evidentemente, aquêle Sanballat, implacável adversário de Neemias, mencionado com freqüência nos cap. 3 e 4 de II Esdras.

IV. ORIGEM CARISMÁTICA.

Os livros Esdras-Neemias figuravam nas mais antigas coleções de livros inspirados em uso entre os judeus palestinenses e pertencem, assim, aos livros proto-canônicos, a respeito de cuja autoridade canônica nunca surgiu dúvida digna de menção. É exato que nenhum dos dois é expressamente citado nos escritos do Novo Testamento; mas os Santos Padres os aproveitam, sem vacilação, como qualquer outro livro inspirado. Parece ter havido dúvidas, apenas na Escola de Antioquia, onde Teodoro Mopsuesteno não os reconhecia. Entretanto, o Conc. de Laodicéia em 360; S. Inocencio I, na Epístola "Consulenti Tibi", em 405; o Decreto de Gelásio (?) no fim do sec. V, o Concílio Florentino em 1441 e o Concílio Tridentino em 1546 são unânimes em reconhecer a canonicidade dos dois livros de Esdras.

V. VALOR DOUTRINÁRIO.

Os livros Esdras-Neemias dão um testemunho monumental da fidelidade de Deus às suas promessas. Durante séculos, Israel e seus dirigentes, civis e religiosos, com suas constantes infidelidades haviam provocado a indignação de Javé, até que êste, finalmente, lhes infligiu um castigo, que levou o povo eleito à beira do aniquilamento e cuja memória se perpetuaria por tôdas as gerações. O Santuario de Javé arrasado, a Cidade Santa devorada pelas chamas, a população dizimada pela fome e pela espada e depois arrastada para

a longínqua Babilônia, sem direitos e sem liberdade. — Que era feito das promessas de grandeza indestrutível, feitas por Deus através de Abraão, Moisés e os profetas? Que era feito do trono sempiterno de Davi? Enquanto essas perguntas torturavam a alma dos exilados, eis que uma viravolta política, como a história não conhece outra mais brusca, desdobra diante de seus olhos os planos divinos. Com uma facilidade e rapidez que quase não se explica sem a interferência dum poder mais alto, Ciro apodera-se do Imperio da Babilônia e torna-se instrumento dócil nas mãos de Javé para a imediata libertação de seu povo. Os livros Esdras-Neemias são, assim, uma justificação histórica dos vaticinios da 2.ª parte de Isaías, onde o vate inspirado canta os triunfos de Ciro, escolhido e ungido por Deus especialmente para tirar Israel do cativeiro.

Mas ao mesmo tempo que enaltece a indefectível fidelidade de Deus, Esdras-Neemias fazem ver claramente, que esta é condicionada à fidelidade do povo no cumprimento de seus compromissos. A aliança com Javé, tantas vêzes traída pelo povo antes do exílio, é renovada. A negligência no culto divino e os abusos que se infiltram na vida social e religiosa, são outros tantos obstáculos que, por assim dizer, frustram os propósitos divinos de cumprir as suas promessas.

Os dois livros apresentam tipos de israelitas ideais, que correspondem plenamente às expectativas de Javé.

Esdras é o modêlo de sacerdote, profundamente versado na Lei, piedoso, infatigável no mister de instruir o povo e zelador apaixonado da glória de Deus.

Neemias é o modêlo do homem público, de corpo e alma dedicado à tarefa de restaurar, material, social e religiosamente, a desventurada nação. Homem de caráter, não se deixa intimidar por seus inimigos, nem cede ao desânimo diante

dos empecilhos, que se lhe acumulam no caminho. Profundamente sensível aos problemas sociais, luta em benefício dos deserdados da fortuna e consegue que os ricos relevem as dívidas de pobres operários. Exemplo de desprendimento, não se aproveita das regalias que lhe oferece seu cargo de governador e não aceita a remuneração a que tem direito. (Ne 5, 14 ss.).

Guiado pelo espírito sobrenatural, a preocupação de ordem religiosa predomina em todos os seus atos. Providencia para que o povo seja bem instruído na Lei, encarregando dêsse mister a Esdras, "scriba eruditus in sermonibus Domini". Combate também os casamentos mistos, que atraíam a indignação de Deus contra a nação. Interessa-se vivamente pelo culto público e remove zelosamente os obstáculos e abusos. que poderiam torná-lo menos agradável a Deus.

Feliz o povo, que nos momentos difíceis de sua história encontra um guia de tal envergadura!

Em resumo, os livros Esdras-Neemias nos apresentam um povo, que vem da beira da sepultura, dizimado, despojado de todos os bens, coberto de cicatrizes, mas com a confiança revigorada no auxílio e nas promessas divinas. Oxalá todos os povos, vítimas de catástrofes nacionais, se convençam de que é a infidelidade às leis de Deus que aniquila as nações e de que sòmente o retôrno ao Senhor é garantia de salvação e ressurreição.

APÊNDICE

O 3.º e o 4.º livros de Esdras.

Nas edições da Vulgata encontram-se, geralmente, à maneira de apêndice, dois livros intitulados III e IV Esdras.

São livros apócrifos, que nunca gozaram do reconhecimento oficial da Igreja como inspirados. Sem embargo, diversos Santos Padres, gregos e latinos, os citavam ao lado dos livros canônicos.

O 3.º livro de Esdras, do gênero histórico, resume-se em narrações, que já encontramos nos livros canônicos dos Paralipômenos, Esdras e Neemias. Matéria original contém, sòmente, os capítulos 3, 1 até 5, 6, que reproduzem uma esquisita discussão de três jovens da guarda real perante o rei Dario.

O 4.º livro de Esdras pertence ao gênero dos Apocalipses. O núcleo primitivo, que abrange os caps. 3 a 14, refere os colóquios de Esdras com o Altíssimo e com um anjo, e tem por fim esclarecer certos mistérios da Divina Providência. Procura reafervorar a esperança messiânica e prediz a ressurreição geral, quando então os bons terão, finalmente, a sua recompensa e os maus seu castigo.

As partes restantes, no início e no fim do livro, parecem ser aditamentos de origem cristã.

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE TOBIAS, JUDITE E ESTER

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE TOBIAS, JUDITE E ESTER

INTRODUÇÃO

I — O LIVRO DE TOBIAS

II — O LIVRO DE JUDITE

III — O LIVRO DE ESTER

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE TOBIAS, JUDITE E ESTER

Os livros do Antigo Testamento, desde o Gênesis até Esdras-Neemias, narram a história, mais ou menos contínua, do povo eleito até a restauração dos Judeus na Terra Santa (meados do sec. 5.º a.C.) após o exílio babilônico. Dois outros livros, os dos Macabeus, descrevem os feitos gloriosos de Israel desde 175 a 135 a.C., ficando notável lacuna no fio da história entre Ne (sec. 5.º) e 1-2 Mac (sec. 2.º).

Ora, entre Ne e 1 Mac, o cânon sagrado apresenta três opúsculos, ditos de Tobias, Judite e Ester, que, sem preencher a lacuna, referem todavia um ou outro episódio do exílio e do post-exílio. Êstes três livros têm suas características comuns: não narram a vida de todo o povo de Deus (como Ne e Mac), mas a história singular seja de uma família (Tob), seja de uma cidade (Jdt), seja dos Judeus residentes na Pérsia (Est); as épocas da história universal a que aludem, não se deixam reconhecer com muita precisão, provàvelmente porque os três opúsculos pertencem a um gênero literário próprio e foram escritos com finalidade particular; o texto dos mesmos passou por uma história obscura, o que suscitou questões de crítica textual e canonicidade. E' o que faz que Tob, Jdt e Est constituam um grupo bem definido entre os escritos do Antigo Testamento, e sejam estudados conjuntamente.

Antes do mais, para se penetrar devidamente o seu conteúdo, importa reconstituir o quadro histórico que pressupõem.

O Cenário Histórico

Em 932 a.C., morto Salomão, o povo de Deus se cindia em dois reinos: o do Sul, dito de Judá, que compreendia as tribos de Judá e Benjamim, as quais ficavam fiéis ao descendente de Davi, ao depositário das promessas messiânicas, e tinha por centro a cidade santa de Jerusalém; o do Norte, dito de Samaria (nome da cidade capital), que compreendia as dez outras tribos e era cismático ou rebelde à casa de Davi.

No decurso dos tempos, êstes dois reinos, já em si pequeninos e fracos, se debilitariam cada vez mais por mútuas hostilidades. Além disto, situada entre o Egito (ao Sul) e a Assíria (ao Nordeste), a Palestina tornou-se o contínuo objeto das cobiças destas duas grandes potências. Em tal situação, os reis de Judá e Samaria, visando melhor defender os seus territórios, recorriam a freqüentes alianças com os povos vizinhos, principalmente com um dos dois ditos rivais. Essas alianças acarretavam a introdução em Judá e Samaria de crenças e ritos pagãos, que penetravam não só no simples povo, mas na casta sacerdotal e na côrte de muitos reis. Assim a degradação religiosa e moral da nação escolhida bradava aos Céus, pedindo o castigo, que o Senhor, após muitas admoestações transmitidas pelos Profetas, se dignou finalmente desencadear.

O primeiro a ser punido foi o reino da Samaria. Tendo-se aliado ao Egito, provocou em 724 uma incursão do rei assírio Salmanasar V (727-22), o qual sitiou a capital; após

um cêrco de três anos, esta caía em mãos de Sargon II (722-05), sucessor de Salmanasar. Em conseqüência, o reino israelita do Norte foi incorporado ao Império Assírio, e muitas famílias da Samaria (entre as quais Tobias e os seus) sofreram deportação para a Mesopotâmia.

A hegemonia assíria, porém, devia ceder em breve à revolta de um dos povos a ela assujeitados: os Caldeus ou Babilônios. Em 612, Nabopolassar (625-05) conseguiu tomar a capital da Assíria, Nínive, passando para os Babilônios o domínio na Samaria e na Ásia anterior.

Sob o sucessor de Nabopolassar, o famoso Nabucodonosor (605-562), o reino de Judá devia conhecer, também êle, a sua ruína: pois que êste pequeno país resistia à hegemonia babilônica, procurando aliança com o Egito, Nabucodonosor, em 597 e 586, realizou duas violentas invectivas contra Jerusalém: de cada vez penetrou na Cidade Santa, saqueou o templo, e levou grande número de Judeus cativos para a Babilônia. Após a última incursão, ficava Jerusalém completamente arrasada, e a Judéia reduzida à categoria de província do Império Babilônico; nesta mísera circunscrição habitavam, ao lado de estrangeiros introduzidos pelo vencedor, apenas homens nativos destituidos de cultura e empreendimento, pois os Judeus mais prestigiosos e esperançosos haviam sido deportados.

O cativeiro do povo israelita estendeu-se de 586 a 538. Tomou fim com a queda do Império Babilônico sob os golpes de Ciro, rei dos Persas: em 539 êste monarca se apoderava de Babilônia, assumindo, para o futuro, a hegemonia na Ásia anterior. Reagindo contra a política babilônica, Ciro, logo no ano seguinte decretou a libertação dos Judeus, permitindo a volta dêstes para a Terra Santa. Enquanto muitos Israeli-

tas, por conseguinte, regressavam à pátria, não poucos se deixavam ficar nas terras de exílio (Mesopotâmia, Pérsia, Ásia ocidental), onde, à custa de esforços, haviam grangeado posições de prestígio e bem-estar; a partir dessa época, os Judeus haviam mesmo de se espalhar pela Ásia, África setentrional e a Europa, criando suas colônias, numerosas e bem organizadas; seriam ditos "os Judeus da Diáspora" ou Dispersão (a Diáspora da Pérsia é o teatro da história de Ester).

Quanto à Judeia, a vida nacional se restabeleceu com a volta das primeiras caravanas de exilados; a constituição de Israel correspondia ao ideal teocrático. O pequeno Estado autônomo, sob a hegemonia dos Persas, viveu, até as conquistas de Alexandre Magno (334-323 a.C.), dois séculos relativamente tranqüilos, perturbados apenas por uma ou outra incursão de soberanos estrangeiros; é provàvelmente uma destas incursões que constitui o fundo histórico do livro de Judite.

Eis, pois, esboçado o cenário geral em que se desenrolaram os episódios particulares de Tobias, Judite e Ester.

I. O LIVRO DE TOBIAS

1. O CONTEÚDO DO LIVRO DE TOBIAS

O opúsculo apresenta um Israelita chamado Tobit, da tribo de Neftali (reino da Samaria), homem piedoso, observante da Lei de Javé em meio à infidelidade e à corrupção grassantes em sua terra. Com sua espôsa Ana e seu filho

Tobias (1), foi, por ocasião da ruína de Samaria, deportado pelos assírios, indo fixar residência em Nínive. No exílio Tobit mantinha-se fiel às tradições religiosas dos antepassados além do que, distinguia-se por obras de misericórdia para com os compatriotas aflitos no cativeiro.

Ora o Senhor permitiu que Tobit caísse cego, justamente quando exercia a beneficência. Nesta desgraça, a espôsa o afetava de injúrias, como se inúteis lhe tivessem sido a piedade e as boas obras; Tobit, porém, firme na fé, tudo suportava com paciência.

Aconteceu que, na mesma época, uma consangüínea de Tobit, denominada Sara, filha de Raguel, exilada em Ecbátana (cidade da Média), veio a sofrer, também ela, grave tribulação: tivera sucessivamente sete maridos, que um demônio chamado Asmodeu, havia feito morrer na noite mesma das núpcias; pelo que, uma das suas servas a caluniava como homicida; Sara porém orava confiante em Deus.

Sôbre êste fundo de miséria humana, suportada com paciência e fidelidade, o autor introduz a ação especial da Providência.

Certo dia, Tobit reduzido à pobreza em conseqüência da sua beneficência e cegueira, julgando-se próximo à morte, mandou ao jovem Tobias fôsse ter com um certo Gabelo em

---

(1) O texto da Vulgata latina designa pai e filho pelo mesmo nome "Tobias". Mas a tradução latina anterior (dita "Vetus latina" = VL) distingue "Tobis" (pai) e "Tobias" (filho); o texto grego fala de "Tobit" e "Tobias". Muito provàvelmente o original hebraico só usava um nome, "Tobiyah" (= Deus é bom) ou, abreviadamente, "Tobi", ao qual os tradutores deram as formas "Tobit (Tobis), Tobias", a fim de distinguir pai e filho.

Rages (na Média), a fim de buscar um dinheiro que o ancião outrora lhe confiara em depósito. Tobias, inexperiente, saiu de casa e logo encontrou um adolescente, o anjo Rafael (= Medicina de Deus), que, sem revelar a sua natureza superior, se ofereceu para conduzi-lo a Rages. O velho pai, a quem Tobias logo apresentou o inesperado companheiro, deu-se por muito contente com a oferta, e confiou seu filho a Rafael. Durante a viagem, o guia persuadiu Tobias de extrair e guardar o coração, fel e fígado de um peixe que o atacava; a seguir, passando êles por Ecbátana, promoveu o casamento de Tobias com Sara, a qual foi libertada do demônio quando Tobias, na primeira noite, a conselho do anjo, queimou o fígado do peixe na câmara nupcial. Durante os quinze dias subseqüentes das núpcias, Rafael, a pedido de Tobias, foi a Rages, voltando com a quantia desejada. Por fim, o anjo reconduziu o jovem casal à casa paterna em Nínive, sendo que, por essa ocasião, Tobias, ainda instruído pelo anjo, curou, com o fel do peixe, os olhos do velho pai. Então, em meio à grande alegria oriunda, Rafael revelou sua natureza angélica e desapareceu.

O livro termina referindo um hino de ação de graças do velho Tobit, assim como o fim de vida abençoado de pai e filho.

Esquemàticamente assim se pode reproduzir o conteúdo de Tob:

I. A SORTE DE DOIS PIEDOSOS ISRAELITAS: 1, 1-3,17

1. **Piedade e provação de Tobit: 1,1- 3, 6**
2. **O opróbrio e a oração de Sara: 3,7-17**

II. RAFAEL ENVIADO EM AUXÍLIO: 4,1-12,22

1. **A caminho de Ecbátana (a morte do peixe): 4,1- 6-19**
2. **Em Ecbátana (núpcias; Rafael vai a Rages): 7,1- 9, 6**
3. **O regresso a Nínive (alegre chegada, cura de Tobit): 10,1-12, 22**

EPÍLOGO (cântico, fim de vida de Tobit e Tobias): 13,1-14,15

A finalidade do livrinho é louvar a Providência de Deus. A história de Tobit e Sara bem mostra que o Senhor não abandona os seus servos fiéis, principalmente os que praticam caridade e misericórdia. A Providência pode, sim, prová-los por algum tempo; nunca, porém, os desampara, fazendo mesmo que os males resultem em bem ou recompensa já aqui na terra.

Ademais, o hagiógrafo, no livro de Tobias, apresentava o exemplo da família piedosa, temente a Deus, inculcando desta forma a pureza e santidade da vida conjugal.

Para que nenhuma dúvida fique ao leitor sôbre o significado moral dos acontecimentos descritos, o próprio autor por vêzes o inculcou explìcitamente, referindo longas alocuções exortatórias ou piedosas preces; cf. 3, 1-6; 11-15; 4, 2-23; 12, 6-20.

2. A ÍNDOLE HISTÓRICA DE TOBIAS

Nos últimos tempos muito se tem discutido a questão do gênero literário de Tob, à qual três sentenças se propõem responder:

1) a tradição cristã até Lutero (sec. 16) não duvidava da índole histórica de todo o livro de Tobias; já que o opúsculo se apresenta com foros de história era simplesmente tido como história autêntica;

2) depois de Lutero, não poucos autores caíram no extremo oposto, julgando ser Tob uma narração fictícia cujo valor está ùnicamente nas conclusões morais insinuadas, e não na descrição de acontecimentos; seria um opúsculo análogo às parábolas do Novo Testamento. As razões em que se

baseia tal sentença, são, de um lado, aparentes erros historiográficos de Tob, de outro lado, a finalidade nìtidamente moral, exortatória, que animava o autor; entre aquêles, eis o mais grave: em Tob 1, 18, Senaquerib é dito filho e sucessor de Salmanasar V, enquanto fontes históricas seguras ensinam que o sucessor dêste foi Sargon II, o qual não era filho de Salmanasar.

3) Pois que nenhuma das duas sentenças radicais se sustenta diante das razões expostas abaixo, nos últimos anos propôs-se uma tese intermédia, que goza do máximo de probabilidade: Tob contém um núcleo histórico, desenvolvido, porém, e ornamentado, a fim de servir a um fim didático, moral (1).

Que Tob descreva história autêntica, evidencia-se pelos seguintes indícios:

a) contém muitas indicações genealógicas, geográficas, históricas, que concordam plenamente com o que de outras fontes se sabe;

b) em alguns códigos gregos, o título do opúsculo é "Biblos logoon Tobit" (= livro das palavras de Tobit). Ora esta expressão só se explica satisfatòriamente se se subentende a construção hebraica "sepher debharim", que é justamente o título de livros históricos hebraicos;

c) a tradição sempre reconheceu como autêntica a história de Tobit.

---

(1) Cf. A. Miller. Das Buch Tobias. Bonn 1940; A. Vaccari, Biblica 27 (1946), 139; A. Clamer, Tobie, em Dictionnaire de Théologie catholique, fasc. CXLI 1161

Não obstante, também há vestígios de que o núcleo histórico de Tob foi ampliado e ornamentado para melhor servir à edificação dos leitores. Tais são, em primeira linha, alguns anacronismos: a história de Tobias se desenrolou sob os reis assírios Salmanasar e sucessores (sec. 8.º-7.º a.C.); ora as idéias e práticas religiosas que o opúsculo inculca, não se entenderiam no judaísmo daquela época, pois só foram estimadas pelos Judeus após o exílio: assim a entrega dos dízimos aos prosélitos e estrangeiros (1,7); as exortações morais (4, 2-20; 12, 6-13; 14, 6-13) são as da literatura sapiencial post-exílica. Além disto, os capítulos 13-14 supõem a capital assíria, Nínive, já em ruinas, Jerusalém destruída e os Judeus no exílio babilônico, circunstâncias impossíveis na época mesma de Tobias. Êstes anacronismos, pois, insinuam que um autor posterior ao exílio recorria a uma história antiga, adaptando-a aos conceitos de seu tempo.

Adaptada esta tese, alguns problemas exegéticos de Tob se esvanescem por si.

Para se resolverem outras dificuldades historiográficas de Tob, é preciso tomar-se em conta o estado precário em que a nós chegou o texto do opúsculo: algumas questões exegéticas carecem de fundamento sólido no texto sacro. Em particular, no que concerne à sucessão dos reis assírios, pode-se dizer que Tob segue simplesmente 4 Rs 17, 1-6 e 18, 9-13, onde um leitor, à primeira vista, creria que realmente o sucessor de Salmanasar foi Senaquerib.

3. ORIGEM E FORMA ATUAL DO TEXTO DE TOBIAS

Do autor de Tob apenas se pode dizer que foi um Judeu, o qual terá escrito depois do exílio, mais precisamente: por

cêrca do sec. 3/2.º a.C. (pois supõe em uso algumas práticas que durante o sec. 2.º foram abolidas entre os Israelitas; cf. 1, 6; 7, 14). E' possível que o hagiógrafo tenha utilizado notas deixadas pelo próprio Tobit ou por autores antigos. A distância a que se achava dos acontecimentos, explicará talvez algumas imprecisões cronológicas.

O texto original do livro, aramaico ou, mais provàvelmente, hebraico, perdeu-se. Ficaram-nos traduções, das quais a principal é a grega, diversificada em três tipos (LXXa, LXXb, LXXc), mais breves ou mais longos, cujo valor é diversamente estimado pelos exegetas. De XLLb derivou a antiga versão latina (VL), preferível ao texto da Vulgata latina, pois êste foi apressadamente traduzido do original por S. Jerônimo.

O estado atual do texto de Tob torna difícil apreciar qual a forma autêntica do escrito em algumas passagens.

4. O SIGNIFICADO DE TOBIAS

O livro de Tobias não era reconhecido como canônico pelos Judeus palestinenses, talvez em virtude da sua origem tardia. A Igreja, porém, o incluiu no cânon sagrado (pelo que é dito deuterocanônico).

Como palavra de Deus inspirada, o livro de Tobias constitui como que o eco antecipado de uma frase do Novo Testamento: "Aos que amam a Deus, tudo coopera para o bem" (Rom 8, 28). No livro de Tobias, o Espírito Santo responde ao problema também agitado no livro de Jó: Por que sofrem os justos, amigos de Deus, como se Êste quisesse punir precisamente os que mais O amam? A cada inocente atribulado repete-se a palavra que pela primeira vez foi dirigida a To-

bit: "Pois que eras agradável a Deus, foi preciso que a tentação te pusesse à prova" (Tob 12, 13). Os justos sofrem, pois, para se tornarem mais justos; não porque Deus os abandona, mas precisamente porque muito os ama.

"Livro do consôlo", Tob pode também ser dito o "livro dos noivos" (1), pois bem indica quanto Deus se compraz na santidade da vida conjugal e quantas graças dispensa a fim de a promover; cf. 8, 4-10 (2).

Conforme Noeldeke, "a história de Tobias é um dos mais belos monumentos da literatura judaica" (3).

De particular valor literário e doutrinário é o cântico do velho Tobit (14, 2-23), que celebra a Jerusalém restaurada, a qual será o pleno desabrochar da Cidade de Deus atual.

II. O LIVRO DE JUDITE

1. O CONTEÚDO DO LIVRO DE JUDITE

O livro de Judite tem como cenário as conquistas de um rei assírio dito Nabucodonosor, cujo general Holofernes ia avançando pela Ásia anterior. Enquanto os povos vizinhos se

---

(1) Cf. Staubingen, Tobias. El libro de los novios; M. Schumpp, Das Buch Tobias. Nuemster 1933, XIII: "um espelho dos noivos e da família".

(2) Renan via no livro de Tobias "l'idylle par excellence de la piété juive et des joies du foyer" (L'Eglise chrétienne 229).

(3) Citado por F. Vigouroux, La Sainte Bible polyglotte III. Paris 1902, 465.

rendiam ao invasor, os Judeus, admoestados pelo grão-sacerdote Joaquim, que temia a profanação da Cidade Santa e do templo de Javé, prepararam-se para resistir, erigindo fortificações, entregando-se à oração e à penitência. Ao saber disto, Aquior, príncipe pagão da terra de Moab aprisionado por Holofernes, aconselhou a êste que não atacasse os Israelitas, pois o Deus de Israel muitas vêzes fizera prodígios para defender seu povo com grande detrimento dos adversários. Holofernes, porém, tendo entregue Aquior aos Judeus, para que perecesse com êles, empreendeu o sítio da cidade israelita de Betúlia. Ora os habitantes desta, privados de água, já se aprestavam a render-se, quando uma viuva, de nome Judite, que vivia retirada em oração e penitência, foi informada do que estava para se dar. Judite reprovou o plano de seus concidadãos e incitou-os à prece e ao jejum, enquanto ela tentaria salvar a sua gente. Revestida, pois, de seus mais preciosos ornamentos, a bela viuva, com uma criada, penetrou no acampamento inimigo, encantando a todos os guardas por sua beleza; vendo-a, Holofernes tomou-se de afeto por ela e fê-la residir em sua própria tenda. Ora, quatro dias depois, Holofernes, em um festim, embriagou-se, e alta noite, tendo-se retirado da tenda os oficiais, Judite, a sós com o general adormecido, não hesitou em decapitá-lo; colocou a cabeça num saco, e voltou para Betúlia. Os Judeus receberam a heroína com viva alegria; estimulados por Judite, logo no dia seguinte empunharam as armas e conseguiram desbaratar o exército assírio. Então Aquior converteu-se ao Deus de Israel, reconhecendo mais uma vez o poder de Javé; Joaquim, o grão-sacerdote, com o povo, pôs-se a louvar Judite, e esta, por sua vez, compôs magnífico cântico de ação de graças ao Senhor, completando seus dias em santa paz.

Esquemàticamente pode-se assim reproduzir o conteúdo de Jdt:

	I. O PERIGO IMINENTE PARA O POVO DE ISRAEL: 1,1-7,32.	
1.	As vitórias de Nabucodonosor e Holofernes:	1,1- 3, 10
2.	Os Judeus preparam-se para resistir:	4, 1-15
3.	Apologia do pagão Aquior em prol do Deus de Israel:	5,1- 6, 21
4.	O cêrco de Betúlia:	7,1-32
	II. JUDITE, A MULHER FORTE: 8,1-13,20.	
1.	As virtudes e a prece de Judite:	8,1- 9, 14
2.	Judite no acampamento assírio:	10,1-13, 20
	III. A VITÓRIA DE ISRAEL: 14,1-16,25.	
1.	Confusão e fuga dos inimigos; conversão de Aquior:	14,1-15, 7
2.	Júbilo do povo; cântico e fim de vida de Judite:	15,8-16, 25

O autor de Jdt propunha-se ao escrever o livrinho, uma finalidade semelhante à de Tob: inculcar a admirável Providência divina, que não abandona os que Lhe ficam fiéis na provação. A incolumidade do povo de Deus toca a honra divina; é mesmo em nome desta que a Cidade de Deus atribulada pode clamar por auxílio; conte com a proteção do Deus dos exércitos desde que não se afaste da Lei do Senhor. Esta tese, que ressoa por todo o livro, o hagiógrafo, com muita ênfase, a coloca até nos lábios de um pagão, Aquior, que se baseia na evidência dos fatos: "Se êste povo é culpado de qualquer iniqüidade diante do seu Deus, subamos contra êle, pois o seu Deus certamente to entregará, e serão assujeitados ao jugo do teu poder. Mas, se êste povo não ofendeu o seu Deus, não nos podemos sustentar diante dêle, pois o seu Deus o defenderá, e nos tornaremos objeto de irrisão para tôda a terra" (5, 24 s; cf. 5, 16-19).

Estas afirmações, que o hagiógrafo coloca na bôca de um pagão, denotam igualmente uma finalidade apologética

ou proselítica de Jdt em prol do Deus de Israel junto a leitores pagãos. A vitória de Judite e da sua gente é uma demonstração do poder do verdadeiro Deus sôbre os falsos deuses, que os inimigos adoravam; é uma prova da genuinidade da religião de Israel. E' bem sob êste ponto de vista que o autor narra a história: trata-se de um episódio da luta entre o reino de Deus e o reino de Satanás, o que ainda aparece claramente na resposta de Holofernes a Aquior: "Pois que, arvorando-te em profeta, tu nos anuncias que o povo de Israel será defendido por seu Deus, quero mostrar-te que não há deus senão Nabucodonosor" (6, 2).

2. A ÍNDOLE HISTÓRICA DE JUDITE

Muito mais do que Tob, o livro de Jdt oferece graves dificuldades à crítica histórica:

Apresenta Nabucodonosor, o conhecido rei da Babilônia (605-562), como rei dos Assírios que reina em Nínive, a qual fôra destruída já em 612. A esta mesma época atribui a volta dos Judeus do exílio babilônico (538-458), a reconstrução do templo e do altar em Jerusalém (cf. 4, 3. 9s; 9, 11. 18; 15, 5s. 9s; 16, 22ss). Ainda outros dados, históricos e geográficos de Jdt deixam-se dificilmente conciliar com os documentos profanos.

Muitas foram as sentenças propostas para explicar tais divergências:

1) Há os que negam absolutamente a historicidade de Jdt, e julgam que a narrativa não passa de uma composição fictícia, a qual nada quer ensinar dos feitos pretéritos; teria,

conforme uns, finalidade moral, ou, segundo Grócio (1), escatológica, isto é, sob figuras simbólicas, o hagiógrafo teria descrito o frustrado assalto do Anticristo contra o reino de Deus no fim dos tempos; eis como na teoria de Grócio, se deveriam interpretar os símbolos:

Judite ("Yehudith", a Judia) significa o povo judaico; Betúlia ("Beth-El", casa de Deus), o templo; Nabucodonosor, o rei por excelência inimigo do povo de Deus, simbolizaria Satanás; a Assíria, o reino do maligno; Holofernes, um dos agentes do príncipe das trevas.

Êste primeiro grupo de sentenças carece de probabilidade se se ponderam as razões abaixo.

2) Outros autores afirmam haver em Jdt, como em Tob, um núcleo histórico livremente ornamentado, adaptado a uma finalidade moral. (2). Eis como argumentam: Que em Jdt haja um núcleo histórico, deduz-se das numerosas indicações históricas, geográficas, arqueológicas, que o autor apresenta com a intenção evidente de descrever um fato autêntico (notem-se principalmente os capítulos 1-3, que só tratam de história profana e, na intenção do hagiógrafo, querem reconstituir a moldura, histórica e geográfica, do episódio de Judite). Além disto, a tradição, judaica e cristã, sempre considerou a história de Judite como real: os Judeus liam-na anualmente na festa comemorativa da Dedicação do templo, o que mostra que criam na veracidade da mesma, pois não agradeceriam a Deus por um feito legendá-

---

(1) Opera omnia theologica 3 in-f°, Amsterdam 1679. I 578.

(2) Da pg. 9: Cf. A. Miller, Das Buch Judith. Bonn 1940; A. Vaccari, Biblica 27 (1946), 139.

rio; ademais, Jdt 16, 31 menciona uma festa instituída em memória do gesto de Judite.

Todavia, já que o hagiógrafo não intencionava descrever a história por causa da história, mas, sim, para servir a um fim religioso e moral, compreende-se que tenha dado pouca atenção a particulares geográficos, cronológicos, etc., que no opúsculo eram meramente periféricos; talvez tenha mesmo fundido num só todo cenário e idéias de épocas diversas, a fim de inculcar com mais solenidade a tese moral — À luz desta interpretação, o nome de Nabucodonosor, por exemplo, que constitui uma das mais graves dificuldades exegéticas de Jdt, designaria não o famoso rei da Babilônia, mas seria um tipo, o tipo do rei ímpio, hostil ao povo de Deus em qualquer tempo. Tal liberdade literária admite-se bem no gênero histórico mitigado, pragmático-parenético (em que a finalidade moral predomina sôbre a histórica) (1). — Esta sentença é a que mais se impõe na solução do nosso problema.

Ao procurar repor o núcleo histórico de Jdt no seu verdadeiro cenário, os exegetas divergem muito entre si. E' bem provável que o fato se tenha dado em 351 a.C., quando o rei da Pérsia Artaxerxes III Oco (358-337) moveu uma expedição contra os povos rebeldes da Ásia anterior e do Egito; o soberano persa teria finalmente vencido os Judeus, como o dão a entender outras fontes históricas, mas sòmente após o golpe sofrido em Betúlia.

---

(1) Ademais, muitos problemas exegéticos de Jdt, como de Tob, carecem de sólido fundamento, dado o atual estado, deficiente, do texto de Jdt.

3. ORIGEM E FORMA ATUAL DO TEXTO DE JUDITE

Nada se pode dizer de preciso sôbre o autor e a época da redação de Jdt. Um judeu terá escrito a obra, pelo sec. 4/3.º a.C., pois o livro refere idéias e costumes do Judaísmo tardio (tais como a estima da viuvez, a tendência ao proselitismo na conversão de Aquior). O texto original, hebraico ou aramaico, perdeu-se, ficando-nos apenas traduções: a grega, em três tipos distintos; a latina, em dois tipos: o anterior a S. Jerônimo (VL), derivado do grego; o de S. Jerônimo (Vulgata), que refere mais o sentido geral do que as palavras do original; a siríaca, derivada também do texto grego.

Dado êste estado de coisas, entende-se que seja difícil reconstituir o teor original de algumas passagens de Jdt.

4. O SIGNIFICADO DE JUDITE

Como Tob, também Jdt é livro deuterocanônico, pròvàvelmente por sua origem tardia. Era muito estimado, porém, pelos Judeus, os quais o liam pùblicamente na comemoração anual da dedicação do templo instituída por Judas Macabeu em 164 a.C.

Aos católicos o livro de Judite é caro a mais de um título: não sòmente celebra e inculca a admirável Providência divina, estimulando a confiança na mesma, mas ainda propõe a figura da mulher exemplar: insigne por sua castidade e piedade, Judite foi revestida de poder extraordinário para conseguir o que as armas humanas não alcançavam. Esta idéia da mulher forte da fôrça de Deus se realiza na mulher cristã melhor do que no Antigo Testamento; realizou-se por excelência na Virgem Santíssima, que, pelos méritos de Cristo,

obteve vitória cabal sôbre o inimigo do gênero humano e introduziu a salvação na Cidade de Deus. E' o que faz que Jdt seja freqüentemente lido na liturgia mariana.

De particular beleza são os episódios seguintes: 9, 2-19 (oração de Judite); 10, 1-5 (a figura de Judite, cuja beleza moral resplandecia no físico); 12, 10-13, 11 (decapitação de Holofernes); 13, 22-26; 15, 9-12 (louvor de Judite); 16, 2-21 (ação de graças de Judite).

O feito glorioso de Judite, pela crueldade e pelos artifícios com que foi realizado, tem parecido a alguns leitores antes digno de crítica do que de louvor. O gesto, porém, não pode ser devidamente apreciado senão quando visto como um episódio da luta entre o reino de Deus e os adversários dêste: Judite e seu povo representavam a Cidade de Deus assaltada pelos pagãos, cultores dos ídolos, instrumentos de Satanás; ora nesta luta não há compatibilidade possível. E' o que faz que Judite tenha envidado todos os esforços para abater o inimigo como que sob a inspiração e o impulso do próprio Deus, ou seja, depois de ter jejuado e orado ao Senhor (cf. 9, 2-19; 13, 6-9); conforme 10, 4, foi o próprio Deus quem deu beleza à face de Judite. Se, pois, o Senhor mesmo quis dar iniciativa e sucesso ao feito da heroína, neste nada pode haver de repreensível ou escandaloso, de mais a mais que Judite não lançou mão de nenhum meio em si ilícito; aquilo que a mente humana não entende neste episódio, entregue-o ao justo juízo de Deus, poi o feito pertence ao mistério oculto pelo qual a Providência dispensa graças e salvação no decurso da história.

III. O LIVRO DE ESTER

1. O CONTEÚDO DO LIVRO DE ESTER

Assim como Jdt, o livro de Ester descreve a história de uma Israelita que, benemérita por sua castidade e piedade, mereceu ser instrumento de bênção e libertação para o povo de Deus.

Terminado o exílio babilônico, residia em Susa, capital da Pérsia, um Israelita chamado Mardoqueu, que conseguira tornar-se ilustre e prestigioso na côrte do rei Assuero. Ora Assuero certa vez deu grande banquete a nobres e plebeus do país, por ocasião do qual a rainha Vasti, tendo-se recusado a comparecer em público, foi repudiada pelo rei. Êste, então, desejoso de uma concubina, mandou vir de todo o país jovens que lhe pudessem agradar; entre estas, foi chamada à côrte uma virgem israelita, de nome Ester (1), sobrinha órfã que Mardoqueu educara como filha; entregando-a o tio muito lhe recomendou que não revelasse a sua origem nacional, admoestação que a jovem havia de observar fielmente. Dentre as diversas virgens apresentadas a Assuero, Ester, por sua beleza, mereceu ser assumida no lugar de rainha.

A seguir, aconteceu que Mardoqueu descobriu a conspiração de dois oficiais contra a vida do rei; denunciou-os, e foi inscrito nos Anais do reino como benemérito. Mardoqueu, porém, fiel às suas tradições religiosas, recusava-se a dobrar

(1) Nome provàvelmente derivado de "stâra" = astro, estrêla, em língua persa.

o joelho diante de Amã, primeiro ministro de Assuero. Irritado, então, por êste proceder, Amã obteve do rei um decreto que mandava exterminar todos os Judeus residentes na Pérsia no fim do ano corrente, tendo sido a data de 13 de Adar último mês do ano fixada por sorteio.

À vista do grande perigo, Mardoqueu mandou pedir à rainha Ester, intercedesse junto a Deus e ao rei pela salvação do seu povo condenado. A jovem prometeu fazê-lo, arriscando-se mesmo a incorrer na ira de Assuero e perder a vida. Por conseguinte, após terem, ela e os Judeus da Pérsia, orado e jejuado durante três dias, Ester convidou o rei e Amã para cearem consigo; terminada a ceia muito amigàvelmente, a rainha renovou o convite para a noite seguinte. Muito importante, por disposição da Providência, seria o intervalo entre os dois serões: Amã, regressando aos seus aposentos após a ceia, encontrou mais uma vez Mardoqueu, que não lhe dobrou o joelho; pelo que, imediatamente, mandou preparar alta trave, à qual o judeu devia ser suspenso na manhã seguinte; do seu lado, o rei, acometido de insônia, mandou que lhe lessem algo dos seus Anais; por êstes, recordou-se de que Mardoqueu, denunciando a conspiração de dois oficiais, lhe salvara a vida; e ordenou logo na manhã seguinte que Amã, como primeiro ministro, deferisse honras públicas ao judeu, ordem que Amã executou devidamente, embora contradissesse por completo aos seus planos.

No serão seguinte, então, tendo os acontecimentos tomado um aspecto tão favorável, Ester valeu-se da oportunidade e manifestou ao rei a dor que lhe causava a sorte de seu povo condenado por ação de Amã. Isto foi suficiente para que Assuero, sem demora, mandasse suspender o primeiro ministro na mesma trave que preparara para Mardoqueu; a

seguir, o rei não sòmente abrogava o decreto de extermínio dos Judeus, mas ainda concedia a êstes a faculdade de se vingar de todos os opressores no dia 13 de Adar, sorteado para a sua morte.

Em conseqüência os Judeus se alegraram profundamente e, na data marcada produziram grande morticínio entre os Persas. Em memória dêste feito glorioso, Mardoqueu mandou instituir no povo eleito a festa anual de Purim (1). E para o futuro Assuero continuou a reinar feliz, tendo Ester como rainha e Mardoqueu como primeiro ministro muito estimado por tôda a população do reino.

Eis, em suma, a história de Ester como é descrita pelo original hebraico. A forma grega do texto (LXX) apresenta a mais seis fragmentos, que integram a narrativa e que a Igreja reconheceu como canônicos (S. Jerônimo agrupou-os nos capítulos 10, 4-16, 24 da edição Vulgata). Tomando-se a êstes fragmentos em consideração, o livro de Ester assim se deixa dividir:

I. PARTE INTRODUTÓRIA: 1, 1-2,23-|-11,2-12,6ª

1. Prelúdio: o sonho de Mardoqueu: 11, 2-12
2. A rainha Vasti é repudiada: 1, 1-22
3. Ester assumida em lugar de Vasti: 2, 1-20
4. Mardoqueu denuncia a conspiração: 2,21-23-|-12, 1-6ª

II. A CONSPIRAÇÃO CONTRA OS JUDEUS: 3,1-6,13-|-12,6b-15, 19

1. Amã ofendido obtém o decreto de extermínio: 3, 1-15
2. Mardoqueu e Ester procuram salvar os Judeus: 4, 1-5, 8-|--|-13, 8-15, 19
3. A humilhação de Amã 5, 9- 6, 13

---

(1) Esta palavra, que parece derivada do persa, significaria "sortes". A história de Ester foi, sim, condicionada pelas sortes, que a Providência dirigiu com estupenda sabedoria.

O autor de Est, como os de Tob e Jdt, evidentemente intencionava preencher u'a missão religiosa junto aos leitores. Depois do exílio, os Israelitas viveram longos períodos sob o domínio, mais ou menos direto, de nações estrangeiras (Persas, Gregos, Egípcios, Sírios, Romanos). Ao povo de Deus, que se achava sob tal opressão, o livro de Ester ia oportunamente ao encontro: narrando a maravilhosa intervenção de Javé em prol da nação eleita, prestava-se a avivar-lhe a consciência teocrática e excitar as antigas esperanças de um reino glorioso messiânico prometido aos Patriarcas e reis dos tempos áureos (a oportunidade do livro se entenderá de modo particular, admitido que tenha sido escrito no tempo dos Macabeus; cf. abaixo).

2. O GÊNERO LITERÁRIO DE ESTER

Hoje admite-se que Est, como Tob e Jdt, pertence ao gênero literário histórico pragmático-parenético ou que é uma parenese (exortação) a fundo histórico: descreve um fato histórico devidamente ornamentado para servir a uma finalidade religiosa e moral (1).

A fidelidade histórica em Est aparece muito mais claramente que em Tob e Jdt, pois os hagiógrafos se referem explì-

(1) Cf. J. Schildenberger, Das Buch Esther. Bonn 1941.

citamente aos Anais dos reis persas (2, 23; 10, 2); as circunstâncias da vida na côrte, assim como as da administração do reino persa, que descreve, correspondem bem ao que por outros escritores se sabe (luxo, esplendor do rei e das concubinas; nomes persas, redação dos decretos em línguas diversas, que correspondiam aos diversos povos subjugados); além do que, sabe-se que a festa de Purim foi realmente celebrada pelos Judeus posteriores (cf. 2 Mac 15, 36: "dia de Mardoqueu"). Suposto o fato histórico, o rei Assuero, conforme os melhores exegetas, deve ser, por uma transcrição de letras bem plausível, identificado com Xerxes I (485-65): *khsajarsa* em persa, *akhsijarsu* em babilônico explicariam respectivamente as formas *Xerxes* e *Assuero*. O que Heródoto refere a respeito dêste rei, parece estar contido em algumas alusões de Est.

Admite-se, porém, que o hagiógrafo, ao escrever a verdadeira história, lhe tenha acrescentado um ou outro particular que mais pusesse em realce o portento dos acontecimentos e a conseqüente lição religiosa moral. Isto é insinuado tanto pela tendência nìtidamente catequética e apologética do livro como pelo silêncio dos autores profanos sôbre acontecimento que tão vasta repercussão teria tido no reino persa; por exemplo, já que êstes não mencionam nenhuma rainha da Pérsia chamada Ester, infere-se que a heroína israelita, assim como a repudiada Vasti, tenha sido uma das concubinas prediletas de Xerxes I, o qual teve sempre como espôsa-rainha, de sangue régio, Amestre, de que falam as fontes históricas profanas.

Ainda sob o ponto de vista literário, é de notar a composição extremamente artificiosa e atraente do livro de Ester, o qual, a êste título, deve ser tido como uma obra-prima da

literatura judaica: algumas antíteses perpassam e dominam todo o livro, dando-lhe um caráter dramático de admirável beleza:

Como se vê, o talento do hagiógrafo soube elegantemente dispor os dados da história, a fim de fazer sobressair ao máximo o caráter trágico do episódio, certa ironia para

com os adversários do povo de Deus, segurança e confiança quanto à sorte de Israel. Conforme alguns comentadores, tanta beleza literária se deveria mesmo a alguns retoques trazidos pela tradição judaica e pelo próprio hagiógrafo à história, os quais intencionavam pôr mais ainda em foco a lição moral do episódio de Ester; tais retoques estariam perfeitamente dentro das normas do gênero literário adotado pelo hagiógrafo.

3. ORIGEM E FORMA ATUAL DO TEXTO DE ESTER

Assaz obscura é a história do texto de Est

Chegou a nós sob as seguintes formas:

1) texto hebraico, original, até hoje bem conservado; compreende apenas os dez primeiros capítulos até 10, 3 da Vg. Esta recensão breve é a única que os Judeus Palestinenses reconheceram como canônica (é, por isto, dita protocanônica). Tem suas características: nunca refere o nome de Javé, nem explícito nem, como 1 Mac, circunscrito; de outro lado, muitas vêzes nomeia o rei da Pérsia e alude ao seu reino. Silencia as orações, os sentimentos de penitência e humildade do povo aflito; deixa de salientar explìcitamente a ação da Providência divina, Providência que os demais livros históricos do A.T. muito se empenham em realçar. Por conseguinte, mostra-se de uma religiosidade relativamente sóbria, que tanto mais deixa transparecer o que se diria o sentimento nacional judaico (1);

---

(1) Note-se, porém, que o genuíno sentimento nacional dos Judeus nunca podia deixar de ser religioso, já que Israel era "teocracia"; tôda a história judaica foi sempre história religiosa, embora não sempre explìcitamente apresentada sob êste aspecto.

2) texto grego, do qual há duas recensões: uma, chamada "vulgar", tradução feita por Lisímaco em cêrca de 50 a.C. (cf. Est 11, 1); outra, dita de Luciano;

3) texto latino, de que também há dois tipos: a "Vetus Latina", tradução derivada do grego; a Vulgata, tradução feita do hebraico (e do grego, em apêndice) por S. Jerônimo, mais conforme o sentido do que conforme a letra.

As traduções oferecem a particularidade de serem mais longas que o original hebraico; contêm, a saber, os fragmentos que S. Jerônimo agrupou nos capítulos 10, 3-16, 24 da Vulgata. Êstes fragmentos foram pela Igreja reconhecidos como inspirados e pertencem ao corpo do livro, constituindo as partes ditas deuterocanônicas de Est. A índole dêste apêndice é diversa da do texto hebraico: é penetrado de religiosidade férvida, que muitas vêzes refere o nome de Javé, exalta a Providência divina, a penitência, a humildade, e reproduz diversas orações dos Judeus atribulados.

Pergunta-se, pois: como explicar êste atual estado do texto de Est?

Muitas têm sido as sentenças propostas. Os autores têm investigado, principalmente, se os fragmentos gregos pertencem à forma original do livro e são, por conseguinte, uma tradução do hebraico ou se, ao contrário, constituem acréscimos posteriores, imediatamente redigidos em grego. Em favor da primeira sentença aduz-se o argumento de que, sem os fragmentos deuterocanônicos, Est teria índole pouco religiosa, demasiado nacional, aparentemente profana, além do que, a língua grega dêsses textos apresenta muitos hebraismos; em favor da outra sentença, porém, está o silêncio absoluto dos códigos hebraicos sôbre as partes deuterocanônicas.

Em suma, eis, de tôdas as teorias, a que mais verossimilhança possui (1):

Depois do exílio, muito provàvelmente no tempo dos Macabeus (sec. 2.º a.C.), quando os Israelitas deviam lutar pela liberdade religiosa e nacional, um judeu na Palestina escreveu em hebraico a história heróica de Ester tal como se acha na parte protocanônica do livro; para isto serviu-se de memórias deixadas por Mardoqueu e dos Anais dos reis da Pérsia (o que explica a menção de muitos pormenores da vida da côrte e da história em geral). Já que se dirigia a um circulo de leitores judeus o escrito recebeu um cunho acentuadamente nacional (o qual porém, não podia deixar de ser religioso e visar uma finalidade religiosa!). Mais tarde, por volta do ano 100 a.C., o livro de Ester foi levado para o Egito e traduzido para o grego, a fim de servir também aos Judeus da Diáspora; o tradutor e aquêles que, a seguir, retocaram a tradução (entre os quais há, em cêrca de 50 a.C., um certo Lisímaco; cf. Est 11, 1), gozando do carisma da inspiração, como o autor hebraico, adaptaram o livro ao novo ambiente: pois que os Judeus da Diáspora dependiam da benevolência de governos estrangeiros, os tradutores gregos, acrescentando ao livro de Est novas partes, deram-lhe forma muito mais religiosa, menos nacional (pois não há dúvida de que a história de Ester, com seu aspecto de bravura nacionalista, era bem apta a excitar o ódio dos pagãos contra os Judeus). Assim ter-se-iam originado, além da recensão breve hebraica, as diversas formas gregas, mais longas, do livro de Ester, reconhecidas apenas pelos Judeus da Diáspora, para quem foram escritas, e pela Igreja Católica.

---

(1) Cf. Schildenberger, obra citada.

4. O SIGNIFICADO DE ESTER

Ditado pelo Espírito Santo com um fim religioso, o livro de Ester conserva seu valor para os leitores cristãos; antes mesmo, recebe novo significado à luz do Novo Testamento. Como Jdt, Est não descreve apenas um feito de heroísmo judaico, mas um episódio da luta do povo messiânico contra os adversários do reino de Deus. Por conseguinte, assim como a história de Ester era significativa aos Judeus contemporâneos de Ester (sec. 5.º a.C.) como ela o foi aos Judeus Palestinenses posteriormente, no tempo dos Macabeus (sec. 2.º a C.), tempo de sua redação, como o foi ainda aos Israelitas da Diáspora no sec. 1.º, época de sua tradução para o grego, assim (ou muito mais) também hoje ela é significativa para o "verdadeiro Israel" (cf. Rom 9, 6), o povo cristão: constitui na luta contra os inimigos do reino de Cristo, u'a mensagem à confiança inabalável em Deus.

Em particular, um autor da tradição, o bem-aventurado Abade Ruperto de Deutz († 1135), viu nas relações de Mardoqueu e Amã um esbôço do feito redentor de Cristo: Amã, o inimigo do povo de Deus, preparou o patíbulo a Mardoqueu, o defensor dos fiéis; êste porém, por sábia disposição de Deus, escapou à morte e triunfou sôbre Amã o qual pereceu no seu próprio patíbulo. Assim o demônio, preparando a cruz de Cristo, foi por esta e nesta vencido, na hora mesma em que julgava triunfar.

Ainda sob outro ponto de vista o bem-aventurado Ruperto relaciona a história de Ester com a do Messias. Outrora, recorda, o povo de Deus foi vítima das sortes que sôbre êle lançou Amã, o inimigo pagão; pelas sortes êste fixou o dia do extermínio da gente eleita. Ora era justamente dessa

gente condenada à morte que o Messias Jesus devia tomar carne humana; pela fé e pela esperança, já no tempo de Ester, o Messias vivia no coração daquele povo, como a criança no seio de sua mãe. Assim se entende muito bem, de um lado, que também sôbre o Messias Jesus tenham os inimigos pagãos lançado as sortes (cf Sl 21, 19: "Lançaram as sortes sôbre a minha túnica"); o que os inimigos fizeram contra Jesus pelas sortes, não era senão a repetição, com sentido mais pleno, daquilo que haviam feito em figura sôbre a carne ou sôbre a gente do Messias no tempo de Ester. De outro lado, entende-se também que as sortes lançadas sôbre a carne do Messias no tempo de Ester tenham sido frustradas, vãs, pois frustradas haviam de ser as sortes lançadas sôbre o próprio Messias. Êste triunfou sempre de todos os que sortearam o destino, quer da sua gente, quer das suas vestes, quer da sua pessoa (1).

Muito acertada e profunda é esta perspectiva que associa numa só visão o povo do Messias e o próprio Messias, e procura entender os acontecimentos da história judaica à luz do mistério do Verbo Encarnado, do reino messiânico; o que se dava no povo de Deus, tinha, muitas vêzes, a função de anunciar, qual eco antecipado ou figura simbólica, o que se daria na plenitude dos tempos na pessoa mesma do Messias.

Considerada à luz messiânica, como tipo da luta entre o reino de Deus e os poderes pagãos, satânicos, a história de Ester perde, como a de Judite, o caráter aparentemente escandaloso que teria se fôsse fruto de paixão humana, mero nacionalismo.

---

(1) De victoria Verbi dei 8, 3 PL 169, 1381. 1386.

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS MACABEUS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS MACABEUS

1. O âmbito da história dos Macabeus
2. O conteúdo dos livros dos Macabeus
3. A origem dos livros dos Macabeus
4. A autoridade dos livros dos Macabeus

APÊNDICE

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS MACABEUS

No catálogo do Antigo Testamento, ocupam o último lugar os dois livros ditos dos Macabeus. São escritos que referem parte da história do povo de Deus desenrolada no século 2.º antes de Cristo; pelo que, para se adquirir a compreensão do seu conteúdo, é mister, antes do mais, reconstituir o âmbito da era dos Macabeus.

1. O ÂMBITO DA HISTÓRIA DOS MACABEUS

As conquistas do imperador Alexandre Magno da Macedônia (336-323) inauguraram nova época na história universal. Enquanto derrubava fronteiras geográficas, o Vencedor, a fim de consolidar as vitórias, procurava promover a fusão das ideologias tradicionais dos povos assujeitados; em vista disto, fundava na Ásia e no Egito colônias gregas, cidades de costumes europeus, fomentava uniões matrimoniais, etc. Em conseqüência, foi-se formando uma cultura comum às diversas terras, dita *helenística.* Esta não podia deixar de ser eclética: assumindo elementos da religião, da filosofia, da literatura, da arte, de cada povo, amalgamou-os num conjunto um tanto desconexo e superficial; refletia uma mentalidade decadente: em matéria de religião, propalava o

indiferentismo, o ceticismo e o culto dos reis; na prática, era materialista e frívola, dada aos prazeres dos ginásios atléticos, teatros, etc. (1).

O vasto império político de Alexandre Magno não se pôde manter após a morte prematura dêste chefe (323). Os seus generais o dividiram entre si: depois de uma primeira distribuição pacífica, alterada por guerras de sucessão, Ptolemeu I Lago (323-283) passou a governar o Egito, enquanto Seleuco I Nicator (312-280) se estabeleceu na Síria. A Palestina, porção do império de Alexandre, situada entre os dois centros rivais, seria, nos séculos seguintes, o contínuo objeto das cobiças imperialistas dos Ptolemeus (ou Lágidas) e dos Selêucidas.

Caiu primeiramente sob a adição de Ptolemeu I e seus sucessores. Êstes, em geral, contentaram-se com o pagamento de tributos; tratavam benignamente os judeus, promoviam, mediante a concessão de favores, a emigração dos mesmos para o Egito, onde permitiam que instalassem suas colônias numerosas e bem organizadas; recìprocamente, os helenistas do Egito emigravam para a Palestina, seja a título de mercadores, seja a título de proprietários. Dêstes contatos múltiplos com o estrangeiro não resultava constrangimento religioso para os Judeus, cuja liberdade de culto era reconhecida. Tal situação, porém, não podia deixar de suscitar entre os Israelitas uma corrente de sìmpatia, espontânea e cada vez mais viva, para com os Egípcios e a cultura helenística pagã: de um lado, os emigrantes voltavam para a Palestina entusiastas propagandistas das idéias estrangeiras;

---

(1) Tal mentalidade é descrita com clareza em 1 Mac 1, 11-15; 2 Mac 4, 7-20; Sab 2, 1-24.

de outro lado, os ricos senhores que se introduziam na Palestina, erigiam aí seus ginásios e teatros, centros donde se difundia a corrupção de idéias e costumes.

Tal estado de coisas se prolongou até 200 ou 198, data em que Antíoco III Magno (223-187), vencendo os Egípcios, obteve o domínio sôbre a Palestina; com isto abria-se nova fase na história do povo de Deus.

Antíoco III ainda se mostrou benévolo para com os Israelitas, a quem outorgou novos privilégios. O mesmo fez seu sucessor Seleuco IV Filopator (187-175), o qual custeava despesas dos sacrifícios no templo de Jerusalém; todavia, no fim de seu reinado, oprimido por necessidades financeiras, tentou despojar, por um de seus ministros, o templo jerosolimitano das notáveis riquezas, que aí se achavam depositadas. A tentativa, porém, foi frustrada por uma intervenção milagrosa de Javé em favor de seu povo. É com êste episódio (176 a. C.), que começa o período de história descrito pelos livros dos Macabeus (cf. 2 Mac 3, 1-40).

A Seleuco IV sucedeu Antíoco IV (175-163), dito Epífanes (= Ilustre, Deus manifestado) ou, posteriormente, o que é muito significativo, "Epímanes" (= Maníaco, Louco). Êste soberano, dotado de grande habilidade, compreendeu, como Alexandre Magno, que o seu domínio político só estaria seguro mediante a fusão ideológica e cultural dos povos assujeitados: empreendeu, pois, destruir o particularismo dos Judeus, quanto à religião e à moral, implantando na Terra Santa os cultos e os costumes pagãos. Para conseguir isto, podia contar, sem dúvida, com a cooperação dos numerosos helenistas Judeus que viviam na Palestina; a ação dêstes e os empreendimentos sangrentos de Antíoco IV provocariam a reação heróica dos fiéis Israelitas. Êstes, para o futuro, seriam ditos "Assideus" (= Piedosos) (cf. 1 Mac 2, 42),

os quais, apegando-se cada vez mais à Lei e às tradições nacionais, chegariam à intransigência e hipocrisia dos chamados "Fariseus" (= Separados, a saber, dos Impios); os Judeus simpáticos ao helenismo, por seu lado, constituiram uma facção que os livros dos Macabeus denominam "os Iníquos" ou "os Pecadores" (cf. 1 Mac 1, 12; 1, 36; 2, 44; 6, 21; 7, 5. 9), e que mais tarde foi dita "dos Saduceus" (nome de origem e significação incertas).

Por conseguinte, depois de algumas tentativas de helenização da Judéia, que contavam com a conivência dos Sumos Sacerdotes Jasão (1) e Menelau, Antíoco IV resolveu impor com violência a cultura e os costumes pagãos: em 168, o rei sírio, julgando-se atraiçoado pelo próprio partido helenista de Jerusalém, quis furiosamente punir o povo da Judéia; entrou na Cidade Santa, que mandou saquear sangrentamente, massacrando ou deportando como escravos muitos judeus adversários; além disto, penetrou no templo, donde retirou objetos preciosos, com os quais regressou para a sua cidade de Antioquia. Mais de um ano depois, continuava a campanha, mandando a Jerusalém o general Apolônio à frente de um exército; êste apoderou-se da cidade, renovando crimes e sacrilégios anteriores; imediatamente teve início a perseguição religiosa sistemática: no templo erigiu-se a "abominação da desolação" (1 Mac 1, 57: uma abominação que era a desolação ou a ruína do templo; provàvelmente a estátua de Júpiter Olímpio representado sob os traços do rei Antíoco); proibiu-se o culto no santuário, a observância do sábado, a circuncisão; os livros da Lei mosaica deviam ser destruídos, e, sob pena de morte, prescreviam-se sacrifícios pagãos. Estas

---

(1) Forma grega do nome hebraico Jesus, assumida para dissimular a origem israelita do sujeito e seguir a "moda helenista".

determinações, enquanto, de um lado, obtinham a adesão de muitos Judeus apóstatas, de outro lado motivavam a fuga dos "Piedosos" das cidades para as estepes da Palestina; nestas encontravam a segurança que os centros urbanos, ocupados pelos Sírios, não lhes podiam oferecer.

Os Judeus fiéis dispersos pelas terras desabitadas a princípio não ofereceram senão resistência passiva aos perseguidores. A resistência, porém, tornou-se ativa e poderosa no dia em que os indivíduos isolados se agruparam e organizaram em tôrno de um chefe. Tal chefe foi um ancião vigoroso e entusiasta, chamado Matatias (= Matias, dom de Deus), da família sacerdotal descendente de Asmonéia (donde o nome de "Asmoneus" que foi dado a tôda a estirpe); tinha cinco filhos, herdeiros das nobres qualidades do pai: João, Simão, Judas dito o "Macabeu" (1), Eleázaro e Jônatas. Matatias, depois de ter lançado o brado de revolta, tomou parte nas primeiras escaramuças. Em breve, porém, morreu (166/5), confiando a prossecução da guerra de liberdade a seus dois filhos Simão e Judas; enquanto o primeiro se encarregaria de administração e política, o segundo seria o chefe militar, notável por seu genuíno amor às tradições dos pais assim como por seus feitos bélicos.

Nas guerras macabaicas, os Israelitas passaram por episódios bem difíceis; obtiveram, porém, retumbantes vi-

---

(1) O nome "Macabeu" foi posteriormente aplicado aos quatro irmãos de Judas, mesmo a todos os Judeus que resistiram ao helenismo (daí falar-se dos "livros dos Macabeus" e dos 7 irmãos Macabeus; êstes não pertenciam à família dos Asmoneus, mas morreram em testemundo da fé). A etimologia do nome é controvertida; deriva-se provàvelmente de "**maqqaba**" = martelo; Judas, filho de Matatias, teria sido, pois, o **Martelador**, o que designaria a sua valentia de herói (cf. os apelativos **Carlos Martelo**, Joana **Hachette** de Paris).

tórias, pelas quais conseguiram reaver a Cidade Santa e o templo, cuja dedicação celebraram de novo com grande alegria; conseguiram também a independência política, chegando mesmo a entrar em alianças com as nações poderosas dos Romanos e dos Espartanos; o povo judaico reviveu, de fato, dias de bonança e felicidade, que 1 Mac 14, 4-15 parece comparar aos tempos aúreos de Salomão. Morto, porém, Simão Macabeu, os seus descendentes decaíram da pureza do ideal teocrático, envolveram-se em competições de Fariseus e Saduceus, o que acabou comprometendo a autonomia política da Judéia; em 63 a. C., o general Pompeu incorporava-a ao Império Romano, de cujo domínio os Judeus não mais se libertariam.

2. O CONTEÚDO DOS LIVROS DOS MACABEUS

Os livros dos Macabeus têm justamente por objeto descrever a guerra de Judas e seus irmãos contra os Helenistas, guerra cujas premissas ficam acima delineadas. Desenrolou-se cheia de peripécias, em parte ocasionadas pelo fato de que dois ramos da família dos Selêucidas se disputavam mùtuamente o trono da Síria; os Macabeus souberam aproveitar-se dêstes dissídios, o que multiplicou alianças e batalhas entre Sírios e Judeus, como o indicam os esquemas abaixo (1):

1 MAC

INTRODUÇÃO: 1, 1-2, 70

1.	O novo estado de coisas após a morte de Alexandre M.:	1, 1-64
2.	O início da revolta sob Matatias:	2, 1-70

(1) Muito útil ao leitor será ter êstes esquemas ante os olhos sempre que ler o texto sagrado.

I. OS FEITOS GLORIOSOS DE JUDAS MACABEU (166/5-160): 3, 1-9, 22

1. Durante o reinado de Antíoco IV Epífanes: .. 3, 1-6, 16
(vitórias, nova dedicação do templo, morte de Antíoco IV)
2. Durante o reinado de Antíoco V Eupator: 6, 17-63
(paz entre Sírios e Judeus)
3. Durante o reinado de Demétrio I Sóter: 7, 1-9, 22
(vitórias, aliança com os Romanos, morte de Judas Macabeu)

II. OS FEITOS GLORIOSOS DE JÔNATAS (160-142): 9, 23-12, 53

1. Luta e paz com os Sírios: 9, 23-73
2. Durante os reinados de Alexandre Balas, Demétrio I, Antíoco VI: 10, 1-11, 74
(os Judeus aliados ao rei sírio lutam contra o respectivo anti-rei)
3. Últimos feitos de Jônatas: 12, 1-53
(nova aliança com os Romanos, aliança com os Espartanos, guerras e aprisionamento de Jônatas)

III. OS FEITOS GLORIOSOS DE SIMÃO (142-135): 13, 1-16, 22

1. Batalhas contra os Sírios, renovação das alianças com Romanos e Espartanos: 13, 1-14, 49
2. Durante o reinado de Antíoco VII: 15, 1-16, 22
(batalhas; a Simão assassinado sucede João Hircano, seu filho)

EPÍLOGO: 16, 23s.

2 MAC

INTRODUÇÃO: 1, 1-2, 32

1. Duas epístolas dos Judeus da Palestina aos do Egito a respeito do culto divino e da morte de Antíoco IV: 1, 1-2, 18
2. Prólogo do autor: 2, 19-32

I. A PERSEGUIÇÃO ATÉ A PURIFICAÇÃO DO TEMPLO: 3, 1-10, 9

1. Os prelúdios sob Seleuco IV: 3, 1-4, 6
(frustrada tentativa de violação do templo)

2. Antíoco IV move violenta perseguição: ...... 4, 7 - 7, 42
(profanação do templo, morticínios, martírio de Eleázaro e dos sete irmãos Macabeus com sua mãe)
3. Primeiras vitórias de Judas Macabeu e purificação do templo: .... 8, 1 -10, 9

II. AS BATALHAS DE JUDAS CONTRA ANTÍOCO V E DEMÉTRIO I: 10, 10-15, 37

EPÍLOGO: 15, 38-40.

Como se vê, 1 e 2 Mac apresentam características um tanto diversas entre si:

1 Mac compreende um período de tempo de cêrca de 40 anos (175-135); narra grande número de feitos heróicos que tiveram lugar sob a chefia respectiva dos três irmãos Macabeus, Judas, Jônatas, Simão, e termina com o estabelecimento de João Hircano, neto de Matatias, no govêrno do povo libertado. O estilo do livro é o de um historiador muito preocupado em descrever os fatos com fidelidade, despreocupado em comentá-los ou interpretá-los (1), pelo que a narrativa se apresenta às vêzes empolgante pelas muitas vicissitudes bélicas vivamente descritas; sob o ponto de vista religioso e afetivo, porém, é muito sóbria, se se excetuam alguns trechos, talvez verbalmente transcritos de outras fontes, que são verdadeiros cânticos poéticos: 1, 26-29. 38-42; 2, 7-13; 3, 3-9; 4, 38ss; 14, 4-15. É de notar também que o autor de 1 Mac evita falar de "Deus" ou do "Senhor" (2), preferindo circunscrever o nome divino pelas expressões "o

---

(1) Não obstante, o autor, em 1, 66s; 3, 8, não deixa de insinuar sòbriamente o que pensa a respeito do ocorrido.

(2) Isto se depreende, com mais evidência ainda, do texto grego do que da Vulgata latina; os tradutores latinos, por vêzes, explicitaram o nome divino, onde o grego o circunscrevia.

Céu" (3, 50. 60. 19; 4, 10. 40; 9, 46; 12, 15; 16, 3), "o Salvador de Israel" (4, 30), ou pelo pronome da 2.ª ou 3.ª pessoa (3, 50-53) (1).

Isto faz que 1 Mac tenha sido considerado, dentre os escritos do Antigo Testamento, o que mais se assemelha aos livros históricos profanos (2). Não obstante, o autor manifesta claramente seu fervor religioso, referindo orações do povo piedoso (2, 20s; 3, 18-22. 50-53; 4, 30-33) e freqüentes intervenções de Deus em favor do mesmo 2, 22-26; 3, 23-26; 3, 55-4, 27; 4, 34s. 38ss.), assemelhando o papel dos Macabeus ao dos grandes Patriarcas da história de Israel, que por sua fidelidade à Lei mereceram sucessivamente salvar o povo oprimido (2, 19-22. 26. 49-68; 4, 9. 30). Êstes parti culares já são suficientes para manifestar a finalidade que autor se propunha ao descrever a guerra dos Macabeus: queria, como os autores dos livros históricos anteriores, inculcar a tese de que Deus não abandona a quem lhe permanece fiel, intervém em favor dêstes, de maneira imprevista e estupenda, o que era, ao mesmo tempo, para os leitores, uma exortação eficiente à fidelidade à lei e à confiança em Deus em meio às tribulações que sofriam após a era brilhante dos Macabeus.

2 Mac abrange um período de história bem mais restrito do que 1 Mac: 16 anos apenas, de 176 a 161, de modo que a mor parte de 2 Mac (4, 7-15, 38) corresponde a menos da metade de 1 Mac (1, 11-7, 50); 2 Mac, porém, começa

---

(1) A razão dêste fenômeno é provàvelmente o temor reverencioso que tinham os Israelitas mais meticulosos, de pronunciar o santíssimo nome de Deus.

(2) Cf. R. Cornely, Introductio in U. T. libros II. Paris 1897, 451.

expondo algumas premissas da perseguição que 1 Mac omite, e, em geral, refere mais pormenores. O estilo de 2 Mac, longe de ser sóbrio e sêco, é ditado por evidente entusiasmo religioso, entusiasmo que animava principalmente os Profetas de Israel e que deu origem à expressão "estilo profético": ao referir os fatos, o autor costuma acrescentar-lhes uma interpretação à luz da fé e uma conclusão moral, que são a tese tradicional dos demais historiógrafos do Antigo Testamento, também dita "lei da retribuição": os males que afetam o povo de Deus subjugados pelos inimigos, nada mais são do que a conseqüência de infidelidades à Lei; o Senhor, porém, é misericordioso para com os que nele confiam e liberta-os poderosamente (4, 15ss; 5, 17-20; 6, 12-17; 8, 5); o autor compraz-se em referir numerosos milagres de Deus em prol do seu povo (2, 14-30; 8, 36; 9, 1-29), citando, sem restrição, os nomes de "Deus" (Theós) e "Senhor" (Kyrios); além disto, muito insiste na santidade do templo de Jerusalém, que constitui como que o ponto de convergência de todos os episódios narrados (2, 23. 37ss; 3, 2; 5. 15; 9, 16; 13, 23). Por conseguinte, muito evidente é em 2 Mac o fim religioso pragmático que se nota atenuado em 1 Mac (1).

3. A ORIGEM DOS LIVROS DOS MACABEUS

1 Mac foi originàriamente escrito em hebraico, como o atestam antigos escritores cristãos (Orígenes, S. Jerônimo)

---

(1) Desta forma, 1 e 2 Mac se relacionam entre si aproximadamente como os livros dos Reis e os das Crônicas, os quais, em diverso estilo (ora mais sêco, ora mais rico de interpretações e comentários), referem a história dos reis Israelitas.

(1). O texto primitivo, porém, perdeu-se, ficando-nos como forma mais autorizada do mesmo uma tradução grega, que em mais de uma passagem reflete expressões hebraicas e se supõe oriunda pouco depois da divulgação do original. Do texto grego foram feitas uma tradução síria e outra latina, a chamada "Vetus Latina", que, emendada, entrou na edição Vulgata.

O autor de 1 Mac fica-nos desconhecido. Dada a familiaridade que manifesta com a geografia e a cultura da Palestina, conclui-se que era um Judeu Palestinense, hábil historiador que consultou e transcreveu muitos documentos, de modo que 1 Mac é, de todos os livros do Antigo Testamento, o que mais abunda em documentos originais (seguem-se-lhe os livros de Esdr-Ne, e, em terceiro lugar, 2 Mac); cf. 5, 10-13; 8, 23-32; 10, 18-20. 20-23. 25-45; 11, 30-37; 12, 6-18; 13, 36-40; 14, 20-23. 27-47; 15, 2-9. 24. Do texto de 16, 23s. depreende-se que o autor escreveu no fim do reinado de João Hircano (104 a. C.) ou pouco depois.

A origem de 2 Mac é um pouco mais complicada.

Como o autor o indica no prólogo (2, 23), o seu escrito é um resumo da obra em cinco livros redigida por certo Jasão de Cirene. Êste era provàvelmente (o próprio nome em parte o insinua) um Judeu residente na África Setentrional, dotado de boa cultura, que, certo dia, cheio de entusiasmo pelos feitos dos antepassados, foi à Palestina, a fim de se informar examente das façanhas heróicas concluidas na era dos Macabeus; depois de ter consultado os arquivos do templo e

---

(1) Origenes atribui-lhe o título hebraico **Sarbêth sar banê êl,** que parece significar: **Genealogia dos príncipes dos filhos de Deus,** i. e. dos Asmoneus, príncipes de Israel.

ouvido muitas testemunhas, redigiu viva e pormenorizadamente a história dos fatos. Já, porém, que a obra, volumosa como era, dificilmente podia penetrar num grande círculo de leitores, outro escritor (dito tècnicamente "o Epitomador") dela fez, sob a ação do Espírito Santo (1), um resumo ou epítome que pudesse aproveitar e edificar a muitos; é a êste resumo, outrora provàvelmente intitulado "Epítome dos feitos de Judas Macabeu" que se deu o nome de 2 Mac. A obra de Jasão perdeu-se; foi escrita em grego, língua dos Judeus da Diáspora (Dispersão), assim como o "Epítome" (2 Mac), o que se deduz da pureza de estilo grego dêste último. Supõe-se que o epitomador tenha sido um Judeu de Alexandria, talvez Rabino (pois manifesta grande amor à Lei e ao templo), o qual teria escrito por volta de 125/4 a. C.. As duas epístolas introdutórias, que datam respectivamente de 125/4 a. C. e 162 a. C. (?), foram prepostas ao Epítome pelo próprio epitomador ou por mão posterior (2).

4. A AUTORIDADE DOS LIVROS DOS MACABEUS

Os Judeus Palestinenses não reconheciam os dois livros dos Macabeus como inspirados e, por conseguinte, não os inseriram no Cânon das Escrituras Sagradas. Isto se explica pelo fato de terem sido redigidos em época bastante tardia, quando já se dava por encerrado o Cânon Sagrado com o livro de Daniel (sec. 4.º a. C. aproximadamente); mais ainda:

---

(1) Quanto aos livros de Jasão, é doutrina comum entre os exegetas, que êles não foram inspirados.

(2) Como quer que se explique a aposição das epístolas, devem ser consideradas inspiradas já que a Igreja nunca as separou do Epítome; foram com êste incluídas no catálogo dos livros canônicos promulgado pelo Concílio Tridentino.

por haver sido escrito em grego, língua estrangeira, considerada imunda, 2 Mac nunca poderia encontrar aceitação no catálogo sagrado dos Palestinenses. Não obstante, os dois livros dos Macabeus gozavam de grande autoridade, histórica e religiosa, entre os próprios Judeus Palestinenses: Flávio Josefo, historiador nacional, seguiu-os contìnuamente ao escrever a história da época macabaica.

Os Judeus de Alexandria, de vistas mais largas, incluíram os dois livros dos Macabeus no seu Cânon sagrado, que a Igreja Católica adotou; três outros escritos ditos 3, 4 e 5 Mac, que, com traços verídicos e elementos fantásticos, narravam a história dos Israelitas sob o domínio dos Ptolemeus, Selêucidas e Romanos, não foram reconhecidos como autênticos pelos cristãos, ficando na categoria dos "apócrifos" (= ocultos, não lidos em público).

Por conseguinte, os dois livros dos Macabeus canônicos são Mensagem ou Palavra de Deus inspirada para os fiéis de todos os tempos e nações. Descrevem os feitos gloriosos dos Macabeus não precisamente porque êstes constituem um monumento de bravura nacional israelita, mas porque têm um valor transcendente, universal: representam um episódio da história em que Deus, por vias estupendas, veio ao encontro da fé de Seu povo. Ora, hoje o povo de Deus, o "verdadeiro Israel" (Rom 9, 6), é a descendência espiritual do Messias, Jesus Cristo, são os fiéis católicos; para êstes, pois, os livros dos Macabeus constituem uma exortação à fé destemida na luta contra os atuais adversários do reino de Deus, visíveis ou invisíveis; constituem também um penhor escrito pelo próprio Deus, de que tal fé nunca é frustrada, pois o Senhor jamais abandona a quem nele confia com fidelidade e coragem. Esta mensagem ressoa, com maior ou menor clareza, nos diversos episódios de 1 e 2 Mac, os quais, para serem devi-

damente apreciados, querem ser lidos à luz desta solene doutrina. Assim é que, em seu colorido vétero-testamentário, num cenário oriental bem marcado, os livros dos Macabeus ainda hoje falam muito profundamente ao leitor. Em particular, podem-se realçar, como trechos cuja leitura deleita e edifica grandemente, os seguintes: 2 Mac 6 (martírio de Eleázaro); 2 Mac 7 (martírio dos 7 irmãos com sua mãe, que professam a fé na ressurreição dos mortos); o dogma da Comunhão dos Santos é ilustrado muito significativamente pelos episódos que inculcam a intercessão dos vivos em favor dos defuntos (2 Mac 12, 38-46), como a dos defuntos bem-aventurados em prol dos vivos militantes na terra (2 Mac 15, 12-16).

APÊNDICE

A fim de facilitar a leitura do texto sagrado, vai aqui uma tabela dos reis e anti-reis sírios envolvidos na história dos Macabeus:

ÍNDICE GERAL

Introdução Geral à Sagrada Escritura

PROLEGÔMENOS

PRIMEIRO TRATADO

NOÇÕES DE INSPIRAÇÃO

PRIMEIRA PARTE: **HISTÓRICO DA DOUTRINA SÔBRE A INSPIRAÇÃO**

SEGUNDA PARTE: **QUESTÕES DOGMÁTICAS SÔBRE A INSPIRAÇÃO**

Primeira Secção: **Existência da Inspiração segundo as fontes dogmáticas.**

SEGUNDO TRATADO

CÂNON DOS LIVROS SAGRADOS

TERCEIRO TRATADO

INTEGRIDADE DA SAGRADA ESCRITURA

QUARTO TRATADO

HERMENÊUTICA

Introdução ao Pentateuco

ANÁLISE EXPLICATIVA DO PENTATEUCO

PARTE PRIMEIRA: **PREÂMBULO ÀS ORIGENS DE ISRAEL.**

PARTE SEGUNDA: O PERÍODO MOSAICO.

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE JOSUÉ, JUIZES, RUTE

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE SAMUEL, REIS E PARALIPÔMENOS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE ESDRAS E NEEMIAS

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DE TOBIAS, JUDITE E ESTER

INTRODUÇÃO AOS LIVROS DOS MACABEUS